Fazendas do Sul de Minas Gerais

Arquitetura Rural nos Séculos XVIII e XIX

Dissertação de Mestrado

Cícero Ferraz Cruz

Fazendas do Sul de Minas Gerais Arquitetura Rural nos séculos XVIII e XIX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo.

Orientadora: Prof. ^a Dr.^a Maia Ângela P.C.S. Bortolucci

São Carlos
2008

Projeto Gráfico: Juliana Azem Ribeiro de Almeida

Revisão Ortográfica: Vera Paiva

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Cruz, Cícero Ferraz

C957f Fazendas do Sul de Minas Gerais, arquitetura rural nos séculos XVIII e XIX / Cícero Ferraz Cruz ; orientador Maria Angela P. de C. e S. Bortolucci – São Carlos, 2008.

Dissertação (Mestrado-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) -- Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2008

1. Fazendas mineiras. 2. Arquitetura Rural. 3. Estrutura autônoma. 4. História da arquitetura – Brasil. I. Título

Agradecimentos

Por se tratar de um trabalho de longa duração, se levarmos em conta seu início desde os tempos da graduação, certamente iremos esquecer pessoas que, de alguma maneira, contribuíram para a pesquisa. O envolvimento com a pesquisa, muitas vezes, transcende o campo profissional envolvendo nossos amigos e a todos estes devo agradecer. Desde amigos que nos deram informações sobre a existência de fazendas até parentes mais velhos, que souberam nos contar seus modos de vida dos tempos de infância.

De início agradeço às instituições que deram suporte ao trabalho: ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da EESC, onde foi desenvolvido o mestrado, ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, onde foram cursadas diversas disciplinas deste mestrado, e ao Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAUUSP, onde teve início este trabalho no âmbito da iniciação científica e à FAPESP que nos concedeu apoio financeiro durante a iniciação científica através do processo 96/9906-5.

Agradeço em primeiro lugar à Maria Ângela Bortolucci, que me concedeu a honra de ser seu orientando, recebendo-me de braços abertos em seu grupo de pesquisa em São Carlos.

Minha gratidão também ao professor Carlos Lemos que, informalmente, orientou-me no período entre a iniciação e o mestrado e, finalmente, à memória do professor Antônio Luiz Dias de Andrade, o Janjão, que me orientou na iniciação científica e me iniciou no campo da pesquisa.

Agradeço ainda aos professores das cadeiras de História, com os quais tive a oportunidade de estudar ao longo desses anos e que foram importantes para minha compreensão da história da arquitetura: professores Murilo Marx, Nestor Goulart, Luiz Munari, Benedito L. de Toledo, Beatriz Kühl, M^a. Lucia B. Pinheiro, Ana Lanna, Paulo César G. Marins e Mário Henrique D'Agostinho e, é claro, ao Lemos e ao Janjão, da FAUUSP; professores Alexandre Alves Costa e Fernando Távora, da FAUP; professor Ivo Porto de Menezes e Celina Borges Lemos, da UFMG e aos professores Renato Anelli e M^a Ângela Bortolucci, da EESC. Aos funcionários Sara (FAUP), Silvia e Eneida (FAUSP), Marcelo e Elena (EESC) por todo suporte logístico. Ainda no campo dos professores, devo lembrar a memória da professora Helena Ferraz, do Instituto de Química da USP, minha tia, que embora não fosse da área, colaborou com sua longa experiência acadêmica acompanhando de perto a iniciação científica, suprimindo a falta do Janjão. Agradeço aos pesquisadores do grupo da professora Ângela em São Carlos, especialmente a Vladimir Benincasa e a nossos colegas, Camila, Valéria, Matheus, Natália, Joana, Ana, Luciana e Marcus e aos companheiros do grupo de estudos rurais, os professores André Argollo e Rafael Marquese.

A pesquisa de campo não seria possível sem a colaboração de todos os proprietários das fazendas, que gentilmente abriram as portas de suas casas, deram informações e ainda indicaram muitas outras propriedades para serem visitadas. Agradeço em especial as indicações dos fazendeiros Geraldo Sandi Reis e Márcio Paiva em Varginha, José Ferraz em Cristina, Walter Ribeiro Junqueira e Biju Carneiro em Carmo de Minas, Sr. Américo em Carrancas, além da colaboração do amigo Mateus Frota na zona de Três Pontas. Indicações preciosas também obtive com meu pai, Fernando Cruz Neto, agrônomo e cafeicultor, profundo conhecedor da região. Ainda em família, contei com a ajuda de minha mãe, Eneida Carvalho Ferraz Cruz, que, com seus conhecimentos de arquiteta, foi minha interlocutora na análise dos levantamentos e suas possíveis interpretações. Também contei com os conhecimentos de meu irmão Pedro sobre dobraduras, vertentes, talwegues, mares de

morros: geografia. Devo lembrar ainda a memória de meu avô Pedro C. Junqueira Ferraz que, através de suas histórias, deu-me muitas informações sobre a vida de nossos antepassados nas fazendas. Alguma noção do ritmo de deslocamento nos séculos XVIII e XIX adquiri nas viagens a pé e de bicicleta pelos antigos caminhos com o amigo Rafael Hess.

No dia a dia do trabalho, desde a graduação, durante os estudos em Portugal e depois no escritório, contei com a paciência do sócio e amigo Fábio Mosaner, que foi meu interlocutor em infinitas discussões e reflexões sobre a pesquisa, além da compreensão por causa da necessária dedicação ao mestrado. Compreensão também tiveram os arquitetos Chico Fanucci e Marcelo Ferraz, da Brasil Arquitetura, que, durante esses três anos do mestrado, souberam apoiar e incentivar os estudos, as aulas na FAU Maranhão e as viagens a São Carlos. Para a finalização da dissertação, contei com a ajuda de Vera Paiva na revisão do texto e da Biju na diagramação, além da preciosa ajuda dos colegas Pedro Del Guerra, Fabiana Paiva, Victor Gurgel, Luciana Dornellas, Felipe Zene, Rebeca Grinspum e Bernardo para o escaneamento e tratamento de imagens.

Finalmente, agradeço a delicadeza de quem há doze anos me acompanha nessa empreita, desde as primeiras viagens aos sertões, ajudando-me com os levantamentos, até hoje em dia. Dedico esse trabalho a Suzana e às nossas filhas, Rosa e Lia.

Sumário

Resumo e *Abstract*

Introdução

Capítulo 1 - Sertão e Território - pg. 13

Capítulo 2 - Da Arquitetura - pg. 41

Capítulo 3 - Implantação e Conjunto Arquitetônico - pg. 53

Capítulo 4 - Técnica Construtiva - pg. 67

Capítulo 5 - Programa de Necessidades e Esquemas de Plantas - pg. 93

Capítulo 6 - Intenção Plástica e Preceitos Estéticos - pg. 107

Capítulo 7 - Levantamentos - pg. 117

Grupo de Cruzília - pg. 124

Grupo de Carrancas - pg. 169

Grupo de Varginha - pg. 185

Grupo de Carmo de Minas - pg. 237

Grupo de Itajubá - pg. 260

Grupo de São Gonçalo do Sapucaí - pg. 300

Grupo de Machado - pg. 307

Grupo de Guaxupé - pg.313

Considerações Finais - pg. 316

Anexo - Fazendas de outras regiões de Minas - pg. 319

Bibliografia - pg. 351

Resumo

Estuda a arquitetura das fazendas do sul do estado de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, período marcado pela ruralização e desenvolvimento da agropecuária, pelo deslocamento do eixo econômico da província para a região sul e pela estreita ligação esta região com a Corte do Rio de Janeiro. A região delimitada é a porção sul da bacia do Rio Grande, antiga Comarca do Rio das Mortes. São fazendas formadas no período que vai de meados do século XVIII até o fim do século XIX, voltadas à produção de gêneros diversos baseada no trabalho escravo. A metodologia baseia-se no levantamento como fonte primária, na comparação e cruzamento dos dados entre as fazendas, sempre apoiado na bibliografia existente. Conclui que sua arquitetura se caracteriza basicamente pelo uso da mesma técnica construtiva (estrutura independente de madeira e fechamento de pau-a-pique), pelo uso dos mesmos programas de necessidades e pela mesma intenção plástica de tradição clássica, gerando uma família tipológica própria dentro do panorama da arquitetura nacional.

1.Fazendas mineiras. 2.Arquitetura Rural. 3.Estrutura autônoma. 4.História da arquitetura – Brasil. I.Título

Farm Architecture of Southern Minas Gerais.

This study is about rural farm architecture constructed in the eighteenth and nineteenth centuries in the southern region of the state of Minas Gerais (General Mines). This time period is characterized by ruralization, economic and social isolation, and a continued link to Colonial Rio de Janeiro. Geographically, this particular region of Brazil is part of the Rio Grande River basin, formerly the Rio das Mortes. The farms studied are farms that were developed beginning in the mid nineteenth century until the end of the 19th century, following the abolition of slavery. The methodology is grounded in the survey as a primary aspect and in the comparison and intersection of the researched facts between farm structures, always supported by existing studies.

I concluded that the architecture of this period of time is characterized by the use of common construction methods (a freestanding wood structure sheathed in wattle and daub), by similar programs of necessities and by the same material intention of the classic tradition, generating a specific typology within the larger panorama of Brazilian national architecture.

Key words: Farms of Minas Gerais 2.Rural Architecture 3.Freestanding structure 4.History of Architecture 5.Brazil

Introdução

Nossa pesquisa baseia-se principalmente nos levantamentos de campo como fonte primária e inédita, para isso foram visitadas mais de 100 fazendas na região. Parte do levantamento foi feita ainda durante a iniciação científica e teve apoio financeiro da FAPESP.

A proposta inicial deste trabalho era levantar todas as fazendas do referido período na região, fato que se mostrou cada vez mais difícil à medida que foram sendo descobertas mais e mais fazendas ao longo da pesquisa. Portanto, nos restringimos ao número que foi possível levantar dentro de nossas limitações físicas e temporais. Além dos levantamentos de campo, nos apoiamos também em trabalhos semelhantes de pesquisadores como Sylvio de Vasconcelos, Ivo Porto Menezes, Helena Teixeira Martins, Carlos Lemos, Daici Ceribeli Antunes Freitas, Antônio Luiz Dias de Andrade, Vladimir Benincasa, entre outros.

Estruturamos nossa dissertação com o foco no material levantado, procuramos esmiuçá-lo em todos os seus aspectos para que isto se torne uma fonte segura para futuros pesquisadores. A arquitetura é o foco central de nossa dissertação que está estruturada da seguinte maneira.

Em primeiro lugar, trataremos da conquista do território desde os primórdios com as entradas e bandeiras até a ocupação efetiva do território com a fixação do homem na terra através da abertura das fazendas. Depois vamos introduzir a questão da arquitetura propriamente dita, dando um panorama da arquitetura naquela época na região estudada e nas regiões vizinhas. Neste capítulo são tratadas de forma geral as principais características que identificam o conjunto das fazendas. No terceiro capítulo inicia-se o aprofundamento na descrição da arquitetura começando de fora para dentro, ou seja, analisando primeiramente o conjunto arquitetônico da fazenda que inclui diversos edifícios periféricos à casa principal e analisando a implantação deste conjunto na topografia do território. No quarto capítulo vamos descrever e explicar minuciosamente a técnica construtiva que se desenvolveu neste período na região buscando mostrar suas origens, diferenças e semelhanças com as regiões vizinhas. No quinto capítulo vamos discutir o processo evolutivo das tipologias regionais, principalmente a evolução dos esquemas de plantas, desde as primitivas fazendas que serviam de apoio para os primeiros núcleos exploratórios de ouro até as fazendas da virada do XIX para o XX. No sexto capítulo trataremos dos conceitos estéticos inerentes às construções em questão relacionando-as às regras clássicas aplicadas a arquitetura. Em seguida apresentamos as fazendas levantadas agrupando-as por afinidades territoriais e, ao final, um anexo com fazendas de outras regiões de Minas.

1-Sertão e Território

Trata da conquista do território, desde os primórdios, com as entradas e bandeiras até a ocupação efetiva do território com a fixação do homem na terra através da abertura de fazendas.

O sertão está em toda parte.
Guimarães Rosa.

Para se compreender a conquista e consolidação do território brasileiro não podemos perder de vista o contexto colonial em que se insere Império Português. As forças que atuavam em uma ponta do Império, fossem na Ásia, na África ou na Metrópole influenciavam decisões na outra ponta, no Brasil, e interferiam nos rumos da ocupação territorial. Portanto a conquista de novas fronteiras sempre foi uma constante na história do Brasil e a transformação de sertão em território, no período colonial, era a maneira pela qual se davam essas conquistas.

Nos dois primeiros séculos da ocupação do território brasileiro, segundo Sérgio Buarque de Holanda (1983), a exploração restringiu-se à ocupação da faixa litorânea. Não havia qualquer preocupação em fincar raízes nos sertões povoados por indígenas, pois, para o colonizador português, povoamento significava apenas criar feitorias na costa brasileira permitindo um rápido escoamento de mercadorias de fácil e rápida extração. Esses colonizadores, entretanto, sempre alimentaram a esperança de encontrar ouro e metais preciosos nos sertões e, enfim, fazer cumprir o destino de colônia como já acontecera na América Espanhola. A idéia de que metais preciosos seriam encontrados sempre foi alimentada no imaginário do povo ibérico por mitos como o da Lagoa Dourada. Em diversos mapas dos primeiros séculos, embora bastante vagas, há referências de uma lagoa no centro do Brasil. Essa lagoa aparece ora localizada nas cabeceiras do Rio São Francisco, ora nas cabeceiras do complexo do Rio da Prata, no Rio Paraguai e no Rio Paraná. Às vezes também aparece na Bacia do Amazonas.

Embora seja verdade que a população tenha se fixado à faixa litorânea, seus colonizadores varreram os sertões ainda nos primeiros séculos, criando rotas, vias de penetração. O mapa brasileiro começa a ser desenhado por esses aventureiros que penetravam sertão adentro e, já nos séculos XVI e XVII, muito antes da descoberta do ouro, a configuração dos limites de

Figura 1.1 - Mapa geral, 1706 / Brasil, 1706. Note a representação de uma lagoa nas cabeceiras do Rio São Francisco. Fonte: Biblioteca Nacional.

nosso território já estava bastante parecida com o que é hoje. Esses caminhos, contudo, eram desconexos entre si, ligavam pontos longínquos do sertão ao litoral e a única maneira de conectá-los era por via marítima.

*O desenvolvimento do sistema de vias de comunicação acompanhou o povoamento que, em sua incipiente interiorização, gerou um padrão basicamente homogêneo caracterizado pela ausência de conexões intermediárias expressivas e constituído por vetores autônomos na forma de vias terrestres ou fluviais, com duas extremidades básicas – o sertão e o litoral – e tendo a via marítima como único eixo capaz de conferir-lhes unidade.*¹

Muito do desenho desses caminhos tem a ver com as condições físicas da geografia brasileira, especialmente por seu relevo e hidrografia. Além da costa, que foi detalhadamente mapeada, houve muitas penetrações no interior da América portuguesa, feitas em várias partes do território, principalmente através dos grandes rios, nomeadamente o Amazonas, o São Francisco e o Complexo da Prata. Essas penetrações por via fluvial podem ser notadas nos mapas coevos devido à maior quantidade de informações e dados ao longo dos cursos dos rios, ficando as áreas intermediárias sem muitas informações.

Além das condições físicas, outro fator que também contribuiu para a penetração no interior do continente foi a existência de rotas milenares estabelecidas por povos indígenas. Neste contexto, os paulistas, por causa de sua posição de isolamento em relação ao litoral e, conseqüentemente, à Metrópole, desenvolveram no Planalto um modo de vida próprio, diverso das demais regiões da Colônia, bastante mesclado com a cultura indígena. Com os índios aprenderam a andar em fila, descalços, e assim assimilaram seu milenar conhecimento da terra. Muito mais do que a força de trabalho, os índios foram transmissores de conhecimento, essenciais à empresa paulista. Algumas dessa trilhas percorridas por paulistas foram a trilha dos Tupiniquins, de São Paulo até o sertão dos Patos; a trilha Guarani, de Cananéia a Iguaçu e o Caminho do Peabiru, do litoral ao Rio Paraná e, de lá, ao Peru.² A existência de trilhas pré-cabralinas explicam a rapidez da penetração conseguida na América portuguesa. Além dos conhecimentos indígenas assimilados pelos paulistas, outro fator também facilitou as entradas no sertão: na Capitania de São Vicente, ao

¹ MORAES, Fernanda Borges de, *A Rede Urbana da Minas Coloniais: na Urdidura do Tempo e do Espaço*, Tese de Doutorado, São Paulo, 2005, p. 124

Figura 1.2 - Mapa geral, 1706 / Brasil, 1706 / Uruguai, 1706 / Argentina, 1706 / Paraguai, 1706 / Brasil (Sul), 1706. Note a representação de uma lagoa na nascente do Rio Paraguai. Fonte: Biblioteca Nacional.

Figura 1.3 - Mapa geral, 1706 / Brasil (Norte), 1706 / Guiana, 1706. Note a notação *Parime Lacus* ao sul das Guianas. Fonte: Biblioteca Nacional

Figura 1.4 - Mapa geral, 1726 / Brasil, 1726. Ver a notação *Great Lake* na nascente do Rio São Francisco. Fonte: Biblioteca Nacional

² Idem, P 113.

Figura 1.5 - Mapa geral, 1735 / Brasil, 1735. Note a representação de uma lagoa na nascente do Rio Paraguai.

Fonte: Biblioteca Nacional.

Figura 1.6 - Mapa geral, 1704 / Brasil, 1704. Note a representação de lagoa na nascente do Rio São Francisco e alagado no Pantanal. Fonte: Biblioteca Nacional.

contrário das demais, os rios correm no sentido interior e não no sentido do litoral. Após vencerem as escarpas da Serra do Mar, a poucos quilômetros do litoral, os paulistas penetraram no interior descendo os rios Tietê e Paraíba do Sul. A “paulistânea” como batizou o professor Antônio Cândido (1979) abrangia grande parte do Sul, Sudeste e Centro Oeste brasileiro.

As áreas que mais tarde viriam a ser chamadas de Minas Gerais foram percorridas desde o primeiro século após o descobrimento do Brasil, como mostram alguns registros de incursões territoriais no território mineiro.

A tradição também nos informa que por aquela região teria passado, em 1596, o bandeirante João Pereira de Souza Botafogo, sem, no entanto, ficar bem estabelecida a sua rota. Outros que se aventuraram, ainda no século XVII, foram Jerônimo da Veiga, em 1643; Sebastião Machado Fernandes Camacho, entre 1645 e 1648, em busca das minas de prata e o próprio Fernão Dias Paes, em 1674.³

³ BRUNO, Ernani da Silva. *História do Brasil (geral e regional)*. 2 Ed. São Paulo: Culturix, 1967, p.51

Os primeiros ranchos e roças eram estabelecidos em posições intermediárias de penetração e permitiam aos bandeirantes o descanso e a obtenção de alimentos, dando apoio aos grupos que avançavam mais sertão adentro. Essas empreitadas, porém não contribuíram para o povoamento da região, nem por paulistas e muito menos pelos indígenas que migraram para áreas mais distantes.

*Várias entradas foram feitas naquelas paragens: pelo Norte, vindos da Bahia; pelo Leste, do Espírito Santo; e pelo Sul, oriundas do Rio de Janeiro e principalmente de São Paulo. Nenhuma dessas incursões que andavam em busca de riquezas minerais ou caçando indígenas promoveu o povoamento do território. Pelo contrário, esta última atividade concorreu para o seu despovoamento com o deslocamento dos silvícolas aprisionados como escravos para as fazendas de São Paulo ou para a criação de gado e/ou engenhos do Nordeste açucareiro.*⁴

⁴ RODRIGUES, André Figueiredo, *Os Sertões Proibidos da Mantiqueira*; In Revista Brasileira de História V. 23 nº46 São Paulo, 2003, p.

Esta primeira fase da conquista territorial praticamente não deixou vestígios de arquitetura; sabe-se, entretanto, que esses pequenos abrigos chamados “ranchos” eram muito precários como descreve Sylvio de Vasconcelos:

*O rancho era uma peça única e servia de abrigo coletivo. Nele moravam o chefe e seus servidores. Havia ranchos com cobertura de uma água ou de duas águas. Os de uma água, geralmente, tinham um de seus lados apoiados sobre barrancos altos e, o outro, sobre esteios rústicos, de forma cilíndrica. Os ranchos maiores eram de duas águas. Todo o madeiramento era roliço e tosco. A cobertura feita de fibras vegetais como o sapé, folhas de palmeiras ou outros tipos de fibra. O piso era de terra batida; no centro, havia uma trempe sobre braseiro; nos cantos, eram colocados os jiraus para dormir. Quando havia muito ocupantes, esses se espalhavam pelo chão sobre esteiras e couros, pois em Minas não foi muito difundido o uso da rede”*⁵

⁵ VASCONCELOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento; residências*. São Paulo, Perspectivas, 1977. p.121

Somente no final do século XVII, com a descoberta de ouro, é que teve início o primeiro movimento expressivo e definitivo de interiorização da população na América portuguesa. As vilas paulistas sofreram adensamento populacional e em Minas foram criadas diversas outras vilas.

Não foi por acaso que duas das três cidades erigidas na colônia no século XVIII foram São Paulo (1711) e Mariana (1745), sendo criadas ainda treze vilas em território mineiro, e mais duas até o fim do período colonial.

Responsáveis pela descoberta do ouro, após inúmeras incursões aos sertões mineiros, desde meados do século XVII, os paulistas foram os primeiros a se deslocarem para a região

⁶ MORAES, Fernanda Borges de, *A Rede Urbana da Minas Coloniais: na Urdidura do Tempo e do Espaço*, Tese de Doutorado, São Paulo, 2005, p. 134

dos achados. Ainda que precários, não passando de picadas, os acessos utilizados foram aqueles já abertos pelos bandeirantes em suas incursões ao território mineiro. Muitos desses caminhos são de difícil reconstituição, com seus percursos sofrendo alterações e ampliando-se em inúmeras variantes. ⁶

Com a descoberta do ouro no fim do século XVII, uma revolução sem precedentes foi desencadeada surtindo efeitos de ordem política, econômica e sociocultural. Do ponto de vista político-administrativo, o eixo administrativo deslocou-se para o sudeste; em 1763 a capital do vice-reino foi transferida para o Rio de Janeiro. Um verdadeiro *rush* migratório trouxe gentes de várias partes de Portugal e de outras províncias brasileiras. Surgiu uma complexa rede urbana que atou o Brasil disperso dos dois primeiros séculos, ligando o sul, através do comércio de tropas, e o nordeste ao centro-sul das minas de ouro através do rio São Francisco. Ao mesmo tempo, serviu de ponto de partida para a ocupação dos sertões de Goiás e Mato Grosso e conectou a própria região ao centro-sul criando uma complexa malha viária. Do dia para a noite surgiram cidades, vilas, arraiais. A população brasileira saltou de 300 mil habitantes em 1690 para 3.250.000 em 1798. Economicamente fez surgir um mercado interno, estimulou a produção agrícola e de manufaturas para atender à nova demanda populacional. Estimulou também a criação de gado para corte e carga em vastas áreas no sul do País, ocupando com isso a região para além do Tratado de Tordesilhas. O porto do Rio de Janeiro transformou-se no maior porto de escravos e de exportação de ouro do País. Nunca se importou tanto escravo como entre 1730 e 1750 (Boxer, 1969), fazendo com que a população escrava atingisse 48,8% da população do País. E, finalmente, a quantidade de ouro existente no planeta dobrou naquele século. Social e culturalmente, pela primeira vez no Brasil, a população ganhou uma maior diversidade de estratos, surgiu uma classe média formada por artesãos, mestres, funcionários do governo, militares, profissionais das minas e artistas.

Logo os paulistas se tornaram minoria em Minas Gerais, suplantados por uma população predominantemente portuguesa, proveniente do continente e das ilhas; em segundo lugar vinham gentes do Rio de Janeiro e depois da Bahia (Lemos, 1999). Vieram negros de diversas regiões da África e também de outras partes do Brasil, mão-de-obra excedente, oriunda da oscilação cíclica da produção canavieira da Bahia e Pernambuco.

As aglomerações humanas floresceram rapidamente; surgiram, da noite para o dia, povoados, arraiais e vilas junto às datas de mineração e ao longo dos caminhos. A sociedade ali formada era portuguesa em sua essência, diferentemente da paulista já miscigenada em sua origem.

O ouro, que promoveu toda esta revolução, durou pouco e logo na primeira metade do século XVIII estava em plena decadência. Contudo deixou sua herança duradoura: uma vasta rede de caminhos, o comércio, as trocas, a agricultura, a pecuária, e, sobretudo os assentamentos humanos. “Minas não nasceu do ouro, a despeito de seu nome, nasceu dos caminhos, dos lugares, das trocas”. (Moraes, 2005.p. xx)

Em 1709 foi criada a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, desmembrada do Rio de Janeiro. Em 1714, foram criadas as comarcas do Rio das Mortes, Vila Rica e Rio das Velhas. Em 1720, como consequência da Revolta de Vila Rica, D. João V desmembrou a Capitania em duas, a Capitania das Minas

Figuras 1.7 - Mapa da Comarca do Sabará / levantado por Bernardo Jozé da Gama, 1782-1854. Mostra a comarca de Sabará e as outras quatro comarcas que a circundam. Fonte: Biblioteca Nacional.

Figura 1.8 - Mapa de 1780 da Comarca do Rio das Mortes, onde estão representados os caminhos Velho e de Fernão Dias com sua variante a oeste. Fonte: Arquivo Museu Regional de São João del Rei.

Figuras 1.9 e 1.10 - Mapa da Comarca de Minas 1821 / Mapa da Comarca do Rio das Mortes. Fonte: Arquivos Históricos e Documentais da UFSJ.

Figura 1.11 - Mapa de Regionalização de Minas Gerais no século XVIII que, grosso modo, corresponde às antigas comarcas. Fonte: Cunha (2008)

Gerais e a Capitania de São Paulo, criando na primeira mais uma comarca, a de Serro Frio. As comarcas em Minas marcaram a regionalização de seu território, dividindo a Capitania em regiões com características próprias. A comarca do Rio das Mortes, objeto de nosso estudo, equivale hoje ao sul do Estado de Minas Gerais.

O sul da Capitania foi rota de penetração entre São Paulo e as minas do ouro por sua posição entre a região aurífera e o ponto de partida que era a cidade de São Paulo. Os caminhos mais usados pelos paulistas foram três: o primeiro, que teria sido usado por Fernão Dias, ao qual foi dado nome de *Caminho de Fernão Dias*; o segundo era chamado *Caminho de São Paulo* ou *Caminho Velho*, e o terceiro era denominado *Caminho do Guaianazes* (Moraes, 2005). Reconstituímos esses caminhos baseados em descrições e em antigos mapas, sobrepondo-os aos novos mapas e cotejando informações e toponímia.

O caminho de Fernão Dias partia de São Paulo, passava por Atibaia, Bragança Paulista, passava pelo registro Jaguari na altura de rio homônimo, transpunha a Serra da Mantiqueira na altura de Camanducaia, seguia ao norte passando pela Serra de Araquama (atual Canguava), passava pelo Rio do Peixe, pelo topônimo Três Irmãos, pelo povoado de Mandu (atual Pouso Alegre) e rio homônimo, seguia até o povoado de Santana do Sapucaí (atual Silvianópolis). Dali, em direção nordeste, transpunha-se o Rio Sapucaí em local chamado Passagem do Sapucaí, chegando a São Gonçalo e depois à Campanha do Rio Verde. De Campanha seguia-se novamente em direção nordeste passando pelos rios São Bento, Verde (em local denominado Ponte do Rio Verde), do Peixe, Angai e Capivari, chegando-se ao local denominado Curralinho (não encontrada correspondência nos mapas atuais) e dali encontrava-se com o *Caminho Velho* na passagem do Rio Grande.

O *Caminho Velho* foi pormenorizado nos relatos de Antonil de 1711.

No primeiro dia, saindo da vila de São Paulo, vão ordinariamente a pousar em Nossa Senhora da Penha, por ser (como eles dizem) o primeiro arranco de casa, e não são mais que duas léguas. Daí, vão à aldeia de Itaquetecetuba, caminho de um dia. Gastam, da dita aldeia, até a vila de Moji, dous dias. De Moji vão às Laranjeiras, caminhando quatro ou cinco dias até

o jantar. Das Laranjeiras até a vila de Jacareí, um dia, até as três horas. De Jacareí até a vila de Taubaté, dous dias até o jantar. De Taubaté a Pindamonhagaba, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, dia e meio. De Pindamonhagaba até a vila de Guaratinguetá, cinco ou seis dias até o jantar. De Guaratinguetá até o porto de Guaipacaré, aonde ficam as roças de Bento Rodrigues, dous dias até o jantar. Destas roças até o pé da serra afamada de Amantiqueira, pelas cinco serras muito altas, que parecem os primeiros muros que o ouro tem no caminho para que não cheguem lá os mineiros, gastam-se três dias até o jantar. Daqui começam a passar o ribeiro que chamam Passavinte, porque vinte vezes se passa e se sobe às serras sobreditas, para passar as quais se descarregam as cavalgadas, pelos grandes riscos dos despenhadeiros que se encontram, e assim gastam dous dias em passar com grande dificuldade estas serras, e daí se descobrem muitas e aprazíveis árvores de pinhões, que a seu tempo dão abundância deles para o sustento dos mineiros, como também porcos monteses, araras e papagaios. Logo, passando outro ribeiro, que chamam Passatrinta, porque trinta e mais vezes se passa, se vai aos Pinheirinhos, lugar assim chamado por ser o princípio deles; e aqui há roças de milho, abóboras e feijão, que são as lavouras feitas pelos descobridores das minas e por outros, que por aí querem voltar. E só disto constam aquelas e outras roças nos caminhos e paragens das minas, e, quando muito, têm de mais algumas batatas. Porém. Em algumas delas, hoje acha-se criação de porcos domésticos, galinhas e frangões, que vendem por alto preço aos passageiros, levantando-o tanto mais quanto é maior a necessidade dos que passam. E daí vem o dizerem que todo o que passou a serra da Amantiqueira aí deixou dependurada ou sepultada a consciência. Dos Pinheirinhos se vai à estalagem do Rio Verde, em oito dias, pouco mais ou menos, até o jantar, e esta estalagem tem muitas roças e vendas de cousas comestíveis, sem lhes faltar o regalo de doces. Daí, caminhando três ou quatro dias, pouco mais ou menos, até o jantar, se vai na afamada Boa Vista, a quem bem se deu este nome, pelo que se descobre daquele monte, que parece um mundo novo, muito alegre: tudo

campo bem estendido e todo regado de ribeirões, uns maiores que outros, e todos com seu mato, que vai fazendo sombra, com muito palmito que se come e mel de pau, medicinal e gostoso. Tem este campo seus altos e baixos, porém moderados, e por ele se caminha com alegria, porque têm os olhos que ver e contemplar na prospectiva do monte Caxambu, que se levanta às nuvens com admirável altura.

Da Boa Vista se vai à estalagem chamada Ubaí, aonde também há roças, e serão oito dias de caminho moderado até o jantar. De Ubaí, em três ou quatro dias, vão ao Ingaí. Do Ingaí, em quatro ou cinco dias, se vai ao Rio Grande, o qual, quando está cheio, causa medo pela violência com que corre, mas tem muito peixe e porto com canoas e quem quer passar paga três vinténs e tem também perto suas roças. Do Rio Grande se vai em cinco ou seis dias ao rio das Mortes, assim chamado pelas que nele se fizeram, e esta é a principal estalagem aonde os passageiros se refazem, por chegarem já muito faltos de mantimentos. E, neste rio, e nos ribeiros e córregos que nele dão, há muito ouro e muito se tem tirado e tira, e o lugar é muito alegre e capaz de se fazer nele morada estável, se não fosse tão longe do mar. Desta estalagem vão em seis ou oito dias às plantas de Garcia Rodrigues. E daqui, em dous dias, chegam à serra de Itatiaia. Desta serra seguem-se dous caminhos: um, que vai dar nas minas gerais do ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e do Ouro Preto, e outro, que vai dar nas minas do rio das Velhas, cada um deles de seis dias de viagem. E desta serra também começam as roçarias de milho e feijão, a perder de vista, donde se provêm os que assistem e lavram nas minas. ⁷

⁷. ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp, 1982, p.78 (primeira edição em Lisboa, 1711)

Este caminho, juntamente com o caminho de Fernão Dias foi cotejado por nós entre as diversas fontes para reconstituir, em um novo mapa sobre as bases atuais, as velhas rotas.

Concluimos que o Caminho Velho passa, *grosso modo*, por rotas conhecidas. Saindo de São Paulo, segue o Rio Paraíba até a altura de Guaratinguetá, dali subindo a Serra da Mantiqueira para atravessá-la na Garganta do Embaú. Dali passa por Pinheirinhos (não encontrada referência em mapas atuais) e depois pela Estalagem do Rio Verde, às margens do rio homônimo (provavelmente atual Pouso Alto), seguindo até Boa Vista (atual Caxambu). Da Boa Vista vai-se a Ubái (não é encontrada referência em mapas atuais), dali até o Ingaí, atualmente Rio Angai e fazenda homônima. Dali segue-se sem maiores descrições até o Rio Grande. Neste trecho, embora Antonil não tenha dado maiores referências, encontramos em mapas coevos a passagem pelo Favacho, depois por Carrancas, indo se encontrar com o *Caminho de Fernão Dias* na passagem do Rio Grande. Após a passagem do Rio Grande, os caminhos não são mais tão claros e definidos; surge um emaranhado de caminhos junto à zona mineratória de São João del-Rei e São José que se liga à outras zonas mineratórias e à região da Zona da Mata.

Segundo Moraes, o terceiro caminho saindo de São Paulo com destino a Minas Gerais era o *Caminho dos Guianases* passava pelo Vale de Mogi-Guaçu, vindo a desenvolver variantes que passavam por Jacuí e por Cabo Verde tendo sido usado pelos sertanistas Mathias Cardozo, Domingos Jorge Velho, Manuel Álvares Navarro e Francisco Dias Siqueira em suas incursões ao nordeste (Moraes, 2005).

Mas talvez o caminho mais antigo fosse o *Caminho Geral* do Sertão que, segundo Moraes, “articulava São Paulo aos Sertões Nordestinos, saindo de Pinheiros rumo ao norte,

Figura 1.12 - Mapa de 1804 da Comarca do Rio das Mortes com destaque para os rios Grande e Pardo. Note ainda o Verde e o Sapucaí e seus afluentes. Aparece o caminho de Fernão Dias. Fonte: Costa (2004)

Figura 1.13 - Mapa da Comarca do Rio das Mortes de 1778, onde, além do Caminho de Fernão Dias, aparece um caminho paralelo passando por Ouro Fino e derivando a oeste em Lucas Borges. Fonte: Costa (2004)

passando ao leste de Jundiá, atravessando o Rio Grande até o São Francisco, daí se desenvolvendo ao longo de suas margens” (Moraes, 2005. p135). Este caminho, ao contrário dos anteriores, não tinha como destino as minas, mas sim o nordeste. Note que a descrição é bastante vaga, principalmente ao descrever a travessia do Rio Grande, podendo coincidir em suas variantes com o *Caminho dos Guaianases* em sua passagem por Jacuí e Cabo Verde, especialmente Jacuí, porque logo após se dava a passagem pelo Rio Grande na altura de Piuí, chegando às cabeceiras do Rio São Francisco. Neste mesmo sentido seguia também a Estrada de Goiás, onde o Rio Grande “podia ser atravessado entre Igarapava e Miguelópolis, a jusante da ilha de Roberto ou do Pepino, após as corredeiras da Escaramuça e da Espinha.”⁸

⁸. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado &

BRIOSCHI, Lucila Reis. *Na Estrada do Anhanguera*, EDUSP, São Paulo. 1999. P. 47

Figura 1.14 - Mapa da Capitania de Minas Gerais com suas comarcas, 1778. Onde estão marcados os principais caminhos. Na comarca do Rio das Mortes aparecem: em vermelho, o caminho velho, em salmão o caminho de Fernão Dias, e em amarelo claro os caminhos secundários a oeste. Fonte: Rwocha (1995).

Figura 1.15 - Mapa da Comarca do Rio das Mortes de 1800. Fonte: Costa (2004)

Nos fins século XVII foi iniciada por Garcia Rodrigues Pais a abertura do *Caminho Novo*, que ligava o Rio de Janeiro diretamente à região de Ouro Preto. Esse caminho reduzia em aproximadamente 15 dias o tempo de viagem do Caminho Velho da Cidade do Rio de Janeiro, que seguia pelo mar até Parati e, dali, até o Vale do Paraíba onde se encontrava com o Caminho Velho de São Paulo. Há, contudo, certa confusão nas nomenclaturas porque, em meados do século XVIII, foi aberto o Caminho Novo de Piedade ligando as cidades do Vale do Paraíba à cidade do Rio de Janeiro por terra, sem necessidade de descer até Paraty e concluir o caminho por via marítima. Esse não deve ser confundido com o Caminho Novo de Garcia Pais. Com base nessas informações, desenhemos um panorama geral dos principais caminhos que cruzavam a Comarca do Rio das Mortes.

Durante o período colonial a postura da política administrativa do Estado visava ao controle das minas e, por isso, coibia a abertura de novos caminhos, o que facilitava o controle e a cobrança de impostos e evitava a fuga de riquezas. Assim foram estabelecidos, ao redor das minas, postos de controle do fisco, os chamados *registros*. Nas divisas do território da Comarca do Rio das Mortes com a Capitania de São Paulo foram estabelecidos os registros da Mantiqueira, de Jaguari, de Toledo e de Caldas. Essa postura de controle e coibição vai se reverter após 1808, com a vinda de D. João VI quando, ao invés de coibir, o Estado passa a incentivar a abertura de novos caminhos a fim de facilitar o escoamento da produção para

Figura 1.15 - Mapa da Comarca do Rio das Mortes. Nesta mapa estão representados com precisão os caminhos, rios, passagens, registros e vilas da comarca. Fonte: Arquivo Museu Regional de São João del Rei - cedido pela Fundação João Pinheiro.

Figura 1.16 - Mapa da Comarca do Rio das Mortes de 1809 com a divisão das freguesias e termos.

Fonte: Costa (2004)

Figura 1.17 - Mapa de 1801 da divisa da capitania de Minas Gerais com São Paulo na Serra da Mantiqueira. Note que a região estava cortada por diversos caminhos e picadas (salmão) além do Caminho Velho (vermelho) e ocupada com a presença das fazendas. Fonte: Costa (2004)

abastecimento da Corte. São dessa época a *Estrada do Comércio* e a *Estrada da Polícia*, passando pelo Vale do Paraíba fluminense e mineiro e acabando por ligar a região de São João-del-Rei ao *Caminho Novo*, o que fez encurtar em muitos dias o tempo de viagem ao Rio de Janeiro. De meados do XIX é a *Estrada do Picu*, esta propriamente em território sul-mineiro, ligando a região de Baependi / Aiuruoca ao Vale do Paraíba num ponto abaixo de Areias, mais próximo ao Rio de Janeiro, servindo como alternativa mais curta ao *Caminho Velho*. Essa estrada foi aberta por proprietários de Baependi, Campanha e Pouso Alegre em 1822, encurtando em cinco dias o caminho para a Corte.

Mas mesmo durante o século XVIII a política de controle não evitou, de todo, a abertura de novos caminhos e a dispersão da população ocupando novas áreas. Foi o caso da ocupação dos “sertões da Mantiqueira”.

Com a intenção de coibir o contrabando do ouro pó, caminhos “não oficiais” e a existência de lavras imemorais, o governo metropolitano mandou que se fechassem quaisquer trilhas e logradouros existentes nas imediações das áreas mineratórias, tornando algumas regiões “áreas proibidas” à ocupação. Foi o caso, por exemplo, dos sertões da Mantiqueira / sertões do Leste, na fronteira sul da capitania de Minas Gerais.⁹

⁹ RODRIGUES, André Figueiredo, *Os Sertões Proibidos da Mantiqueira*; In Revista Brasileira de História V. 23 nº46 São Paulo, 2003. p.

A denominação “áreas proibidas” foi criada em 1736 pelo Bando de Aditamento ao Regimento de Minerar, que proibia que se lançassem posses de terras situadas nas extremidades não povoadas de capitania. Ao impossibilitar a abertura de novos caminhos e picadas nos matos, em áreas

onde inexistiam registros e vigilância das patrulhas, tentava-se evitar extravios do ouro. Contudo as áreas proibidas continuaram a ser ocupadas, tanto por atividades agrícolas quanto mineradoras, a tal ponto que o governador dom Rodrigo José de Meneses enviou àquela região o intendente da Comarca do Rio das Mortes, Félix Vital Nogueira, a fim de verificar se “interesses particulares sobrepunham-se aos dos povos do império português”.

Em 1780 o governador encaminhou uma expedição comandada pelo tenente coronel Francisco Antônio Rebelo para os mesmos fins; finalmente, em 1781, o próprio governador percorreu as supostas “áreas vedadas dos sertões” constatando a efetiva ocupação realizada “furtivamente” através de anos, sem que os governadores anteriores desconfiassem dela. Diante disso promoveu oficialmente a ocupação daquela região através da busca de novos veios auríferos e da doação de sesmarias. Instalou secretaria provisória naquele sertão, onde recebeu “mais de oitocentos requerimentos solicitando a repartição de terras agrícolas e minerais da Mantiqueira”. O ordenamento da região “enquadra-se num contexto maior de política colonial portuguesa, que não era somente povoar as terras devolutas, mas transformar seus habitantes em bons vassalos, pagadores de tributos e laboriosos, conforme os interesses do Estado” (Rodrigues, 2003).

Não foi a primeira e nem teria sido a última vez que o Império lançaria mão desse procedimento ao longo da colonização. O reduzido poderio econômico e o pequeno contingente populacional português, diante da extensão do império e, principalmente, frente aos demais impérios europeus, fizeram com que o Estado agisse com astúcia ao delegar a particulares o que deveria ser de sua alçada, concedendo-lhes doações de terras, títulos nobiliárquicos, e facilidades em contrapartida. O sertão era algo que se movia continuamente; era empurrado cada vez mais para longe cedendo lugar ao território devidamente tributado. Assim, transformava-se sertão em território.

Numa colônia cujas fronteiras ainda eram móveis e provisórias, cujos limites só seriam traçados em 1777 – mas que, até o século XX, seriam redefinidos -, a expansão e as frentes de povoamento eram extramente importantes.¹⁰

¹⁰ SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 4ª edição 2004

O sistema de concessão de sesmarias data dos primórdios da fundação do Estado Português; foi criado em 1375 e perdurou até 1827, sendo extinto no reinado de D. Pedro I. Essa era a maneira pela qual se obtinham oficialmente as terras no Brasil durante esse período; as sesmarias eram concessões que o Estado fazia aos sesmeiros, que não eram proprietários da terra e sim concessionários. A partir do ano de 1850, quando da lei nº. 601 do Império, a chamada Lei de Terras, o sistema passou a ser o de propriedade privada da terra. As sesmarias tinham área definida, mas um mesmo fazendeiro poderia obter a concessão de várias sesmarias contíguas, caracterizando grandes latifúndios. Em sua segunda viagem ao Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, Saint-Hilaire (1974) tece considerações a esse respeito:

“Retalhou-se o solo pelo sistema de sesmarias, concessões que só se podiam obter depois de muitas formalidades e a propósito das quais era necessário pagar o título expedido. O rico, conhecedor do andamento dos negócios, tinha protetores e podia fazer bons favores; pedia-as para cada membro de sua família e assim alcançava imensa extensão de terras.”¹¹

¹¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia 1974, p. 23

Dessa maneira, após 1808, o Estado incentivou a criação de caminhos e a ocupação de terras ao longo desses caminhos e rotas, fazendo concessões de sesmarias, principalmente entre a capital e a região das minas, incentivando a produção e facilitando o abastecimento.

Sabemos que, no primeiro momento após a descoberta do ouro, houve grande demanda por alimentos, gerada pelo abrupto aumento da população. As áreas paulistas, já estabelecidas, tornaram-se abastecedoras de gêneros alimentícios para a população das minas. Aos poucos foram sendo criadas fazendas nas regiões das minas e ao longo dos caminhos. Essas propriedades tornaram-se novas abastecedoras da população mineira. Muitas vezes os proprietários preferiam dedicar-se à atividade agrícola, que era certa e também lucrativa, a arriscar-se nas minas, atividade incerta e em decadência. As terras da Comarca do Rio das Mortes, famosas por sua qualidade, foram preferidas por esses proprietários e, no *Mapa da Regionalização* (figura 1.11), foram chamadas de “Campos do Sul”.

*O gado dos arredores do Rio Grande tem justificada fama, graças ao tamanho e força. Alimentadas em ótimos pastos, as vacas dão leite quase tão rico em nata quanto o das nossas montanhas. Com ele se faz grande quantidade de queijos exportados para o Rio de Janeiro.*¹²

¹² Idem, ibidem, p.48

Inicia-se, assim, a efetiva ocupação do sul de Minas, agora não mais com ranchos efêmeros, mas através de fazendas que se dedicam ao abastecimento, algumas delas existentes até hoje. Note-se que a atividade agropecuária não era antagônica à atividade mineratória; ao contrário, eram complementares e coexistiram num mesmo período.

Geralmente a ocupação rural em Minas está ligada a uma visão de decadência, de ruralização.

Antigos mineradores e negociantes se transformam em fazendeiros; artesãos e empregados se fazem posseiros de terras devolutas. Citadinos ruralizados espalham-se pelos matos, selecionando a terra já não pela riqueza aurífera, mas por suas qualidades para moradia e cultivo.(...) muitas parentelas antes ricas, mas de bens minguantes, emigraram com sua escravaria para sesmarias conseguidas em territórios ermos. Aí reconstituem núcleos de vida autárquica, novamente orgulhosos de só dependerem do comércio para o provimento do sal, mal escondendo, atrás dessa vaidade, a sua penúria” ¹³.

¹³ RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

Ora, somente se ruraliza aquele que é da cidade, passando a idéia de que a nova população rural é a população urbana em decadência. Ao contrário, sabemos hoje que a atividade rural se expande à medida que a demanda por alimentos aumenta e foi exatamente o que promoveu uma maior ocupação das terras do sul de Minas. Sua população não era formada apenas por *cidadinos ruralizados*, mas também por portugueses que chegavam em ondas de migração constantes que eram absorvidas pela população local, em muitos casos pela classe proprietária. Primeiro porque abasteciam a população urbana da própria Capitania, principalmente de outras Comarcas onde a atividade mineratória era mais intensa e o solo não apresentava maiores qualidades para o cultivo. Em um segundo momento, porque, após 1808, a demanda é puxada pelo

desequilíbrio populacional provocado pela transferência da Corte para o Rio de Janeiro e pelo conseqüente aquecimento da economia brasileira. Em seguida, com o advento da cafeicultura, o sul de Minas reforça novamente sua vocação, abastecendo não só a Corte, mas também as regiões produtoras de café no Vale do Paraíba.

Não podemos excluir de todo a questão da decadência, tratada por Souza (2004) em *O Falso Fausto*. Houve, sim, casos como a citação de Ribeiro, mas esta não é a única face da moeda. Essa visão da história mineira passa a ser revisada a partir da década de 1980 com Alcir Lenharo em *As Tropas da Moderação*, onde se explica como o sul de Minas passou a ser o principal pólo abastecedor da Corte e suas relações com o Império. A partir daí, muitos trabalhos contemporâneos como o de F. B. Moraes vêm corroborar a idéia do deslocamento do eixo econômico da Capitania de Minas Gerais para a porção sul já no fim do século XVIII, consolidando-se durante todo o século XIX.

Em fins do XVIII, já é visível o deslocamento do eixo econômico da capitania das áreas mineradoras centrais para a região da Comarca do Rio das Mortes que, em razão da fertilidade de suas terras e figurando como centro de comércio em expansão, acabava por incorporar a mão-de-obra escrava excedente oriunda das áreas auríferas em processo de exaustão. (...) Das sete vilas erigidas do último quartel do século XVIII até o fim do período colonial, seis pertenciam à Comarca do Rio das Mortes – São Bento do Tamanduá (1789), Queluz (1790), Barbacena (1791), Campanha da Princesa da Beira (1798), Baependi e São Carlos do Jacuí (1814).¹⁴

¹⁴ MORAES, Fernanda Borges de, *A Rede Urbana da Minas Coloniais: na Urdidura do Tempo e do Espaço*, Tese de Doutorado, São Paulo, 2005, p.378

Note que a população da Comarca se concentrava na parte leste da região; das seis vilas, apenas uma, São Carlos do Jacuí, fica a oeste do Rio Sapucaí. Apesar do aumento da atividade econômica no sul da Capitania e da fundação de vilas, esses arraiais e vilas tinham vida intermitente, recebiam grande população apenas por ocasião das festas e acontecimentos religiosos. Como notou Saint-Hilaire ao passar pelas vilas de Juruoca e de Taubaté.

Não é habitada durante a semana senão por mercadores, operários e prostitutas. Mas aos domingos e dias de festa, torna-se um lugar de reunião para todos

os agricultores da comarca.

(...)

*Como em todas as cidades do interior do Brasil, a maioria das casas fica fechada durante a semana só sendo habitada nos domingos e dias de festas.*¹⁵

¹⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia 1974, p.77

À medida que a demanda por novas terras aumenta, a expansão se dá no sentido leste-oeste, seguindo o sentido dos rios Grande, Verde e Sapucaí, em território mineiro, e os rios Mogi e Pardo, que nascem em território mineiro e seguem para São Paulo. Esses vetores de ocupação seguem até encontrar velhas rotas como a *Estrada de Goiás* e o *Caminho Geral do Sertão*. Ao mesmo tempo, aprofunda-se também a ocupação de antigas áreas com o desdobramento de antigas fazendas dando origem a fazendas mais novas. A chegada da população mineira à *Estrada de Goiás*, região nordeste de São Paulo vai marcá-la profundamente como bem descreve Freitas (1986) em *Arquitetura Rural do Nordeste Paulista*. Outra zona, fora da Capitania de Minas Gerais, que também sofreu influência mineira foi o Vale do Paraíba no período de desenvolvimento de sua lavoura cafeeira, como veremos a seguir. Portanto a ocupação do Sul de Minas deu-se preferencialmente de leste para oeste. Via de regra as fazendas situadas mais a leste da região demarcada são mais antigas que a oeste. Mas como a abertura de fazendas também se dá por “saltamentos” o inverso também acontece. Por exemplo, Jacuí, situada no extremo oeste da região, foi fundada antes de muitas cidades situadas ao centro ou a leste da região. Portanto pode haver em Jacuí fazendas mais antigas do que em Três Pontas. Não devemos nos esquecer também de fatores pontuais que influenciaram a abertura de fazendas como a existência de minas de ouro como as minas de Itajubá, São Gonçalo e Ouro Fino, a fundação de vilas e a ocupação ao longo de antigas rotas. De fato, quando analisamos as datas estimadas da fundação das fazendas, verificamos que ao leste existe maior concentração de fazendas mais antigas, o que não exclui, de todo, a existência de fazendas do XVIII na porção oeste do sul de Minas.

Os sertões a oeste do Rio Sapucaí eram desabitados até meados do século XVIII e somente a partir da década de 1740 começam a ser povoados como mostram os documentos do Abecedário de Moradores da Província de Minas Gerais – Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Década de 1740: José Pires Monteiro, natural de Jacareí, descobre ouro na margem esquerda do Rio Sapucaý dando início ao povoamento a oeste do rio.

2 de março de 1746 o português Francisco Martins Lustoza, vindo da freguesia da Campanha do Rio Verde, é nomeado Guarda Mor Regente do novo descoberto e da região do Sapucaí.

Agosto de 1748: o Rei de Portugal ordena ao Governador mineiro, Gomes Freire de Andrade, que fizesse nova definição das linhas divisórias das capitanias “como melhor lhe aprouvesse”.

19 de setembro de 1749, o Ouvidor Geral do Rio das Mortes, Dr. Tomaz Rubim de Barros Barreto do Rego, atravessando o Rio, foi ter ao Arraial de Santana do Sapucaý, onde fez a divisão e posse ordenadas por Gomes de Freire Andrade.

1755: Pedro Franco Quaresma, vindo do Arraial de Ressacatú, descobre ouro na região de São Carlos do Jacuy, cuja posse é tomada pela Câmara de Jundiá. Fundamenta-se neste fato a questão da posse mineira ou paulista na região.

4 de março de 1755, o padre Inácio Paes de Oliveira é provido, como capelão curado, pelo Bispado de São Paulo.

5 de setembro de 1764: o Governador da Capitania de Minas Gerais, Luiz Diogo Lobo da Silva, resolve fazer uma viagem de inspeção pelas regiões limítrofes com a Capitania de São Paulo. Partindo de Vila Rica, dirigiu-se a comitiva a São João del Rey, tomando rumo noroeste pela margem do Rio Grande, passando por Oliveira, Tamanduá, Piunhi, e atravessando o Rio Grande, junto à barra do Sapucaý, penetrou na região sul-mineira. Chegando ao arraial de São Pedro de Alcântara e Almas do Jacuí, o General Luiz Diogo, destituiu as autoridades paulistas e publicou um Bando, em 24 de setembro de 1764, pelo qual regulou a posse mineira naquela localidade. 1775: as paróquias mineiras eram restituídas ao Bispado de São Paulo.¹⁶

¹⁶ *Abecedário de Moradores da Capitania de Minas Gerais* – Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Ano 1792. Livro nº5 – Comarca do Rio das Mortes

Os fatos arrolados acima mostram como a região foi sendo regulamentada ao longo da segunda metade do XVIII. No fim do XVIII os limites administrativos já estavam definidos. A região do oeste do Sapucaí era governada por Minas Gerais,

Figura 1.18 - Mapa de toda a extensão da Campanha da Princesa e limites entre São Paulo e a capitania das Minas do Ouro, 1799. Note que o Bispado de São Paulo vai até o limite do Rio Sapucaí enquanto que a capitania termina na linha representada ligando os diversos registros. Fonte: Souza (2004).

mas no que diz respeito ao poder eclesiástico, ainda em 1799, a região pertencia à diocese de São Paulo como mostra o mapa acima. (figura 1.18)

No fim do século XVIII a região hoje conhecida como Sul de Minas, recorte espacial de nossa pesquisa, já estava perfeitamente desenhada como mostra o mapa acima. Esta parte da Comarca do Rio das Mortes, que exclui a região ao norte do Rio Grande, possui características culturais próprias que buscamos identificar neste trabalho através de sua arquitetura. A delimitação atual do território em estudo será feita no capítulo sete.

Se observarmos os mapas do fim do XVIII e início do XIX notaremos um emaranhado de caminhos logo ao norte do Rio Grande, região das fazendas analisadas pela pesquisadora Helena Martins, hoje denominada Campo das Vertentes. A região por nós analisada, ao sul do Rio Grande, não possui a mesma profusão de caminhos. Ao se referir aos caminhos que ligavam a região de São João del Rei ao *Caminho Geral do Sertão*, a pesquisadora descreve:

Todos esses caminhos eram desertos, áridos, perigosos e variantes, sujeitos a assaltos e piratarias. Os meios de transporte eram tropas de burro, carros de bois, comboios e liteiras conduzidas por escravos ou por animais, sendo comuns os percursos a pé. Foram

¹⁷ MARTINS, Helena Teixeira: *Sedes de Fazendas Mineiras - Campos das Vertentes - Séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte, BDMG Cultural, 1998, p.34

instalados ranchos de tropeiros ou pousadas, que além de dar abrigo a viajantes, tornaram-se também postos de abastecimento, de negócios e de produção de algum alimento, podendo ser considerados como precursores das fazendas.¹⁷

Como relata a citação acima e outras inúmeras citações de viajantes, os percursos e o transporte de mercadorias eram feitos em tropas de burros, carros de bois, comboios, liteiras, a cavalo ou a pé e suas medidas eram dadas em léguas. Segundo o diário de viagens de Saint-Hilaire, as distâncias percorridas em um dia não passavam de seis léguas, sendo comuns percursos menores em regiões montanhosas. Isso pode nos dar a idéia da densidade da ocupação no ano de 1822. A região percorrida pelo viajante já estava regularmente ocupada nesta data, pois não se passavam mais de uma a seis léguas sem se deparar com habitantes e pouso seja em fazendas, vendas, registros ou vilas.

¹⁸ LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura / Prefeitura, 1993, p.62, 63

*Pelo menos a cada quarto de légua se encontrava uma venda, um rancho, assinalam os viajantes. (...) Observa-se, não raro, um caráter de complementaridade entre fazenda, rancho, venda, pastagens, postos em serviço de modo integrado.*¹⁸

Em relação à população que ocupou a região, contamos a historiografia tradicional, especialmente a paulista, que houve um refluxo dos paulistas que teriam voltado das minas em direção a São Paulo. Foi o que Luis Saia (1999) chamou de “paulistas de torna viagem”. Mas esse tipo de migração foi demasiadamente restrito e pontual em relação ao montante de colonizadores daqueles sertões, pois a grande maioria

Figura 1.19 - Mapa Original dos Itinerários de Saint-Hilare.
Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Figura 1.20 - Croqui do itinerário feito por Saint-Hilaire em sua segunda viagem a Minas, São Paulo e Rio. Fonte: Saint-Hilaire (1938).

de paulistas já havia sido expulsa das minas na Guerra dos Emboabas ou teria sido absorvida pela esmagadora maioria da população branca, portuguesa em sua essência. O caso mais conhecido de “paulista de torna viagem” é o da fazenda do Rosário em Itu, descrito por Carlos Lemos em *Casa Paulista*:

*Isso realmente aconteceu com os sucessos de guerra dos Emboabas e com o regresso de gente de São Paulo vinda para aplicar em lavouras o ouro economizado nos anos passados em Minas, como Roque Soares de Almeida, como aquele Pacheco fundador do engenho do Rosário, em Itu, e poucos outros. Esses paulistas de volta ao seu berço, fixados na bacia do Tietê, nada têm a ver com esses mineiros em busca de novas pastagens para o seu gado no nordeste de São Paulo.*¹⁹

¹⁹ LEMOS, Carlos A. C. *Casa Paulista*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 76.

Outra versão muito comum que constatamos na historiografia tradicional é que antigos mineradores tornaram-se agricultores como já foi anteriormente citado por Darcy Ribeiro (1995). Ao longo de nossa pesquisa mostramos não ser essa a única versão. Analisando a história de cada fazenda, seja através de inventários, seja através de livros de genealogia, constatamos que a maioria das famílias teve como primeiro patriarca-embrião um português vindo diretamente de Portugal ou das Ilhas para a região sul, sem que tivessem necessariamente passado pela região ou atividade mineradora. Geralmente esses imigrantes portugueses, recém-chegados a partir de meados do século XVIII, casavam-se com uma mulher branca da terra, também de origem portuguesa, mas já há muito em Minas. Como observa Lemos, mesmo os proprietários mineiros, ditos “da terra”, eram, em última instância, portugueses.

*Aliás, quando falamos de mineiros, é certo que nos referimos também a portugueses, porque na verdade todo mineiro era necessariamente um reinol de formação, pois por essa época haveria no máximo uma terceira geração descendente de imigrados Portugal.*²⁰

²⁰Idem, *Ibidem* p.136

Essa constante corrente migratória talvez tenha contribuído para a diferenciação dessas fazendas do Sul de Minas das demais fazendas de outras regiões da Capitania, especialmente devido aos mestres-construtores que eram, em sua maioria, portugueses.

Além do casamento consanguíneo, que garantia a permanência da propriedade na mesma família, esses mineiros também apreciavam casar suas filhas com portugueses, contribuindo para sua assimilação paulatina na sociedade local.

Nesse tempo os senhores de Sesmaria e Fazendas destes sertões, quase sempre homens brancos, de boa educação e de famílias honradas e tendo alguma fortuna, lutavam com dificuldade para arranjarem casamentos condignos para as suas filhas, pois havia falta de rapazes nessas condições. O 'português' ou 'novato' como eram conhecidos, salvavam todas as situações difíceis, contanto que o dote aparecesse com a noiva. O preconceito contra o caboclo e o homem de cor auxiliava muito o colono português, porque esses homens rudes e cheios de si, dispensavam muito o caboclo e o mulato e tinham como honra casar uma filha com europeu.²¹

²¹ BARCELLOS, Luiz – *Sertão da Pedra Branca*, disponível em <<http://www.cristina.mg.gov.br>> acessado dia 12 de maio de 2008

Durante muito tempo a historiografia tradicional relacionou, ou melhor, vinculou certos postulados a propriedades rurais. A produção voltada à exportação e que usava mão-de-obra escrava estava vinculada à monocultura e a grandes propriedades. A policultura estava vinculada a pequenas propriedades e à mão de obra familiar e sua produção destinada à subsistência. Estes conceitos tão arraigados geram certa dificuldade em se compreender a atividade econômica das propriedades do Sul de Minas no período analisado. Estas fazendas eram grandes propriedades, possuíam mão-de-obra escrava, porém produziam uma vasta gama de gêneros destinados ao consumo e também à exportação²². As fazendas do Sul de Minas foram uma exceção no cenário nacional como observou Caio Prado Jr.

²² *O termo exportação na linguagem da época significa exportar para outras províncias e não para fora do país com hoje.

E é aqui que encontramos as principais daquelas poucas exceções acima lembradas de grandes propriedades, fazendas, ocupadas unicamente com a produção de gêneros de consumo interno.²³

²³ PRADO JR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 8. ed São Paulo, Brasiliense, 1972. p. 162

Ou ainda em Lenharo:

Nem toda economia mineira refluíu para a subsistência. (...) E nem a economia de subsistência - no caso, a

*do Sul de Minas – estava fechada sobre si mesma, operando com baixo teor de produtividade, uma vez que era de natureza mercantil e voltada para mercados.*²⁴

²⁴ LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura / Prefeitura, 1992, p.61

Não se pode dizer que eram fazendas ligadas a algum determinado “ciclo econômico” como o ciclo do ouro, do café ou da cana. Esta seria uma visão muito reducionista da história. São fazendas que produziam toda sorte de gêneros alimentícios e de abastecimento, gêneros que atendiam ao mercado regional e também eram exportados para outras praças, principalmente para o Rio de Janeiro. Esses fazendeiros constituíam uma classe que não pode ser classificada como uma classe de agricultores, cafeicultores, senhores de engenho, usineiros, nem mesmo de fazendeiros, porque muitas vezes tinham também outras atividades. Quem melhor definiu esta classe foi Alcir Lenharo ao chamá-los, apenas, de *proprietários* ou *classe proprietária*. O termo *proprietários* envolve também proprietários de escravos, de terras, de gado, de negócios.

Essas fazendas tinham também uma outra face que não se revela nos recenseamentos da produção econômica da província; são fazendas que, antes de tudo, serviam a si próprias, sustentando sua própria autarquia ibérica, individualista e personalista. Seus proprietários bravateavam orgulhosos de somente dependerem do comércio para o provimento de sal e querosene. As fazendas assim formadas constituíam mais uma forma de ocupação do território do que meio de produção de algum produto específico. Os produtos eram vários e variáveis conforme a necessidade de cada período e de cada região. Conforme as famílias iam crescendo, aumentava a necessidade de se procurarem mais e mais terras. Um afã de transformar sertão em território e arrebanhar mais terras é o que moveu essa gente cada vez mais a oeste, conquistando novas áreas.

Num primeiro momento, a pecuária foi a principal atividade. Sendo um bem semovente, a criação de gado foi a maneira mais rápida de penetração e ocupação do território, selecionando preferencialmente as áreas de topografia suave dos campos de altitude. Nos recenseamentos feitos no Segundo Império, há registro da criação de gado vacum, cavalar, suíno e ovino efetivada em larga escala. Do gado se exportavam principalmente a carne, o toucinho, o queijo e a sola. A carne era exportada na forma do “gado em pé” uma complexa cadeia até chegar ao Rio de Janeiro onde as reses eram abatidas. Ao fixarem-se na terra produziam, sim, toda sorte de alimentos,

tanto para as necessidades domésticas quanto para exportação. Os principais gêneros agrícolas foram a cana-de-açúcar, destinada à produção de rapadura, pinga e açúcar para doces; milho para fazer farinha e fubá nos moinhos e monjolos e para alimentar animais; café para o consumo e exportação; arroz e feijão para o consumo e fumo para exportação, além de hortaliças e frutas para o consumo exclusivo na fazenda; esse tipo de gênero não se comercializava. O fumo teve grande peso na pauta das exportações do sul de Minas, sendo famoso por sua quantidade e qualidade, imortalizado por Oswald de Andrade no poema *Pau Brasil*. O leite e os queijos também tinham grande qualidade como observou Saint-Hilaire que, como bom francês, não deixou de compará-lo aos de sua terra.

*A fazenda que pernoitei foi edificada por um mineiro; a casa do dono é ampla e construída de pedra, e tem um madeiramento bem bonito (...). Este homem não se ocupa em minerar ouro como o sogro; aproveita os pastos que rodeiam a habitação para criar animais; possui cerca de mil cabeças de gado e faz muito queijo.*²⁵

²⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia 1974, p. 41

*Rancho de Traituba, 2 de março 4 léguas. – Como atrás disse, fecham-se todas as noites os bezerros num curral e as vacas aproximam-se sozinhas da fazenda, Desde a madrugada fazem-nas entrar no terreiro onde são ordenhadas por negros e negras. Despejam então o leite em pequenos barris cintados de aros de ferro e transvasam-no por meio de cuias, cortadas longitudinalmente, pela metade.*²⁶

²⁶ Idem, ibidem, p.48

O café foi cultivado na região desde primórdios da cafeicultura no Brasil, no início do século XIX. Essa fase, contemporânea à produção cafeeira no Vale do Paraíba, teve caráter local, não exatamente de subsistência; era voltada ao consumo, ao comércio intraprovincial. Apenas os municípios da zona da mata, como Leopoldina, tinham produção em grande escala como nas propriedades da região de Vassouras. A partir da segunda metade do XIX inicia-se uma segunda fase da cafeicultura no sul de Minas. Com a chegada do trem de ferro, muda-se o caráter da produção que passa a ser em larga escala e voltada à exportação; muitas das fazendas analisadas tiveram suas estruturas adaptadas para a produção de café nesta fase.

Figura 1.21 - Mapa da *San Paulo Brazilian Railway* mostrando a malha ferroviária de São Paulo e Minas Gerais. Note que a malha ferroviária perfaz antigas rotas como o Caminho Velho e caminhos a oeste, mas abandona completamente o Caminho de Fernão Dias. Fonte: Rodrigues (2006)

Além da adaptação das antigas instalações, houve também o surgimento de novas fazendas, ou novas casas em antigas fazendas, abandonando a velha técnica construtiva e utilizando a alvenaria portante de tijolos a partir da virada do XIX para o XX.

Na década de 1970 tem início a terceira fase, marcada pelas novas tecnologias de pesquisa, plantio e produção, pelas novas formas de transporte (rodoviário) e comercialização (porto seco). Nesta fase, o Sul de Minas se consagra como a principal região cafeeira do Brasil. A cultura do café é muito ligada, no imaginário brasileiro, ao fausto e à nobreza devido à sua trajetória no Brasil, principalmente no Vale do Paraíba. Isso torna muito tentadora a associação desse produto à imagem de qualquer região, mesmo que não tenha tido o café um papel tão relevante nos primórdios da ocupação. Portanto a associação do café com as fazendas do sul de Minas, embora muito tentadora, deve ser feita com muito cuidado, distinguindo-se suas fases. Na sua origem, essas fazendas não eram, em absoluto, "fazendas de café". São raríssimas as propriedades em que se pode perceber que os terreiros e demais equipamentos do conjunto cafeeiro tenham sido feitos à mesma época da construção das casas; na maioria dos casos as instalações para a produção e o beneficiamento do café foram feitas depois, adaptando-se à situação existente.

Conforme já dissemos, a passagem do século XVIII para o XIX, o Sul de Minas desponta como centro econômico da província, deslocando o eixo econômico da região mineradora para a Comarca do Rio das Mortes. A mudança da condição de Colônia para sede do Império, a partir de 1808, veio consolidar

essa tendência e, durante o século XIX, os proprietários do Sul de Minas foram responsáveis pelo abastecimento da Capital, estabelecendo inclusive ligações políticas com a Corte. Embora não tenha tido influência direta no Sul de Minas, o desenvolvimento da cafeicultura, ocorrido no Vale do Paraíba, teve grande importância para a manutenção econômica do Sul de Minas uma vez que o café foi a base da economia do período Imperial. Podemos dizer que, durante o Império, o Sul de Minas fazia parte da interlândia carioca; a população da Comarca do Rio das Mortes estava muito mais ligada ao Rio de Janeiro do que à Ouro Preto.

Foi justamente durante no século XIX que surgiu o maior número de fazendas; podemos até supor que uma quantidade muito maior do que as remanescentes encontradas nesta pesquisa, talvez dez vezes mais. Este período produziu uma arquitetura própria, diversa das de outras regiões, que passaremos a estudar a seguir.

2-Da Arquitetura

Introduz a questão da arquitetura propriamente dita, dando um panorama do que ocorreu naquela época na região. Neste capítulo são tratadas as principais características que identificam o conjunto das fazendas estudadas.

Está para ser escrita a história desses mineiros sem alternativa a não ser a procura de terras a oeste, rios abaixo.

Carlos Lemos.

A partir do levantamento dessas fazendas, vamos agora fazer uma análise das soluções arquitetônicas adotadas, comuns a todas elas, apontando e identificando uma família tipológica diversa das demais fazendas de regiões circunvizinhas, tais como as fazendas da região Metropolitana, também chamada central ou mineradora, da Zona da Mata, do Campo das Vertentes, do Oeste, do Vale do Paraíba e do Nordeste Paulista. (ver anexo)

As fazendas do século XVIII da região mineradora foram objeto de análise dos professores Sylvio de Vasconcelos e Ivo Porto Menezes e são a principal fonte bibliográfica dos estudos da arquitetura rural em Minas Gerais que passaremos a comentar mais adiante. As fazendas do Campo das Vertentes foram analisadas pela pesquisadora Helena Teixeira Martins e também constituem uma família diversa da sul mineira, mais antiga, com aspecto mais irregular e características próximas às descritas por Vasconcelos. Na Zona da Mata encontramos fazendas mais ligadas à expansão cafeeira em torno do Caminho Novo, com tipologias variadas, algumas mais ligadas à arquitetura do Vale do Paraíba Fluminense, outras à da região mineradora, ambas diversas das do Sul de Minas. No Oeste de Minas não temos muitas referências bibliográficas, mas a julgar por algumas fazendas do Triângulo, podemos supor que as fazendas daquela área se assemelham mais à tipologia do Campo das Vertentes, de onde ambas são oriundas. No Vale do Paraíba encontramos uma imensa diversidade técnica e tipológica, algumas casas bastante semelhantes às de nossa pesquisa, outras bastante diferentes esteticamente e tecnicamente. Desta região podemos citar as abrangentes pesquisas do professor Carlos Lemos, Janjão e de Vladimir Benincasa. No Nordeste Paulista encontramos também uma arquitetura bastante influenciada pela mineira, sem, contudo, possuir uma unidade tipológica; essa região foi estudada por diversos pesquisadores, entre eles Daici Freitas, Brioschi & Bacellar, Lemos e Benincasa entre outros.

Como vimos, as regiões do Vale do Paraíba e nordeste paulista sofreram influência da arquitetura mineira e seus pesquisadores recorreram, principalmente, aos clássicos escritos de Sylvio de Vasconcelos, o primeiro e mais importante pesquisador da arquitetura rural mineira. A pesquisa de Vasconcelos, como todo clássico, tem a capacidade de estabelecer critérios abrangentes de modo conciso e sintético e, como todo clássico, tem a necessidade de ser revista. Em Vasconcelos o viés modernista está presente no modo de interpretação de nossa arquitetura tradicional, assim como estava presente na obra de Lucio Costa e seus colegas da primeira geração do Movimento Moderno, que buscavam na arquitetura do período colonial as raízes da arquitetura moderna. Além disso, a pesquisa de Sylvio se concentrava principalmente na região central de Minas, no século XVIII. Muitas vezes, por falta de outros trabalhos mais específicos, a arquitetura descrita por Vasconcelos foi generalizada para todo o estado de Minas Gerais. Como vimos no capítulo anterior, Minas são muitas e já no século XVIII apresentava uma regionalização que dividia a capitania em zonas: ao centro, as minas, ao longo do São Francisco, a zona curraleira; ao sul os campos, e, nas extremidades noroeste e nordeste, os sertões. As comarcas também foram, por essa época, muito mais que subdivisões jurídicas. Desta maneira, cada região desenvolveu características culturais próprias a partir de suas atividades econômicas, de suas ligações políticas, seus povos formadores, sua estrutura social, etc. A partir do fim do século XVIII e início do XIX, como vimos no capítulo anterior, o eixo econômico da província deslocou-se da região central para o Sul de Minas e a arquitetura ali desenvolvida apresenta algumas características diferentes, e não menos importantes, daquelas da região central no século XVIII. Tendo sido a região sul, nomeadamente a Comarca do Rio das Mortes, o centro econômico da província por mais de um século e pólo irradiador de emigrantes para diversas regiões vizinhas, suas peculiaridades culturais, incluindo as arquitetônicas, foram difundidas e contribuíram imensamente para a formação da identidade cultural mineira. Há diversos registros de proprietários procedentes dessa comarca (vilas de São João-del-Rei, Aiuruoca e Baependi) no Vale do Paraíba Fluminense e Paulista, no Nordeste Paulista e também no atual Sul de Minas.

A partir do texto de Vasconcelos que passamos a descrever abaixo vamos, uma a uma, cotejando as características de cada grupo mostrando suas diferenças e semelhanças.

Restará abordar a arquitetura rural. Esta, mais do que a urbana, confirma com maior ênfase a tese da peculiaridade das soluções mineiras, quando estas postas em confronto com realizações paulistas ou litorâneas. O tipo comum destas últimas parece ser, no norte, a casa de dois pavimentos, com sua varanda de canto, assinalada por quantos desenhos nos ficaram da época: em São Paulo a casa baixa, de taipa de pilão, construída em terraplenos, com sua varanda toda aberta, entalada entre dois cômodos externos. Em Minas a solução é bem diversa. Ergue-se a construção sobre esteios de madeira, pelo menos na sua parte de frente, ficando a posterior ao nível do terreno, solução permitida pelos aclives naturais que não se corrigem. A varanda interessa a quase toda a fachada cuja composição se define no ritmo de seus apoios verticais repetidos. De um lado, rematando-a, fica um pequeno cômodo, a capela ou quarto de hóspedes, partido que, em planta, pode ajustar-se ao paulista ou evoluindo destes mas que igualmente participam da tradição portuguesa. Para os fundos aparece o puxado, em L, e aí se instalam os serviços, nomeadamente a cozinha, ampla bastante para servir às refeições de escravaria e mesmo, dos senhores rurais. Aliás, as casas de fazendas mineiras são amplas em todos os sentidos, esparramadas nos terrenos, com grandes peças largamente ventiladas e iluminadas, sejam quartos, salas ou varandas, a escada de acesso a estas, vestíbulo da construção, nave da capela, cômodo de receber e de estar, se coloca, a princípio externamente, descoberta, em pedra. Depois insinua-se, na própria varanda, cujo piso rasga e penetra, já então de madeira e protegida. Os cômodos distribuem-se em torno da sala central, às vezes duplicada – uma de frente, outra de trás – com corredores de permeio facilitando o trânsito autônomo entre determinadas peças.

A parte baixa da construção não se fecha por paredes. Quando muito com balaústres de seção quadrada postos losangularmente, em gradeado, compondo depósitos de gêneros, pocilgas, currais de bezerros, etc. Em frente à porta de saída da cozinha a bica d'água, trazida de longe em regos, constituindo-se

em primeira utilização da água corrente em moradias. Em construção à parte ficam as comuas, cubículos de madeira erguidos também sobre pés de esteios, por cima de regos, d'água ou pocilgas.

*Algumas destas fazendas compreendem ainda, em apêndices, engenhos de cana, movidos a água ou por animais, paióis, senzalas, casas de purgar, engenhos de óleo, etc. Preferem meia encosta, nas proximidades de rios e córregos, voltando-se, de preferência para o norte. Na frente fica o terreiro cercado onde se prende o gado, circundado de construções secundárias, cavalariças, casas de agregados, etc. Terreiro quadrangular que lembra as praças centrais das povoações e que, muitas vezes, com o desenvolvimento do lugar, transformam-se de fato em núcleo central de povoados.*¹

Algumas dessas características se mantêm nas fazendas do Sul de Minas; outras, porém, desaparecem. Em primeiro lugar devo dizer que peculiaridade da arquitetura mineira em relação à paulista e à litorânea se confirma. Enquanto que, na descrição acima, as fazendas são assentadas sobre esteios de madeira e possuem varanda “em quase toda a fachada”, arrematada por pequeno cômodo que pode ser a capela ou quarto de hóspedes, nas fazendas por nós levantadas isso não acontece. No Sul a estrutura autônoma de madeira das fazendas assenta-se diretamente sobre muros ou alicerces de pedra. Estes é que fazem o ajuste aos alicerces naturais do terreno. Já não há varandas e as capelas e quartos de hóspedes estão no interior da edificação. A forma em L é comum aos dois casos, mas aqui não mais como “puxados” e sim como parte integrante da construção desde o início. As cozinhas são bastante amplas, assim como todo o restante, mas as casas não são mais tão “esparramadas no terreno”; tornam-se, no século XIX, mais altivas, talvez por não mais possuírem o famoso telhado de prolongo que conferia aquele tom esparramado às casas do XVIII. As escadas se mantêm de pedra e externas e, ao contrário do que acontece na descrição acima, não se insinuam na própria varanda, de madeira e protegidas. Em planta, nas fazendas acima, “os cômodos distribuem-se em torno da sala central, às vezes duplicada”. Em nossa pesquisa há sempre essas duas salas, cada qual com seus cômodos orbitais. A parte baixa da construção, ou seja, o porão é fechado, sim, por paredes, ora de pedra como alicerces, ora de pau-a-pique como ved. Algumas

¹ VASCONCELOS, Sylvio, *Arquitetura Colonial Mineira*, Separata do 1º Seminário de Estudos Mineiros, Imprensa da UFMG, Belo Horizonte, 1957.p. 13, 14

Figura 2.1 - Telhado de prolongo (direita) na F. Bananal, provavelmente cobria a antiga varanda lateral, atualmente na fachada frontal há um alpendre. Foto: CFC

Figura 2.2 - Telhado de prolongo na fachada dos fundos da F. Monjolo. Note que os frechais estão num nível mais baixo que os demais frechais. Foto: CFC

Figura 2.3 - Varanda posterior (fundos) sob telhado de prolongo na F. Engenho de Serra. Foto: CFC

Figura 2.4 - Varanda entalada na F. Quebra Canoas em Ponte Nova, Zona da Mata. Fonte: Acervo CEMIG

Figura 2.5 - Varanda corrida com acesso por escada paralela na F. São Sebastião em Sete Lagoas, região Metropolitana. Fonte: Acervo CEMIG

Figura 2.6 - Varanda frontal corrida com acesso por escada paralela na F. Cachoeira em Santa Maria de Itabira, região Metropolitana. Fonte: Acervo CEMIG

Figura 2.7 - Varanda frontal corrida com acesso por escada paralela na F. Leitão em Belo Horizonte, região Metropolitana. Fonte: Acervo CEMIG

Figura 2.8 - Varanda frontal com escada de pedras perpendicular à fachada. F. Martins em Brumadinho, região Metropolitana. Fonte: Acervo CEMIG

Figura 2.9 - Detalhe da escada da F. Martins, mesmo detalhe de voluta de pedra do Solar do Pomarchão em Portugal. Fonte: Acervo CEMIG

Figura 2.10 - Solar do Pomarchão em Portugal. Fonte: Amaral (1961).

aberturas se fazem nessas paredes e, neste caso, são gradeadas como descrito acima por Sylvio Vascolcelos.

Quanto ao conjunto, não há grandes mudanças: a água continua sendo uma constante e outras construções complementares continuam formando terreiros, pátios e currais. Quanto à implantação, sempre são preferidas as meias encostas nas proximidades de rios e córregos, “voltando-se preferencialmente para o norte”. Quanto à orientação, que acabamos de reiterar, devemos fazer um alerta: a descrição feita por Vasconcelos quer dizer que os sítios destinados à implantação estão preferencialmente nas faces norte dos terrenos, ou seja, nas faces soalheiras e não nas faces noruegas. Isso não quer dizer em absoluto que alguma fachada da casa, principal ou não, seja preferencialmente voltada para o norte. Como veremos no capítulo seguinte, a orientação de fachadas tem mais a ver com o agenciamento do conjunto do que com a orientação solar.

Algumas características descritas por Sylvio, nomeadamente as varandas com capelas, são reiteradas por Menezes:

A varanda é quase indispensável nas construções rurais do século XVIII e início do XIX, localiza-se fronteira à construção, fazendo parte do corpo da casa, coberta pelo mesmo telhado do conjunto ou como prolongamento deste telhado. Como no exemplo paulista, poderá a varanda ficar embutida entre o quarto de hóspedes e a capela, ou abranger toda a fachada, ocupando parte desta, ou ser ladeada pela capela ou outro cômodo. Estende-se algumas vezes à fachada lateral, onde, ocasionalmente, termina com a capela. Pode-se, ainda, reduzir-se ao patamar superior da escada, deixando mesmo de existir esta varanda”²

As varandas posteriores aparecem, em algumas delas, igualmente embutidas, parciais ou em toda a fachada”³

² MENEZES, Ivo Porto de. *Arquitetura Rural em Minas Gerais-Século XVIII e Inícios do XIX*. Revista Barroco, nº12, 1982/3. p. 218

³ Idem, ibidem, p. 218

Acima:

Figura 2.14 - Varanda entalada, Casa da Lavoura (arq. popular), Guimarães, Portugal. Fonte: Amaral (1961).

Figura 2.15 - Varanda entalada, Solar de Bertandos (arq. erudita), Ponte de Lima, Portugal. Fonte: Amaral (1961).

Figura 2.16 - Varanda entalada, casa num largo (arq. popular), Soajo, Portugal. Fonte: Amaral (1961)

Os pesquisadores citados apontam três tipos de varanda nas fazendas mineiras: a entalada, a fronteira em toda a fachada e a posterior. Tanto a varanda entalada quanto a fronteira corrida, servida por escada lateral, estão presentes nas Minas setecentistas e em Portugal, tanto em sua arquitetura popular quanto na erudita. Em nosso levantamento, porém, não há varandas fronteiras sob telhados de prolongo em toda extensão da fachada e nem varandas entaladas; o que aparece normalmente é um pequeno telhado cobrindo a escada de acesso tanto a fronteira quanto a traseira. Vê-se, entretanto, que esse telhado é claramente feito a *posteriori* porque se inicia sempre abaixo do beiral da cobertura principal e, muitas vezes, transpassa pela frente de frechais, cimbalhas, vergas e ombreiras das janelas. A varanda posterior aparece, em alguns casos, cobertas por telhados de prolongo. Estes, apesar de raros, aparecem ora cobrindo varandas posteriores, ora cobrindo o próprio volume da casa.

O caso da varanda entalada, com capela de um lado e quarto do outro, assunto exaustivamente discutido entre historiadores da arquitetura, também não é uma constante em nosso levantamento. Os dois cômodos, capela e quarto de hóspedes são, sim, constantes em nosso levantamento, porém não mais ficam externos, na varanda. Ao contrário, passam a integrar o interior da casa, fazendo parte do “setor social” como veremos no capítulo cinco. A única fazenda de nosso levantamento que apresenta esta ocorrência é a Angahy, onde, apesar das alterações sofridas por reformas sucessivas, é possível identificá-la.

A varanda entalada é uma das principais características do modelo paulista. Isso levou a interpretações em que o modelo mineiro teria tido esta característica herdada do modelo paulista. O próprio Sylvio de Vasconcelos chega a aventar essa hipótese, “partido que em planta, pode ajustar-se ao aos paulistas ou evoluindo destes”, mas logo completa, “mas que igualmente

Página ao lado:

Figura 2.11 - Varanda corrida com acesso por escada paralela à fachada, Quinta do Sabadão em Ponte de Lima, Portugal. Fonte: Amaral (1961).

Figura 2.12 - Varanda corrida com acesso por escada paralela à fachada, arquitetura popular em Freineda, Portugal. Fonte: Amaral (1961).

Figura 2.13 - Varanda fronteira em S. Paio de Figueiredo, Guimarães, Portugal. Fonte: Amaral (1961).

participam da tradição portuguesa”. Esta hipótese, porém, não se confirma, pois em mais nada o modelo mineiro se assemelha ao modelo paulista. Sabemos que a esmagadora maioria da população em Minas era portuguesa contra uma minoria paulista; isso fez com que a tradição portuguesa falasse mais alto que a tradição paulista e, em território mineiro, restam apenas poucos exemplos paulistas como a Fazenda do Manso. Embora tenha havido uma grande penetração do modelo mineiro em território paulista posteriormente, o que existe entre ambos, parodiando Orlando Ribeiro, é quase uma divisão de mundos, de um lado a “civilização da pedra” e, de outro, a “civilização da taipa”. Sabemos, também, que na arquitetura tradicional portuguesa, tanto na arquitetura vernácula quanto na erudita, há ocorrência deste tipo agenciamento de varandas como podemos ver no livro *Inquérito da Arquitetura Portuguesa*, fato que já foi observado por Vasconcelos. A mesma “varanda entalada” que aparece em Minas e em São Paulo também aparece em Pernambuco, como observa o professor Geraldo Gomes. Neste caso, o professor deixa claro que é só nisso que a casa pernambucana se assemelha à paulista; mais uma vez aponta a reincidência deste tipo de agenciamento notadamente português.

Uma ou duas casas das retratadas por Frans Post têm alpendres entalados no meio da fachada principal e é só nisso que lembram as casas paulistas que são térreas e construídas em taipa de pilão enquanto que as pernambucanas têm dois pavimentos e são construídas em taipa de pau-a-pique. ⁴

A casa pernambucana pintada por Frans Post mais se assemelha à casa mineira primitiva do que ao modelo

Acima:

Figura 2.17 - Varanda entalada com capela e quarto de hóspedes, F. Boa Esperança em Belo Vale, região Metropolitana. Fonte: Acervo CEMIG

Figura 2.18 - Clássica varanda entalada da casa bandeirista, Sítio do Pe. Inácio, Cotia, SP. Fonte: Lemos (1999).

Figura 2.19 - Varanda entalada com capela e quarto de hóspedes, F. Angahy. Fonte: Acervo CEMIG

⁴ GOMES, Geraldo. *Engenho e Arquitetura*. 2ª edição revisada – Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1998, p.85

⁵ LEMOS, Carlos A. C. *Casa Paulista*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 64.

paulista. Podemos afirmar que, nos três casos, as varandas pernambucana, paulista e mineira participam da mesma tradição ibérica, e que dificilmente sofreram contaminação mútua em solo americano. No caso da paulista, amplamente discutido pela historiografia, Lemos acredita que tenha havido uma feliz adaptação de diferentes programas a agenciamentos arquitetônicos semelhantes.

Para nós, é bastante viável a hipótese de terem existido em São Paulo personagens cuja memória os levou a repetir aqui a forma de lá, que era apta a convir às necessidades locais. E assim aportou-se aqui, tomando feições próprias, um modelo popular ibérico qualquer. ⁵

Em Minas este agenciamento teria tido vida mais curta, caindo em desuso no século XIX.

Além dos textos de pesquisadores mineiros acima citados, tivemos também acesso a imagens de fazendas do século XVIII em outras regiões de Minas (ver anexo) e podemos apontar algumas outras diferenças construtivas não descritas nestes textos. Todas as fazendas mineiras utilizam-se da mesma técnica construtiva, a estrutura autônoma de madeira, mas com o passar dos anos parece ter havido um apuro técnico e as casas do século XIX possuem a estrutura um pouco diferente de suas antepassadas do século XVIII. Nas fazendas do século XVIII, o esteio vai até o chão onde é enterrado; no século XIX, esta peça pára no baldrame, mantendo-se afastada da umidade do solo. Não é comum encontrar esteios que vão até o chão nas fazendas levantadas. Apenas na *Fazenda Bananal* (p. 173) é que se verificou esta ocorrência. A parte do esteio que é enterrada no chão é chamada de nabo (Lemos e Corona, *Dicionário da Arquitetura Brasileira*, 1998). Ao ser enterrada no chão, esta peça enrijece a estrutura como um todo, criando uma conexão rígida, hiperestática.

Figura 2.20 - Frans Post, Engenho com capela, 1667, óleo sobre madeira. Fonte:

Figura 2.21 - Frans Post, Engenho, casa e capela. Note a casa de estrutura de madeira. Fonte:

Figura 2.22 - Frans Post, Engenho em Pernambuco. Note na casa com varanda entalada que os barrotes se apoiam sobre o baldrame. Fonte:

A gaiola de madeira do XIX, em que o esteio vai somente até o baldrame, é uma estrutura que trabalha apenas com vínculos articulados e não com conexões rígidas, portanto é uma estrutura isostática. Isso pode parecer irrelevante, mas aponta um sentido evolutivo decorrente do terremoto de Lisboa, onde a resposta dada foi desenvolver estruturas isostáticas que não ruíssem com futuros terremotos. Segundo Menezes (entrevista 1999) essa peça de madeira, que tem a função de suportar as cargas verticais, é chamada de pé-direito quando vai do baldrame ao frechal, e é chamada de esteio quando vai até o chão. É interessante notar que o uso de pés-direitos se dá preferencialmente no Sul de Minas, não ocorrendo com tanta facilidade nas regiões circunvizinhas. Seria esta característica própria das fazendas do Sul de Minas?

Outra característica que aponta um apuro técnico é a posição dos barrotes em relação aos baldrames. Nas fazendas do XVIII, os barrotes apóiam-se sobre os baldrames, ficando as peças em planos diferentes e deixando o topo do barrote aparecer na fachada. Já no XIX, os barrotes encaixam-se aos baldrames ficando com as superfícies de ambas as peças no mesmo plano e escondendo o topo do barrote que passa a ficar mais protegido. Acreditamos que este sistema, usado no século XVIII em Minas, seja mais primitivo, pois é encontrado na arquitetura popular na Península Ibérica e nos engenhos de Frans Post do século XVII.

Além dessas características tipológicas e técnicas cotejadas acima, há também os esquemas de planta que sofreram uma “evolução” do século XVIII para o XIX. As fazendas mais antigas de nossa pesquisa, assim como aquelas apresentadas por Menezes na região central de Minas e por Martins no Campo das Vertentes, apresentam plantas mais orgânicas, menos claras e menos regulares do que as fazendas do século XIX da nossa pesquisa. Sobre as plantas falaremos melhor no capítulo cinco.

Outra característica bastante marcante nas fazendas do século XVIII são as vergas em canga de boi. Até a primeira metade do século XVIII, as vergas eram retas; a verga alteada que ficou conhecida como “canga de boi” foi usada no Brasil pela primeira vez no Palácio dos Governadores de Ouro Preto, projetado pelo engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim e construído entre 1735 e 1738. Os engenheiros militares portugueses vinham de uma escola

Figura 2.23 - Casa de estrutura de madeira sobre base de pedras no norte de Península Ibérica. Note que os barrotes apoiam-se sobre o baldrame, deixando o topo aparente na fachada. Fonte: Flores (1973).

Figura 2.24 - Palácio dos Governadores de Ouro Preto, projetado pelo eng. militar José Fernandes Pinto Alpoim. Foto: Cristiano Mascaro

Maneirista que, como se sabe, teve longa sobrevivência em Portugal postergando a chegada do Barroco, assunto de que vamos tratar no capítulo sexto. A verga arqueada de Alpoim conferiu um movimento à fachada, um sopro barroco na arquitetura oficial. Esta verga tornou-se um modismo e foi reproduzida na arquitetura civil. Segundo Sylvio de Vasconcelos:

⁶ VASCONCELOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento; residências*. São Paulo, Perspectivas, 1977. p.121

Por volta de 1730 a 1740, por influência do Palácio dos Governadores, as vergas se alteiam em arco de círculo (...) ⁶

Segundo o mesmo autor, no século XIX, o uso da verga reta volta a ser mais comum, abandonando o modismo anterior. Não encontramos em nossa pesquisa propriedades anteriores a 1740, portanto, tudo leva a crer que as fazendas de nosso levantamento que possuem vergas retas são posteriores às que usam vergas de “canga de boi”.

As fazendas do Sul de Minas constituem, portanto, uma família tipológica cujas principais características são o apuro técnico de sua estrutura, plantas mais regulares, telhados que não possuem prolongos a cobrir varandas. Plasticamente são altivas em suas proporções e regulares em suas fachadas com aberturas bem ritmadas. Sua estrutura autônoma de madeira é mais apurada tecnicamente que a do período anterior, apóia-se sobre alicerces de pedra e seus vãos são fechados por paredes leves de pau-a-pique. Os esteios não descem até o chão, os barrotes são arrematados junto aos baldrames e o conjunto, como um todo, é uma estrutura isostática. Sua planta regular ajusta-se ao programa de necessidades, separa as zonas de convivência no interior da casa, gerando a clássica forma de L. Sua implantação é feita em meia encosta e o conjunto de seu núcleo é agenciado em torno da casa principal ao redor de pátios, terreiro e currais. Cada um desses temas passará a ser tratado nos capítulos seguintes.

3-Sítio, Implantação e Conjunto Arquitetônico

Neste capítulo inicia-se o aprofundamento na descrição da arquitetura, começando do geral para o particular, ou seja, analisando primeiramente o conjunto arquitetônico da fazenda, que inclui diversos edifícios periféricos à casa principal, e analisando a implantação deste conjunto na topografia e no território.

A água sempre foi necessária tanto para a
bateia como para o aproveitamento de alimentos.

Daici Ceribeli de Freitas

O principal critério para a escolha do sítio não é mais a riqueza aurífera, mas sim suas qualidades para moradia e cultivo. Ao qualificar um sítio para abertura e implantação de uma fazenda, as determinantes são muitas e vão desde a existência de água, qualidade da terra, topografia, insolação e existência de caminhos até condicionantes como a oferta de terras, a possibilidade de concessão de sesmarias, existência de conflitos, facilidade de acesso e de escoamento da produção.

A existência de água é determinante para implantação da fazenda. Não há fazenda que não seja servida por água corrente, tirada de um córrego ou de rio por um canal, muitas vezes cavado na própria terra. Abastece a casa, em alguns casos é levada até dentro da cozinha como na *Fazenda Água Limpa* (p.268), irriga pomares, garante a sobrevivência de pessoas e animais. A água, força motriz de engenhos, monjolos, moinhos e serrarias, mais tarde foi usada também para tocar máquinas de beneficiar café.

Os mineiros foram os primeiros a utilizar a água corrente nas moradias. Na frente da porta da casinha havia sempre uma bica d'água, trazida de longe em rego e que servia para uso doméstico; abaixo da bica continuava a correr o rego e, na parte mais baixa do terreno, sobre ele, construíam-se as comuas.”¹

¹ VASCONCELOS, Sylvio de. Arquitetura colonial mineira. In: Revista Barroco, V. 10 UFMG, Belo Horizonte, 1979, p.133

A terra de boa qualidade passa a ser uma condição para a nova fazenda que se propõe a produzir alimentos e não mais servir apenas para a extração do ouro. Por isso a grande expansão em direção aos “campos de sul” e não mais na região

mineradora, onde as terras são, em geral, de pior qualidade. Em um primeiro momento, a topografia suave e a vegetação natural dos campos foi preferida em detrimento de regiões mais montanhosas, especialmente para a atividade pecuária. Essa expansão da pecuária percorreu grandes extensões de terra, desde os arredores de São João-del-Rei, Aiuruoca e Baependi, indo em direção oeste até o triângulo mineiro e o nordeste paulista, ocupando as margens do Rio Grande ao longo de todo o percurso. Este caminho, como vimos no primeiro capítulo, foi um importante eixo de ligação entre o Rio, Minas e o Sertão de Goiás. Para a agricultura as terras mais férteis eram as preferidas, mesmo que para isso fosse necessária a derrubada de matas. Dessa maneira, os lugares montanhosos também foram sendo ocupados, primeiro ao longo dos diversos caminhos e descaminhos das serras do complexo da Mantiqueira e, depois, avançando pelas diversas rotas, cruzando outras cadeias montanhosas como as serras do complexo Varginha, desde Carrancas até Poços de Caldas.

A Serra da Mantiqueira nasce no extremo sul de Minas Gerais, na divisa com o estado de São Paulo, segue no sentido les-nordeste servindo como divisa natural entre os dois estados até a tríplice fronteira entre Rio, São Paulo e Minas. A serra é o divisor de águas entre a bacia do Rio Paraíba do Sul e as bacias dos rios Sapucaí, Verde e Grande. A partir da divisa dos três estados, a Serra da Mantiqueira segue no sentido nordeste para dentro de Minas, diluindo-se lentamente até encontrar outro complexo montanhoso, a Serra do Espinhaço. Desde os mapas mais antigos, a divisa entre São Paulo e Minas Gerais sempre esteve bem definida neste trecho devido à presença da Serra da Mantiqueira, ao contrário de outras áreas que só tiveram suas divisas definidas mais tarde, adentrando até o século XX. Do lado paulista, a Serra da Mantiqueira cai abruptamente até o Vale do Paraíba, desde a cumeada com altitudes superiores a mil, dois mil metros até cotas em torno de 500 metros. Do lado mineiro, a Serra penetra mais no interior do território e o relevo se desfaz mais lentamente em cadeias montanhosas menores, paralelas ao espigão principal. Na divisa dos estados, as cotas das cumeadas da Mantiqueira são mais baixas nas áreas mais próximas às várzeas dos rios e, mais altas nos seus interflúvios. Foi justamente nesses pontos mais baixos que se estabeleceram os principais caminhos. Junto ao Rio Jaguari, foi estabelecido o Registro de Jaguari no antigo *Caminho de Fernão Dias*. Junto às nascentes do Rio Sapucaí, foram descobertas as minas de Itajubá

e por ali passavam rotas alternativas. Junto às cabeceiras do Rio Verde, na Garganta do Embaú, foi estabelecido o Registro Mantiqueira, por onde passava o *Caminho Velho*. Esta última foi a mais importante entrada para as minas até a abertura do *Caminho Novo*; contudo não perdeu de todo sua importância depois disso, tornando-se a principal ligação do Sul de Minas com o Vale do Paraíba e Rio de Janeiro no século XIX. Outras vias foram abertas ao longo do século XIX como a *Estrada do Picu*, mas, no fim desse século, a situação topográfica favorável fez com que se estabelecesse por ali a estrada de ferro que ligava o Sul de Minas ao Vale do Paraíba com um túnel passando pela Garganta do Embaú. As terras do leste, junto ao *Caminho Velho* foram intensamente ocupadas; já o extremo sul do estado, junto ao *Caminho de Fernão Dias*, não teve a mesma ocupação, por isso é que não foram encontradas fazendas antigas nesta área. Ao longo dos rios também foram estabelecidos povoados, vilas, e fazendas, mas em todas essas situações o estabelecimento da população nunca se dava nas cotas mais altas e nem nas vargens, preferindo os platôs intermediários. Tanto é que a maioria das sedes dos municípios do Sul de Minas está em cotas entre 800 a 1000 metros de altitude. As fazendas também seguiam o mesmo critério.

A implantação da casa e do núcleo da fazenda preferia as cotas mais baixas, sempre mais próximas aos caminhos, facilitando o acesso e o escoamento. Assim, as casas eram implantadas em meia encosta, nunca na vargem inundável e nem no topo desprotegido dos morros. O modo de implantação é cuidadoso, desde a escolha do sítio até as diversas soluções de escadas, muros e patamares, fazendo com que tenhamos a impressão de que a casa faz parte da paisagem - seja por sua naturalidade, seja por sua imponência – e de que nunca poderia estar em outro sítio.

Outro aspecto que deveria ser observado em uma região de relevo acidentado era a insolação. As faces noruegas eram desprezadas em detrimento das faces soalheiras. Se observarmos as imagens de satélite, veremos que, ainda hoje, as faces voltadas para o sul (noruegas) são mais preservadas, enquanto que as faces soalheiras, voltadas para o norte, são mais devassadas. As casas implantadas em meia encosta não fazem grandes cortes nem aterros no terreno, pode-se dizer que a casa pousa sobre o chão. Quando há arrimos, estes servem para fazer pequenos ajustes no terreno ou para dar maior pé direito ao porão e não para criar um platô em cima do qual se

assentará a casa, como acontece na arquitetura paulista. Os alicerces de pedra fazem o ajuste entre o terreno natural e o plano de implantação da estrutura de madeira da casa.

A casa da fazenda não é uma construção isolada, faz parte de um conjunto de edifícios dispostos equilibradamente entre si, segundo critérios funcionais e simbólicos. A casa era composta da seguinte maneira: nas cotas mais elevadas desse conjunto, estava sempre a moradia principal, evidente, soberana; no plano médio, ficavam as instalações produtivas e as senzalas e, ao fundo, a vargem. Era imprescindível que a casa fosse o centro e que dela se tivesse o controle de tudo, não do ponto de vista do domínio do território, mas do ponto de vista do domínio do núcleo. Mesmo fazendo parte de um conjunto maior de construções, a casa é sempre uma construção independente, não é como alguns engenhos de açúcar do nordeste e do litoral paulista, onde o edifício da moradia é o mesmo da fábrica ou do engenho.

As benfeitorias desta fazenda obedecem ao mesmo sistema de todas as outras desta comarca (rio das Mortes). Um muro de pedra seca, mais ou menos da altura de um homem, rodeia em parte um pátio muito vasto, no fundo do qual ficam enfileiradas, umas ao lado das outras, as casas dos negros, as pequenas construções, que servem de depósitos e locais de beneficiamento dos produtos agrícolas, e a casa do dono. Esta, feita de terra e madeira, é coberta por telhas de barro e compõe-se unicamente de um pavimento. A sala é a primeira peça quando se entra. Tem como único mobiliário a mesa, um par de bancos e uma ou duas damas de pau.

Acontece raramente que, em volta da sala, não estejam pregados, à parede, vários cabides destinados a pendurar neles selas, rédeas, chapéus, etc. Não devo, também esquecer de dizer que se entra no pátio por uma das portas a que se chama porteira, também empregada para fechamento dos pastos. Constam tais porteiras de dois esteios e algumas tábuas transversais, afastadas umas das outras. Tem-se o cuidado de dar um pouco de inclinação ao mourão sobre o qual giram; caem pelo próprio peso e fecham-se por si.²

². SAINT-HILAIRE, Auguste de. Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo. p 46

Ao redor da casa outras construções compõem o núcleo da fazenda. São currais, senzala, paióis, tulhas, casa

do tacho, casa de máquinas (serraria), monjolo, moinho de milho e engenho de cana, estes quatro últimos sempre servidos por água corrente. Esse núcleo cria uma área protegida dentro de um território ermo, cuja conformação pode variar muito conforme a topografia, a insolação, os acessos, etc., normalmente gerando pátios ou terreiros à semelhança das eiras portuguesas. Essas eiras serviam como área de trabalho como, por exemplo, para secar e bater alimentos, para dar segurança e também para prender o gado ou criação, além de funcionarem como circulação. Para cercar esses pátios, além das próprias construções que a compõem, usavam-se muros de pedra ou de adobe. Estes últimos têm sempre sua base feita de pedras e são cobertos por telhas de barro, pois o adobe, não sendo cozido, não oferece resistência à água. Muros de pedra são uma constante nas fazendas mineiras, usados tanto no alicerce das casas quanto para cercar pátios, terreiros, fazer arrimos ou até mesmo dividir pastos. Isso tem claramente origem no norte de Portugal, como bem observou o historiador português Orlando Ribeiro em “A Civilização da Pedra”. Nas fazendas mais novas, o terreiro fechado por muros vai desaparecendo. Em outras, o pomar aparece cercado por muro de adobe como na *Fazenda Santa Clara* (p.301).

Além dos edifícios, as vegetações e os espaços vazios também configuram o conjunto do núcleo da fazenda. Os pomares e hortas são locados nas partes traseiras da casa e estão geralmente em posição mais baixa em relação a esta, servindo-se de algum curso d’água. Os jardins estão na parte fronteira da casa. Os vazios, peças-chave de articulação entre os edifícios, normalmente são terreiros e currais. Estes são em geral pegados à casa, tendo um de seus lados definidos pela própria fachada. Esses currais, muitas vezes, têm o piso de pedras soltas, ou pedrado, como dizem. Os terreiros são os locais de trabalho e, como servem para secagem, buscam sempre a melhor insolação. Os grandes terreiros de café, planejados juntamente com a fazenda, como acontece nas grandes fazendas de café do Vale do Paraíba, não são uma constante nas fazendas do Sul de Minas. Os terreiros aqui são menores e sempre pegados à casa. Quando da adaptação dessas fazendas para produção de café em larga escala, começam a surgir os grandes terreiros, porém, como necessitam de boa insolação, nem sempre é possível fazê-los pegados às casas, contrariando a lógica inicial do pleno domínio do conjunto. Há um grande número de fazendas cujos terreiros estão em posição superior à casa e muitas vezes

afastados, o que mostra que foram construídos posteriormente.

Alguns dos edifícios que fazem parte do conjunto da fazenda merecem atenção, pois possuem uma arquitetura específica. O moinho de milho, indispensável, é sempre uma pequena construção que abriga em seu interior a engenhoca que movimenta a pedra mó. Está sempre solta do chão, apoiada em colunas de pedra, sua estrutura é de madeira como a da casa sede e seu fechamento é de pau-a-pique; não tem janelas e possui um pequeno telhado de duas águas. Moinho vem do latim *molinum*, pedra grande, mó que, ao longo dos séculos, passou a moinho, pronunciado ainda hoje *munho* pelos caipiras. Por baixo desta casinha, passa um pequeno rego que movimenta a roda d'água horizontal; esta transmite, por uma haste central, o movimento à pedra mó que gira contra outra pedra fixa, moendo o milho entre elas. A vibração da pedra a girar é transmitida por um pequeno pedaço de madeira à calha da caixa em que está depositado o milho, fazendo com que esta também vibre e derrame os grãos no orifício da pedra mó. Através da regulação do espaço entre as pedras, é possível obter diferentes granulometrias da farinha.

Formalmente, esses moinhos lembram muito os sequeiros ou espigueiros do norte Portugal e da Espanha. Mas nestes casos os sequeiros têm apenas a função de guarda e não de fabrico; no Brasil, o edifício que apresenta a função de guarda é o paiol.

Figura 3.1 – Esquema de funcionamento do moinho de milho. Desenho: CFC

Figura 3.2 - Interior de paio de madeira na F. Amarela em Cristina. Foto: CFC.

Figura 3.3 - Moinho de milho na F. Pedra Negra em Varginha. Foto: CFC.

Figura 3.4 - Moinho de milho na F. Barra do Palmela em Varginha. Estrutura de madeira, fechamento de pau-a-pique sobre colunas de pedras. Foto: CFC.

Figura 3.5 - Moinho de milho na F. Santo Antônio em Pedralva. Foto: CFC.

Figura 3.6 - Sequeiro de madeira na Galícia. Os baldrames se cruzam em meia madeira e são arrematados em *peito de pomba*. Fonte: Flores (1973).

Figura 3.7 - Sequeiro de pedra em Portugal com pedras chatas nas cabeças dos pilares. Fonte: Amaral (1961).

O paiol brasileiro tem algumas diferenças do sequeiro ibérico. Este geralmente tem sua estrutura feita de pedras, é solto do chão por colunas também de pedras encimadas por uma espécie de capitel. São pedras chatas que funcionam como um sistema anti-ratos; com isso, esses roedores não conseguem subir, pois não andam na inclinação negativa. Aqui no Brasil, o paiol também é solto do chão, mas não possui este sistema anti-ratos. Sua estrutura é de madeira como nas casas, porém não é tão elaborada. A junção dos baldrames junto ao cunhal não tem a mesma sambladura que há na casa, é feita apenas em meia madeira. O fechamento é feito com tábuas largas, postas na vertical e sem mata-juntas para que o paiol fique ventilado. Seu piso também é de tábuas e sua cobertura é de quatro águas, às vezes com telhado de prolongo formando uma pequena varanda para abrigar os carros de boi para abastecimento. É um edifício fechado, pois tem a função de guarda. Os outros edifícios de guarda, que aparecem mais tarde, são os armazéns e as tulhas.

O edifício do engenho tem sua forma derivada de sua função. Como tem que ter desníveis internos devido ao processo de fabrico, possui piso escalonado e, conseqüentemente, é implantado em declive e coberto por um grande telhado que acompanha a inclinação do terreno. Esse telhado é geralmente de quatro águas e uma das águas mestras se prolonga morro abaixo, como na *Fazenda S^{ta}. Maria* (p.226) e *Fazenda Serra das Bicas* (p.178) O engenho é necessariamente servido por água para fazer tocar sua roda e moer a cana. Não necessariamente é fechado, apenas tem que ser coberto. Não foram localizados muitos engenhos antigos em funcionamento, encontramos apenas seus edifícios, muitas vezes ocupados por outras funções.

Outras construções cujos equipamentos usam a força motriz da água são o monjolo, a serraria e a casa de máquinas de café, além de pequenas usinas de energia que passam a ser implantadas em algumas fazendas no fim do XIX. O monjolo, na verdade, não é uma construção, é um equipamento, uma espécie de pilão movido a água. Seu funcionamento implica em fazer subir uma pesada peça de madeira até o limite da capacidade do seu reservatório, despejando a água para fora e caindo sobre o produto que se pretende processar, normalmente o milho. Esse equipamento não é necessariamente fechado, apenas coberto; por extensão, seu edifício também é chamado monjolo.

Além dos edifícios que abrigam equipamentos de fabrico, existem também aqueles que abrigam animais: são currais, retiros, bezerreiros, chiqueiros, galinheiros, etc. Para a

Página ao lado:

Figura 3.8 - F. Retiro em Paraíba do Sul no Vale do Paraíba fluminense. Exemplo de senzala em quadra em torno do terreiro de café. Ref.: Óleo sobre tela, Georg Grimm, 1881, coleção particular.

Figura 3.9 – Fazenda Pau d'álho em São José do Barreiro no Vale do Paraíba paulista. Foto: Nelson Kon

complementação dos serviços da cozinha, existem pequenas construções que abrigam tachos, fornos ou fogões toscos para fazer o serviço pesado. Há, em muitos casos, o que chamamos de cozinha de fora; esta pode estar incorporada ao volume da casa ou ser uma construção separada.

Isso era compreensível, pois toda a população da fazenda havia de comer, e o grosso dos alimentos era beneficiado em construções polivalentes, servindo a todos. A gordura, por exemplo, era obtida do derretimento do toicinho dos capados, da banha das leitoas sacrificadas em dias de festa, em fogo baixo, lentamente, em grandes panelões. Na Fazenda Boa Vista, em Bananal, havia mesmo uma “cozinha de Capados”. O sabão de cinzas era feito em outros fogões separados. O angu de fubá, a paçoca de carne de sol e de farinha de mandioca, o feijão cozido com tranqueiras ou o charque vindo do Rio Grande praticamente constituíam a comida de todos, e não só dos escravos do eito³

³ LEMOS, Carlos A. C. *Casa Paulista*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 188

Ao longo do levantamento vamos notar essas “cozinhas de fora”, incorporadas ou não ao volume da casa.

Poucas fazendas conservam ainda hoje o edifício da senzala. São construções estreitas e compridas, de um único pavimento, assentadas ao rés-do-chão – geralmente com piso de terra batida - e que possuem aberturas apenas para um lado. Não sabemos ao certo o motivo da forma das senzalas: se era para melhor controlar os escravos, ou se sofreu influência da forma tradicional da habitação dos negros na África, como analisou Carneiro da Cunha (1985) em *Da Senzala ao Sobrado*.

Nas fazendas que ainda conservam o edifício das senzalas, podemos notar que estas apresentam duas formas preferenciais de implantação: podem estar localizadas na lateral de um pátio, como é o caso das fazendas *Monjolo* (p.179), *Pitangueiras* (p.148) e *Conceição* (p.310) ou alinhadas com a casa, em continuação ao corpo de serviços, como nas fazendas *Bela Cruz* (p.134) e *Amarela* (p.265), ou ainda perpendiculares à casa como na *São José de Vargem* (p.166). As senzalas em quadra, cercando por inteiro um pátio ou terreiro, como nas grandes fazendas de café do Vale do Paraíba, não são comuns neste levantamento. A *Fazenda Traituba* (p.128) é cercada por muros de adobe, configurando pátios que serviam de local de

pouso para tropeiros. Estes pátios, em sua parte inferior, são rodeados por pavilhões térreos que provavelmente poderiam ter sido as senzalas. Nesse caso, esta poderia ser a única ocorrência de senzalas em quadra nessas fazendas.

Na coluna da esquerda:

Figura 3.10 - Pátio cercado por muros de adobe na F. Traituba. Foto: CFC

Figura 3.11 - Senzala da F. Bela Cruz. Foto: CFC

Figura 3.12 - Senzala da F. Conceição. Foto: CFC

Na coluna da direita:

Figura 3.13 - Senzala da F. Pitangueiras. Foto: CFC

Figura 3.14 - Senzala da F. São José da Vargem. Foto: CFC

Figura 3.15 - Senzala da F. Monjolo. Foto: CFC

Figura 3.16 - Base de pedras da antiga senzala da F. Amarela. Foto: CFC

Nas demais fazendas não foram encontrados vestígios de senzala; todas, porém, possuíam escravos. Onde eles eram abrigados, afinal? A maioria dos relatos orais de atuais proprietários revela que o alojamento dos escravos era no porão das casas. “Aqui servia para guardar os escravos”, conta o morador. Esta versão, apesar de repetida em inúmeros relatos, somente nos parece razoável para as fazendas que possuíam um número pequeno (de 1 a 3) ou médio (de 4 a 10) de escravos. Segundo dados da estrutura de posse de escravos na Comarca do Rio das Mortes, a maioria dos proprietários dessas fazendas possuía um número grande (de 11 a 49) ou muito grande (mais de 50) de escravos, especialmente aqueles ligados ao setor agropecuário.⁴ Desta maneira, devemos crer que, nessas fazendas, havia um bom número de escravos. Nossa experiência nos mostra, entretanto, que existia grande heterogeneidade entre as fazendas e não podemos descartar a hipótese de que, em grande parte delas, poderia, realmente, ser o porão o local destinado ao alojamento de escravos. Talvez, mesmo nas fazendas em que tenha havido muitos escravos, aqueles mais ligados à casa pudessem ficar no porão e os outros, mais ligados ao trabalho no eito, ficassem em outros tipos de alojamento como senzalas ou choças. Geraldo Gomes (1998), em seu livro *Engenho e Arquitetura*, reproduz uma citação de um viajante: “porão era usado como depósito e alojamento dos escravos”.

Na *Fazenda do Favacho* (p.131), segundo Lefort (1950), no ano de 1825 foi efetuado o primeiro recenseamento, no qual se levantou uma população total de 1200 pessoas, sendo 196 brancos, 193 pardos livres, 214 pardos escravos, 89 pretos livres e 508 pretos escravos. Nessa fazenda, não encontramos vestígios físicos de senzala, mas certamente toda esta população não poderia ficar apenas no porão. Em fotografias mais antigas, percebemos que, em torno da casa, havia outros edifícios que não existem atualmente. Talvez, algum deles pudesse ter sido a senzala. A *Fazenda Campo Alegre* (p.134) contava com 103 escravos em 1839.⁵ Na *Fazenda Bela Cruz* (p.134), onde ocorreu em 1833 a Revolta de Carrancas, também haveria de ter muitos escravos. Tanto a *Campo Alegre* quanto a velha *Bela Cruz* não existem mais, dificultando ainda mais a interpretação de como eram os alojamentos dos escravos. Na *Fazenda Água Limpa* (p.278), segundo documento de posse, havia, em 1886, vinte escravos. Na *Barra do Palmela* (p.186), segundo os atuais proprietários (informação verbal)⁶, seus avós não possuíam grande número

⁴ CUNHA, Alexandre Mendes, A diferenciação dos espaços econômicos e a conformação de especificidades regionais na elite política mineira entre os séculos XVIII e XIX

⁵ Arquivo Público Mineiro (APM). Listas Nomimativas de 1838/39.

⁶ Informação fornecida em entrevista concedida por D. Alaíde Procópio Bueno em Varginha no ano de 1999.

de escravos. Nessas duas acima, não foram encontrados vestígios de senzala. Na *Fazenda Três Barras* (p.252) há relatos de que onde havia senzala “foram erguidos posteriormente garagens, tulhas e um novo paiol.”:

*A senzala era dividida em inúmeros pequenos “apartamentos” para os escravos casados, constando estes basicamente de sala, cozinha e um quarto. Os jovens solteiros moravam separadamente, em uma espécie de dormitório coletivo, enquanto que as moças habitavam outras dependências.*⁷

Nesta fazenda, quando da promulgação da Lei Áurea, havia quarenta famílias de escravos e, após a liberdade, apenas uma “abandonou a Três Barras.”

Na Fazenda Narciso o proprietário mostrou-nos algumas ruínas de pedras espalhadas pelo mato, junto ao curral; estas seriam as ruínas de pequenas choças onde ficavam os escravos. Esta versão nos parece bastante razoável, uma vez que poucas fazendas apresentam vestígios do edifício da senzala. De qualquer maneira, torna-se cada vez mais difícil identificar como eram essas senzalas, pois a grande maioria delas foi destruída, substituída por outras construções, ou apenas ruiu com o tempo. As construções para abrigar os escravos, quer fossem choças ou senzalas, quer pegadas à casa, ao terreiro ou soltas, eram construções muito precárias.

A relação entre os proprietários e seus escravos, na Comarca do Rio das Mortes, e o tipo de serviço executado levavam a uma proximidade entre ambos que prescindia de uma arquitetura específica para controlá-los.

*Nesta última (Comarca do Rio das Mortes), os habitantes dos campos aplicam-se mais à agricultura. Trabalham com seus negros e passam a vida nas plantações, no meio dos animais, e seus costumes tomam, necessariamente, algo da rusticidade das ocupações.*⁸

Mesmo em fazendas com grande número de escravos, maioria conforme dados estatísticos, podemos supor que o tipo de serviço – pecuária e gêneros agrícolas diversificados – levava a essa maior proximidade. Na Fazenda Campo Alegre, a Revolta de Carrancas iniciou-se com a morte de Gabriel Francisco de Andrade Junqueira no momento em que inspecionava os

Figura 3.17 - Antigo rancho de tropeiros na F. Barra do Palmela. Foto: CFC

Figura 3.18 - Conjunto da F. Água Limpa, onde havia 20 escravos em 1886 e não apresenta senzala Foto: CFC

Figura 3.19 - Antiga foto da F. Favacho onde aparecem diversas construções que não existem mais.

Fonte: Bastos (1980).

⁷ JUNQUEIRA, Walter Ribeiro, *Fazendas e famílias sul mineiras*, São Lourenço: Novo Mundo, 2004

⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia 1974, p.37

trabalhos de seus escravos, nas roças de milho e feijão. Os escravos também viajavam com os tropeiros nas rotas entre Minas e Rio, convivendo lado a lado com seus proprietários. A estrutura unifamiliar entre os escravos também estava presente no final do século XIX, como vimos no relato das Três Barras. E como vimos nesse mesmo relato, muitas famílias permaneceram na fazenda após a abolição da escravatura, provavelmente morando em unidades, que de “apartamentos” passariam a casas isoladas. A transição do trabalho escravo para o assalariado não necessariamente substituiu o negro pelo imigrante europeu, como é normalmente relatado. As casas isoladas tornaram-se constantes até se transformarem nas colônias de empregados, geralmente alocadas seqüencialmente ao longo dos caminhos de entrada, afastadas do núcleo original da fazenda. Poderiam ser compostas de apenas poucas casas ou de um grande conjunto delas como nas fazendas Pedra Negra, Santa Maria, Chapada, Mascatinho, etc. Essas colônias são características do século XX, muitas delas possuem pequenas escolas e igrejinhas; suas casas já foram construídas de alvenaria de tijolos e várias estão ativas até hoje. Este assunto poderá ser objeto de futuras pesquisas.

Figura 3.20 - Documento de posse de escravos da F. Água

Limpa. Fonte: Acervo da Fazenda.

Relatório N.º 1.º de 1850, do escravo português N.º 1.º, chamado João, sobre os bens e valores de sua propriedade.

Relatório N.º 2.º de 1850, do escravo português N.º 2.º, chamado João, sobre os bens e valores de sua propriedade.

N.º	Nome	Sexo	Idade	Estado	Assistência	Estado	Profissão	Valor dos bens e valores de sua propriedade	Observações
1.º	João	M	25	Liberto	Assistido	Estado	Profissão	Valor dos bens e valores de sua propriedade	Observações
2.º	João	M	25	Liberto	Assistido	Estado	Profissão	Valor dos bens e valores de sua propriedade	Observações
3.º	João	M	25	Liberto	Assistido	Estado	Profissão	Valor dos bens e valores de sua propriedade	Observações
4.º	João	M	25	Liberto	Assistido	Estado	Profissão	Valor dos bens e valores de sua propriedade	Observações
5.º	João	M	25	Liberto	Assistido	Estado	Profissão	Valor dos bens e valores de sua propriedade	Observações
6.º	João	M	25	Liberto	Assistido	Estado	Profissão	Valor dos bens e valores de sua propriedade	Observações
7.º	João	M	25	Liberto	Assistido	Estado	Profissão	Valor dos bens e valores de sua propriedade	Observações
8.º	João	M	25	Liberto	Assistido	Estado	Profissão	Valor dos bens e valores de sua propriedade	Observações
9.º	João	M	25	Liberto	Assistido	Estado	Profissão	Valor dos bens e valores de sua propriedade	Observações
10.º	João	M	25	Liberto	Assistido	Estado	Profissão	Valor dos bens e valores de sua propriedade	Observações
11.º	João	M	25	Liberto	Assistido	Estado	Profissão	Valor dos bens e valores de sua propriedade	Observações
12.º	João	M	25	Liberto	Assistido	Estado	Profissão	Valor dos bens e valores de sua propriedade	Observações
13.º	João	M	25	Liberto	Assistido	Estado	Profissão	Valor dos bens e valores de sua propriedade	Observações
14.º	João	M	25	Liberto	Assistido	Estado	Profissão	Valor dos bens e valores de sua propriedade	Observações
15.º	João	M	25	Liberto	Assistido	Estado	Profissão	Valor dos bens e valores de sua propriedade	Observações
16.º	João	M	25	Liberto	Assistido	Estado	Profissão	Valor dos bens e valores de sua propriedade	Observações
17.º	João	M	25	Liberto	Assistido	Estado	Profissão	Valor dos bens e valores de sua propriedade	Observações
18.º	João	M	25	Liberto	Assistido	Estado	Profissão	Valor dos bens e valores de sua propriedade	Observações
19.º	João	M	25	Liberto	Assistido	Estado	Profissão	Valor dos bens e valores de sua propriedade	Observações
20.º	João	M	25	Liberto	Assistido	Estado	Profissão	Valor dos bens e valores de sua propriedade	Observações

Relatório N.º 3.º de 1850, do escravo português N.º 3.º, chamado João, sobre os bens e valores de sua propriedade.

Relatório N.º 4.º de 1850, do escravo português N.º 4.º, chamado João, sobre os bens e valores de sua propriedade.

Relatório N.º 5.º de 1850, do escravo português N.º 5.º, chamado João, sobre os bens e valores de sua propriedade.

Relatório N.º 6.º de 1850, do escravo português N.º 6.º, chamado João, sobre os bens e valores de sua propriedade.

Relatório N.º 7.º de 1850, do escravo português N.º 7.º, chamado João, sobre os bens e valores de sua propriedade.

Relatório N.º 8.º de 1850, do escravo português N.º 8.º, chamado João, sobre os bens e valores de sua propriedade.

Relatório N.º 9.º de 1850, do escravo português N.º 9.º, chamado João, sobre os bens e valores de sua propriedade.

Relatório N.º 10.º de 1850, do escravo português N.º 10.º, chamado João, sobre os bens e valores de sua propriedade.

Relatório N.º 11.º de 1850, do escravo português N.º 11.º, chamado João, sobre os bens e valores de sua propriedade.

Relatório N.º 12.º de 1850, do escravo português N.º 12.º, chamado João, sobre os bens e valores de sua propriedade.

Relatório N.º 13.º de 1850, do escravo português N.º 13.º, chamado João, sobre os bens e valores de sua propriedade.

Relatório N.º 14.º de 1850, do escravo português N.º 14.º, chamado João, sobre os bens e valores de sua propriedade.

Relatório N.º 15.º de 1850, do escravo português N.º 15.º, chamado João, sobre os bens e valores de sua propriedade.

Relatório N.º 16.º de 1850, do escravo português N.º 16.º, chamado João, sobre os bens e valores de sua propriedade.

Relatório N.º 17.º de 1850, do escravo português N.º 17.º, chamado João, sobre os bens e valores de sua propriedade.

Relatório N.º 18.º de 1850, do escravo português N.º 18.º, chamado João, sobre os bens e valores de sua propriedade.

Relatório N.º 19.º de 1850, do escravo português N.º 19.º, chamado João, sobre os bens e valores de sua propriedade.

Relatório N.º 20.º de 1850, do escravo português N.º 20.º, chamado João, sobre os bens e valores de sua propriedade.

4-Técnica Construtiva

Trata de descrever e explicar minuciosamente a técnica construtiva que se desenvolveu neste período, na região, buscando mostrar suas origens, diferenças e semelhanças nas regiões vizinhas o que, aliás, auxiliou a definir a área pesquisada. O capítulo é subdividido em partes: estrutura de madeira e sambladuras; vedos, o pau-a-pique; vãos: portas e janelas; cobertura: telhados e beirais e madeiras.

Mas afinal que fim levaram aqueles indivíduos que trabalhavam tão bem o jacarandá, e faziam aquelas camas, aquelas arcas, e cinzelavam aquelas solas?
E aqueles mestres anônimos que proporcionavam tão bem as janelas e portas e davam aos telhados, às beiradas, aquela linha tão simpática?

Lúcio Costa

Os materiais que compõem a casa - a pedra, a madeira e o barro - são retirados do próprio local. A pedra solta, sem a necessidade de uma pedreira, é muito farta nessas regiões e deve ser retirada dos campos e matos para limpar o terreno. A madeira é recolhida das matas que, em geral, são desbastadas para a formação da fazenda. O barro é usado para o fabrico de telhas, adobes e para fazer o vedo de pau-a-pique.

A técnica construtiva empregada é a mesma em todas elas, à exceção de pequenas variações de acordo com local e a época, como vimos no capítulo dois, *Da Arquitetura*. Esta técnica é genericamente conhecida como “estrutura autônoma de madeira” ou “gaiola de madeira”. Este sistema estrutural, porém, não é composto apenas pela gaiola; são três partes independentes - base de pedras, gaiola e cobertura - apoiadas uma sobre a outra.

A base de sustentação da casa são os grandes muros de pedra, que fazem todo o contato com o terreno, deixando a madeira livre de umidade. A esta base corresponde o porão. Em uma topografia montanhosa, esses muros servem também para criar um plano, em cima do qual se apoiará a gaiola. Essas pedras são assentadas sem uso de argamassa, apenas encaixadas umas às outras à maneira de enxilharia – ou encilharia - usando a face mais plana da pedra para os lados externos da parede; o miolo da parede é que fica com as faces

irregulares das pedras, como pudemos comprovar nas ruínas da *Fazenda Três Barras* (p.252). Em raros casos, como na *Fazenda da Anta* (p.193), encontramos os umbrais do alicerce de pedras da casa feitos com pedras de cantaria, perfeitamente cortadas e encaixadas, inclusive formando um ângulo que se abre para a parte interna do porão; as demais partes da parede foram feitas com pedras e encilharia. Nos cunhais das casas, as pedras são sempre aparelhadas de maneira a se entrecruzarem as de maior porte, solidarizando as faces perpendiculares dos alicerces.

Em diversas regiões de Portugal, nas casas de alvenaria de pedras da arquitetura popular¹, é comum haver esta distinção entre o tratamento dado às pedras dos cunhais e das molduras das janelas, e o tratamento dado às demais partes da alvenaria de pedra. Nos cunhais e molduras usam-se pedras aparelhadas segundo as melhores técnicas da estereotomia; nas demais partes, usam-se pedras de mão que são, em alguns casos, revestidas. Em outros casos, usa-se pintar as pedras das molduras, marcando ainda mais essa distinção. A marcação dos elementos estruturais vai se tornar uma característica da arquitetura portuguesa exportada para as colônias, porém o aspecto estético é assunto que será tratado no capítulo seis.

As aberturas nas paredes de pedra do alicerce são sempre vãos que se prolongam até os baldrames, fazendo com que estes funcionem como vergas dessas aberturas uma vez que seria muito mais difícil executar essas vergas em pedra. Geralmente essas paredes de pedra perfazem todo o perímetro da casa, por vezes com pequena altura, meio metro na parte baixa do porão; outras vezes, podem chegar a quatro metros ou mais nas partes mais altas, conforme o necessário ajuste ao terreno. Em alguns casos, em porões de grande altura, o fechamento também pode ser feito com vedos de pau-a-pique e, neste caso, o baldrame é sustentado por pilares de madeira aparentes em meio à parede. É o caso das fachadas altas das fazendas *Chapada* (p.292), *Conceição* (p.310), *da Serra* (p.197) e *do Mato* (p.221). Em outras fazendas, mesmo havendo porões altíssimos, como na *Fazenda Água Limpa* (p.278), a parede do porão é de pedras até em cima, na altura dos baldrames.

As pedras são colocadas diretamente sobre uma cava rasa no terreno, sem o uso de fundações profundas. A técnica de se construir com pedras é milenar em todo o norte de Portugal e nas ilhas atlânticas. Essa tradição foi trazida para diversas regiões do Brasil. Em Minas, há casos de edifícios do período colonial construídos inteiramente de

Figura 4.1 – Colunas do porão de pedras de cantaria, F. da Anta. Foto: CFC

Figura 4.2 – Cunhal, F. Água Limpa. Foto: CFC

¹ AMARAL, Francisco Keil et al. (1961). *Arquitetura popular em Portugal*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos.

Figura 4.3 e 4.4 – Casario de Idanha a Velha, Portugal: pedras destacadas por caiação. Foto Alves Costa.

pedras, especialmente na arquitetura oficial. Na arquitetura civil corrente as pedras acabaram por ficar restritas ao embasamento do edifício. Sobre essa base de pedras, assenta-se a estrutura independente de madeira – gaiola – e, sobre esta, apóia-se a estrutura do telhado.

Todas as peças da gaiola seguem o mesmo padrão e a mesma hierarquia de medidas de fazenda para fazenda, variando apenas suas dimensões de acordo com o tamanho de cada casa. Em fazendas de grandes dimensões, por exemplo, as peças são mais grossas, os esteios podem medir 22 por 25 centímetros nas casas maiores, e até 16 por 20 centímetros nas menores. Assim como os esteios ou pés-direitos, todas as outras peças também obedecem a um padrão; as de maior porte são os baldrames e as vigas-madres, depois vêm os barrotes, depois os cunhais, esteios e assim por diante.

A gaiola de madeira é uma estrutura que trabalha apenas com vínculos articulados e não com conexões rígidas, engastadas. É uma estrutura isostática e não hiperestática, por isso, todas essas peças que se encaixam por meio de sambladuras devem estar contraventadas ou trianguladas em seu conjunto. Esta sofisticada estrutura de madeira não depende do fechamento dos vedos para se solidarizar.

Sabemos que a estrutura de madeira com base de pedras já era usada na arquitetura popular da Península Ibérica, desde tempos imemoriais. Essa estrutura de madeira nada tem a ver com o enxaimel da Europa Central, que ocorreu mais tarde, a partir do século XIX, em algumas regiões do Brasil onde houve imigrações alemãs. A estrutura de que estamos tratando é a precursora da gaiola estrutural de madeira e é encontrada em todo o norte da Península, desde a Galiza até o País Basco.

Figura 4.5 – Dimensões das peças de madeira.

Desenho: CFC

No entanto, a estrutura apresentada nas fazendas do Sul de Minas não é similar à arquitetura popular no norte da Península Ibérica, tampouco é como a gaiola pombalina desenvolvida a partir da reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755. A gaiola estrutural de madeira das fazendas do Sul de Minas é uma evolução da estrutura de madeira já usada em Minas, desde o início do século XVIII, embora tenha sofrido influência das técnicas desenvolvidas por ocasião daquele terremoto. Em nossa opinião, a maior contribuição da gaiola pombalina para a estrutura dessas fazendas está na incorporação de conceitos e detalhes construtivos, como vínculos articulados e sambladuras, desenvolvidos em Lisboa para criar uma estrutura anti-sísmica como resumiu Lemos:

Figura 4.6 e 4.7 – Casas de estrutura de madeira sobre base de pedras no norte da Península Ibérica. Fonte: Flores (1973).

“Em tese, esse novo sistema construtivo se louvava numa estrutura de madeira apta a sustentar os assoalhos dos sobrados e os frechais dos telhados independentemente das alvenarias envoltórias. No fundo tudo não passava de um muro contínuo envolvendo uma estrutura autônoma apoiada ao solo em meia dúzia de pontos. Caso houvesse um terremoto, não ocorreria mais o desabamento de telhados e pisos, esmagando pessoas devido à desagregação das paredes portantes. Agora mesmo que elas se desmoronassem, a “gaiola”, de um jeito ou de outro, haveria de minorar, ou evitar, as compressões repentinas de alto risco.”²

² LEMOS, Carlos A.C. (1999). Casa paulista. São Paulo: EDUSP, p.126-127.

Figura 4.8 – Ilustração: Lisboa antes e depois do terremoto de 1755.

A gaiola pombalina era bastante distinta das estruturas de madeira existentes anteriormente em Portugal como relata França, seu maior estudioso:

Propunha-se então pela primeira vez (...) encontrar resposta a uma questão de tal maneira urgente que punha em causa a própria sobrevivência de sua obra (...). Eles encontraram porém, sem demora, um solução bastante engenhosa: a da “gaiola” (...). Trata-se de uma investigação empírica que, com certeza, só chegou a um estado de aperfeiçoamento depois de várias tentativas, hesitações e experiências (...). Não se deve, bem entendido, confundir a “gaiola” com o vigamento tradicional, que tinha um emprego completamente

diferente, e que ficava agarrado às paredes, estando vinculado às suas qualidades de resistências³.

³ FRANÇA, José Augusto. (1977). Lisboa pombalina e o iluminismo. Lisboa: Bertrand. p 323/4

Figura 4.9 – Esquema da gaiola pombalina. Fonte França (1977).

No Brasil, a primitiva estrutura de madeira, praticada no norte da península, encontrou no Brasil espaço para se desenvolver devido à fartura e à boa qualidade das madeiras e à tradição da carpintaria luso-brasileira. Após o terremoto, aos ecos da reconstrução de Lisboa, novas técnicas foram incorporadas à primitiva estrutura, gerando a gaiola que conhecemos, mais regular e planejada.

A gaiola começa a ser erguida a partir da construção de um grande piso de madeira, em cima de toda a base de pedras da casa. Em primeiro lugar, são assentados baldrame sobre os muros de pedra, que contornam todo o perímetro da casa, e vigas-mestras (ou madres) na parte interna deste perímetro, sobre alicerces de pedra ou colunas de madeira. Quando as vigas-mestras são apoiadas em colunas de madeira, estas se apóiam em pequenas bases de pedras para que a madeira não tenha contato com o solo.

Os baldrames, muitas vezes, não têm comprimento suficiente para atravessar toda a fachada da casa e, por isso, duas peças são unidas por seus topos através da sambladura, chamada na região de “raio de Júpiter”. Essa sambladura impede que as peças se distanciem longitudinalmente umas das outras.

No cunhal de casa, onde os baldrames se encontram perpendicularmente, há uma sambladura complexa que une

Figura 4.10 – Planta de baldrame e vigas-mestras.

Desenho: CFC

Figura 4.11 – Planta do assoalho. Desenho: CFC

Figura 4.12 – Sambladura “raio de Júpiter”. Desenho: CFC

Figura 4.13 - Mesma sambladura na F. Chapada. Foto: CFC

Figura 4.14 – Encontro dos baldrame no cunhal da F. Monte Alegre. Foto: CFC

Figura 4.15 – Perspectiva explodida da mesma sambladura. Desenho: CFC

essas peças. Essa sambladura tende a unir tanto mais as peças quanto maior for a carga vertical que incide sobre elas e somente foi encontrada por nós na região da pesquisa. Em regiões vizinhas não encontramos esse tipo de sambladura. As vigas-mestras e os baldrames têm a mesma dimensão, em média sua seção é de 40 centímetros de largura por 35 centímetros de altura, e existe a mesma função na hierarquia das peças. A diferença é que baldrames são peças que ficam no contorno ou perímetro da casa, embaixo de paredes externas. As vigas-mestras ficam no interior do perímetro, dando suporte aos barrotes. Na maioria das fazendas do Sul de Minas, com exceção da *Fazenda do Bananal* (p.173), os barrotes estão no mesmo plano dos baldrames, unindo-se a estes através da sambladura “rabo de andorinha”, de modo que o topo do barroto fique protegido e não mais exposto na fachada, como antes. As vigas-mestras, por sua vez, estão ligeiramente rebaixadas em relação ao nível dos barrotes, e estes simplesmente se apóiam sobre elas

Figura 4.16 – Corte F. do Mato. Desenho: CFC

Nas fazendas mais antigas os barrotes simplesmente se apoiavam por cima dos baldrames, deixando seu topo desprotegido na fachada da casa. Essa mudança também traz mais uma informação, o travamento estrutural. Neste caso, o encaixe em rabo de andorinha impede que o baldrame possa sofrer deslocamento para os lados, reforçando a tese da mudança de uma estrutura hiperestática para uma estrutura isostática.

Os barrotes são peças que têm seção média de 30 centímetros de largura por 25 centímetros de altura e vencem o vão entre vigas-mestras e baldrames. Este vão varia entre três a quatro metros e é, historicamente, a largura mais comum dos lotes das cidades medievais do norte de Portugal, já que suas construções também utilizavam barrotes de madeira para vencer o vão entre as paredes portantes de pedra. A cada vão vencido por barrotes, temos um lanço. A distância entre barrotes é de 30 centímetros entre as peças e de 70 centímetros entre eixos. Este pequeno vão é facilmente vencido pelas tábuas do assoalho, que têm três centímetros de espessura e recobrem todo o barroteamento da casa. Em cima deste grande assoalho são levantadas as paredes internas, independentemente de onde estejam os barrotes ou as vigas-mestras. Muitas vezes, as paredes são apoiadas apenas em cima das tábuas, sem necessariamente coincidirem com a posição do barrote sob elas. Podemos dizer que é uma casa com a planta livre. Na Fazenda Balaio foi encontrada, no piso de tábuas, a marca de uma antiga espiga do esteio (ou pé-direito) que ali se encaixava, demonstrando que não havia necessidade de o esteio ir buscar apoio nos barrotes ou vigas.

Repare que a maior dimensão dessas peças, tanto das vigas quanto dos barrotes, é a largura e não a altura, como seria mais lógico. Isso porque estamos num período em que não havia ainda uma preocupação em racionalizar o uso da madeira, o que só viria a ocorrer na virada do século XX. A idéia era criar uma espécie de “lajão” em cima do qual seria construída a casa.

Em cima deste “lajão” são apoiados os pés direitos a uma pequena distância de uma peça a outra, conforme a disposição das portas e janelas. Essa técnica permitia que houvesse janelas – e portas – justapostas umas às outras, caso fosse a intenção. Esta peça da estrutura, chamada de pé-direito, tem seu nome derivado do trecho de tronco de uma árvore mais ou menos reto, a que chamavam de “direito”. Este trecho, também chamado fuste, vai do chão até os primeiros galhos

Figura 4.17 – Marcas dos pés direitos no piso da F. Balaio.

Foto: CFC

Figura 4.18 e 4.19 – Perspectivas da sambladura rabo de andorinha no encontro dos barrotes com o baldrame.

Desenho: CFC

Figura 4.20 – F. Sta. Clara: sambladura rabo de andorinha.

Foto: CFC

Figura 4.21 – F. da Anta: barrotes simplesmente apoiados

na viga madre. Foto: CFC

da árvore. Devido a esta técnica construtiva em que se usava o pé-direito das árvores como colunas, e o comprimento da peça era exatamente a distância do piso ao teto, esta altura passou a ser chamada no Brasil de pé-direito. Os pés-direitos vão do baldrame ao frechal e, em ambas as extremidades, são samblados às peças através de espigas. Os pés-direitos são, ao mesmo tempo, apoios verticais da estrutura e ombreiras de portas e janelas. Isso acontece devido aos entalhes que são feitos ao longo de sua seção, variando sua espessura conforme se queira.

Os pés-direitos ou esteios que ficam nos cunhais das casas, por extensão, também são denominados cunhais e têm seção ligeiramente maior que a dos esteios, em média 25 por 25 centímetros. Essas peças têm um pequeno corte ao longo de sua seção para que fiquem da espessura das paredes. Encaixam-se, por meio de espigas, aos baldrame na parte inferior e, na parte superior, aos frechais.

Figura 4.22 – F. da Anta em ruínas. Foto: CFC

Figura 4.23 – O cunhal se encaixa ao baldrame através de uma espiga. Desenho: CFC

Em cima dos pés-direitos estão os frechais, na posição horizontal, arrematando as paredes em sua parte superior. São peças de dimensão aproximada à seção dos esteios e correm sobre todas as paredes, formando no plano de teto uma malha que amarra toda a “gaiola”. Os frechais se entrecruzam perpendicularmente e o cruzamento dessas peças se dá através de sambladura em meia madeira, impedindo, assim, que a “gaiola” se abra e as paredes caiam. Isso é necessário porque a estrutura do telhado não possui sistema de tesouras, o que anularia os esforços horizontais. Os caibros, portanto, descarregam suas cargas diretamente sobre os frechais decompondo os esforços em verticais, que são absorvidos pelos

Figura 4.24 – F. da Anta: detalhe do encontro do peitoril com o pé direito. Observe a cunha para sustentação do peitoril. Foto: CFC

Figura 4.25 – Detalhe das peças que formam a janela. Desenho: CFC

Figura 4.26 - Detalhe da verga canga de boi. Desenho : CFC

Figura 4.27 - F. da Anta: peça do pé-direito caída no chão: observe os entalhes ao longo da peça. Foto: CFC

Figura 4.28 – Detalhe do encontro do pé-direito com o baldrame. Desenho : CFC

pés direitos, e em esforços horizontais, absorvidos pela malha de frechais. Nesta malha, os frechais perpendiculares às paredes externas trabalham a tração, tensionados. Estes mesmos frechais transpassam os que estão sobre a parede externa, fazendo um balanço que sustenta o beiral, desempenhando as funções do cachorro.

As demais peças horizontais da “gaiola” são os peitoris e as vergas das portas e janelas. Elas não cumprem função estrutural no conjunto, apenas são sambladas aos esteios, como já vimos na figura 4.24.

No último nembro – pano de parede entre aberturas - de cada fachada, entre o cunhal e o pé direito da última janela, há uma peça diagonal embutida na espessura da parede que dá triangulação à estrutura. Assim se completa a “gaiola”, a estrutura autônoma de madeira.

Figuras 4.29 e 4.30 – Frechais se cruzam a meia madeira, neste caso, em cima do cunhal. Desenho: CFC

Figura 4.31 – F. Monte Alegre: frechais se entrecruzam acima do cunhal. Foto: FCF

Figura 4.32 – F. das Posses (casa velha): peça diagonal para contraventamento da estrutura. Foto: CFC

Figura 4.33 – Maquete da estrutura F. Tucum. Maquete e foto: CFC

Sobre a gaiola, um grande telhado de telhas de barro cobre a casa. Sua estrutura de madeira é independente da estrutura da casa; o telhado simplesmente apóia-se na gaiola de madeira. A estrutura do telhado é composta por duas peças verticais de madeira apoiadas sobre a malha de frechais. Estas colunas, sambladas a “boca de lobo”, sustentam a cimeira – peça horizontal que faz a cumeeira – sempre posta na diagonal, a 45°. Da cimeira partem as tacaniças que se lançam sobre cruzamento dos frechais, acima dos cunhais. Os caibros, por sua vez, têm uma extremidade apoiada sobre a cimeira ou sobre as tacaniças e a outra, apoiada nos frechais das paredes externas, samblados a estes a “boca de lobo”. Sobre os caibros, apóiam-se as ripas e, sobre elas, as telhas. Essas telhas de barro, em geral fabricadas na própria fazenda, eram feitas usando-se formas de madeira para sua moldagem, jamais foram moldadas em coxas humanas. No Museu de Artes e Ofícios de Belo Horizonte existem algumas dessas formas.

Figura 4.34 – Formas de telhas. Fonte: acervo Museu de Artes e Ofícios MAO de Belo Horizonte

Figuras 4.35 e 4. 36 – Encontro da tacaniça com os frechais, repare sambladura tipo “boca de lobo” em três dimensões. No detalhe: “Cruz de Santo André” apoiando a tacaniça. Desenhos: CFC

Figura 4.37 – F. da Anta: Pau da tacaniça samblado a boca-de-lobo. Foto: CFC

Figura 4.38 – F. Estância do Mota: estrutura telhado. Foto: CFC

Figura 4.39 – Perspectiva: encontro do caibro, cachorro e frechal: repare que os caibros ficam desencontrados dos cachorros. Desenho: CFC

Figura 4.40 – Corte no beiral: caibro, cachorro, frechal e galbo do contrafeito. Abaixo: cachorro frente e lado mostrando entalhe em “peito de pombo”. Desenho: CFC

Figura 4.41 – Encontro do pau de cumeeira e esteios da cobertura. Desenho: CFC

⁴ RIBEIRO, Orlando. (1992). Geografia e civilização – temas portugueses. Lisboa: Livros Horizonte., p. 109.

Como as casas são na maioria das vezes em forma de “L”, formado a partir do encontro de dois retângulos, cada retângulo é coberto por um telhado de telhas capa-e-canal, sempre de quatro águas. A junção entre os telhados é feita por um rincão ou água furtada, que junta as águas provenientes de dois panos de telhado. O rincão era feito com grandes calhas de barro, colocadas por baixo das telhas. Estas calhas são como os canais do telhado de capa-e-canal, só que com maiores dimensões. Hoje em dia, o rincão foi substituído por chapas metálicas, porém na *Fazenda Pitangueiras* (p.148) foram encontradas peças com aproximadamente um metro de comprimento em cima do forro. Isso demonstra que havia tecnologia para solucionar o problema da captação e condução das águas pluviais naquele rincão e que a “perna do L”, portanto, era concebida junto com toda a construção e não posteriormente.

Os beirais são sustentados por cachorros, colocados na posição horizontal, samblados a meia madeira aos frechais e contraventados por um pau roliço chamado retranca. Há, na parte inferior do telhado, uma inflexão que amacia o ângulo formado pelos caibros no momento que interceptam o plano formado pelos cachorros; é o galbo do contrafeito. Feita para projetar as águas provenientes do telhado mais longe das paredes, prolongando os beirais sem prejudicar a iluminação, esta inflexão acaba também suavizando o volume da casa.

A dupla inclinação do telhado acabou se tornando uma característica marcante da arquitetura do período colonial. Essa técnica, trazida ao Brasil pelos portugueses, tem clara influência oriental e foi introduzida em Portugal através do Algarve. Ocorreu preferencialmente nas cidades portuárias, como notou Orlando Ribeiro:

A capital, necessariamente mais ligada à vida européia do seu tempo, aceitaria com dificuldades um elemento desta origem. Ainda assim, os beirais arrebitados e os ornatos dos ângulos dos telhados, tão freqüentes em casas velhas lisboetas, parecem filiar-se a influências orientais. A partir da cidade se teriam difundido no seu termo, tanto em quintas como em humildes casais saloios, que imitavam aquelas construções prestigiosas⁴.

O beiral e os cachorros são totalmente horizontais e, para unir o ângulo horizontal do beiral ao ângulo de inclinação do telhado, usa-se o contrafeito. Portanto, na verdade, há três inclinações diferentes no telhado. A primeira é dada pelo ponto da telha, que é o ângulo máximo a que se pode chegar sem que as telhas escorreguem, uma vez que estas aderem às ripas simplesmente por atrito; não há encaixes ou amarrações. Por isso é que podemos notar que a distância entre ripas é menor que o comprimento das telhas. A segunda inclinação é o ângulo do contrafeito, também chamada de galbo; é determinado pela interseção do ângulo do telhado, o “ponto”, com o ângulo (horizontal) do beiral. A última fiada de telhas é quase plana, inclinada apenas o mínimo necessário para que a água não fique parada ali. Como vimos, os caibros terminam sobre frechais das paredes externas, samblados a “boca de lobo”, e por isso a estrutura do beiral, que não é feita da continuidade dos caibros, tem que, necessariamente, ser feita por outras peças. Daí surgirem os cachorros que são o suporte do beiral. Os cachorros são samblados a meia madeira aos frechais e transpassam ligeiramente para dentro, onde são contraventados por peças que não permitem que eles girem; essas peças são chamadas de retrancas. Essa sofisticada inflexão de ângulos acaba amolecendo, suavizando, o volume do telhado. Os cachorros e frechais são geralmente arrematados por um delicado entalhe na madeira chamado de “peito de pombo”. Este arremate confere leveza, torna a cobertura “arrebizada” como na arquitetura do oriente.

Os beirais são guarnecidos por guarda-pós ou por cimalthas. Os guarda-pós são tábuas colocadas entre os cachorros e as ripas a fim de evitar que as telhas se levanten com o vento, já que são simplesmente apoiadas. As cimalthas mais comuns são aquelas feitas com tábuas inclinadas, colocadas sob o beiral, escondendo os cachorros; têm a mesma função do guarda-pó e arrematam o encontro do telhado com a fachada, conferindo um ar clássico. Muitas vezes as cimalthas aparecem apenas nas fachadas mais nobres da casa. Na *Fazenda do Mato* (p.221) vê-se claramente isso; nas fachadas do corpo principal há cimalthas, no corpo de serviços há somente guarda-pós, deixando os cachorros aparentes. Há também cimalthas mais trabalhadas, compostas de várias peças, que mais parecem sofisticadas cantarias, como nas fazendas *da Barra* (p.272), *Bela Vista* (p.145), *Narciso* (p.136) e *Cachoeira* (p.255). O vão entre a cimalha e as telhas é preenchido com argamassa, evitando a entrada de bichos. Nas casas de fazenda, sempre que há cimalthas, os cachorros não aparecem.

Figura 4.42 – Fragmento de cimalha encontrada no porão F. Cachoeira. Foto: CFC

Figura 4.43 – Cunhal e beiral da F.Narciso antes da reforma. Fonte: Andrade (2004).

Figura 4.44 - F. da Barra: arremate de argamassa ente a cimalha e as telhas. Foto: CFC

Figura 4.45 – F. do Mato: cimalha no corpo principal e apenas guarda-pó no corpo de serviços. Foto: CFC

Apenas no casario urbano de Diamantina vimos cimalhas que cobrem parcialmente os cachorros, deixando à mostra suas pontas.

Sob o telhado, o forro plano encerra o volume interior. O forro tem a função primordial de resguardar a privacidade de cada cômodo uma vez que as paredes internas vão somente até a altura dos frechais. Também tem a função de guarda-pó porque que as telhas vãs sempre permitem a entrada de folhas e de poeira. Esta função - guardar o pó - por extensão acabou emprestando seu nome às tábuas acima dos cachorros.

Os forros podem ser de madeira ou de esteira de taquara. Os forros de madeira podem usar o sistema de saia e camisa ou de mata-junta. Nos dois sistemas, as tábuas são afixadas em barros superiores que se apóiam nos frechais, samblados a meia madeira. Esses barros são samblados aos frechais, mas não em "rabo de andorinha"; como os barros do piso são samblados aos baldrames. Isto porque os frechais já se contraventam, como foi dito anteriormente e, assim sendo, não é preciso que os barros do forro travem os frechais. Para arrematar o encontro do forro com as paredes, aparecem os roda-tetos. Ao redor de todo o forro ficam as indefectíveis tabeiras, arrematando as tábuas corridas. Entre as tabeiras e as tábuas corridas, pode haver uma infinidade de arremates como cordas, rendilhados, dentículos, etc.

Há algumas exceções ao tradicional forro de saia e camisa. Na cozinha, usa-se uma treliça larga ou simplesmente não há forro, deixando a fumaça sair pela telha vã. Em ambientes nobres, os forros são mais ornamentados, fazendo desenhos concêntricos como ocorre na sala das fazendas *Cachoeira* (p.255), *Cafarnaum* (p.284) e *das Posses* (p.209). Na *Fazenda Sesmaria* (p.158), por exemplo, há um quarto da

Figura 4.46 – Detalhe do apoio do barrote do forro no frechal. Desenho: CFC

Figura 4.47 – Barroteamento do forro, F Estância do Mota. Foto: CFC

Figura 4.48 – Forro de gamela, F. Cafarnaum. Foto: CFC

Figura 4.49 – Forro saia e camisa, tabeira e roda-teto. F. do Mato. Foto: CFC

ala social que possui forro de gamela. Os forros das capelas também são mais trabalhados e ornamentados. Na *Fazenda Figueira* (p.206), por exemplo, a capela possui forro abobadado. Em algumas fazendas foram encontrados forros de esteira de taquara, como na *Barra do Palmela* (p.186), *Grão Mogol* (p.170) e *Serra das Bicas* (p.176), provavelmente em substituição aos forros originais de madeira. Algumas fazendas tiveram seus forros substituídos, mais recentemente, por forros do tipo “paulistinha”.

Todo o fechamento da estrutura é feito por paredes de pau-a-pique, também chamado de taipa de mão, de sebe ou de sopapo. Em Minas, o nome usado é pau-a-pique. Apesar de ser apenas o preenchimento dos vãos estruturais, esta técnica é tão difundida e tão popularmente conhecida que, muitas vezes, essas casas são conhecidas apenas como casas de pau-a-pique.

*... nas construções de arcabouço de madeira e da mesma época, as paredes têm, invariavelmente, a mesma espessura dos pés-direitos, e nada mais, exatamente como têm agora a espessura dos montantes de concreto*⁵.

O pau-a-pique é usado para fechar os panos internos de parede, os nembros da fachada, os panos de peito e os panos de parede acima das vergas. Para isso, usa-se uma grelha de madeira entre as peças da estrutura, preenchida com barro. O barro é atirado de encontro à grelha de ambos os lados da parede. Depois de preenchida a grelha, vem uma camada de massa grossa de regularização e depois pode haver sucessivas camadas de revestimento, de granulometria cada vez mais fina, que são somadas à parede para dar acabamento, terminando com uma ou mais camadas de cal. Cada uma dessas argamassas possui uma composição diferente, específica para sua função. A parede acabada atinge, geralmente, a espessura média de dezessete centímetros, pouco menos que a espessura dos pés-direitos. A grelha é formada por paus verticais e horizontais. Os verticais são roliços e se encaixam em orifícios redondos, feitos com pua na estrutura, nomeadamente nos baldrames e frechais, sendo que, nos frechais, estes furos são mais profundos de tal maneira que paus são colocados primeiro nestes e depois soltos, encaixando-se nos orifícios inferiores. Os paus horizontais são mais finos e ficam amarrados aos verticais de ambos os lados por fibras naturais como cipó ou embira.

O leitor mais atento irá notar que, em algumas fotos, há

⁵ COSTA, Lucio. (2007). Sobre arquitetura. Organizado por Alberto Xavier. Porto Alegre: UniRitter. 7 p. 91

Figura 4.50 – F. Sto Antônio: forro rendilhado na sala nobre. Foto: CFC

Figura 4.51 – Forro de gamela em quarto de hospedes na F. Sesmaria. Foto: CFC

Figura 4.52 – Forro concêntrico na sala nobre da F. Cachoeira. Foto: CFC

⁶ RIBEIRO, Orlando. (1992). Geografia e civilização – temas portugueses. Lisboa: Livros Horizonte., p. 65

tijolos preenchendo os vãos, mas isso é apenas uma substituição posterior do vedo; não significa que houvesse casos de preenchimento de tijolos nessas fazendas, semelhante ao que vemos na região de São João del Rei ou na *Fazenda Traituba*, onde as paredes são feitas de adobe.

Em Minas Gerais a taipa de pilão, ou simplesmente taipa, como é mais conhecida, não foi adotada. Não se sabe se por razões técnicas, como a irregularidade do terreno e a falta de terra argilosa, ou se por razões culturais.

A taipa caiu em desuso no Brasil, suplantada pela casa de pau-a-pique, formada por uma grelha de madeira revestida de barro atirado de encontro à armação. Foram os escravos que introduziram e divulgaram esta técnica, de largo emprego na África negra.”⁶

⁷ GOMES, Geraldo. (1998). Engenho e arquitetura. 2.ed. Recife: Fundação Gilberto Freyre., p. 85

A origem da taipa de mão é um pouco controversa, porém indubitavelmente longínqua, ocorrendo no Brasil desde os primeiros séculos, como podemos observar nas pinturas de Frans Post em Pernambuco “construídas em taipa de pau a pique”⁷.

Há quem diga que a taipa de mão também era usada em Portugal, mas, em pesquisa de campo em Portugal e também junto ao órgão de preservação do patrimônio de Guimarães, o GTL, não encontramos este tipo de vedo. O vedo encontrado para as estruturas de madeira foi uma grelha de fasquias de madeira, preenchida com cacos de tijolos e entulho, posteriormente revestido.

Saindo da estrutura principal da casa, a gaiola de madeira, vamos tratar agora de outros pormenores que fazem parte deste conjunto de técnicas construtivas. Em relação às peças dos vãos das portas e janelas como ombreiras, peitoris e vergas, estas são as próprias peças da estrutura; não há outras peças, como montantes, aduelas, guarnições. As ombreiras ou umbrais nada mais são do que as próprias peças de madeira dos pés direitos. Essas peças são entalhadas de maneira que fiquem embutidas nas paredes nos trechos abaixo dos peitoris e acima das vergas; quando na altura das janelas, possuem a espessura total da parede e formam as ombreiras. Nos trechos em que fazem a função de ombreiras, essas peças recebem um recorte vertical, uma espécie de rebaixo pelo lado interno onde se encaixam folhas das portas e janelas.

O fechamento dos vãos das portas e janelas é feito por

Figura 4.53 – Sede do GTL e croquis dos sistemas construtivos mais usados em Guimarães. Desenho: CFC

folhas de madeira, constituídas por tábuas sambladas umas às outras através de sambladura macho-e-fêmea e unidas por travessas. Esse fechamento pode ser chamado de folhas “de calha” ou de couçoeiras. Nestas folhas, quando vistas de tardo, é possível observar as travessas que unem as tábuas. Essas travessas são peças trapezoidais entaladas nas couçoeiras em sentido oposto umas às outras, alternadamente; isso faz com que o conjunto fique travado. A seção transversal das travessas também é trapezoidal e encaixa em um entalhe de mesma forma, feito na couçoeira, o que impede o arranque superior. Além da pressão que une as travessas às couçoeiras, usam-se também cavilhas, impedindo o escorregamento lateral. As dobradiças ou gonzo são sempre afixados nas travessas e não nas folhas de madeira.

Quase todas as fazendas apresentam folhas de calha; apenas na *Fazenda Favacho* (p.131) e na *Fazenda Santo Antônio* (p.281) foram encontradas portas e janelas com folhas de almofadas. Nas demais, as folhas almofadadas eram usadas apenas nos ambientes nobres como nas portas das capelas.

Os caixilhos apareceram posteriormente e, por isso, foram colocados do lado de fora com relação às folhas das janelas. São compostos por duas folhas do tipo “guilhotina”, fixadas às ombreiras por sarrafos pregados a elas. A folha superior é fixa e fica sempre mais para fora que a folha inferior, impedindo que a água da chuva entre. Cada folha é

Figura 4.54 – Folha da calha vista de frente e tardo: travessas trapezoidais alternadas. Desenho: CFC

Figura 4.55 – Detalhe de sambladura entre travessa e couçoeira. Desenho: CFC

Figura 4.56 – Encaixe entre as couçoeiras mostrando sambladura macho e fêmea. Desenho: CFC

Figura 4.57 – Detalhe de travessa e couçoeira, F Monte Alegre. Foto: CFC

Figura 4.58 – Elevação de caixilho, F. do Mato Janela.

Foto: CFC

Figura 4.59 - Janela da F. Pitangueiras. Foto: CFC

Figura 4.60 – Detalhe típico de janela (corte), F. do Mato.

Desenho: CFC

Figura 4.61 – Detalhe típico de janela (planta), F. do Mato.

Desenho: CFC

composta por requadro de madeira e por pinásios, formando um quadriculado miúdo que suporta os vidros. Estes são fixados externamente aos pinásios com pequenos pregos, recobertos posteriormente por massa.

É importante notar que os pinásios verticais são peças inteiriças que vão de um lado a outro do requadro; os pinásios horizontais, por sua vez, são interrompidos a cada cruzamento. Ambos têm seção em “T” e assim permanecem durante o cruzamento das peças, tornando-os finíssimos, quase desaparecendo na contraluz. Hoje em dia, quando se copiam caixilhos desse tipo, os pinásios têm seção retangular e o cruzamento entre eles é feito em meia madeira. Posteriormente, os pinásios são chanfrados com tupia, deixando apenas os nós de cruzamento sem chanfro; por isso esses nós têm um aspecto muito grosso, ao contrário do caixilho original, e se torna fácil distingui-los.

Nos caixilhos que guarnecem janelas com vergas curvas, notamos que o arremate entre o caixilho e a verga é feito no próprio requadro do caixilho, que se curva para ajustar-se à verga. Os vidros permanecem retangulares. Vemos isso nas fazendas *Pitangueiras* (p.148), *Sesmaria* (p.158) e *Água Limpa* (Cristina) (p.263). Na *Fazenda Serra das Bicas* (p.176) isso não ocorre; neste caso, o vidro vai até em cima e acompanha a curva.

Essas folhas eram divididas em um quadriculado miúdo, onde se encaixavam os vidros. Quanto mais sofisticada era a fazenda, mais peças de vidro eram usadas em cada caixilho, chegando, em algumas propriedades, a haver até vinte peças em cada folha. Em algumas fazendas mais sofisticadas, as fachadas nobres possuíam os pinásios e vidros trabalhados em desenhos diagonais, curvos, etc. O vidro era um material raro - e caro - naquela época, no interior de Minas, por isso os caixilhos somente foram introduzidos posteriormente. Anteriormente aos vidros, e em sua substituição, vez por outra, usaram-se lâminas finíssimas de pedras translúcidas como a malacacheta ou mica. Esse tipo de fechamento dos caixilhos com lâminas de pedras não é comum nas fazendas pesquisadas, apenas foi encontrado na *Fazenda Primavera* (p.276). Tanto os vidros quanto as pedras não podiam ter grandes dimensões, por isso as janelas apresentam um quadriculado miúdo.

*A Vila de Campanha, ou propriamente, Vila da Princesa da Beira, que alçamos cedo, no mesmo dia, pois dista apenas quatro léguas a nordeste de São Gonçalo, está situada sobre alto outeiro, e é, depois da Vila de São João Del-Rei, a mais importante e populosa da Comarca do Rio das Motes. As minas de ouro, que em parte só há poucos anos, foram abertas na vizinhança, incluem-se entre as mais ricas das atualmente exploradas, e deram grande opulência aos habitantes, entre os quais travamos relações com o capitão-mor, um compatriota nosso, irmão do Sr. Stockler, Governador das Ilhas dos Açores. Aqui, vimos diversas e bonitas casas de dois pavimentos, providas de janelas envidraçadas, um dos mais custosos artigos do interior do Brasil.*⁸

⁸ VOM SPIX, Johan Baptist. (1981). Spix e Martius, viagem pelo Brasil 1817-1820. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, p.185

Os caixilhos de guilhotina passaram a ser uma constante na Europa, a partir da revolução industrial, e, a partir de meados do século XVIII, em Portugal, onde até hoje há quem os chame de janelas “à inglesa”. Esse tipo de janela foi amplamente usado

nas reformas urbanas Pombalinas em Lisboa, na Baixa e no Porto, especialmente na Rua do Almada. No Brasil, seu uso foi recomendado por ordenações governamentais em substituição às tradicionais rótulas de madeira. Quem quiser se aprofundar neste assunto recomendamos a leitura de livro *Através da Rótula*, de Paulo César G. Marins (2003).

Como vimos, a madeira é usada nessas casas de fazenda tanto na estrutura da gaiola e do telhado quanto nos pisos, forros e fechamentos. Cada peça possui uma função específica e um padrão de dimensões e sambladuras adequadas a cada função. São elas: baldrames, vigas-madres, barrotes, tábuas do piso, rodapés, roda-cadeiras e roda-tetos, esteios, pés-direitos, cunhais, frechais, vergas, peitoris, travamentos diagonais, tacaniças, caibros, cimeiras, cachorros, tábuas do forro, cimalhas, guarda-pós, calhas de portas e janelas e pinásios. Para cortar, desdobrar, serrar, cavar, entalhar e furar usavam-se ferramentas específicas como serras, enxó, puas, machados, etc. As madeiras mais usadas na região eram o pau-óleo ou cabreúva, o cedro, a peroba, e o jacarandá, este último preferido para os móveis. Nas regiões mais altas, como na Mantiqueira, é comum o uso da araucária para as tábuas de piso e forro. Todas sempre pintadas como forma de proteção à madeira, com exceção do piso e das peças do porão. A pintura das madeiras é sempre feita a óleo e, a das paredes, a cal. Internamente as casas podem receber diversos tipos de pintura ornamental, desde um simples barrado dividindo a parede na altura do roda-cadeira até pinturas de cenas religiosas, naturezas mortas,

Figura 4.62 – Instrumentos de carpintaria. Fonte: acervo Museu de Artes e Ofícios, MAO de Belo Horizonte

paisagens da fazenda, caçadas ou até mesmo pintura ilusionista, passando por diversos tipos de texturas como as de mármore e de madeiras, além das gregas e padrões florais.

Técnica e Estética

A resultante formal que caracteriza uma determinada arquitetura, uma determinada família tipológica, é a combinação entre certa intenção plástica, sua corrente estilística e as técnicas construtivas adotadas. Algumas correntes estilísticas estão intimamente ligadas à técnica construtiva adotada; é impossível, por exemplo, imaginar uma catedral românica sem as robustas paredes portantes de pedra ou um templo japonês sem suas estruturas de madeira. Outros estilos arquitetônicos, porém, não estão estritamente ligados a uma técnica construtiva, mas sim associados a valores formais ou a um saber fazer de uma certa época ou região e utilizam seu repertório formal de maneira mais independente da técnica construtiva. A arquitetura do período colonial no Brasil, no contexto do mundo colonial português, criou, a partir de um processo de extração e depuração de seus elementos mais característicos, uma arquitetura simples e austera, desprendida de valores formais ligados a determinada ordem.

No Brasil é possível ler, identificar a arquitetura civil do tempo de colônia como um todo uno e coerente que usa uma mesma linguagem, fala uma mesma língua, seja no casario açoriano de Santa Catarina, seja nas construções de pedra e cal no litoral de São Paulo, nos sobrados e trapiches da Bahia, no casario urbano de Minas e do Rio de Janeiro ou nas construções de taipa espalhadas pelos sertões paulistas, e até mesmo nas casas de estrutura autônoma de madeira das fazendas de Minas Gerais. Alguma coisa nelas nos faz identificar uma linguagem comum, uma família, seja na modenatura das fachadas, na marcação rítmica dos cunhais e envasaduras, na volumetria pura ou nos grandes telhados de barro com seus beirais.

As casas de pedra do litoral têm seus elementos mais importantes feitos desse material, trabalhado segundo as técnicas de estereotomia; são cunhais, barrados, vergas, umbrais, peitoris e panos de peito. As demais partes da alvenaria não recebem tal cuidado, são feitas de pedra de mão argamassadas, revestidas e, posteriormente, caiadas ou

Figura 4.63 – Beirais desenhados por Wasth Rodrigues: cimalha, beira seveira e e cachorrada. Fonte: Rodrigues (1980)

revestidas com azulejos, como ocorre nas grandes cidades litorâneas, de Belém do Pará a Porto Alegre. Há também aquelas casas onde as envasaduras são guarnecidas por peças de madeira, seja sua estrutura de alvenaria de pedras, adobe, pedra ou entulho entaipados. Neste caso, a marcação de madeira é reforçada por tintas usadas para fazer sua proteção. Aparecem aí, em substituição às cimalthas de pedras das construções mais nobres, os beirais de beira seveira, feitos a partir da sobreposição de sucessivos balanços de telha sobre a parede de alvenaria portante. A beira seveira é uma característica das construções de alvenaria portante, sendo impossível de ser feita em casas de estrutura autônoma de madeira. Mais tarde, com a introdução do tijolo de barro cozido, este tipo de técnica, de balanços sucessivos, passa a ser usada também com os tijolos e ganha inúmeras variações.

Nas casas de taipa, normalmente, os vãos são menos numerosos, igualmente marcados pela distribuição criteriosa nas fachadas; já não há cimalthas e a estrutura da cobertura se apresenta nos beirais em balanço, sustentados por peças que os estruturam, chamadas cachorros. Na casa de estrutura autônoma de madeira, os mesmos cachorros reaparecem, ora aparentes, sustentando as tábuas do guarda-pó, ora escondidos pelas cimalthas de madeira.

Em todos esses casos, a mesma intenção plástica está presente na marcação dos elementos mais característicos, independentemente da técnica utilizada. A volumetria pura e as soluções de cobertura demonstram perfeita combinação entre as possibilidades técnicas, as tradições culturais e as condições climáticas; são sempre grandes telhados com beirais em balanço, lançando suas águas para fora do corpo da construção, marcados pela indefectível mudança de ângulo de inclinação que confere à cobertura aquela curva tão característica de nossa arquitetura colonial.

Cada sistema construtivo tem seus elementos próprios e, conseqüentemente, sua nomenclatura própria; colunas e traves são próprias do sistema autônomo grego, arcos e abóbadas são próprios do sistema de alvenarias portantes romano. Há também aqueles elementos transplantados de um sistema ao outro; as pilastras lembram colunas da estrutura autônoma, no entanto são adornos de uma estrutura portante. As vigas são elementos da estrutura autônoma, mas tornam-se vergas para vencer vãos de aberturas nas paredes portantes. Os arcos são perfeitamente compatíveis com a estrutura portante, trabalhando à

compressão; cada aduela descarrega sua carga na seguinte e assim por diante. A forma curva do arco decorre da necessidade de transferência de cargas verticais para horizontais. As vergas curvas na estrutura autônoma, como a verga canga de boi nas fazendas, tomam emprestada a curva de linguagem formal, própria do arco. A verga canga de boi é uma variante estilística da verga reta da estrutura autônoma de madeira que, além de emprestar sua linguagem de outra técnica, também absorve uma linguagem oriental, pois parte de um segmento de reta horizontal para fazer o arco, ao contrário do que acontece em arcos plenos, abatidos, apontados ou ogivais, feitos de pedras ou tijolos e que têm que se estruturar por sua forma e não por um elemento que, na verdade, é uma viga.

Assim, quando falamos de baldrames, pés-direitos, esteios, frechais, estamos falando de uma nomenclatura específica da técnica construtiva da estrutura autônoma de madeira. Quando falamos em cunhais, vergas e peitoris, podemos nos referir a ambas, autônoma e portante. O cunhal na estrutura portante de pedras é um marco estrutural onde as pedras são aparelhadas de forma a se entrelaçarem, estruturando o arranque das paredes. Isso também ocorre na taipa de pilão, onde os blocos de terra socada têm que ser entrecruzados nos encontros das paredes para dar firmeza à estrutura. Esse enlace de elementos horizontais sucessivos desenha o cunhal e, por isso, ele é tão importante como linguagem.

Na estrutura autônoma de madeira o cunhal não é mais do que uma coluna com função estrutural igual a todas as outras, porém pela permanência de uma linguagem erudita, advinda da técnica anterior, o cunhal de madeira aparece bem marcado na fachada. Esse ir e vir de linguagens entre técnicas construtivas diversas deve ser observado para se distinguir o que é próprio daquele sistema construtivo e o que é pura permanência de linguagem. É geralmente naquela arquitetura menos pretensiosa que se observa maior compatibilidade entre a técnica e a intenção plástica.

Se lhes falta a ênfase que civilizações mais apuradas conferiram às suas moradias, será exatamente nessa despreziosa beleza, nesta fisionomia não maquilada, que devemos buscar seu valor e importância.⁹

⁹ VASCONCELOS, Sylvio. (1957). Arquitetura colonial mineira. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 1957, Belo Horizonte: UFMG, p.13

Nas casas dessas fazendas encontraremos alguns elementos desse desenhado acima citado, apesar de serem

bastante despretensiosas quanto ao estilo e apresentarem uma perfeita “saúde plástica”. Porém, é justamente naqueles edifícios secundários, nas senzalas e edifícios de serviços que vamos encontrar a linguagem mais direta, totalmente despretensiosa. Por isso, quando ainda existem, esses edifícios são testemunhos ainda mais certos desse saber fazer tradicional.

Que nos perdoem os colegas Raul Lino e Ricardo Severo, mas a síntese da arquitetura luso-brasileira já havia sido feita séculos atrás e o que seria uma reação xenofóbica ao historicismo arquitetônico da época, acabou sendo mais um apanhado de formas e elementos eleitos de nosso passado colonial, adicionados a uma carcaça formal já estabelecida e consolidada.

5-Programa de Necessidades e Esquemas de Plantas

Neste capítulo é discutido o processo evolutivo das tipologias regionais, principalmente a evolução dos esquemas de plantas, desde as primitivas fazendas, que serviam de apoio para primeiros núcleos exploratórios de ouro, até as fazendas da virada do XIX para o XX, com plantas mais regulares.

O rosário obrigatório
O jantar, lá na cozinha
Todo dia à mesma hora
As histórias de Dorinha
Memórias de Marta Saré – Edu Lobo.

Através do método descrito no capítulo sete e considerando o universo amostral levantado, confrontamos as plantas lado a lado, suas datas e localização, e traçamos um quadro evolutivo dos esquemas de plantas adotados ao longo de quase dois séculos de permanência desse modelo.

O programa de necessidades foi-se moldando ao longo do tempo conforme as mudanças na atividade produtiva, social, religiosa, etc. As plantas, por sua vez, foram se adaptando ao programa de necessidades. Não há uma rigidez formal entre todas as plantas; os fluxogramas, porém, são rigidamente os mesmos, dividindo a casa em três zonas distintas. As fazendas mais antigas, ainda do século XVIII, apresentam uma planta mais orgânica, esboçando um esquema que virá a se consolidar com o passar dos anos, e um apuro programático, gerando plantas mais regulares no século XIX. Essa maior organicidade das plantas do XVIII talvez se deva ao desenvolvimento *assembled* que essas casas tiveram. Ao contrário, no XIX, as construções já partiam de um projeto mais planejado e, principalmente, mais adaptado ao programa de necessidades que, a essa altura, já havia se definido.

O programa de necessidades é resolvido sempre em um único pavimento, normalmente chamado de *pavimento nobre* pelos historiadores da arquitetura. O porão, quando utilizado, não se destinava à habitação; servia de depósito, guarda de animais ou para os escravos ligados à casa. Na verdade, o porão serve para fazer o ajuste da topografia e para soltar a casa do chão. Em Minas não se habitava ao rés-do-chão.

Estar em casa era estar sobre um só assoalho. Não há hipótese de encontrarmos nessas fazendas, por esse tempo, um programa habitacional que imagine num mesmo pavimento as atividades de receber e em outro as atuações da vida íntima, o que viria a acontecer mais tarde, com a arquitetura eclética.¹

¹ LEMOS, Carlos A.C. (1979). Arquitetura brasileira. São Paulo: Melhoramentos; EDUSP, p.188

O programa é claramente dividido em três setores: o de serviços, o íntimo, relativo à família, e o social, relativo ao convívio com estranhos. O setor de serviços é composto por uma ou mais cozinhas e por cômodos complementares, que podem ter a função de despensas, depósitos, quarto de queijos ou até mesmo quarto de dormir ligado ao serviço. O setor íntimo é onde habita a família do proprietário. Este se organiza em torno de uma grande sala, a sala da família. Ela é que faz a articulação com os demais setores. Para esse setor voltam-se os quartos e alcovas da família. Finalmente, o setor relativo ao convívio com estranhos é também organizado ao redor de uma grande sala, em torno da qual se voltam os quartos e alcovas destinados aos hóspedes. Há uma distinção bem clara entre a parte social e a parte íntima da casa, devido à necessidade de se receber hóspedes e viajantes constantemente.

Em todo o Brasil Rural de antigamente, é bom lembrarmos, esse zoneamento das casas fatalmente haveria de ocorrer; longas distâncias, a necessidade de pernoites ao longo dos caminhos vastos e desertos, às vezes viajantes conhecidos, amigos ou até parentes, às vezes caminheiros suspeitos, “cometas”, ou mascates, que deviam ser tratados sem muitas intimidades (...).²

² LEMOS, Carlos A.C. (1999). Casa paulista. São Paulo: EDUSP. p. 97

Quanto à forma da casa, do ponto de vista da planta, vamos encontrar algumas variações. Em primeiro lugar, temos plantas formadas por um único retângulo, mais comprido, com proporções maiores que 2:1, ou mais curto, com proporções menores que 2:1, porém raramente se aproximando de um quadrado. Sua cobertura é de quatro águas. Depois aparecem os volumes anexos ao corpo principal; neste caso, podemos ter plantas compostas por dois retângulos articulados perpendicularmente (em forma de L) ou paralelamente. Os telhados de cada retângulo são sempre de quatro águas e, no encontro destes, forma-se o rincão ou água furtada. Podemos encontrar ainda as plantas em forma de U. Estas, porém, são

Figura 5.1 - Plantas de cobertura. Desenho: CFC

mais raras e representam uma derivação das plantas em L, apresentando uma “perna” a mais. Dentre as plantas em forma de L, aparecem em primeiro lugar as plantas cuja largura dos dois retângulos é a mesma; posteriormente, o corpo principal torna-se mais largo, de proporções próximas a 3:4 e o corpo de serviços permanece estreito. Esta planta se torna a mais difundida e adotada na maioria das fazendas do XIX; podemos dizer que é a planta clássica desse século. Há quem chame a perna do L de “puxado” de serviços, porém não achamos adequado este nome já que este bloco menor é concebido junto com toda a construção e não posteriormente.

As plantas são quase sempre formadas por cômodos retangulares ou quadrados, raramente apresentam cômodos em forma de L. Cada peça da casa é ligada à outra por portas, sempre de mesma altura e sempre com suas vergas alinhadas com as janelas. Quando se trata da ligação entre dois setores, esta é feita por “corredores” ou “cômodos de passagem” que, muitas vezes, fazem um “sifão visual”. Chamamos de sifão visual o artifício usado para que, do setor social, não se veja a parte íntima da casa; isso é feito através do não alinhamento de suas aberturas. Ao longo do levantamento, pudemos observar várias fazendas que apresentam essa solução, entre elas as fazendas do *Mato, Água Limpa, Balaio, Fazenda Pouso Alegre de Varginha*, etc. Há plantas que são mais orgânicas e outras, mais regulares. Somente nas fazendas com plantas mais orgânicas encontramos peças que não sejam retangulares e paredes que não estejam alinhadas.

Há, portanto, três setores bem distintos. No setor social e no íntimo, a organização espacial faz-se em torno de um grande cômodo para onde se abrem aposentos menores, aos quais chamaremos de “cômodos orbitais” que podem ser quartos, alcovas, etc.

No setor social, este grande cômodo é a sala da frente ou sala de visitas, como foi chamada mais tarde. Ela organiza a vida social da casa; para ela se abrem a capela ou ermida, os quartos e alcovas destinados aos hóspedes. Esta sala é usada principalmente para receber pessoas de fora do núcleo familiar. Há diversas descrições de viajantes que são recebidos nessas fazendas e a eles é destinado um cômodo nesse setor.

Ainda no setor social, muitas vezes há uma segunda sala, a de entrada, uma espécie de hall de distribuição ou vestíbulo. Esta peça é o primeiro cômodo da casa e está sempre ligado diretamente à porta de entrada. A este cômodo, podem estar ligados os quartos ou alcovas dos viajantes e a ermida. O vestíbulo

faz também a ligação com a sala nobre e a articulação com o setor íntimo, ligando-se à sala da família através de um corredor ou cômodo de passagem.

Esse vestíbulo funciona muitas vezes como a antiga varanda entalada, fazendo a distribuição para vários cômodos. Para designar esse cômodo de ligação e distribuição muitas vezes era também usado o termo corredor. É provável que as varandas entaladas das antigas casas de fazenda mineiras tenham se tornado cômodos internos e se transformado nos vestíbulos acima descritos. Em algumas fazendas, o setor social possui essas duas salas, vestíbulo e sala nobre; em outras, há apenas a sala nobre. Em ambos os casos, esta(s) sala(s) têm, de um lado, a capela ou ermida e, do outro, um quarto de hóspedes, exatamente o mesmo que ocorria na antiga varanda. As varandas que hoje existem em muitas fazendas são peças destacadas do volume da casa, alpendres, geralmente postos junto à porta de entrada e, muitas vezes, nota-se que são construções posteriores ao volume original.

Em muitas fazendas há um aposento exclusivo para a função religiosa que abriga um altar, retábulo ou oratório: é a ermida. A origem etimológica da palavra ermida é a mesma da palavra eremita, ermitão, que denota isolamento, distante, em local ermo, portanto esse vocábulo não deveria ser usado para uma capela dentro de casa. Porém, por metonímia, devido ao tipo de oratório usado em seu interior, do tipo ermida, o termo é usado na região para designar esse cômodo no interior de casa.

Usuais nas Casas Grandes do Nordeste e nas fazendas mineiras, as Ermidas - pequenas capelas domésticas que podiam ou não estar dentro da residência - precisavam da autorização lenta e burocrática das autoridades eclesíásticas para serem consagradas. Como alternativa, surgiram os grandes oratórios, que cumpriam a função doméstica e pública da Capela, especialmente nas propriedades rurais que, por estarem longe das vilas, necessitavam de um local próprio para o cumprimento dos ofícios católicos. Algumas famílias abastadas reservavam um cômodo especial, chamado "quarto de santos", para as práticas religiosas. O grande oratório passou, então, a cumprir o papel de retábulo, não apenas abrigando os santos de devoção, mas também sendo utilizado para a realização de batizados, casamentos, missas em intenção de almas, novenas e rezas coletivas. Essas

³ <<http://www.oratorio.com.br/>> acessado em 25 de abril de 2008

*celebrações eram realizadas com a presença de párocos de vilas próximas, que aproveitavam as visitas rurais para cumprirem outras obrigações evangélicas.*³

Esta peça deve ser sempre colocada próxima à entrada, para que pessoas estranhas possam assistir à missa sem que entrem na intimidade da casa. Alguns membros da família poderiam assistir à missa separadamente das demais pessoas da fazenda e, por isso, há em muitas casas uma janela ligando a ermida à parte íntima, como podemos perceber nas fazendas *Santa Clara* (p.301), da *Anta* (p.193), do *Mato* (p.221), *Angahy* (p.125), etc. Naquele tempo os padres vinham até as fazendas para rezar a missa e desempenhar as demais funções religiosas, pois as cidades eram distantes. É comum encontrar nessas casas pias batismais, como a pia de pedra sabão da *Fazenda do Mato*, ou instrumentos para celebração de missa, como na *Fazenda Santa Maria* (p.226) e *Angahy*. Em algumas fazendas, porém, não há um cômodo exclusivamente dedicado à função religiosa, mas nestes casos existem sempre oratórios – que podem ser móveis ou embutidos em nichos e armários -, retábulos, altares, imagens nas paredes, santos, etc.

Saindo do setor social, atravessamos um corredor ou cômodo de passagem e encontramos a segunda grande peça da casa, invariavelmente maior que a primeira; é a sala de dentro ou sala da família, para a qual se volta toda a vida íntima da casa. A ela se ligam os quartos e alcovas da família. É esta sala que faz sempre a ligação com o setor de serviços, nos casos da forma de L, na junção dos retângulos; nos casos de retângulos únicos, através de corredor. Esta sala é a vida da casa, por ela tudo passa, é dela que a matriarca pode controlar todo o movimento da família, agregados e empregados. Hoje em dia essa sala é usada como sala de jantar e, sendo assim, leva também este nome. Esse nome, porém mascara a diversidade de funções e a importância que este cômodo teve no passado. Podemos considerá-lo o mais importante da constituição da casa e, por isso, não devemos chamá-lo de sala de jantar e sim, de sala da família.

As alcovas localizam-se, geralmente, no centro do retângulo principal, entre a sala nobre e a sala da família. São pequenos quartos sem janelas que podem se abrir para a sala da frente ou para a sala da família. Entretanto, há casas em que a alcova encontra-se pegada a uma parede externa, ou seja, poderia tecnicamente possuir janela, mas não possui, como na *Fazenda Santa Clara*. Isso mostra que a alcova não é apenas a resultante

de impossibilidade técnica, onde os cômodos centrais não tinham como ser iluminados; é sim, uma tradição cultural milenar.

Na periferia do volume principal localizam-se os demais quartos da casa. Muitas vezes esses quartos possuem portas que os ligam entre si, de maneira que seja possível circular por toda a casa sem ter que, necessariamente, passar por uma das salas. Há quartos que possuem mais de uma porta, por isso podem, ora estar ligados ao setor íntimo, ora, ao setor social.

Saindo do setor íntimo, sempre pela sala da família, encontra-se a parte de serviços da casa. Despensas, quartinhos, armários e a(s) cozinha(s) compõem o setor de serviços. Geralmente a cozinha fica na extremidade do corpo de serviços. Não há uma regra para a orientação da cozinha em relação à declividade do terreno; em alguns casos ela está na parte alta da casa, em outros, na parte baixa. Desta maneira também não há regras para o tipo de piso e sua estrutura na cozinha. Em alguns casos o piso da cozinha é sobre aterro, ou seja, o que seria o porão abaixo dela é preenchido com terra. Na *Fazenda Água Limpa* (p.278), por exemplo, o piso é de terra batida. Por outro lado, podemos citar a *Fazenda do Mato* (p.221) onde toda a parte de serviços está sobre assoalho de madeira assim como o restante da casa. Sobre esse assoalho foi assentado, posteriormente, um piso de ladrilhos hidráulicos. Na *Fazenda Estância do Mota* (p.229), há uma solução dupla: parte da cozinha está sobre piso de terra batida e parte, sobre assoalho. De qualquer forma é importante dizer que não há, nessas fazendas, a solução que se tornou muito comum posteriormente, o piso frio sobre abobadilha de tijolos estruturada em trilhos de ferro.

Há sempre uma segunda porta para fora de casa, que tanto pode estar neste retângulo menor (de serviços) como na sala da família, sempre no encontro dos retângulos. Este encontro entre os dois retângulos gera um espaço externo semi-abrigado, formando um pátio mais íntimo. Da cozinha para fora pode haver pequenas construções, como casa do forno, casa de tacho, tudo para complementar os serviços da casa. Podem ser construções independentes, casinhas, ou ainda pequenos telheiros pegados à casa principal, ao que Lúcio Costa chamou de “asas de galinha”.

Vimos, portanto, que os três setores são claramente separados, independentemente da forma da planta. Nas fazendas do XVIII encontramos uma grande variedade de formas e durante o século XIX se consolida a forma clássica do L.

No final do XIX, com a presença de um maior número de cidades e com a diminuição da necessidade de receber viajantes,

Figura 5.2 - Fluxograma de ligação dos ambientes da casa e graus de acessibilidade. Fonte: CFC

as plantas tendem a uma simplificação programática e as alcovas centrais desaparecem. As salas de dentro e de fora passam a ser separadas apenas por uma parede.

Já no início do XX, surgem novas técnicas construtivas e novos programas de necessidade que subvertem a lógica anterior e começam a surgir fazendas construídas com alvenaria portante de tijolos. Neste modelo, ainda parecido esteticamente com o anterior, surge o corredor central de distribuição para quartos de ambos os lados e a alcova desaparece definitivamente. As novas soluções técnicas, porém, remetem ao modelo antigo como os rodapés e requadros de portas e janelas feitos agora com argamassa, imitando a antiga forma das molduras de madeira. É interessante notar que, apesar da mudança de técnica construtiva, algumas soluções ainda perduram na falta da invenção de novas soluções estéticas mais condizentes com a nova técnica. Somente com o passar dos anos é que a técnica construtiva do tijolo passou a ter sua estética própria, muito mais adequada às necessidades do classicismo vigente ou do ecletismo vindouro.

Na arquitetura tradicional, um modelo é apurado, feito e refeito por gerações e lentamente cristalizado até chegar-se a uma estabilidade e, assim, permanecer. Isso aconteceu com essas fazendas assim como ocorreu com a casa bandeirista, que, durante quase três séculos, sofreu poucas variações. As casas analisadas neste trabalho sofreram esse processo de apuro e cristalização e, durante quase dois séculos, não sofreram grandes variações. Enquanto na Corte novas influências - como o neoclássico trazido pela missão francesa - eram sentidas desde meados do século XIX, em Minas essa arquitetura perdurou até o fim do século. Algumas

dessas fazendas sofreram intervenções de gosto neoclássico, como a substituição da verga reta da porta principal por verga de arco pleno ou o acréscimo de cunhais de argamassa sobre cunhais originais de madeira. Porém o partido arquitetônico e a técnica construtiva permaneceram os mesmos até fins do século.

Há alguns caminhos interpretativos para se explicar a evolução dessas plantas e como se chegou a uma tipologia tão específica no Sul de Minas. Através de um esquema evolutivo, elaboramos uma hipótese para chegar ao esquema de plantas adotado.

Considerando uma hipótese que seria o percurso começado nas cidades medievais do norte de Portugal - de onde veio a grande maioria dos imigrantes -, passando pelas cidades mineiras do ciclo do ouro para onde se transcreveu, com adaptações, aquela tipologia urbana para finalmente se chegar às fazendas, traçaremos um esquema evolutivo.

A transposição, porém, não foi direta da casa medieval portuguesa para as fazendas. Durante o processo deflagrado pela descoberta do ouro houve em Minas uma diversidade de gentes vindas de outras regiões do Brasil, da África e de Portugal. A maior parte dos portugueses veio do norte. Segundo Orlando Ribeiro, no século XVIII, em Ouro Preto, 85% dos imigrantes portugueses eram oriundos da região norte de Portugal.

*Esse peso maior da população proveniente da área mais densa e de mais forte e constante corrente imigratória explica a filiação das velhas cidades do Brasil no estilo urbano do norte do país.*⁴

No entanto, não há em Portugal nenhum modelo que se possa associar diretamente às casas analisadas. Essas casas de fazenda constituem uma tipologia criada em território brasileiro, apesar das semelhanças com a arquitetura portuguesa descritas anteriormente.

*Aproveitando antigas tradições urbanísticas de Portugal, nossas vilas e cidades apresentavam ruas de aspecto uniforme, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre os limites dos terrenos.*⁵

Essa cidade portuguesa, transferida para o Brasil, adaptou-se às novas condições locais como o clima, a topografia

Figura 5.3 - Casario urbano medieval do Porto.

Desenho: CFC

⁴ RIBEIRO, Orlando. (1992). Geografia e civilização – temas portugueses. Lisboa: Livros Horizonte. p.61

⁵ REIS FILHO, Nestor Goulart. (1969). Quadro da arquitetura no Brasil. São Paulo: Perspectiva. p.22

e a abundância de espaço e madeira. A cidade portuguesa, que era adensada e intra-muros, no Brasil tornou-se mais plana e espalhada, surgindo ao longos dos caminhos. A largura dos lotes é ligeiramente maior que em Portugal e o gabarito fixa-se em apenas dois pavimentos.

Tais características, transferidas - na pessoa de antigos mestres e pedreiros "incultos" - para a nossa terra, longe de significarem um mau começo, conferiram desde logo, pelo contrário, à Arquitetura Portuguesa na colônia, esse ar despretencioso e puro que ela soube manter, apesar das vicissitudes por que passou, até meados do século XIX. Sem dúvida, neste particular também se observa o "amolecimento" notado por Gilberto Freyre, perdendo-se, nos compromissos de adaptação ao meio, um pouco daquela "carrure" tipicamente portuguesa; mas, em compensação, devido aos costumes mais simples e à largueza maior da vida colonial, e por influência também, talvez, da própria grandiosidade do cenário americano, - certos maneirismos preciosos e um tanto arrebitados que lá se encontram, jamais se viram aqui.⁶

⁶ COSTA, Lucio. (2007). Sobre arquitetura. Organizado por Alberto Xavier. Porto Alegre: Uniritter. p.86-87

Apontamos então um caminho, um percurso da casa medieval até as fazendas, passando pelas cidades do ciclo do ouro. Analisando as plantas dessas três etapas, propomos um esquema evolutivo. Na casa medieval há basicamente dois espaços maiores – frente e fundos – ligados por um corredor ao longo do qual estão dispostas as escadas e os cômodos menores, sem aberturas. Esse modelo atingia dois, três ou até mais pavimentos e a cozinha situava-se no último, saindo assim a fumaça pela telha-vã. Esse esquema repete-se no Brasil com algumas adaptações: o lote fica mais largo, a altura fixa-se em dois pavimentos e a cozinha ganha um corpo separado, prolongando-se para o quintal.

Consolidando-se as povoações, começaram os trabalhos de melhoria, as casas mais antigas, de um só pavimento foram ampliadas crescendo em altura com o uso de técnicas mais leves.⁷

⁷ REIS Filho, Nestor Goulart. (1995). Nota sobre o urbanismo no Brasil – primeira parte: período colonial. Cadernos de Pesquisa do LAP, São Paulo, n.3.

As salas da frente (primeiro pavimento) e as lojas (rés-do-chão) aproveitam as aberturas sobre a rua, ficando as aberturas dos fundos para a iluminação dos cômodos de permanência das mulheres e locais de trabalho. Entre essas

*partes situavam-se as alcovas destinadas à permanência noturna. A circulação realizava-se, sobretudo em um corredor longitudinal que, em geral, conduzia da porta da rua aos fundos. Esse corredor apoiava-se em uma das paredes laterais ou fixavam-se no centro da planta nos exemplos maiores.(...) Os planos maiores correspondiam, quase sempre, apenas a um rebatimento simples de planta.*⁸

⁸ REIS FILHO, Nestor Goulart. (1969). Quadro da arquitetura no Brasil. São Paulo: Perspectiva.p.24 e 28

Figura 5.4 - Esquema evolutivo de planta da casa urbana portuguesa, à casa da fazenda. Desenho: CFC

Nota-se que estes esquemas são baseados num mesmo sistema estrutural de madeira, que consistia em apoiar troncos mais ou menos aparelhados sobre muros de pedra, nos limites laterais do terreno. Esses troncos venciam vãos de aproximadamente quatro metros, em cima dos quais se desenvolviam os pisos superiores. Quando aparecem os modelos maiores, estes são simplesmente um rebatimento espelhado da planta do modelo simples.

Quando esse modelo rebatido é transposto para a zona rural, acaba sendo adaptado para essa nova espacialidade. A casa, na nova situação rural, sofre algumas mudanças.

Em primeiro lugar, acentua-se a forma de “L” já esboçada com o aparecimento do corpo da cozinha. Essa forma adapta-se melhor a um contexto rural, gerando basicamente dois espaços, frente (convexo) e fundos (côncavo), insinuando pátios internos. Aparecem mais duas fachadas que, antes, eram os limites laterais do terreno. Com isso a casa ganha quartos laterais e as alcovas permanecem no centro. Estruturalmente, a armação de madeira, vinda da tradição medieval, tem que se sustentar sem apoiar-se em

outras casas. Desenvolve-se aí um sistema estrutural baseado na estrutura autônoma de madeira, em princípio fincada no chão com os esteios e, posteriormente, resolvida com a “gaiola” de madeira.

Neste modelo, permanecem as duas grandes salas, as alcovas ao centro e surgem quartos na periferia. O módulo estrutural baseado na peça de madeira permite colocar lado a lado quantos lanços se queira, obtendo a largura desejada e não dependendo mais do lote urbano.

Este caminho apontado é uma hipótese em que a principal premissa é o percurso desde a origem portuguesa até o destino final. Mas, como vimos anteriormente, nem sempre o percurso foi esse; há muitos casos de imigrantes e mestres portugueses que foram diretamente para as áreas rurais levando influências próprias, diretas. Há também imigrantes das ilhas dos Açores, como é o caso das Irmãs Ilhoas, que deram origem a tradicionais famílias do Sul de Minas.

Outro caminho evolutivo foi apontado por Sylvio de Vasconcelos. Neste modelo, o professor propõe um esquema evolutivo que parte do rancho primitivo com planta em quadra, composta por um único cômodo, posteriormente se dividindo em cruz. Depois começam a aparecer as ampliações que acarretam os puxados como “asas de galinha” como observou Lúcio Costa.

*A seguir, consolidadas as povoações, constituem-se as famílias e tende a casa a crescer em multiplicadas peças. A princípio timidamente, em puxados para trás, para os lados, para a frente, aproveitando a mesma cobertura, em prolongamentos.*⁹

⁹ VASCONCELOS, Sylvio. (1957). Arquitetura colonial mineira. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 1957, Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG, p.9

Daí a explicação para os inúmeros telhados “de prolongo” usados na arquitetura mineira do século XVIII. Dos partidos em quadra, passa-se à casa urbana, alongada transversalmente junto às ruas, surgindo plantas retangulares de proporções alongadas. Essas plantas de proporções alongadas foram também encontradas nas fazendas de nossa pesquisa. A partir do maior desenvolvimento urbano, os lotes com grandes testadas escasseiam, o partido anterior, com longas fachadas, dá lugar à casa disposta “de comprido”, longitudinalmente ao longo do lote profundo e de fachadas estreitas. Esta é a casa típica das vilas brasileiras do período colonial, descrita por nós no esquema evolutivo anterior, com um longo corredor lateral dando acesso aos cômodos do interior da casa. Esse modelo perdura até o surgimento dos “sobradões nobres” ou solares, modelo que

Figura 5.5 - Esquema evolutivo da arquitetura colonial mineira. Fonte: Vasconcelos (1957)

retorna aos partidos em quadra ou cúbicos, agora com proporções mais avantajadas.

Esse modelo proposto por Vasconcelos acaba, por fim, chegando ao mesmo resultado anteriormente apontado: o “sobradão” com planta duplicada. Este sobradão pode ter sido transferido para as áreas rurais, adaptados à nova espacialidade, como dissemos anteriormente, mas também nada impede de ter havido uma derivação do partido longitudinal urbano para a zona rural e daí ter se desenvolvido até se chegar ao L clássico.

Acreditamos que essa transferência do espaço urbano para o espaço rural não tenha ocorrido num passe de mágica como uma transposição simples, mas que o rural e o urbano tenham evoluído concomitantemente. Os primeiros assentamentos humanos, anteriores à descoberta do ouro, eram eminentemente rurais, mas após a descoberta evoluíram para formas urbanas, seguindo a tradição de nosso urbanismo colonial. Outras formas de assentamento humano permaneceram rurais, mas tinham o mesmo caráter de transformação do sertão em território. Se, por um lado, a história contemporânea nos mostra que a economia em Minas era diversificada e não somente baseada no ouro, por outro, a evolução da arquitetura nos leva a crer que a ocupação do território se deu pela presença humana, não importando se fosse através de vilas, arraiais, pousos, registros, passagens, capelas ou fazendas. Cabe dizer que a arquitetura rural e a urbana fazem parte de um mesmo processo e a única distinção entre elas é o contexto físico em que se inserem e não o contexto cultural, econômico ou social. Portanto, é perfeitamente plausível que os modelos rurais e urbanos tenham evoluído simultaneamente, sofrendo influência mútua.

Estética e simbolicamente, os núcleos das fazendas

remetem a ambientes urbanos com as seqüências de janelas ordenadas em suas fachadas, com seus muros e pátios cercados. Retomando a dicotomia sertão/território, as fazendas reproduziam um ambiente urbano, ou seja, reproduziam uma área territorializada, conquistada, controlada, com a presença do Estado através da concessão das sesmarias e com a benção da Igreja, presente nas capelas, pelourinhos, cruzeiros e símbolos.

A esses modelos evolutivos, desenvolvidos em solo americano, somente poderia ser somada uma influência estrangeira se esta fosse exercida por mestres portugueses, introduzida por algum modelo erudito ou copiado diretamente de tratados e manuais de arquitetura. Não havia, àquela altura, a hipótese de influência externa que não fosse lusitana ou feita através de Portugal como ocorria com modelos clássicos italianos.

A análise de plantas é o instrumento pelo qual melhor se apreende o programa de necessidades, e este, por sua vez, retrata uma sociedade, seus usos e costumes, sua época. Simetricamente, o conhecimento dos usos e costumes de uma sociedade nos ajuda a entender melhor as plantas de uma determinada família arquitetônica. Se, por um lado, o trabalho de historiadores, sociólogos, antropólogos nos ajudou a compreender a arquitetura, por outro lado, esperamos que este levantamento ajude futuros pesquisadores a entenderem aquela sociedade. Outras interpretações poderão ser feitas a partir do levantamento apresentado como declarou Lúcio Costa ao lembrar a necessidade de estudar nossa “antiga arquitetura”:

*O estudo deveria demorar-se examinando ainda: os vários sistemas e processos de construção, as diferentes soluções de planta e como variam de uma região a outra, procurando-se, em cada caso, determinar os motivos – de programa, de ordem técnica e outros – porque se fez desta ou daquela maneira (...)*¹⁰

¹⁰ COSTA, Lucio. (2007). Sobre arquitetura. Organizado por Alberto Xavier. Porto Alegre: UniRitter, p.90

Por mais primitivos que fossem nossos primeiros ranchos, descritos por Vasconcelos, eles sempre apresentavam a cobertura separada das paredes, apontando uma clara filiação clássica; nunca tiveram a forma de construções indígenas nas quais um corpo único é composto pela continuidade de paredes e cobertura. Isso mostra como a filiação da arquitetura mineira está ligada, desde cedo, a um modelo europeu do “eixo mediterrâneo” como definiu Lucio Costa, assunto que passaremos a tratar no próximo capítulo.

6-Intenção Plástica e Preceitos Estéticos

Este capítulo trata dos conceitos estéticos inerentes às construções em questão, relacionando-as às regras clássicas aplicadas à arquitetura, suas origens e filiações.

Se lhes falta a ênfase que civilizações mais apuradas conferiram às suas moradias, será exatamente nesta desprezível beleza, nesta fisionomia não maquiada, que devemos buscar seu valor e importância

Sylvio de Vasconcelos

Logo no início do XVIII, poucos anos após a descoberta do ouro, foram criadas as principais vilas das Minas coloniais, porém, algumas décadas mais tarde, em meados dos setecentos, o ouro já estava em decadência. A historiografia tradicional sempre apontou o empobrecimento e a decadência da mineração como a causa da ruralização da capitania. Entretanto, sabemos atualmente, através de recentes trabalhos da área de história, que a economia mineira nunca foi somente aurífera; o comércio, os ofícios e a agropecuária foram, desde o início, as bases de uma complexa economia urbana e rural. A América portuguesa experimentava uma economia que não se baseava em apenas um único produto, voltado para o mercado externo, mas sim, passava a ter uma economia diversificada em uma complexa rede urbana. Em Minas nunca houve uma cidade principal como nas outras capitanias; a rede urbana era pulverizada em diversos núcleos regionais, vilas, arraiais e, mesmo ao longo dos caminhos, sempre houve a marca da ocupação: registros, passagens, pousos, estalagens, capelas e fazendas.

A atividade agropecuária foi, mesmo antes da decadência do ouro, mais atrativa que a própria mineração e, muitas vezes, preferida em detrimento desta. De modo que a ocupação rural e a urbana coexistiram a um só tempo; na verdade, não existe uma dicotomia, mas uma simultaneidade e complementaridade. O *rush* da mineração, que atraiu milhares de pessoas, não cessou com sua decadência, ao contrário, criou um fluxo permanente que perdurou durante todo o século XVIII e XIX. Os imigrantes, fundamentalmente portugueses, vinham de regiões de longa tradição urbana, e podiam tanto ir para as cidades, onde se dedicavam ao comércio, à mineração ou ao setor terciário, quanto podiam se dedicar à agropecuária, fixando-se na zona rural. Essas pessoas reproduziam aqui,

com alguma adaptação, o mesmo que sempre souberam fazer durante de séculos de tradição. A marca da ocupação passa a ser notada em qualquer parte da capitania que, desta maneira, deixa de ser sertão e passa a ser território, controlado e conquistado, não importando se em área urbana ou rural. Por isso não há diferenciação estética ou estilística entre a arquitetura rural e a urbana; os núcleos das fazendas remetem a ambientes urbanos com suas seqüências de janelas ordenadas e alinhadas, assim com deveriam ser os núcleos urbanos segundo as cartas régias.

As diferenças aparecem na configuração do espaço físico. O casario urbano colonial, pela própria característica de nossas cidades, onde a construção tinha que ser necessariamente alinhada na rua e nas laterais do lote, não poderia ter grandes variações volumétricas. As poucas exceções apareciam em algum sobrado, situado em esquinas, ou em lotes maiores com os “sobradões” ou “solares” nos largos e praças, o que também acontece com as casas de câmara e cadeia e edifícios oficiais.

A casa rural, por necessidade, antecipou a condição da casa urbana, “solta” no lote. Com isso apareceriam algumas diferenças entre a casa urbana e rural. A casa rural teve que desenvolver uma nova geometria, enquanto que a casa urbana estava pré-determinada pelo lote e tinha apenas uma fachada. Como foi dito, algumas casas de esquina e alguns palacetes já apresentaram soluções volumétricas para além do lote urbano comum. Nesta configuração, a casa rural empresta dos palacetes urbanos e dos solares portugueses (origem da maioria dos imigrantes) sua volumetria e certo gosto erudito, em que preceitos clássicos passam a ser observados como a simetria, harmonia, proporções, ritmo das aberturas nas fachadas. Além desses preceitos estéticos, a arquitetura tradicional importa da arquitetura clássica elementos isolados do seu repertório como cornijas, capitéis, pestanas e cimbalhas.

Acreditamos que essa filiação de nossa arquitetura ao clássico esteja mais ligada à tradição portuguesa, dos solares rurais aos palacetes urbanos, oficiais ou particulares, do que ao neoclassicismo, desenvolvido no Brasil a partir da chegada da Família Real. Não devemos confiar toda a responsabilidade do gosto pelo clássico no Brasil à Missão Francesa. Isso poderia ser um reducionismo que mascara uma longa tradição da arquitetura portuguesa, na qual a dialética tradição / ruptura esteve presente na absorção dos modelos eruditos internacionais

e em sua incorporação à arquitetura local. É claro que algumas fazendas, ao longo do XIX, vão ser influenciadas pela Corte, mesmo porque a ligação entre o Sul de Minas e o Rio de Janeiro era muito estreita nessa época. Porém, muitas fazendas mineiras do século XVIII já apresentam tais características clássicas, portanto, ainda antes de a corte chegar ao Brasil. Ao longo de séculos sofremos a influência da arquitetura oficial erudita praticada na América portuguesa por engenheiros militares que, como sabemos, vinha de longa tradição maneirista. Esses engenheiros poderiam ser formados em Portugal ou nas “Aulas de Arquitetura Militar” e, a partir de 1696, instalaram-se inicialmente na Bahia e em Pernambuco e, depois, também no Rio de Janeiro e no Pará. “Muitas de nossas vilas e cidades foram traçadas por engenheiros militares e tinham formas geométricas regulares”. (Reis Filho 2000, p.9).

*Essa nova síntese conseguida pelos arquitetos formados na Aula do Paço vai constituir um estilo profundamente austero e vernacular que prolongará o “estilo chão” nacional oferecendo uma eficaz resistência à assimilação dos valores próprios da espacialidade barroca (...)*¹

¹ COSTA, Alexandre Vieira Pinto Alves. (1995). Seis lições: introdução ao estudo da história da arquitectura portuguesa. Porto: FAUP, p.43

Enquanto não estavam erigindo fortificações na costa e planificando cidades, esses engenheiros militares também atuavam na arquitetura civil e religiosa. Acreditamos que haja muito mais similaridades entre a estética das fazendas e a estética da arquitetura civil portuguesa de tradição chã ou mesmo Pombalina (que não deixa de ser chã), ou ainda dos edifícios oficiais no Brasil projetados pelos engenheiros militares, do que com o neoclássico trazido pela corte. Os beirais e a volumetria do telhado são os elementos mais emblemáticos desta filiação; enquanto que no neoclássico a platibanda passa a esconder as telhas de barro, nos edifícios coloniais e nos solares portugueses o beiral tem grande peso na composição das fachadas e da volumetria. Ao ganhar cimalthas de pedra, beiras e capitéis sobre as pilastras e cunhais, o volume do telhado é valorizado, não escondido. Nas fazendas os elementos de valorização do telhado, feitos de pedra nos sobrados portugueses, passam a ser executados em madeira, em diversas versões de cimalthas, forros, guarda-pós, cachorros, frechais, pestanas e vergas. A influência neoclássica passa, sim, a ser sentida a partir de meados do XIX, mas especialmente na incorporação de alguns elementos e não no

partido arquitetônico adotado. Da mesma maneira, isso sempre aconteceu em Portugal com a arquitetura popular e erudita, onde a influência da segunda sobre a primeira se dava pela incorporação de alguns seus elementos. Nas fazendas, são incorporadas as vergas em arco pleno nas portas de entrada e pilastras - de madeira ou argamassa - sobre os cunhais. Acreditamos que o que tenha ocorrido nas fazendas não foi uma simplificação do neoclássico por questões de recursos e distância, mas sim a filiação a outra matriz erudita que, por ser igualmente clássica, acaba se confundindo com o neoclássico trazido por D. João VI. Os volumes simples, não recortados, a regularidade das fachadas, as planas regulares são valores que já vinham de séculos anteriores, e os elementos do repertório clássico, acima citados, foram incorporados no século XIX. Torna-se difícil classificar ou discernir o que seja popular e o que seja erudito na arquitetura dessas fazendas. Se a arquitetura erudita é aquela construída por arquitetos ou engenheiros militares formados nas escolas européias, ou nas Aulas de Arquitetura, iremos restringir a arquitetura erudita na América portuguesa a um número ínfimo de exemplares. Todavia, sabemos que a tradição construtiva portuguesa descende de uma longa tradição dos mestres-construtores, da tradição dos grandes canteiros-escola como ocorreu nos canteiros de importantes obras da arquitetura portuguesa como o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, o Convento de Cristo e o Mosteiro dos Jerônimos, por onde passaram muitos dos grandes mestres da arquitetura portuguesa. Deixemos de lado, portanto essa dicotomia entre o popular e o erudito e chamemos a arquitetura de nossas fazendas apenas de arquitetura tradicional.

A Arquitetura erudita e a Arquitetura popular influenciaram-se mutuamente na Beira, como aconteceu, aliás, em todas as regiões do Mundo onde foram postas em presença e em confronto, sem perderem, contudo, o essencial das respectivas feições.²

Sabemos também que a especificidade da arquitetura portuguesa está na forma como interpretou os modelos exteriores e os adaptou a sua realidade, gerando séries tipológicas de grande perenidade. Neste sentido, o que menos importa é o modelo erudito, mas sim seus desdobramentos.

Figura 6.1: Convento de Cristo em Tomar, Portugal.

Foto: CFC

² AMARAL, Francisco Keil et al. (1961). *Arquitectura popular em Portugal*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, p. 162

³ COSTA, Alexandre Vieira Pinto Alves. (1995). Seis lições: introdução ao estudo da história da arquitectura portuguesa. Porto: FAUP, p. 28

Figura 6.2: Mosteiro de Santa Maria da Vitória em Batalha, Portugal. Foto: CFC

Figura 6.3: Claustro do Mosteiro dos Jerônimos em Lisboa, Portugal. Foto: CFC

Figura 6.4: Mosteiro dos Jerônimos em Lisboa, Portugal. Desenho: CFC

*Dessa história sem estilos, aprendida no acto de construir, souberam os nossos mestres pedreiros, de pais para filhos, analisando, copiando, inovando respeitosamente.*³

Quem erigia essas casas eram mestres-construtores que vinham com suas equipes de fazenda em fazenda, onde passavam algum período até conseguirem construir suas casas. Acreditamos na possibilidade de que talvez contassem com a ajuda dos escravos da fazenda para algumas tarefas. Nas cidades do ouro é notório o fato de que muitos negros tornaram-se escultores, entalhadores, pintores sendo aprendizes desses mestres. Em algumas fazendas de nosso levantamento, obtivemos o nome do mestre que as construiu; em outras, apenas temos uma vaga notícia da origem desses mestres. Na *Fazenda Água Limpa*, por exemplo, há a assinatura do construtor e a data de construção da fazenda (Manoel Lino Ribeiro, 1793) em uma peça do frechal. Esse mesmo construtor teria sido responsável pelas obras de outra fazenda, em Cachoeira de Minas, e outra, no Triângulo Mineiro, o que demonstra o caráter itinerante dessa atividade. Há também os casos do “mestre açoriano” que construiu as casas das fazendas *Palmital* e *Boa Vista* em Carmo de Minas. Na região de Varginha, outro mestre português, o Branquinho, construiu as fazendas *Pouso Alegre, da Serra* e *Saquarema*. Outro mestre conhecido foi o Zé Carioca (porque veio do Rio de Janeiro) que teria construído casas de fazendas na região de Poços de Caldas e São João da Boa Vista. Esses mestres portugueses fizeram seus aprendizes como no caso da *Fazenda Três Barras*, construída por um escravo “emprestado” da *Fazenda Campo Alegre*.

O hábito itinerante desses oficiais e artistas era comum também àqueles que faziam o mobiliário e as pinturas decorativas das casas. Algumas fazendas possuíam maquinário mais apropriado para o corte e preparo das peças de madeira com seus “engenhos de serra”, caso da fazenda homônima. Tais propriedades tornavam-se pivôs de uma região, fornecendo suporte para outras fazendas. Ora, esses mestres não só deveriam dominar a técnica construtiva como também deveriam saber como agenciar os cômodos conforme o programa de necessidades, mas, principalmente, carregavam consigo todo o arcabouço estético de sua época. As regras clássicas eram sempre observadas como a simetria (harmonia) e a proporção, notadamente na distribuição de cheios e vazios

nas fachadas, na relação entre embasamento, corpo principal e cobertura, etc. Esses conhecimentos não eram aprendidos nas “aulas”, eram passados de mestre para aprendiz, de geração em geração, mas observavam sempre as mesmas regras de composição dentro de um classicismo singelo, profundamente marcado pela tradição chã.

*É neste sentido que venho questionando a utilização da “cidade ideal” como modelo das nossas cidades, devendo antes dizer-se que aquele modelo confluuiu com a nossa tradição, esvaziando do seu mais profundo significado e sem acarretar alterações metodológicas profundas na forma de projetar: tal como a tratadística ordenou a composição, regrou as proporções, acarretou as ordens numa arquitetura chã, profundamente anticlássica nos seus fundamentos éticos e ideológicos.*⁴

As Cartas Régias, normativas tradicionais da velha escola de urbanismo ultramarino, preconizavam valores racionais para ordenação das cidades brasileiras, digo cidades porque não havia naquela época essa distinção entre arquitetura e urbanismo; ao se fazerem os edifícios, definiam-se as ruas. Esta escola portuguesa, entretanto, teve na reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755, área mais tarde chamada de Baixa Pombalina, sua grande oportunidade de aplicação desses preceitos. O então engenheiro-mor do Reino, Manuel da Maia, presidiu a reconstrução de Lisboa com a “naturalidade de quem cumpre simplesmente uma tarefa inerente ao seu cargo”. (Costa,1995)

*Importante e significativa é a preocupação de Manuel da Maia pela uniformização da nova cidade ao sugerir que seja o mesmo arquitecto, Eugénio dos Santos, a fornecer o desenho dos edifícios “para que cada rua conserve a mesma simetria de portas, janelas e alturas”, preocupação e linguagem que recordam as antigas Cartas Régias*⁵

Fazemos aqui, então, um paralelo entre a estética dessas fazendas e o estilo chã português, no qual as fachadas eram compostas de modo simples e austero, usando apenas a própria marcação rítmica da estrutura. Há uma valorização do elemento construtivo, um despojamento decorativo. Tudo que aparece na

Figura 6.5: Projeto para Barcellos, AM. Desenho:Filipe Strum. Fonte: Biblioteca Nacional

⁴ Idem, idibem, p. 46

⁵ Idem, idibem, p. 47

fachada é essencial à estrutura. Essa vertente abstratizante da arquitetura portuguesa encontra nas fazendas uma expressão plástica radical.

O Renascimento não gerou em Portugal séries tipológicas de grande perenidade. A influência clássica passou a ser sentida através de uma estandarização de seus elementos, usados de maneira quase neutra. Tal influência também se nota no raciocínio de composição regular e ritmada das fachadas, na distribuição matemática dos cheios e vazios, no alinhamento e marcação clara das aberturas. Essas características tão comuns na arquitetura feita em Portugal – e fora dele como veremos – são permanências desse saber fazer clássico.

As preceptivas clássicas, aliadas ao espírito pragmático, geraram um tipo de arquitetura facilmente exequível e identificável, conveniente para a circunstância. Essa arquitetura de fácil apreensão passou a ser reproduzida em toda a América portuguesa, conferindo-lhe uma unidade arquitetônica usada como uma bandeira posta em um território, dando-lhe uma marca de ocupação. Esse caminho levou à criação de uma imagem, expressa especialmente nas fachadas da arquitetura colonial civil corrente. O modo de fazer português trabalha continuamente sobre certos elementos, apurando-os repetidamente, a cada vez que são trabalhados. Nas fachadas da arquitetura civil, esses elementos são, nomeadamente: as portas e janelas, suas molduras e os panos de parede delineados por cunhais, frechais e baldrames. Esses poucos elementos foram, ao longo do tempo, apurados a tal grau que conferiram a essas fazendas imensa força e simplicidade.

Isso podemos notar na maneira cuidadosa de definir as proporções da fachada, sua altura em relação ao comprimento, no modo como se distribuem as aberturas tanto em altura, proporcionando o pano de peito, o vão e o pano sobreverga, quanto na distribuição das aberturas ao longo da fachada, alternando nembros e vãos em proporções bem postas. Em diversas fachadas podemos notar a distribuição segundo um eixo central de simetria. Em outras, o que se vê é uma distribuição ritmada em dimensões constantes, não importando a divisão interna dos cômodos da casa. O mesmo cuidado se nota na relação entre as partes que compõem o volume total: a base de pedras, o corpo da casa e o telhado. Este é sempre bastante marcado, com sua curva adoçada pela dupla inflexão terminando em uma cachorrada como os dentículos dos templos gregos.

Em todo o mundo ocidental, os clássicos desempenharam papel fundamental na formação de idéias e conceitos; autores como Vitruvius, Alberti, Serlio, Palladio, Durer, Vignola, entre outros, tiveram papel incontestável e são referidos por todos como pilares doutrinários da arquitetura civil e da engenharia militar. Entre eles, Vignola, através de *Regola delli Cinque Ordinid'Architettura*, foi seguramente um dos manuais de arquitetura mais lidos. Foi traduzido para diversas línguas, com mais de 250 edições. Teve grande penetração em toda a Europa, desde a Rússia até a Península Ibérica. Com um texto claro e sucinto e principalmente com forte predominância de ilustrações, Vignola consegue o que nenhum outro tratado anterior havia conseguido. Em *Regola delli cinque ordinid'architettura*, estabelece um sistema de medidas universal, baseando-se no módulo e fugindo às medidas locais. Com isso, a partir do século XVI, quando o eixo político / econômico europeu se desloca para a Península Ibérica, seu manual tem grande penetração em Portugal.

Mas o que mais nos interessa de tudo isso foi o que marcou nossa arquitetura corrente: uma simplicidade que podemos chamar de um clacissismo singelo, já observado por diversos estudiosos da área. Vasconcelos lembra Lucio Costa ao falar de nossa "saúde plástica".

*Eis nossa arquitetura tradicional doméstica. Funcionalmente caracterizando-se pela boa distribuição das plantas: parte nobre, íntima e de serviço, autonomamente entrosadas; plasticamente desataviadas e singelas, mas agenciadas em boas proporções, harmonicamente dispostas. Composições claras, limpas, definidas, bem moduladas, e rítmicas, ostentando uma saúde plástica perfeita no dizer de Lucio Costa. Se lhes falta a ênfase que civilizações mais apuradas conferiram às suas moradias, será exatamente nesta despreziosa beleza, nesta fisionomia não maquilada, que devemos buscar seu valor e importância.*⁶

Alves Costa refere-se aos volumes simples da arquitetura chã, "uma leitura volumétrica de geometria simples a contrariar um certo dinamismo mais teatral do espaço interior"⁷, Dias de Andrade cita Rainville em seu manual:

⁶ VASCONCELOS, Sylvio. (1957). Arquitetura colonial mineira. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 1957, Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG..p. 13

⁷ COSTA, Alexandre Vieira Pinto Alves. (1995). Seis lições: introdução ao estudo da história da arquitetura portuguesa. Porto: FAUP, p.45.

⁸ RAILLÉ, César. (1880). O Vinhola Brasileiro – Novo manual pratico de Engenheiro, Arquitecto, Pedreiro, Carpinteiro, Marcineiro e Serralheiro, Rio de Janeiro, Laermemt, p. 501

*Devemos aconselhar sobretudo uma grande simplicidade na ornamentação, o bom gosto na architectura nasce do carácter individual, da harmonia das partes entre si, e da graça do todo; isto póde obter-se tão bem em uma simples casinha, como em um monumento grandioso.*⁸

Nossos mestres aplicavam, em nossa arquitetura corrente, essas velhas práticas com a naturalidade de quem faz apenas o que sempre fizeram seus antepassados.

Mas não só da harmonia e da proporção se valeram nossos colegas do século XVIII e XIX, valeram-se também da grandiosidade, da magnitude, da magnificência. Por vezes, parece-nos que as proporções exageradas nas relações de escala com o homem, notadas na altura do pé-direito, nos portais e nas janelas, são uma questão simbólica, uma vez que a técnica construtiva era a mesma para todas as classes sociais. Os proprietários mais abastados utilizavam-se da fartura de materiais e das proporções exageradas, além de maior riqueza de detalhes, para expressar sua posição social.

Contudo, a chamada “matiz mineira” precisa ser mais bem identificada. Trata-se de uma arquitetura forjada em território mineiro, com raízes tanto na arquitetura popular quanto na arquitetura erudita portuguesa, usando técnicas construtivas tradicionais no norte da Península como a estrutura independente de madeira sobre bases de pedra. Em território mineiro, esse sistema tradicional sofre um processo evolutivo com o apuro técnico desenvolvido a partir da reconstrução da Baixa Pombalina, resultando na “gaiola” de madeira com estrutura isostática. Sofre também um processo evolutivo no sentido estético à medida que, aos poucos, vai deixando de lado a simplicidade desordenada das primeiras construções para incorporar preceitos clássicos como proporção, simetria, harmonia e alguns elementos do repertório clássico. Desta maneira, forjou-se em território mineiro uma arquitetura com características ímpares no Brasil como a leveza e a altivez, decorrentes da técnica construtiva utilizada com suas paredes finas e seus caixilhos alinhados na fachada, seus beirais, cachorros e frechais arrebitados. Soma-se a isso uma regularidade adquirida durante o século XIX, na região sul do estado, a partir de onde derrama sua influência sobre áreas adjacentes através da migração de seus agentes.

7-Levantamentos

Como foi dito anteriormente, quando falamos de Minas Gerais, não estamos falando de uma, mas de várias Minas, cada uma delas com características diferentes, portanto é preciso identificá-las e caracterizá-las. Neste levantamento, procuramos identificar a arquitetura rural sul-mineira do período imperial e do fim do período colonial.

A arquitetura rural sul-mineira desse período, apesar desse exaustivo levantamento, está longe de ser totalmente inventariada. Como já disemos, a proposta inicial deste trabalho era realizar um levantamento de todas as fazendas do referido período na região, fato que se tornou cada vez mais difícil à medida que são descobertas mais e mais fazendas. Acreditamos, porém, que o universo amostral levantado corresponde a uma porcentagem alta do total de fazendas ainda sobreviventes.

Foram visitadas cerca de 100 fazendas. As informações sobre a provável existência de fazendas “antigas” foram obtidas através de relatos orais. As primeiras fazendas levantadas já eram de nosso conhecimento muito antes de a pesquisa ser iniciada devido a contatos com amigos e familiares. A partir das primeiras fazendas, fomos colhendo informações sobre outras e assim por diante.

Ao que tudo indica, havia um número muito maior de fazendas desse período, nessa região. Torna-se quase impossível sabermos se o universo amostral sobrevivente corresponde à realidade dos séculos XVIII e XIX, uma vez que não há nenhum registro gráfico de fazendas que já ruíram. Através de alguns livros, documentos e até de fotos de família, pode-se constatar a existência de diversas fazendas que já ruíram, muitas vezes fazendas importantes, as quais chamamos de “fazendas-mães” ou “fazendas-tronco”, entretanto não se tem o registro arquitetônico delas. Fazendas-tronco são aquelas que deram origem a outras através de desmembramentos ou aquelas cujos descendentes migraram para outras terras onde vieram a construir novas fazendas.

Muitas fazendas foram apontadas durante a coleta de informações, antes de se ir a campo porém, quando chegávamos ao local, já nada encontrávamos. Outras foram achadas em mapas antigos, mas também não mais existem, nem nos mapas atuais e nem na realidade. Podemos supor que havia uma miríade de fazendas como essas, salpicadas pelo território sul-mineiro, baseando-nos em relatos de viajantes, em mapas, documentos e informações orais. Outras vezes, as fazendas

visitadas eram “descartadas” e não se fazia o levantamento, ora por não se enquadrarem ao objeto de pesquisa devido à técnica construtiva ou à data de construção, ora por fatores como a descaracterização da arquitetura original, ruína ou impossibilidade de entrar na casa. Foram levados em conta, ainda, fatores como a relevância, vulto e dimensão da fazenda dentro do cenário regional.

O tipo de levantamento realizado foi um levantamento de varredura no qual procuramos inventariar o maior número possível de fazendas para obter uma visão do conjunto. Para cada propriedade, foram colhidos os seguintes dados: nome da fazenda, município, nome do proprietário, data estimada da fazenda, altura de pé direito, altura do peitoril, dimensões de portas e janelas, dimensões de peças de madeira. Realizamos desenhos de implantação em escala 1:400, planta em escala 1:200, e pelo menos duas elevações em escala 1:200, além de detalhes construtivos sem escala. Também eram anotadas algumas informações dadas pelos proprietários durante as conversas, caso fossem relevantes, tais como: data estimada da casa, há quantas gerações a fazenda estava na família, se houve reformas significativas, o que a fazenda produzia no passado e curiosidades em geral. Os desenhos foram feitos em campo, a mão livre sobre papel quadriculado; as dimensões de pé-direito, envasaduras, peças, cômodos, espessura de paredes e peitoril foram medidas com trena; a implantação e construções complementares foram medidas no passo. Posteriormente, esses desenhos foram passados a limpo em nanquim sobre vegetal. Através de fotografias, buscou-se registrar todas as informações que poderiam servir para complementar os desenhos. Houve sempre o cuidado de registrar as quatro fachadas, detalhes e, sempre que possível, o interior das casas. A fotografia, assim como o desenho, não é um mero registro; é um instrumento de pesquisa.

Depois de feito o levantamento, procuramos localizar cada fazenda em um desenho eletrônico cruzando mapas diversos e imagens de satélites. Elegemos a escala 1: 250.000 para ser a escala de nosso mapa por ser a escala dos mapas do IBGE de 1974. Do IBGE foram adquiridas as folhas: Guaratinguetá, Barbacena e Varginha que abrangem grande parte da região. Desenhemos os contornos atuais do sul de Minas baseados em imagens de satélite e relevo, fornecidas no site da Embrapa em escala 1: 50.000. Sobre essa base, foram inseridos mapas antigos de diversas épocas,

Figura 7.1 - Imagem de satélite mostrando o relevo da região e delimitação do Sul de Minas e migroregião de Lavras. Fonte: EMBRAPA

Figura 7.2 - Mapa da região localizando hidrografia, antigos caminhos, vilas, registros e as distâncias em léguas entre os pontos. Desenho: CFC Fonte: Cruzamento de dados de diversos mapas (ver citações no texto).

devidamente ajustados em escala para se adequarem à precisa informação contemporânea. Assim obtivemos um panorama vasto de informações: imagem de satélite e relevo da Embrapa; informações cadastrais (localidades, povoações, hidrografia, relevo, cotas, curvas de nível, toponímia, fazendas e culturas agrícolas) dos mapas do IBGE; antigas rotas, povoações, vilas, passagens, registros e fazendas dos diversos mapas coevos. Contudo, ainda assim, não havia sido possível localizar com precisão as fazendas. Pouquíssimas daquelas por nós visitadas constam no mapa do IBGE. Somente nos últimos tempos, com a disponibilização de imagens pelo *Google Earth*, é que conseguimos localizá-las com precisão e até aferir os levantamentos. Foi um trabalho árduo localizar, de memória, cada uma delas, sobrevoando virtualmente a região. Todas as fazendas localizadas nas áreas que possuem boa resolução estão marcadas. Há ainda muitas que não foram detectadas porque estão em áreas do mapa cuja imagem de satélite está em baixa resolução. Esperamos que, com o tempo, mais áreas passem a ter boa resolução para completarmos essa tarefa. Cruzamos todas essas informações gráficas com as informações documentais. Através desse procedimento foi possível relacionar as rotas antigas com o relevo e a hidrografia, relacionar as vilas, passagens e registros com as rotas e, por fim, relacionar as fazendas com tudo isso.

O estado de conservação e preservação das fazendas encontradas é bastante variável; há aquelas que estão muito bem conservadas, mas perderam suas principais características, ou seja, estão em ótimo estado de conservação e em péssimo estado de preservação. Outras estão intactas, sofreram apenas manutenção, estão em bom estado de preservação e conservação; há também os casos em que as fazendas estão mal conservadas e mal preservadas, algumas já ruíram. O uso, entretanto, é o que mais impressiona, visto que a grande maioria funciona ainda como fazenda: produz gêneros agrícolas e a casa funciona como moradia principal. Isso não é comum em fazendas “históricas” de outras regiões, geralmente próximas a centros mais desenvolvidos, que são usadas como segunda residência, não mais produzem, ou, quando produzem, não se sustentam sozinhas. Esse tipo de uso descaracteriza principalmente o interior da casa; os móveis são trazidos de fora ou comprados em antiquários, muitas vezes criando um falso histórico. Em nossa pesquisa, as fazendas mantêm o mobiliário original, mesclado com novos móveis, pois a vida continua. Em

nossas fotos nada há que não estivesse ali na hora, nada foi mexido, nenhuma cadeira foi mudada de lugar, pois a disposição dos móveis também diz muito da apropriação do espaço. Outro dado importante é que a maioria das fazendas está nas mãos das mesmas famílias desde a fundação, o que ajuda na continuidade e, conseqüentemente, na preservação.

Divisão Territorial

A região a que nos referimos genericamente como sul de Minas é, na verdade, uma classificação criada pelo IBGE que subdivide os estados brasileiros em mesorregiões que congregam diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais. Encontramos na literatura referências sobre o “Sul de Minas” que não necessariamente correspondem à divisão do IBGE; muitas vezes, cidades como Barbacena ou São João del-Rei são citadas como sendo do “Sul de Minas”. As mesorregiões, por sua vez, são subdivididas em microrregiões e, tanto as micro quanto as mesorregiões foram criadas para fins estatísticos, portanto não constituem entidades políticas, administrativas, judiciais ou eclesiásticas. O nome dado a essa porção do estado é Mesorregião Sul / Sudoeste de Minas Gerais e congrega 146 municípios em suas dez microrregiões.

A área de nossa de pesquisa, no entanto, não obedece exatamente à divisão atual e abrange municípios de outras

Figura 7.3 - Mapa da Comarca do Rio das Mortes, 1809.

Fonte: COSTA (2004).

mesorregiões. Isso porque as características socioculturais que a definem descendem de uma antiga divisão político-administrativa, a Comarca do Rio das Mortes. A antiga Comarca do Rio das Mortes corresponderia, na classificação atual, às mesorregiões do Sul / Sudoeste, Oeste e Campo das Vertentes. Para termos uma idéia de escala, essas três mesorregiões somadas correspondem, em área, ao território atual de Portugal com aproximadamente noventa mil quilômetros quadrados. Minas Gerais tinha, em 1821, mais quatro comarcas e duas delas (Paracatu e Serro Frio) eram bem maiores do que a Comarca do Rio das Mortes. A partir daí, pode-se ter uma idéia das dificuldades encontradas pelo Estado português para administrar esse imenso território, desenvolvendo um burocrático e intrincado aparato administrativo no tempo colonial que se desdobrou em novas relações no tempo do império.

Buscamos cotejar as informações dos mapas antigos com os mapas atuais, fazendo a correspondência, tanto quanto possível, entre as Comarcas com as Mesorregiões e entre as Freguesias com as Microrregiões. Segundo mapa da Comarca do Rio das Mortes (figura 7.3), a comarca era dividida em termos e freguesias. Apresentamos a seguir as correspondências entre as antigas e atuais divisões.

Mesorregião Oeste de Minas, correspondente ao antigo Termo de São Bento do Tamanduá (Itapecerica).

Mesorregião Campo das Vertentes, correspondente ao antigo Termo da Vila de São José (Tiradentes), ao Termo de Barbacena, à parte da Freguesia de São João del-Rei, e à parte da Freguesia de Lavras.

Mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas, correspondente às antigas Freguesias de Juruoca (Aiuruoca), Baependi, Pouso Alto, Campanha, Itajubá, Camanducaia, Santana do Sapucaí (Silvanópolis), Ouro Fino, Cabo Verde, Jacuí e parte da Freguesia de Lavras.

Essa última mesorregião, onde se concentra a maior parte de nosso trabalho, é subdividida nas seguintes microrregiões:

Microrregião de Andrelândia, correspondente à antiga Freguesia de Juruoca e parte da antiga Freguesia de Baependi.

Microrregião de São Lourenço, correspondente à antiga Freguesia de Pouso Alto e parte da antiga Freguesia de Baependi.

Figuras 7.4 - Mesoregião Oeste de Minas. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/mesoregioesdeminas>>. Acesso em 20 março 2008.

Figura 7.5 - Mesoregião Campo das Vertentes. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/mesoregioesdeminas>>. Acesso em 20 março 2008.

Figura 7.6 - Mesoregião Sul/Sudoeste de Minas. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/mesoregioesdeminas>>. Acesso em 20 março 2008.

Microrregião de Itajubá, correspondente à antiga Freguesia de Itajubá.

Microrregião de Santa Rita do Sapucaí, correspondente à antiga Freguesia de Santana do Sapucaí.

Microrregião de Pouso Alegre, correspondente à antiga Freguesia de Camanducaia.

Microrregião de Varginha, correspondente à antiga Freguesia de Campanha e parte da antiga Freguesia de Lavras. Atualmente a Microrregião de Lavras situa-se dentro da Mesorregião do Campo das Vertentes.

Microrregião de Alfenas, correspondente à parte da antiga Freguesia de Cabo Verde e parte da antiga Freguesia de Jacuí.

Microrregião de Poços de Caldas, correspondente à antiga Freguesia de Ouro Fino.

Microrregião de São Sebastião do Paraíso, correspondente à parte da antiga Freguesia de Cabo Verde e parte da antiga Freguesia de Jacuí.

Microrregião de Passos, correspondente à parte da antiga Freguesia de Jacuí.

Sabemos que cada comarca de Minas consolidou características próprias e, nesse sentido, a Comarca do Rio das Mortes produziu uma arquitetura diversa daquela produzida nas outras comarcas e, mesmo dentro da própria Comarca do Rio das Mortes, há pequenas diferenças entre a arquitetura das fazendas estudadas neste trabalho. Os nomes atuais das microrregiões devem-se aos nomes das cidades mais relevantes nelas situadas, o que quase sempre não corresponde à antiga vila ou povoado que dava nome à Freguesia. A única exceção é Itajubá, cujo nome da Freguesia corresponde ao da Microrregião. Assim sendo, apresentaremos o levantamento reunindo as fazendas em grupos mais ou menos correspondentes à antiga subdivisão, pois achamos que esta seja a forma mais adequada de localização no tempo e no espaço.

A seguir apresentamos os levantamentos realizados, separando as fazendas em alguns grupos com características geográficas similares e que, de certa maneira, remontam às velhas freguesias.

Grupo de Cruzília, correspondente às antigas freguesias de Juruoca e Baependi

Essa parte da comarca é a de mais antiga ocupação devido à sua localização privilegiada junto aos mais antigos caminhos e às mais antigas vilas. Baependi foi elevada a vila em 1814, mas a antiga ocupação da região deve-se principalmente por estar localizada entre a Garganta do Embaú e as vilas de São João del-Rei e São José. Não por acaso, nessa região foi encontrada a maior parte das fazendas mais antigas. A bem da verdade, a Garganta do Embaú fica localizada na antiga Freguesia de Pouso Alto; as freguesias em questão ficavam ao norte desta última, descendo os rios. Mas é justamente nessas áreas mais baixas que vamos encontrar um outro tipo de relevo, muito mais suave, e um outro tipo vegetação, que mais se parece com o cerrado do que com a floresta tropical de altitude. Essas condições eram muito mais propícias à implantação das fazendas que, num primeiro momento, dedicavam-se principalmente à pecuária. Os campos naturais facilitaram a penetração nos sertões com a criação de gado e de eqüinos. Ainda hoje, há na região uma forte tradição na criação de cavalos, com o cultivo, inclusive, do antigo costume das caçadas. Dessa forma, as fazendas da região guardam certo caráter próprio que as diferem das demais: são mais espalhadas, menos altivas, em geral não possuem terreiros, são implantadas em terrenos mais suaves, em territórios ermos e dominam grandes paisagens. Além disso, algumas delas apresentam certas peculiaridades construtivas, relativas a uma fase incipiente da consolidação da “gaiola” e apresentam também certas peculiaridades no agenciamento de suas plantas, também de uma fase incipiente de consolidação do programa de necessidades. Essa região foi privilegiada também, durante o século XIX, pela proximidade com o Rio de Janeiro uma vez que, nesse período, o Sul de Minas era responsável pelo abastecimento da corte. Além das fazendas apresentadas a seguir, foram visitadas as fazendas Cafundó, Bongue e do Lobo, todas em Cruzília, porém não entraram no levantamento por um dos motivos apresentados na introdução deste capítulo.

Figura 7.7 - Microregião de AndreLândia. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/mesoregionesdeminas>>. Acesso em 20 março 2008.

Fazenda Angahy – Município de Cruzília

¹. In: “História do Mangalarga Machador” Disponível em: <<http://www.desempenho.esp.br/couderalia>>. Acesso em 10 fev. 2008.

O nome Angahy, por si só, já é carregado de história. A travessia do rio Ingaí (antigo Angahy), afluente do Capiravi, que por sua vez é afluente do Grande, já aparecia em mapas antigos e foi pormenorizada nos relatos de Antonil em 1711 como ponto de referência no Caminho Velho. A data precisa da fazenda, entretanto, não conseguimos apurar. Segundo relatos orais dos proprietários e um pequeno livro sobre o Monsenhor João Cancio dos Reis Meirelles, escrito por José de Souza Meirelles, estimamos que a fazenda date da década de 1730. Em um artigo sobre a história do cavalo Mangalarga, consta que a fazenda foi fundada por volta de 1782 por José Carlos Garcia Duarte.¹ Hoje percebemos a casa em meio a muitas reformas e ampliações. Conforme relatos da família, a ampliação à esquerda da sala de entrada foi feita na segunda metade do século XIX para abrigar o Monsenhor que deveria ter uma área isolada para estudos. Observando a planta de cobertura, podemos notar que a casa é composta basicamente de três corpos distintos: o corpo principal, a ala construída para o Monsenhor, com volume mais alto, e o corpo de serviços. O corpo principal possui a tão discutida varanda entalada: de um lado a capela e do outro, um quarto de dormir. Hoje a varanda está fechada por vitrões, possui verga de concreto e por isso é mal percebida, mas lá está ela. Na planta do corpo principal já aparece a distinção entre os espaços de receber e da família; há a sala de fora, destinada ao convívio com estranhos, com os cômodos de sua órbita, e há também a sala da família com os cômodos que orbitam ao seu redor. Hoje as janelas são de vergas retas, ligeiramente “metidas” nas paredes, característica das casas com paredes grossas, de

Figura 7.8 - Reprodução de foto antiga, acervo Fazenda Angahy. Foto: CFC.

Figura 7.9 - Foto atual do mesmo ângulo da foto antiga. Foto: CFC.

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal

2. Paio

3. Senzala (?)

4. Construções

Complementares

PLANTA

ESC. 1:500

■ Externos

■ Família

■ Serviços

CORTE

esc. 1:500

Figura 7.10 - Fachada frontal, antiga varanda entalada. Foto: CFC

Figura 7.11 - Paio da madeira. Foto: CFC

alvenaria portante e não de pau-a-pique; são claramente janelas não originais. Observa-se numa fotografia antiga que as janelas eram alinhadas com a parede e possuíam vergas arqueadas em canga de boi. Pela fotografia também é possível notar os cachorros perfeitamente horizontais, hoje inexistentes, além da volumetria bastante alterada, praticamente impedindo a identificação da casa original. Além da varanda, duas outras características importantes denotam a idade da casa: o telhado de prolongo e as vergas arqueadas nos vãos internos da casa, que ainda se mantêm. Na sala há duas vergas arqueadas contíguas, curiosidade que acontece também nas fazendas dos Tachos, e Pitangueiras 2. Normalmente, sob o telhado de prolongo o forro é inclinado, acompanhando-o; nessa casa, porém, há forro inclinado na varanda e nos quartos à direita da sala e não há mais o telhado de prolongo. Isso demonstra que o telhado atual não é original e que realmente havia telhado de prolongo como mostra a foto antiga. É importante notar a presença de janela entre a capela e a sala de entrada. No conjunto das edificações do núcleo, destaca-se grande paiol de madeira.

Figura 7.12 - Ermida com janela para a sala. Foto: CFC

Figura 7.13 - Sala nobre, portada dupla com vergas canga de boi. Foto: CFC

Figura 7.14 - Imagens no altar da ermida. Foto: CFC

Fazenda Traituba – Município de Cruzília

A Traituba é um exemplar anômalo dentro do universo amostral levantado. Em torno dessa fazenda existem muitas lendas e alguns trabalhos publicados (citar mestrado e anais do museu paulista). A casa foi construída nas décadas de 1827 e 1831 por João Pedro Diniz Junqueira, filho de Maria Francisca da Encarnação Junqueira (filha do português João Francisco Junqueira) e Gabriel Diniz, conhecidos como o “casal da Traituba”, para receber D. Pedro I, o que não aconteceu. Esse local, nas descrições antigas de Saint-Hilaire, chamava-se Rancho de Traibuba. Sua antiga casa foi demolida e, provavelmente, esta sim, possuía as características comuns às fazendas da região com estrutura de madeira, etc. Assim descreve:

Rancho de Traituba, 2 de março (1822), 4 léguas. Como atrás disse, fecham-se todas as noites os bezerros num curral e as vacas aproximam-se sozinhas da fazenda. Desde a madrugada fazem-nas entrar no terreiro onde são ordenhadas por negros e negras. Despejam então o leite em pequenos barris cintados de aros de ferro e transvasam-no por meio de cuia, cortadas longitudinalmente, pela metade. O gado dos arredores do Rio Grande tem justificada fama, graças ao tamanho e força. Alimentadas em ótimos pastos, as vacas dão leite quase tão rico em nata quanto o das nossas montanhas. Com ele se faz grande quantidade de queijos exportados para o Rio de Janeiro².

² SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a Minas Geras e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p. 48

Figura 7.15 - Desenho de como seria a casa com dois pavimentos. Fonte: Nicolielo (1985)

Figura 7.16 - Vista frontal. Foto: CFC

Figura 7.17 - Corredor da ala dos quartos. Foto: CFC

Figura 7.18 - Portal de entrada com casa ao fundo. Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Pátio fronteiro
3. Pátio traseiro
4. Currais

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO FUNDOS

esc. 1:500

A técnica construtiva utilizada para a nova sede foi a alvenaria portante de tijolos de adobe. A casa atual possui um corpo principal central e duas alas laterais mais baixas; em estudo realizado por Nicoliello e Carvalho (1985) comprovava-se a tese de que o corpo central possuía dois pavimentos. A planta do corpo central é formada por duas salas principais, uma à frente e outra, aos fundos, ligadas por um longo corredor de distribuição. Da sala dos fundos (sala da família, íntima ou jantar) saem as ligações para as alas laterais, à direita para a dos quartos e, à esquerda, para a dos serviços. É importante ressaltar o cercamento ao redor de toda a casa, feito com os muros de adobe, e aberturas com portais ornamentados com pináculos e esferas armilares de pedra. Para se compreender melhor esses cercamentos, devemos imaginar um mundo vasto, literalmente sem porteiras, sem cercas, com divisas sim, mas feitas por acidentes naturais ou por valos, muros de pedra, adensamentos de vegetação ou paus cravados diretamente no chão. Os cercamentos criavam uma área mais protegida. Ainda há, nos beirais das alas laterais, o detalhe da cimalha de beira seveira, claramente condizente com a técnica construtiva utilizada. No corpo principal, as janelas são de vergas arqueadas encimadas por pestanas, distantes aproximadamente um metro dessas vergas. O telhado é de duas águas formando oitões nas fachadas, coisa estranha à normalidade, provavelmente decorrência da demolição do segundo pavimento. Os beirais do corpo principal possuem lambrequins, denotando o uso de uma técnica e estética popularizada no fim do século XIX, fortalecendo a tese de que um segundo pavimento foi retirado. Nas alas laterais, o telhado é de três águas e o beiral de beira seveira, perfeitamente alinhado na mesma altura. As janelas são de verga reta e folhas de calha. Assim como ocorre nas casas de estrutura independente de madeira, embora possua grossas paredes de adobe, as janelas e portas são perfeitamente alinhadas com o plano das fachadas. Isso não vai ocorrer nas casas de estrutura portante de tijolos, onde as janelas ficam ligeiramente recuadas em relação à fachada.

A planta da casa, embora estranha aos nossos olhos, também apresenta um agenciamento entre os distintos setores, comum a todas as fazendas. Note-se que, no corpo principal, há duas salas, uma de fora e outra da família; a da família faz a ligação com o corpo dos serviços e com a ala dos quartos. A sala de fora também tem seus “cômodos orbitais”. Mais divergente, portanto, são os cômodos servidos pelo longo corredor, característica que iria se tornar comum no final do XIX, nas fazendas de alvenaria portante de tijolos.

Figura 7.19 - Detalhe de oratório. Foto: CFC

Figura 7.20 - Sala ao fundo da ala dos quartos. Foto: CFC

Fazenda Favacho – Município de Cruzília

Pé direito: 3,80 m

Janelas (vão luz): 1,0 m X 1,8 m

Peitoril 1,08 m

Portas: 3,0 por 1,0 m

Peças dos umbrais: 17cm

O Favacho, assim como a Traituba, é uma fazenda cercada de lendas e histórias. Considerada uma das fazendas mais importantes na região, aparece em vários mapas antigos como local de referência próximo ao ponto de convergência de antigos caminhos: do “caminho velho”, vindo de Baependi, e de um braço do “caminho de Fernão Dias”, saindo de Campanha, passando por Lambari.

Segundo o Monsenhor José do Patrocínio Lefort, essa fazenda já existia no ano de 1730, recebendo aquela denominação no dia 17 de abril daquele ano. Seus primeiros moradores foram Diogo Dias e sua mulher, Luiza Moreira. No primeiro de janeiro de 1761, foi benta a Capela dessa fazenda, juntamente com seu cemitério. No ano de 1825, foi efetuado o primeiro recenseamento do Favacho, cuja população era de 1200 pessoas, maior até que a da sede do município.³

³ Junqueira, Walter Ribeiro, Fazendas e Famílias Sul Mineiras, p137

Pela importância que teve essa fazenda, até mesmo o conjunto de fazendas dessa microregião, na virada do XVIII para o XIX, fica claro perceber o deslocamento do eixo econômico para oeste. A fazenda pertencia a José Vieira de Almeida, um português que requereu sesmaria na região na segunda metade do século XVIII, e foi adquirida por João Francisco Junqueira. Ninguém sabe ao certo a data de construção da casa nem

Figura 7.21 - Foto antiga do conjunto. Fonte: Junqueira (1999)

Figura 7.22 - Fachadas norte e oeste. Foto: CFC

Figura 7.23 - Fachadas sul (entrada) e norte. Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

- 1. Casa Principal
- 2. Pátio fronteiro
- 3. Senzala (?)
- 4. Construções Complementares

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

Figura 7.24 - Fachada norte. Foto: CFC

Figura 7.25 - Capela. Fonte: Junqueira (1999)

Figura 7.26 - Pátio dos fundos. Foto: CFC

Figura 7.27 - Porta da sala nobre com capela ao fundo.
Foto: CFC

Figura 7.28 - Sala nobre. Foto: CFC

Figura 7.28 - Menina da fazenda. Foto: CFC

ELEVAÇÃO LATERAL esc. 1:500

quem a construiu. A técnica construtiva adotada foi a estrutura portante de adobe, assim como na Traituba, e é diferente de todas as outras. Essa técnica construtiva foi muito usada nas fazendas de café do Vale do Paraíba carioca e também no casario urbano de São João del Rei e São José del Rei (Tiradentes). A casa possui um corpo principal retangular, com telhados de prolongo para frente e para os fundos, e um segundo corpo, um retângulo comprido que se estende para os fundos. Os beirais são em toda sua volta feitos de beira sobre beira (beira seveira), inclusive junto ao prolongo do telhado. Uma extensa varanda acompanha o retângulo menor ao longo de toda sua extensão; essa varanda também possui beira seveira. A fachada da frente mais parece a de um sobrado urbano com quatro janelas rasgadas por inteiro, guarnecidas por guarda-corpos de madeira torneadas. O agenciamento dos cômodos pode ser interpretado de maneira bastante errônea, pois a casa sofreu muitas modificações, tendo inclusive uma garagem no corpo de serviços. De qualquer maneira, notam-se as salas de fora e de dentro, alcova e cômodos orbitais. O corpo de serviços também é colocado em sua posição tradicional, na perna do L.

Fazenda Campo Alegre - Município de Cruzília

A Fazenda do Campo Alegre foi a fazenda tronco mais importante da região. Suas instalações ruíram, restam apenas algumas pedras de sua base ou de algum muro no meio do pasto. Dela foram desmembradas as fazendas Bela Cruz, Narciso e Boa Vista.

Fazenda Bela Cruz – Município de Cruzília

Palco da maior revolta de escravos do sudeste escravista, ocorrida em 1833, conhecida como A Revolta de Carrancas (Andrade, 2004) a antiga casa da Bela Cruz foi destruída. A casa atual teria sido construída algumas décadas depois da revolta, ou seja, já na segunda metade do XIX.

Infelizmente ainda não tivemos acesso ao interior da casa, mas, mesmo assim, foi feito o levantamento do conjunto e algumas fotos externas. A casa parece apresentar a forma do “L clássico do XIX”, composto por um retângulo maior e mais largo e a “perna do L” menor abrigando o corpo de serviços. Possui janelas de vergas retas com pestanas e subdivisão das folhas da guilhotina com vinte vidros. Um telhado apostado na junção dos dois corpos forma um grande alpendre lateral: na entrada principal, um simples telhado, também apostado, garante a porta

Figura 7.29 - Fachada frontal. Foto: CFC

Figura 7.30 - Antiga senzala e casa principal. Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

- 1. Casa Principal
- 2. Paio
- 3. Senzala
- 4. Currais
- 5. Muros de Pedra

Figura 7.31 - Fachada frontal. Foto: CFC

Figura 7.32 - Alpendre dos fundos. Foto: CFC

de entrada. A estrutura de madeira mostra-se na fachada através dos cunhais e frechais, os baldrames foram revestidos. Os beirais são guarnecidos por forro plano, enfeitados por denticulos, antecipando uma espécie de lambrequim. Os edifícios do conjunto da fazenda são, em geral, desprovidos de qualquer pretensão estilística; no entanto, por esse mesmo motivo, são os que melhor representam intenção plástica inerente ao saber fazer da época. No conjunto da Bela Cruz, destaca-se o edifício da senzala. Conforme já se viu, são raras as fazendas que ainda o apresentam. Há ainda diversos muros de pedra dividindo pastos e alguns edifícios de serviços, cobertos por telhas de barro.

Na descrição das fazendas que pertenceram à família Junqueira, o historiador Andrade diz que quase todas conservam uma estrutura bastante semelhante: *“são construções de um só pavimento, pé-direito muito alto, grandes portais e muitas janelas. A base de sustentação é quase sempre de pedra, e o assoalho de madeira, sustentado por grandes vigas de mesmo material(...).”*⁴

Ora, essas são características de quase todas as fazendas do Sul de Minas e não apenas as da família Junqueira como podemos demonstrar no presente trabalho. Aliás, das seis fazendas desta família na região, duas apresentam padrão diferente. Devo dizer que o mito em torno dessa família muitas vezes mascara a realidade; por outro lado, a farta documentação acumulada por ela tem ajudado o trabalho de muitos historiadores.

⁴ ANDRADE, Marcos Ferreira, Casas de Vivenda e de morada: estilo de construção e interior da residências da elite escravista sul-mineira - Século XIX, Anais do Museu Paulista vol 12, São Paulo, 2004, p94

Fazenda Narciso – Município de Cruzília

Data provável: meados do XVIII

Pé direito: 4,40 m

Janelas (vão luz):: 1,16 por 2,20 m (Pau Óleo)

Portas: 1,46 por 3,15 m h=0,95 m

Peças dos umbrais: 19 cm X 22 cm

Cunhais: 32 cm X 32 cm Madre: 38 X 38 cm

Piso: araucária de 35 a 50 cm larg.

A fazenda Narciso é mais uma das fazendas que foram desmembradas da antiga Campo Alegre. Sua planta também se insere num rol de plantas formadas por um único retângulo de proporções longitudinais, superiores a 2:1. Nesse caso, o retângulo possui 12 metros de largura por 29 metros de comprimento. Também nesse caso, assim como na fazenda Boa Vista, havia outro retângulo, de serviços, que foi demolido. O programa, porém, é resolvido atualmente em um único retângulo. Os vestígios do corpo de serviços se vêem nos arrimos de pedra junto à saída da sala de jantar; esse corpo não estava alinhado com o fim da casa como na fazenda Boa Vista, ao contrário, estava deslocado ao

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Paiol
3. Currais
4. Construções complementares
5. Parte demolida da casa

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

Figura 7.33 - Fachada frontal antes da reforma, note cunhal e beirais elaborados. Fonte: Andrade (1999)

Figura 7.34 - Vista frontal. Foto: CFC

Figura 7.35 - Vista dos fundos. Foto: CFC

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

centro da construção principal como na fazenda Bela Vista e não há sinais evidentes da continuidade de seu telhado com o telhado do corpo principal. Provavelmente esse corpo foi construído posteriormente e possuía telhado mais baixo como na Bela Vista. O agenciamento do programa na planta, dividindo os setores de convívio, não se dá em extremidades opostas como na Boa Vista, ou como na Santa Clara (outro caso de retângulo único), mas aqui os setores são divididos longitudinalmente.

As dimensões dessa casa são bastante exageradas, superiores à média. Sua volumetria é bem posta nas proporções entre base, corpo do pavimento e telhado, conferindo-lhe um caráter bastante austero. A fachada principal possui uma distribuição de aberturas e uma relação de cheios e vazios bastante simétrica, com a porta ao centro e quatro janelas para cada lado. Todas as janelas possuem pestanas, inclusive as da fachada posterior onde são em número menor e possuem intervalos (nembros) maiores entre elas. As subdivisões de cada folha das guilhotinas das janelas são feitas com três pinásios verticais e dois horizontais, resultando em doze peças de vidro, comum em casos de janela de maiores dimensões. O acesso principal é feito por escada perpendicular à fachada e não possui cobertura; a soleira da porta principal é de pedra, não de madeira em continuidade ao baldrame, como é mais comum, e possui entalhe para recolher a água da chuva. Os beirais são forrados, escondendo os cachorros, não com cimbalhas, mas sim com um simples forro plano, certamente objeto de reforma, pois em foto de 2003 (Andrade 2004) a fazenda possuía uma sofisticada cimbalha de madeira, similar à da Fazenda Cachoeira em Carmo de Minas, e capitéis de madeira encimando os cunhais. No conjunto das edificações da fazenda, foram encontrados vestígios de construções esparsas pelo terreno que, segundo o proprietário, seriam as choças que abrigavam os escravos. Essa versão de senzala é muito bem aceita e já foi comentada anteriormente.

No inventário do Barão de Alfenas realizado em 1868:

Consta de engenho e cilindros com todos seus acessórios, engenho de serra com seus pertences movidos por seu competente rego-d'água, moinho movido por outro rego, paiol, casa para queijos, um rancho, olaria, fornalha respectiva, tudo coberto de telhas, avaliados em cinco contos, oitocentos e setenta e cinco mil reis⁵

Figura 7.36 - Sala nobre. Foto: CFC

Figura 7.37 - Detalhe do forro. Foto: CFC

Figura 7.38 - Vestíbulo e sala nobre ao fundo. Foto: CFC

⁵ Inventário de Gabriel Francisco Junqueira, cartório de Baependi

Fazenda Boa Vista – Município de Cruzília

A Boa Vista de Cruzília é uma das fazendas que foram desmembradas da antiga Campo Alegre do Barão de Alfenas. Sua planta é hoje formada por um único retângulo, porém, pela forma do telhado, é possível notar que a casa foi mutilada; havia um segundo corpo perpendicular ao retângulo principal. Pela fachada dos fundos, vê-se que o telhado principal foi interrompido deixando um oitão à mostra, arrematado por um alpendre mais baixo sobre a varanda da cozinha. A volumetria da casa é muito bem posta, assemelhando-se à volumetria da fazenda Narciso; o terreno sobre o qual se assenta é bastante plano, com um pequeno caimento para os fundos, e a casa está ligeiramente (meio pavimento) elevada do solo. O acesso principal se dá por uma escada coberta por um pequeno telhado, claramente posterior, pois passa pela frente da porta principal. A planta dessa casa pode ser classificada num rol de plantas formadas por um único retângulo de proporções longitudinais, superiores a 2:1. O retângulo possui 10m de largura por 25m de comprimento. Seus cômodos destinados ao convívio com estranhos ficam em uma extremidade e a zona da família, na outra, devidamente separados. Neste caso há mais de uma sala para receber; uma, imediatamente junto à porta de

Figura 7.39 - Vista frontal. Foto: CFC

Figura 7.40 - Vista dos fundos. .Foto: CFC

Figura 7.41 - Vista lateral. .Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal

2. Paiol

3. Currais

4. Construções

Complementares

PLANTA

ESC. 1:500

Externos

Família

Serviços

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

Figura 7.42 - Sala nobre.

Foto: CFC

Figura 7.43 - Ermida, detalhe confessionário. Foto: CFC

Figura 7.44 - Detalhe parede. Foto: CFC

Figura 7.45 - Fachada frontal, porta almofadada com verga em arco pleno. .Foto: CFC

entrada para onde se voltam um quarto e uma capela, e outra para onde se voltam um quarto e uma antiga alcova. Note-se que há uma linha tracejada no cômodo que era a alcova - é a posição de uma parede que foi retirada. Essa alcova ficava pegada a uma parede externa e, mesmo assim, não possuía janela, assim como ocorre na Fazenda Santa Clara. Isso mais uma vez vem confirmar a permanência das alcovas por uma tradição cultural e não apenas por uma justificativa técnica, utilizada para aproveitar os cômodos do centro da casa rural ou do meio do lote urbano, onde não era possível fazer aberturas.

Entre a capela e a sala lateral há uma pequena janela, mais baixa que as demais. Janelas entre capelas e o setor íntimo da casa são comuns, geralmente guarnecidas por treliças fechando parcialmente o vão. Nesse caso, a janela é pequena e a treliça fecha totalmente o vão. Sabemos que essas treliças têm a função de confessionário. Devemos, portanto, retomar um questionamento sobre a verdadeira função dessas janelas: se serviam apenas como confessionário ou se serviam para se assistir à missa de forma mais reservada, separada das demais pessoas da fazenda, ou ambas as coisas.

Fazenda Campo Lindo – Município de Cruzília

Pé direito: 4,70m

Janelas (vão luz): 2,4 por 1,5m

Portas: 3,2 por 1,5m

Peças dos umbrais: 11 X 13 cm

Como acontece em grande parte das propriedades, a casa atual nem sempre é a primeira casa da fazenda. A casa atual da Campo Lindo é de 1871, porém o corpo de serviços é mais antigo; segundo os donos “tem duzentos anos”. Realmente, há um desalinhamento entre esses corpos ; a altura das vergas entre um volume e outro é também bastante diferente, o que demonstra que foram erguidos separadamente.

A planta do corpo principal é um retângulo, cuja entrada se situa em uma das faces menores, gerando um longo corredor entre a sala de entrada e a sala da família. A solução adotada, pelo menos segundo o uso atual, foi usar o cômodo à esquerda

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

- 1. Casa Principal
- 2. Currais
- 3. Casa de enpregados
- 4. Construções Complementares
- 5. Estábulo
- 6. Piscina

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO FUNDOS

esc. 1:500

Figura 7.46 - Vista lateral. Foto: CFC

Figura 7.47 - Vista principal. Foto: CFC

Figura 7.48 - Vista lateral, curral com piso de pedras. Foto: CFC

Figura 7.49 - Vista dos fundos. Foto: CFC

Figura 7.50 - Quarto de hóspedes. Foto: CFC

da sala de entrada como a sala de receber . A sala de entrada é usada como distribuição, estar e também como capela, já que há um grande oratório na parede frontal. Ademais, o agenciamento reproduz o esquema normal, a não ser pelo “miolo” da edificação onde antigas alcovas foram alteradas, dificultando a apreensão da planta original. As vergas das portas e janelas são retas, porém é muito importante chamar a atenção para a verga em arco pleno da porta principal, certo neoclassicismo pontual. As cimalhas de madeira, que perfazem todo o perímetro do corpo principal e escondem a cachorrada, também conferem certo requinte clássico à volumetria. Sobre os beirais, o telhado ainda mantém a dupla inclinação e as telhas de capa e canal. O conjunto dos edifícios do núcleo da fazenda merece atenção especial por sua originalidade, são agenciados em torno de pátios como era comum no século XVIII, característica que se dissipa ao longo do XIX. Esses pátios são tão presentes que, mesmo quando os edifícios que os cercam não dão conta de fechá-los, seus fechamentos são feitos por muros. No caso da Campo Lindo, cercando o pátio posterior, há um grande muro de adobe, com paus a 45° como fechamento , coberto por telhas.

Figura 7.51 - Sala de visitas. Foto: CFC

Figura 7.52 - Sala de entrada. Foto: CFC

Figura 7.53 - Detalhe sala de visitas. Foto: CFC

Fazenda Bela Vista – Município de São Vicente de Minas

Data provável: década de 1870

Pé direito: 4,18 m

Janelas (vão luz): 1,07 por 2,15 m

Peitoril: 0,90 m

Portas: 1,07 por 3,18 m

A implantação dessa fazenda acontece em uma topografia bastante suave como, aliás, é comum nas fazendas dessa região de campo-cerrado, onde a topografia é mais suave que no restante do Sul de Minas. Ainda assim, essas casas não dispensam o porão. Além da casa principal, o conjunto das edificações do núcleo dessa fazenda merece atenção por contar com edifícios bastante antigos. Segundo o proprietário que nos atendeu, a antiga casa ficava no edifício lateral, onde hoje funciona um depósito junto ao curral.

Sua planta também se insere num rol de plantas formadas por um único retângulo de proporções longitudinais, superiores a 2:1. A integridade e originalidade da casa estão bastante preservadas, pois ainda possui baldrames e cunhais de madeira

Figura 7.54 - Fachada da frente. Foto: CFC

Figura 7.55 - Fachada dos fundos. Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

- 1. Casa Principal
- 2. Antiga casa
- 3. Currais
- 4. Construções Complementares
- 5. Jardim Frontal
- 6. Pomar

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO FUNDOS

esc. 1:500

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

à mostra, cimalha original de madeira, telhado de telha de capa e canal com dupla inclinação e janelas com pestanas, o que leva a crer que sua estrutura permanece original. Os baldrames de pedra, no entanto, estão revestidos com argamassa. O alpendre que protege a entrada principal possui cobertura de telhas francesas, forro e lambrequim, elementos típicos do fim do XIX que, claramente, não são contemporâneos da construção da casa, mas não deixam de ter sua importância histórica. Um novo corpo, ligado ao setor da família ou de serviços, foi construído sob os beirais do corpo principal; esse corpo possui cunhais em argamassa, janela com vergas em arco pleno e foi provavelmente construído com alvenaria de tijolos portantes. No acesso ao novo corpo, há uma escada em círculos concêntricos, também comum ao fim do XIX.

Figura 7.56 - Cama rústica. Foto: CFC

Figura 7.57 - Sala nobre. Foto: CFC

Fazenda Pitangueiras 1 – Município de São Vicente de Minas

Data provável: 3º quartel do XVIII

Pé direito: 4,50m

Janelas 1,50 por 2,00 m

Peitoril: 1,00 m

Portas: 1,50 por 3,00m

A Pitangueiras é uma fazenda extremamente sofisticada, diferente das austeras fazendas do grupo de Cruzília. Possui volumetria solarenga, conferida pelo telhado bastante presente por causa de sua altura em consequência da largura do retângulo principal. Cabe comentar aqui o deslocamento do eixo econômico dentro da própria região do Sul de Minas. Hoje em dia, essa fazenda, embora em um excelente estado de preservação e em estado médio de conservação, encontra-se economicamente bastante prejudicada, fato comum às fazendas desta microrregião. Ao mesmo tempo, algumas fazendas, cujas casas originais eram bastante modestas em relação à sofisticação de uma “Pitangueiras”, possuem hoje intensa atividade econômica, o que pode ser comprovado pelo equipamento agroindustrial a sua volta. É o caso da fazenda

Figura 7.58 - Paiol. Foto: CFC

Figura 7.59 - Vista fundos. Foto: CFC

Figura 7.60 - Vista lateral da casa e antiga senzala.
Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

- 1. Casa Principal
- 2. Paiol
- 3. Senzala
- 4. Construções Complementares

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

dos Tachos ou Mascatinho, por exemplo. Isso ocorre com o deslocamento do eixo econômico a oeste em busca de novas terras e definitivamente se consolida com a implantação do café no fim do XIX. As fazendas da região de campo cerrado, onde o solo é exageradamente rico em calcário, ficam de fora desse processo.

Destacamos, além do grande telhado original e íntegro, as vergas em canga de boi, a grande escada de pedra perpendicular à fachada e a planta em “L” do século XVIII. A planta possui clara predominância em área do setor social sobre o íntimo, coisa que não ocorre no XIX. São três salas apenas nesse setor: sala de entrada, sala nobre, à esquerda, dando acesso para seis quartos e uma terceira sala, à direita, usada para guarda. Um estranho corredor, demasiado estreito, dá acesso à sala da família, seus orbitais e ao setor de serviços. Essa sala íntima, assim como na Fazenda Serra das Bicas, não se abre para o semipátio formado na junção dos dois volumes; ao contrário, abre-se para o pátio da senzala. Saindo pelo setor de serviços, há um embasamento de pedras de onde parte a grande escada desse mesmo material. A casa mineira do XVIII precisa ser estudada com mais profundidade, pois, segundo Lemos, o setor de serviços não possuía saída direta para o exterior, o que não acontece nesse e em quase todos os outros casos de

Figura 7.61 - Vista lateral. Foto: CFC

Figura 7.62 - Senzala. Foto: CFC

Figura 7.63 - Vista lateral. Foto: CFC

Figura 7.64 - Detalhe chapeleira. Foto: CFC

Figura 7.65 - Detalhe janela. Foto: CFC

Figura 7.66 - Detalhe cozinha e despensa. Foto: CFC

Figura 7.67 - Sala nobre. Foto: CFC

nosso levantamento. Somente nas fazendas Bananal e Monjolo, ambas do XVIII, isso ocorre. Para essa verificação caso a caso, seria preciso fazer prospecções para se descobrir o histórico de intervenções ocorridas (onde foram abertos novos vãos) e cotejá-las com informações documentais de data. Acreditamos, no entanto, que essa característica seja mais arcaica do que os exemplares aqui levantados. O conjunto da fazenda conta ainda com um grande paiol, chiqueiro, abrigos para gado e o antigo edifício da senzala.

Em passagem pela Fazenda Carrancas em primeiro de março (1822), Saint-Hilaire cita o Rio Pitangueiras:

Cortando sempre pastos, encontramos, a pouca distância do Rio Juruoca, o de Pitangueiras, que, segundo me disseram, vai concluir com o Rio Grande. A ponte que atravessa o Rio Pitangueiras é tão má que os burros por ela não podem passar sem perigo. Tínhamos, sempre à frente, a Serra das Carrancas e afinal ali chegamos. Em ponto algum é muito elevado e o caminho a corta no lugar onde tem menos altura.(...) Paramos, a pouca distância da raiz da Serra, numa fazenda que pertence à mesma família dos donos da Cachoeirinha e não parece menos importante do que ela. Fui muito bem recebido e os donos da casa não nos permitiram cozinhar⁶.

Fazenda Pitangueiras 2 – Município de

⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a Minas Geras e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p. 47-48

São Vicente de Minas

Data provável: século XVIII

Pé direito: 3,50m

Janelas 1,05 por 1,70 m

Peitoril: 1,00 m

Portas: 1,50 por 2,55 m

Peças dos umbrais: 17 x 20cm

Chamamos de Pitangueiras 2, pois essa fazenda possui o mesmo nome da anterior e está no mesmo município; é apenas uma maneira de diferenciá-las. Contraditoriamente, essa fazenda apresenta as fachadas bastante íntegras, assim como o telhado com suas telhas e estrutura originais, enquanto o interior foi demasiadamente alterado, especialmente no setor de serviços, dificultando sua compreensão. A planta é composta por dois corpos perpendiculares de mesma largura, formando um “L”. Como os dois retângulos são de mesma largura, as cumeeiras do telhado têm a mesma altura, caso raríssimo em plantas em “L”, onde geralmente o corpo principal é mais largo que o de serviços, gerando cumeeiras em alturas diferentes. O acesso é feito por uma varanda lateral em um canto da casa; essa varanda é claramente uma alteração posterior tanto por sua

Figura 7.68 - Vista geral. Foto: CFC

Figura 7.69 - Varanda posterior. Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

- 1. Casa Principal
- 2. Paio
- 3. Senzala

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

Figura 7.70 - Fachada frontal. Foto: CFC

Figura 7.71 - Fachada lateral da cozinha. Foto: CFC

ELEVAÇÃO FUNDOS
esc. 1:500

ELEVAÇÃO LATERAL
esc. 1:500

forma, localização em planta como pelos materiais (as vergas são de concreto). Ela dá acesso à capela, à sala e a alguns quartos que se interligam ao redor do cômodo da capela. Um corredor liga o setor social ao setor íntimo, chegando até a sala da família e permitindo o acesso a alguns quartos. O setor de serviços está com a planta totalmente livre, formada por um único cômodo, onde funciona uma espécie de “cozinha de fora”. A planta atípica dessa casa é realmente um grande mistério. No setor social, as portas internas parecem estar em suas posições originais, suas vergas são em canga de boi e, na sala, quatro dessas portas estão dispostas de par em par, como era comum em fazendas do XVIII, o que confere à planta desse setor alguma veracidade. Além disso, o forro da capela é todo decorado com pinturas o que mostra que ela sempre esteve ali. Já na parte íntima da casa, algumas portas possuem vergas retas; uma das paredes do corredor chega ao umbral da porta em verga curva da sala, “engolindo” a madeira sob a argamassa, o que demonstra que houve alterações. Essas evidências, somadas à estranheza do agenciamento de seus cômodos, levam-nos a crer que a planta desse setor não é original, não podendo, portanto, ser usada como demonstração ou exemplo de modo de vida à época. Na sala da família, no entanto, há um par de portas de vergas arqueadas conferindo àquela parede posição original. Vimos, portanto, que, quando a casa possui planta atípica e evidências de alterações, sua planta deve ser interpretada com cuidado.

Sua implantação se dá em terreno de pouca declividade e os equipamentos que compõem o núcleo da fazenda demonstram o tipo de atividades ali desenvolvidas. O moinho de milho, as ruínas de um antigo engenho, currais e telheiros diversos atestam que a fazenda desenvolvia atividades econômicas diversas como a produção de derivados da cana (açúcar, rapadura e pinga), de milho (farinha de milho e fubá),

Figura 7.72 - Fachada dos fundos. Foto: CFC

Figura 7.73 - Cozinha. Foto: CFC

Figura 7.74 - Sala de entrada com janela para ermida.
Foto: CFC

além da criação de gado vacum e suíno. Nessa fazenda não foram encontrados vestígios da produção cafeeira, evidenciados principalmente pela presença de terreiros, facilmente identificados pela sua necessária acomodação ao terreno, gerando muitas vezes cortes, aterros e muros de arrimo.

Fazenda Engenho de Serra – Município de São Vicente de Minas

Data provável: meados do século XVIII

Pé direito: 3,40m

Janelas 1,30 por 1,50m

Peitoril: 1,00m

Portas: 1,30 por 2,50m

A Engenho de Serra é uma das que melhor exemplificam a fazenda do XVIII e a diferenciam das do XIX. Começando pelo exterior, as janelas do corpo principal são de verga canga de boi e sua distribuição nas fachadas é mais esparsa, deixando uma proporção de cheios e vazios com predominância dos cheios nos panos de parede. A proporção de altura/largura das aberturas também é diferente, as portas e janelas são mais largas do que na maioria das fazendas levantadas. No corpo de serviços, as janelas possuem verga reta, mas, diferentemente das encontradas nas fazendas do século

Figura 7.75 - Fachada lateral. Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

- 1. Casa Principal
- 2. Paioi
- 3. Currais
- 4. Construções Complementares
- 5. Moinho

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO FUNDOS

esc. 1:500

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

Figura 7.76 - Fachada lateral. Foto: CFC

Figura 7.77 - Fachada dos fundos. Foto: CFC

XIX (com proporções próximas a 2:1); são largas como as do corpo principal, o que nos leva a supor que são contemporâneas as estas. As janelas das áreas de serviço costumavam ser diferentes pois as de verga arqueadas são mais nobres e sofisticadas, reservadas apenas ao corpo principal. Restavam ao corpo de serviços as de vergas retas. O telhado de prolongo é uma característica essencial apontada por pesquisadores da arquitetura rural mineira e, nesse caso, essa característica se confirma, levando a crer que o universo amostral pesquisado por outros estudiosos concentrava-se no século XVIII. Vale lembrar um detalhe que sempre há nos telhados de prolongo: como sempre são em meia água, seu arremate é feito com telhas de bica perpendiculares às telhas do plano do telhado.

A irregularidade da planta dessa casa também nos intriga bastante, assim como na Pitangueira (dois). A diferença é que aqui não há evidências tão claras de reformas e alterações, o que nos leva a crer que a planta já era, de saída, bastante irregular e que o próprio programa ainda não estava tão claro quanto viria a se tornar no XIX. De qualquer maneira, a presença do corredor de ligação entre os setores tem se mostrado uma constante nas fazendas dessa época, nessa região, o que virá a ser suplantado pelo cômodo de ligação ou por corredores mais curtos. Neste breve comentário sobre cada fazenda só falaremos da técnica construtiva quando houver algo fora do padrão da gaiola, já descrita no capítulo quatro. Pois bem, essa fazenda possui paredes de adobe, mas não como estrutura portante conforme ocorre na Traituba e no Favacho; o adobe aqui é apenas o vedo da tradicional estrutura autônoma de madeira. Não se sabe

se o fechamento de adobe foi adotado logo na concepção da obra ou se foi, mais tarde, substituto do pau-a-pique. Para essa conferência, uma simples prospecção junto aos baldrames e aos frechais, verificando se há perfurações para encaixe dos prumos, resolveria nossa dúvida. Os beirais também são diferentes dos demais, apoiados em cachorros normalmente, mas não horizontais como nas outras fazendas; são inclinados. Os edifícios adjacentes são o paiol, moinho, curral de ordenha, serraria (daí o nome Engenho de Serra) e depósito de mantimentos (arroz e feijão), além da presença de muros de adobe ou de pedra e terreiros. A presença de terreiro geralmente quer dizer que há produção de café, porém nessa fazenda eles provavelmente serviam para secagem de outros produtos como o feijão. Ainda hoje, nessa região, é possível ver o trabalho de malhar o feijão nos terreiros. Outro costume arcaico na produção, ainda mantido, é o uso do carro de boi para o trabalho.

Fazenda Sesmaria – Município de São Vicente de Minas

Data provável: final do século XVIII

Pé direito: 3,70m

Janelas 1,00 por 1,80m

Peitoril: 0,97m

Portas: 1,30 por 2,75m

Peças dos umbrais: 17 por 20cm

A Sesmaria tem uma feição um pouco citadina pelo fato de ser assobradada na face posterior. Isso ocorre porque, devido ao declive do terreno, o porão torna-se alto. Seu fechamento foi feito com o uso de técnicas leves e não de pedra como normalmente é construído o fechamento dos porões. Assim sendo, o porão ganhou uma sequência de janelas alinhadas com as do pavimento nobre, dando à casa essa feição de sobrado urbano. O porão fechado por paredes de barro acontece em um ou outro caso, mas essa sequência de janelas repetindo o pavimento superior é raríssima.

Sua planta também se insere no rol de plantas formadas

por um único retângulo de proporções longitudinais, superiores

Figura 7.78 - Corredor interno. Foto: CFC

Figura 7.79 - Fachada frontal. Foto: CFC

Figura 7.80 - Escada de pedras. Foto: CFC

1

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal

2. Paiol

3. Currais

4. Construções

Complementares

5. Pomar

6. Piscina

PLANTA

ESC. 1:500

Externos

Família

Serviços

ELEVAÇÃO FUNDOS

esc. 1:500

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

Figura 7.81 - Fachada dos fundos. Foto: CFC

Figura 7.82 - Sala nobre. Foto: CFC

Figura 7.83 - Forro de gamela, quarto de hóspedes.
Foto: CFC

Figura 7.84 - Sala da família. Foto: CFC

Figura 7.85 - Quarto. Foto: CFC

a 2:1. Neste caso, o retângulo possui 11 metros de largura por 27 metros de comprimento. O agenciamento do programa é bem claro: de um lado, junto ao acesso, o setor de convívio com estranhos; de outro, o da família, unido ao de serviços. O corredor de ligação já esboça o “sifão” visual e há nele uma escada interna que dá acesso ao porão. Não sabemos afirmar se é original. No quarto, junto à sala de visitas, há um forro de gamela, um luxo bastante raro nas casas deste levantamento. A implantação da casa é feita em declive com a fachada da frente levantada apenas um metro do chão e a fachada posterior construída em dois pavimentos. Isso é feito graças a um arrimo que se prolonga para além da casa, onde há uma escada feita com as pedras que saem do próprio muro. Esse detalhe foi encontrado também nos arrimos do terreiro da Fazenda da Pedra e em algumas construções no norte do Portugal e é usado por arquitetos contemporâneos portugueses em referência à arquitetura tradicional de seu país.

Fazenda Nova – Município de São Vicente de Minas

Data provável: final do século XIX

Pé direito: 3,57m

Janelas 1,00 por 1,60m

Peitoril: 0,97m

Portas externas: 1,10 por 2,65m

Portas internas: 0,90 por 2,65m

Peças dos umbrais: 15 por 19cm

Figura 7.86 - Fachada lateral. Foto: CFC

Figura 7.87 - Fachada dos fundos. Foto: CFC

Figura 7.88 - Sala nobre. Foto: CFC

Construída por volta de 1900, é um caso raro nessa região onde as fazendas são geralmente as mais antigas de todo o levantamento. É a única, dentre as visitadas, cujo dono é uma pessoa da cidade grande e usa a casa apenas como segunda residência. Como as fazendas do fim do período pesquisado, essa casa é ligeiramente menor que a média e não possui alcovas. Sua planta é em “L”, com telhados de cumeeiras perpendiculares e na mesma altura. A planta pode ter sido alterada para adaptação ao uso. Apresenta uma sala de distribuição, uma sala social dando para dois quartos, um corredor de ligação com outra sala que, por sua vez, dá acesso a outros quartos. Há ainda outro corredor ligando à sala de jantar que, neste caso, não tem as grandes dimensões da “sala da família”. Dessa sala, tem-se acesso aos cômodos de serviços e à cozinha. Um banheiro foi construído na sala de jantar, mas não como nas adaptações que normalmente se fazem, nas quais um antigo cômodo é transformado em banheiro; neste caso o banheiro ocupa parte da sala. O mais interessante de sua implantação é o longo corpo com telhado de duas águas, que se estende para além da cozinha e que abriga algumas atividades de serviço.

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal

2. Paio

3. Pomar

4. Construções

Complementares

5. Serviços de Cozinha

PLANTA

ESC. 1:500

Externos

Família

Serviços

Fazenda Pinheiros – Município de São Vicente de Minas

Não conseguimos entrar na casa, pois não foi possível contatar os proprietários ou responsáveis. A fazenda estava deserta e fizemos apenas fotos e levantamento da parte externa. Analisando apenas pelo lado de fora, é possível notar que a fazenda seria muito importante para esta pesquisa. A forma da casa é de um “L” clássico, ou seja, as cumeeiras dos telhados são perpendiculares. Possui cimalhas apenas sob os beirais de todo o corpo principal, pois no corpo menor elas caíram, deixando à mostra os cachorros e o detalhe necessário para a fixação das mesmas. Sua estrutura é claríssima: estrutura autônoma de madeira com fechamento de pau-a-pique. As peças da estrutura estão íntegras com baldrame e cunhais à mostra. As janelas são de vergas retas e as folhas superiores das

Figura 7.89 - Frontal e lateral. Foto: CFC

Figura 7.90 - Fachada dos fundos. Foto: CFC

Figura 7.91 - Fachada lateral. Foto: CFC

Figura 7.92 - Fachada lateral oposta. Foto: CFC

guilhotinas possuem delicado detalhe no enlace dos pinásios, formando arcos apontados e losangos. O telhado está íntegro e ainda conserva suas telhas de bica e a dupla inclinação. No fim do corpo de serviços, há uma reentrância interessantíssima em seu volume, deixando a peça do cunhal solta no espaço. O acesso principal é feito por um alpendre “moderno”, com telhado de duas águas, lambrequim como na fazenda Bela Vista. A porta posterior fica no corpo de serviços, bem junto ao encontro dos dois volumes e há ainda uma porta no fundo do volume menor. Essa configuração e distribuição de portas de acesso é bem comum, atestando que a planta da casa deve ser parecida com o “tipo clássico do XIX”. Essa fazenda foi visitada em 18/07/97 e o estado de conservação pode ter se alterado.

Figura 7.93 - Vista geral da casa. Foto: CFC

Fazenda Porto do Antimônio – Município de São Vicente de Minas

Data provável: século XVIII

Pé direito: variável

Janelas 0,76 por 1,40m

Portas: 1,04 por 2,35m

Peças dos umbrais: 12 por 16cm

Localizada junto ao rio Aiuruoca, a fazenda do Porto é, juntamente com a Angahy, provavelmente, uma das mais antigas da região. Sua tipologia é totalmente diferente de todas as outras, não possui aquela leveza característica das casas mineiras. É atarracada, construída ao rés do chão, o pé

direito é mais baixo, suas janelas são menores, os cunhais são feitos de toscas e grossas peças de madeira e há o uso dos telhados de prolongo. No entanto, por sua localização, junto a um dos rios mais importantes para penetração no território, pelas características da casa e das construções do conjunto, que ainda conserva o edifício da senzala, é possível acreditar que essa fazenda possa pertencer a um período anterior à fase da atividade agropecuária em Minas. Seu próprio nome nos dá a pista de que ali teria sido um porto e, por isso, sua localização

Figura 7.94 - Vista do conjunto. Foto: CFC

Figura 7.95 - Quarto, reparar forro sob telhado de prolongo. Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

- 1. Casa Principal
- 2. Paio
- 3. Senzala
- 4. Construções Complementares
- 5. Rio Aiuruoca

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

Figura 7.96 - Antiga senzala. Foto: CFC

Figura 7.97 - Árvore ao lado da senzala. Foto: CFC

ao lado de um grande rio, fato que não é comum à maioria das fazendas. Seu núcleo possui, além da senzala, currais, moinho, paiol e cozinha de fora, em edifício separado da casa. Em sua passagem pela Fazenda Carrancas em primeiro de março (1822), Saint-Hilaire descreve o Rio Aiuruoca:

*Depois de atravessar um riacho que forma uma pequena queda de água, da qual a fazenda tomou o nome de Cachoeirinha, atravessamos pastos e logo chegamos ao Juruoca. Esse rio mais volumoso do que o Rio Grande... E continua percorrendo sobre o rio em seis de março: Achava-se outrora muito ouro nas margens do Rio Grande e nas do Rio Juruoca, e é a um arraial de mineradores que a cidade deste nome deve a origem. Hoje, não há mais lavres entre S. João e Juruoca e apenas se contam duas ou três de pouca importância nestes arredores. Segundo o que me disse o cura, as conjecturas que formava ontem sobre a população desta cidade estão perfeitamente fundadas. Não é habitada durante a semana senão por mercadores, operários e prostitutas. Mas aos domingos e dias de festa, torna-se um lugar de reunião para todos os agricultores da comarca.*⁷

⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a Minas Gérias e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p. 47 e 53

Fazenda São José da Vargem – Município de Baependi

Data provável: desconhecida

Pé direito: 4,00m

Janelas 1,10 por 1,90m

Portas: 1,10 por 3,10m

Peças dos umbrais: 20 por 25cm

A cidade de Baependi (1814) é juntamente com Campanha (1798) uma das mais antigas do sul de Minas. Aparece em diversos mapas e documento antigos e ficou famosa no século XIX pela qualidade e quantidade exportada de seu fumo, imortalizada na poesia *Relicário* de Oswald de Andrade.

*No baile da corte
Foi o conde d'Eu quem disse
Pra Dona Benvinda
Que farinha de Suruí
Pinga de Parati
Fumo de Baependi
É comê bebê pitá e caí* *

Figura 7.98 - Fachada lateral. Foto: CFC

Figura 7.99 - Vista geral do conjunto. Foto: CFC

* ANDRADE, Oswald. *Poesias reunidas*, 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Paio
3. Senzala
4. Estábulo
5. Construções Complementares
6. Pomar

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

Figura 7.100 - Escada de acesso. Foto: CFC

Figura 7.101 - Antiga senzala. Foto: CFC

ELEVAÇÃO LATERAL
esc. 1:500

ELEVAÇÃO LATERAL
esc. 1:500

Contudo sabemos que, quando se tratava de Baependi, não era apenas o município atual, mas toda sua antiga interlândia.

*Nesta atividade específica destacavam os municípios de Cristina, Aiuruoca e Pouso Alegre.*⁹

Nesse município, tão importante historicamente, encontramos apenas um exemplar desse tempo, a Fazenda São José da Vargem, que apresenta o caso mais emblemático de agenciamento em L com cumeeiras paralelas. Seu retângulo principal de proporções 2:1, medindo onze metros por vinte e dois, fica paralelo ao retângulo menor, de serviços, medindo sete por quatorze. Embora a forma do retângulo maior não seja a do L clássico, o agenciamento de seus cômodos segue exatamente a ordem que se consolidou no modelo clássico. Entra-se por um vestíbulo, de onde se tem acesso à sala nobre, a um quarto, a uma alcova e ao corredor de ligação com a sala da família. No próprio vestíbulo, tem-se o cômodo do oratório. A sala da família já se encontra em sua posição tradicional, exatamente na junção dos retângulos, fazendo a conexão desses setores. Dela se tem acesso aos demais quartos que, por sua vez, se interligam saindo de volta na ala social. O setor de serviços é bem claro; primeiro, um corredor com dois quartos e, na ponta, a cozinha. No fim do retângulo de serviços há um prolongamento da tacaniça, a cobrir um cômodo. Um prolongamento semelhante do telhado ocorre na sala da família. O partido longitudinal da casa não impediu que se fizesse um agenciamento tradicional dos cômodos, mas implantou muito bem a casa em terreno em declive, gerando um grande arrimo que divide o porão em duas partes no sentido longitudinal: uma delas alta, aproveitável, e outra parte mais baixa, sem acesso. Compondo com a casa um semipátio, aparece uma interessante senzala num corpo longitudinal em declive com suas portas e janelas, uma a uma, abrindo-se apenas para um lado. De resto, na fazenda há ainda arrimos de pedra e algumas outras construções para gado bovino e equino.

Figura 7.102 - Muro de pedras do porão cortando longitudinalmente a casa. Foto: CFC

Figura 7.103 - Ermida. Foto: CFC

⁹ Martins, Maria do Carmo Salazar e Silva, Helenice Carvalho Cruz – Produção Econômica em Minas Gerais em Meados do Século XIX, Seminário sobre a Economia Mineira, Cedeplar, 2002.p 21

Figura 7.104 - Microregião de Lavras. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/microrregioesdeminas>. Acesso em 20 março 2008.

Grupo de Carrancas, correspondente à parte da antiga freguesia de Lavras:

A Freguesia de Lavras era separada das freguesias de Baependi e Juruoca; ao sul pela Serra de Carrancas, ao leste é separada do Termo da Vila de São João del-Rei pelo Rio Grande, ao norte é separada do Termo da Vila de São João del-Rei pelo mesmo rio e ao sudoeste separa-se das freguesias de Campanha, Cabo Verde e Jacuí pela seqüência dos rios do Peixe, Verde e Sapucaí. Essa antiga freguesia era muito grande; parte dela pertence hoje à Microrregião de Varginha, no Sul / Sudoeste de Minas e parte, à Microrregião de Lavras no Campo das Vertentes. A região do Campo das Vertentes tem sua ocupação mais antiga ligada ao caminho para Goiás, que seguia pelas margens do Rio Grande até o Caminho do Anhanguera, em São Paulo. Essa região foi estudada por Helena Teixeira Martins em seu trabalho *Sede de Fazendas Mineiras – Campos das Vertentes, séculos XVIII e XIX*.

A Freguesia de Lavras, entretanto, fica na margem sul do Rio Grande e guarda algumas características mais parecidas com as freguesias anteriores. Hoje em dia podemos dividi-la em dois grupos: um, mais ligado ao oeste, aos campos e cerrados ao qual chamamos de Grupo de Carrancas e outro, mais ligado a leste, nas margens direitas dos rios Verde e Sapucaí ao qual chamamos de Grupo de Varginha.

O Grupo de Carrancas, mais ligado ao leste, guarda maiores semelhanças com o Grupo de Cruzília. São fazendas mais espalhadas, implantadas em territórios ermos e dominam grandes paisagens. Diferem das anteriores por estarem em região mais montanhosa como a Serra de Carrancas ou a Serra de São Tomé, fim do Complexo Varginha, cadeia de montanhas que se estende até o sul da região vulcânica de Poços de Caldas. Além das fazendas apresentadas a seguir, foram visitadas as fazendas Ouro Verde e Vargem Grande e Retiro em Luminárias, Bela Vista de Lavras porém não entraram no levantamento por um dos motivos apresentados na introdução deste capítulo.

Fazenda Gão Mogol – Município de Carrancas

Data provável: século XVIII

No Mapa da Comarca do Rio das Mortes do fim do século XVIII, Carrancas já aparecia na região de confluência dos caminhos Velho e de Fernão Dias, logo ao norte do Rio Capivari, próximo a local de topônimo Curralinho, não encontrado nos mapas atuais. Termo da Vila de São João del Rei e pertencente à Freguesia de Lavras do Funil, neste mapa Carrancas está situada entre o rio Capivari e a Serra de mesmo nome e, certamente por sua posição histórico-geográfica, guarda exemplares antigos de nossa arquitetura. Em passagem pelo Rancho de Traituba em 1822, Saint-Hilaire faz breves comentários sobre Carrancas:

Cerca de quarto de légua da fazenda encontramos a Vila de Carrancas, sede da paróquia. Quando muito, merece o nome de aldeia. Fica numa encosta de colina e compõe-se de umas vinte casas situadas em volta de uma praça coberta de grama.

A igreja ocupa o lado mais alto da praça.

É pequena, mas construída de pedra e muito bonita

Figura 7.105 - Vista geral. Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Paioi
3. Currais
4. Retiro
5. Construções Complementares

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

Figura 7.106 - Vista geral do conjunto. Foto: CFC

por dentro. Não é à mineração que Carrancas deve sua origem. No lugar em que está situada existiu outrora uma fazenda com capelinha. Atraídos pelo desejo de ouvir missa, alguns cultivadores vieram estabelecer-se na vizinhança. Foi a fazenda destruída, mas a capela continuou a subsistir. Substituíram-na por uma igreja mais considerável e a pouco e pouco formou-se a aldeia.

Infelizmente, no atual município, não sobraram, em estado aproveitável para estudo, muitos exemplares de nossa antiga arquitetura como a fazenda Gão Mogol. Bastante singela, essa propriedade não possui aquele ar solarengo das casas nobres de outras fazendas aqui descritas; exhibe, sim, uma arquitetura simples, bem proporcionada, de composições claras, limpas e definidas. Seu telhado de quatro águas não apresenta a “perna do L”, a cozinha fica sob outro telhado, pegado à casa. Suas dimensões são ligeiramente menores e a planta apresenta aquele agenciamento normal entre setores, aparecendo aqui o corredor “sifonado” que impede a visão de um setor ao outro. Suas janelas são de vergas arqueadas e não possuem caixilhos, apenas as folhas de calha interiores; seu forro é de esteira de taquara e bastante novo, parecendo ter substituído antigos forros de madeira. Os muros de pedra e as vergas atestam sua idade, o pequeno núcleo da sede demonstra sua simplicidade e a longa paisagem ao redor, seu isolamento. Foi nessa fazenda que observamos o trabalho de “malhar” o feijão no terreiro.

Figura 7.107 - Vista interna a partir da sala íntima.

Foto: CFC

Figura 7.108 - Alpendre de entrada com banco. Foto: CFC

Fazenda Bananal – Município de Carrancas

Data provável: meados do século XVIII

Pé direito: 3,80m

Janelas 1,05 x 1,80 h=0,95m

Portas: 1,13 x 2,80m

Peças dos umbrais: 18 x 22cm

Figura 7.109 - Vista geral. Foto: CFC

Figura 7.110 - Fachada frontal. Foto: CFC

Essa fazenda pode ser considerada exemplar único dentro da pesquisa, pois guarda muitas similaridades com as pesquisadas pelos professores Sylvio de Vasconcelos e Ivo Porto Menezes abordando a arquitetura rural em Minas. As semelhanças se notam desde o telhado de prolongo, cobrindo a varanda, até a antiga entrada por escada de pedras paralela à fachada, comum às casas mineiras mais antigas e também às portuguesas. Mas a principal diferença entre a Bananal e as demais fazendas está na maneira como é utilizada a estrutura de madeira: os barrotes são apoiados sobre baldrames, deixando seus topos aparentes na fachada e o esteio desce até o chão, diferentemente das outras casas, onde o apuro da técnica levou à adoção de uma estrutura

IMPLANTAÇÃO
ESC. 1:1000

PLANTA
ESC. 1:500
■ Externos
■ Família
■ Serviços

- 1. Casa Principal
- 2. Paiol
- 3. Pomar
- 4. Construções Complementares

ELEVAÇÃO LATERAL
esc. 1:500

ELEVAÇÃO FRONTAL
esc. 1:500

Figura 7.111 - Vista do conjunto. Foto: CFC
Figura 7.112 - Fachada lateral. Foto: CFC

Figura 7.113 - Caritó. Foto: CFC

Figura 7.114 - Fachada lateral, reparar que os esteios vão até o chão. Foto: CFC

Figura 7.115 - Sala de entrada. Foto: CFC

isostática em que o pé direito (antigo esteio) vai apenas do frechal ao baldrame, e os barrotes são samblados aos baldrame protegendo seus topos. Sua planta também se enquadra na descrição dos professores: “os cômodos distribuem-se em torno da sala central, às vezes duplicada – uma de frente, outra de trás – com corredores de permeio facilitando o trânsito autônomo entre determinadas peças” (Vasconcelos 1957). Descrição esta, aliás, que, genericamente, abarca todas as fazendas que têm corredor. A leitura que fazemos dessa casa é que, em função da grande escada de pedras e do telhado de prolongo, a parte coberta por esse telhado deveria ser a antiga varanda. A evidência no plano da teoria é a semelhança com o tipo descrito pelos professores. Outras evidências, agora no plano do levantamento, são as janelas dessa fachada, que possuem verga reta, enquanto que as demais janelas são de vergas arqueadas e o atual alpendre de entrada não é de pedras, como de costume no século XVIII. O corpo de serviços possui telhado mais baixo que chega ao corpo principal de maneira pouco ortodoxa, levando-nos a interpretar que seja um “puxado” posterior. Do ponto de vista da implantação, destacam-se os vários muros de pedra de mão ao redor da casa e sua situação no ponto baixo da paisagem, junto ao curso d’água. O moinho fica pegado ao corpo de serviços da casa, que conserva um grande forno no seu interior.

Fazenda Serra das Bicas – Município de Carrancas

Data provável: por volta de 1790

Pé direito: 4,65m

Janelas: 1,30 x 2,35 h=1,00m

Portas: 1,30 x 3,35m externas e 1,20 x 2,35m internas

Bastante isolada também, a Serra das Bicas tem mais ligação com Lavras do que com Carrancas, provavelmente por estar do outro lado da serra. Há trechos de solo totalmente arenosos para se chegar até ela. Na chegada, ao longe se vê a grande casa entre duas grandes árvores e muros de pedra dividindo pastos. Ao lado da sede, um grande telhado esconde o engenho de cana, tipo de construção que aqui começa a surgir, ao contrário do que acontece na região anterior. A casa apresenta a planta em L, coberta por telhado original de telha de bica. As duas fachadas frontais, de pau a pique, foram substituídas por tijolos, o que fez com que suas janelas ficassem ligeiramente “metidas” na alvenaria. Essas janelas são de verga reta, claramente em substituição às antigas janelas de verga canga de boi que podem ser observadas nas demais fachadas da casa, ainda de pau a

Figura 7.116 - Entrada da fazenda. Foto: CFC

Figura 7.117 - Fachada lateral onde a parede é ainda de pau-a-pique. Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

- 1. Casa Principal
- 2. Paiol
- 3. Engenho
- 4. Construções Complementares
- 5. Pomar
- 6. Curso D'água

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

pique. Esse procedimento de substituição apenas de uma ou duas fachadas antigas por paredes de alvenaria não é incomum; isso aconteceu também na Fazenda dos Tachos. A nova parede, em geral, vem acompanhada de novos ornamentos: pestanas sobre as janelas, cimbalhas e pilastras nos cunhais, todos feitos de argamassa. Em planta, essa fazenda guarda certas semelhanças com a Fazenda Pitangueiras, principalmente pela proporção entre seus dois corpos principais e pela posição da sala íntima no agenciamento de sua planta. A posição dessa sala é diferente nas plantas que se seguirão no século XIX, quando aparecem em oposição à sala nobre, no menor sentido do retângulo. Nesse caso, as salas se opõem no maior sentido do retângulo e a sala íntima se abre para fora e não para o semi-pátio formado na junção dos retângulos. A entrada se dá pelo topo do retângulo, gerando a necessidade de uma circulação longa entre as salas, como ocorre na Fazenda Campo Lindo. Acreditamos, porém, que nessa casa a planta foi menos alterada, o que nos dá maior segurança para fazer interpretações. A vastidão de sua implantação e a grandeza dos edifícios nos dão a dimensão da escala da fazenda. Além do grande engenho, seu núcleo conta com o paiol de madeira e outros edifícios auxiliares.

Figura 7.118 - Engenho e casa ao fundo. Foto: CFC

Figura 7.119 - Sala nobre a sala de entrada. Foto: CFC

Figura 7.120 - Vista do conjunto. Foto: CFC

Figura 7.121 - Fachada da frente. Foto: CFC

Fazenda Monjolo – Município de Luminárias

Data provável: início do século XIX

Pé direito: 3,85m

Janelas: pequenas 1,10 x 1,23 grandes: 1,10 x 2,00 h=0,90m

Portas: de 1,15 a 1,40 x 2,83m

Peças dos umbrais: 15 x 15cm

Mais uma vez, a exceção sobrepõe à regra. Essa fazenda possui telhado de prolongo e uma volumetria esparsa, derramada por efeito desse telhado. Não lembra a altivez das casas mais clássicas que vamos encontrar ao longo século XIX. O corpo de serviços possui os frechais e o pé direito mais baixo do que o corpo principal devido ao prolongamento do telhado principal. Neste corpo, as vergas arqueadas das janelas quase tocam os frechais. O setor de serviços desta casa, diferentemente de todas as outras, não possui saída para o exterior, característica notada por Lemos (1999) na casa mineira, devido ao fato de que, no princípio, em Minas, os escravos estavam todos ocupados em minerar e os serviços domésticos eram feitos por membros da família, apenas eventualmente por algum negro. A planta, entretanto, já esboça soluções que virão a se consolidar como as salas se opondo em lados maiores do retângulo e a sala íntima articulando os setores, voltada para o semi-pátio interno e não para fora, como na Serra das Bicas ou Pitangueiras. Podemos notar uma escada interna na sala íntima, o que não existe em casas mineiras. Essa escada interna aparece em alguns casos no Vale do Paraíba onde a casa, com implantação semi-assobradada, cria a necessidade de acesso interno. O mesmo ocorreu na Fazenda Pinhal em São Carlos-SP.

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

- 1. Casa Principal
- 2. Chiqueiro
- 3. Senzala
- 4. Construções Complementares
- 5. Piscina
- 6. Terreiro
- 7. Pátio Fronteiro

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO FUNDOS

esc. 1:500

Figura 7.122 - Cozinha. Foto: CFC

Figura 7.123 - Casa e senzala. Foto: CFC

Figura 7.124 - Interna sala da família. Foto: CFC

Figura 7.125 - Vista pátio posterior. Foto: CFC

Figura 7.126 - Escada interna. Foto: CFC

Na casa mineira não há ligação entre porão e pavimento nobre; nesse caso, porém, a escada está ali, por ter sido transferida para o interior da residência, medida de segurança após uma revolta de escravos, segundo informou o proprietário da fazenda. O porão desta casa apresenta-se bastante alteado, com vedos e janelas à maneira do andar nobre, guardando, todavia, seu uso original. Na implantação, destacam-se, ao lado da casa principal em um corpo único e comprido, os edifícios da senzala e um outro, junto à entrada, construído em alvenaria de pedras, com piso inclinado para a criação de porcos.

Fazenda Leme – Município de Carrancas

Data provável: fim do século XVIII

Pé direito: 3,60m

Janelas: 1,45 x 0,90 h=0,90m

Portas: 0,90 x 2,30m

Peças dos umbrais: 14 x 17cm

Assim como ocorre nas fazendas Serra das Bicas, Angahy, Pitangueiras, Santa Clara e tantas outras, a Fazenda Leme apresenta um rio homônimo. Sua casa e suas instalações são bastante simples, com janelas de verga reta e menores que a maioria. Suas janelas aparecem em menor quantidade nas fachadas, sendo que, na fachada principal, a relação de cheios sobre os vazios é um pouco mais que 1:1, nas demais, essa relação aumenta; os cheios dominam sobre os vazios. A volumetria é composta pelos dois retângulos tradicionais, o principal e o de serviços, porém sua disposição não é tão tradicional: são retângulos postos longitudinalmente um ao outro e alinhados por uma das faces. Embora não muito comum, isso ocorre também em outras fazendas como na São José da Vargem, na Anta e na Bananal, sendo que, nesta última, os corpos não são alinhados. Em planta, a disposição dos cômodos

Figura 7.127 - Menina da fazenda. Foto: CFC

Figura 7.128 - Vista dos fundos. Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Paioi
3. Curral
4. Curso d'água

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

Figura 7.129 - Fachada principal. Foto: CFC

segue a do retângulo alongado, de proporção maior que 2:1, porém com continuidade dos serviços em outro corpo. Em uma das pontas, ficam os cômodos de receber; em outra, os da família e a sala íntima fazendo a ligação com os serviços, sala esta que se abre para o que seria o semipátio. Anexo ao corpo de serviços há um segundo telhado, mais baixo, sob o beiral do telhado principal. Ali se localiza a cozinha de fora com fogão rústico e forno de barro; seu volume é fechado por madeiras qual um paiol.

Figura 7.130 - Sala da família. Foto: CFC

Fazenda Engenho – Município de Carrancas

Com mais de 230 anos, nessa propriedade funciona hoje um hotel. São dois corpos perpendiculares cobertos por telhado de telhas capa e canal, de cumeeiras quase de mesma altura, dupla inclinação e beirais com cachorrada e guarda- pó. Foi visitada na época do levantamento, porém as alterações que sofreu internamente impediram que fosse feito um levantamento mais proveitoso de sua planta.

Figura 7.131 - Vista geral. Foto: CFC

Figura 7.132 - Oratório. Foto: CFC

Figura 7.133 - Microregião de Varginha. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/microrregioesdeminas>>. Acesso em 20 março 2008.

Grupo de Varginha, correspondente à antiga Freguesia de Campanha e parte da antiga Freguesia de Lavras

À margem direita dos rios Verde e Sapucaí, essa área pertencia à Freguesia de Lavras, à margem esquerda dos rios do Peixe e Verde, e à Freguesia de Campanha, estendendo-se ao sul até a Freguesia de Itajubá, cujos limites não ficam bem claros no mapa IV.17. Cotejando as informações do mapa antigo com o do IBGE de 1974, acreditamos que o limite sul da freguesia se dava logo após a junção dos rios Sapucaí e Sapucaí Mirim; não sabemos ao certo se nas serras de Santa Rita, da Manuela e da Pedra Branca ou na Serra de Santa Catarina ou ainda na Serra das Águas, pertencente ao Complexo Varginha. De qualquer maneira, a atual cidade de Santa Rita do Sapucaí ficaria na Freguesia de Itajubá. O limite oeste desta região, por sua vez, é bastante claro e definido, é o Rio Sapucaí, que corta o Sul de Minas de sul a norte e separa regiões bastante distintas, tanto que, em mapa de 1799, a margem esquerda do Sapucaí pertencia ao Bispado de São Paulo. Dentre as fazendas deste grupo, vamos encontrar a maior parte delas entre os municípios de Varginha, Carmo da Cachoeira e Três Pontas. Mesmo no município de Varginha, a maioria se situa à margem direita do rio Verde, ou seja, na antiga Freguesia de Lavras. É de se estranhar que Campanha, a cidade considerada “berço do Sul de Minas”, elevada a vila em 1798, não possuía em sua antiga freguesia muitas fazendas antigas. As fazendas à margem esquerda do Rio Verde pertenciam a Campanha, tanto é que os registros de nascimento eram feitos nessa localidade. Das fazendas à margem direita podemos destacar o subgrupo situado no triângulo formado por Varginha, Três Corações e Carmo da Cachoeira que possuem fazendas com características muito semelhantes e estão bastante ativas até hoje. Há também as esparsas por Três Pontas e Três Corações.

Além das fazendas apresentadas a seguir, foram visitadas as fazendas: do Lobo, em Labari; Capetinga, Pinheiros, da Estação e Fazendo, em Carmo da Cachoeira; da Bomba em Varginha; Bela Vista, Cuíca e Sete Cachoeiras em Três Pontas; da Várzea e Porto dos Buenos em Eloi Mendes; do Rapa e de Ivã Correia em Três Corações, porém não entraram no levantamento por um dos motivos apresentados na introdução deste capítulo.

Fazenda Barra do Palmela – Município de Varginha

Data provável: 1ª metade do século XIX

Pé direito: 3,30m

Janelas: 1,60 x 0,95 h=0,90m

Portas: 0,95 x 2,30m

Espessura das paredes: 17cm

Saindo da região de Carrancas em direção ao oeste, vamos encontrar outra paisagem, topografia e vegetação. Na margem esquerda do Rio Verde, junto à foz do Rio Palmela, fica a Fazenda Barra do Palmela.

A família que fundou essa fazenda não foi formada por gente de Portugal como a maioria das outras da região. Simão Bueno da Silva, filho de Bartolomeu Bueno da Silva, provavelmente “o novo”, pois o velho Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, não teria idade para ser seu pai, nasceu em Campanha, em sete de agosto de 1769. Quando se diz Campanha, não tratamos necessariamente da vila, mas sim de qualquer parte de seu termo. Simão estabeleceu-se com sua família nas imediações da hoje chamada Ponte dos Buenos, no Rio Verde, entre Varginha e Eloi Mendes. Seu primeiro filho, Manuel (Rodrigues) Procópio Bueno, nasceu em 1826 e “herdou parte de sesmaria no Porto dos Buenos”. Não se sabe com certeza se o nascimento de Manuel já teria ocorrido na Fazenda Barra do Palmela. Seu filho, Joaquim Procópio Bueno, nasceu em 1853 nesse local; temos a certeza, portanto, de que a casa seja pelo menos de 1853.¹⁰

Sabemos que a tulha que ainda existe na fazenda é mais antiga do que a casa e que servia para guardar as tralhas dos tropeiros. As dimensões da casa são diminutas em relação à média e sua arquitetura aparentemente não corresponde ao tipo comum dessa época, quando maiores dimensões eram observadas. A planta é bastante simples; suas dimensões, diminutas, sabemos, entretanto, que sofreu muitas modificações. Segundo os proprietários, a casa teria passado por mais de dez reformas. Hoje é um “L” formado por retângulos perpendiculares, mas sabemos que, no início do século XX, em 1906, devido a uma enchente do Rio Verde, a casa perdeu a segunda perna que a tornaria em forma de “U”. Sabemos também que seu corpo principal era mais longo e a

Figura 7.134 - Terreiro com casa ao fundo. Foto: CFC

Figura 7.135 - Moinho de milho. Foto: CFC

Figura 7.136 - Imagem de satélite. Fonte: Google Earth

¹⁰ Informações obtidas entrevista com D. Alaide, proprietária da fazenda que coletou esses dados em pesquisa feita no Museu Paulista, 1999

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal	6. Moinho
2. Paio	7. Ruínas do Engenho
3. Rancho	8. Jabuticabal
4. Terreiro	9. Rio Verde
5. Piscina	10. Curso d'água

CORTE LONGITUDINAL NO TERRENO

esc. 1:1000

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

“sala de jantar” ficava em sua porção leste, mais perto do rio. Se compararmos essa planta com o “L” clássico dessa região, sentiremos a falta das alcovas centrais, o que nos levaria à comparação, por similaridade, deste exemplar com as fazendas Coqueiro e Serrote, modelos típicos do fim do XIX, quando o programa sofre simplificações e as alcovas centrais desaparecem. Se mantivermos a convicção de que esta casa seria mesmo do início do XIX, podemos sugerir o enquadramento desse exemplar ao tipo dos simples retângulos de proporções alongadas, no qual a sucessão de cômodos longitudinalmente ia alternando em lados opostos salas e quartos, sem alcovas centrais. Este raciocínio é bastante razoável, pois nem todas as fazendas do XIX são um L clássico; essa casa poderia muito bem ter sigo erguida no início do XIX. Segundo a proprietária, uma senhora de 88 anos de idade, nos tempos de seu avô (Joaquim Procópio Bueno), a fazenda só dependia do comércio para o provimento de sal e querosene. Sua implantação se dá em torno de um terreiro bastante quadrado, em cujo redor estão dispostos tulha, paiol, curral e, descendo em direção ao rio, um grande jabuticabal. Esse terreiro não era de café, mas sim um quadrado em torno do qual se distribuíam as edificações. O moinho de milho, construído na época do bisavô da proprietária (Manuel Rodrigues Bueno), ainda funciona e, ao lado, estão as ruínas de um antigo engenho d’água. Do lado direito do terreiro fica a antiga edificação a que chamam hoje de “tulha”, mas em sua função original era um rancho, usado para guardar as tralhas dos tropeiros e, eventualmente, abrigá-los. A fazenda não possuía senzala. A implantação nas proximidades de grandes rios não é tão comum, sendo preferida junto a pequenos cursos d’água, todavia foram encontradas mais três fazendas nesta situação: a Monte Alegre de Cordislândia, junto ao Rio Sapucaí, a Porto do Antimônio, junto ao Rio Aiuruoca, e a Fazenda da Barra, junto ao Rio Lourenço Velho. As fazendas localizadas junto a rios maiores, geralmente estavam mais ligadas ao comércio e, muitas vezes, possuíam pequenos portos. Ainda hoje existem mais duas propriedades da mesma família Bueno na margem do Rio Verde, as fazendas da Várzea e dos Buenos. O nome várzea não é a variante usual em Minas, onde se diz vargem. A forma, várzea é paulista, o que pode nos remeter à origem paulista desta família. Segundo Saint Hilaire, a forma paulista de falar era mais próxima do português de Portugal.

Figura 7.137 - Vista dos fundos. Foto: CFC

Fazenda Santana – Município de Eloi Mendes

Data provável: meados do século XIX

Pé direito: 4,00m

Janelas: 1,00 x 2,00 h=1,00m

Portas: 1,00 x 3,00m

Sua localização hoje em dia é um pouco perturbada pela presença da represa de Furnas, mas quando foi construída ficava às margens do Rio Verde. Não conseguimos apurar a data exata da construção dessa casa por meio de entrevista com os proprietários, mas sabemos que foi reformada em três datas: 1899, 1919 e 1945. As principais alterações foram a fachada, a criação de uma varanda na frente e a diminuição do corpo de serviços. A fachada da frente teve suas paredes substituídas por alvenaria aparente e ganhou enfeites na argamassa, contudo as janelas originais permaneceram. Uma varanda entalada foi criada no meio do volume, guarnecida por dois arcos laterais e um pequeno arco central. As vedações externas da casa foram, de maneira geral, substituídas por tijolos, porém mantendo-se

Figura 7.138 - Vista frontal com jardim. Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Paio
3. Terreiro
4. Curral
5. Construções Complementares
6. Pomar
7. Represa de Furnas

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

Figura 7.139 - Imagem de satélite. Fonte: *Google Earth*

Figura 7.140 - Curral e casa ao fundo. Foto: CFC

Figura 7.141 - Terreiro e fachada lateral. Foto: CFC

Figura 7.142 - Vista da represa de furnas a partir do alpendre de entrada. Foto: CFC

a estrutura de madeira, seus frechais e cachorros. As janelas mostram certa sofisticação ao apresentarem, em todas as fachadas, caixilhos com divisões em losangos e pestanas de madeira. Em planta, temos um L de cumeeiras perpendiculares; a entrada se faz por uma sala nobre na esquina da casa, para onde se abrem um quarto e uma alcova. Por um corredor chega-se à sala da família ,em forma de L, meio que uma junção entre a posição clássica da sala íntima com o corredor largo do corpo de serviços. Isso ocorre também nas fazendas da Barra e Balaio. A varanda entalada provavelmente substituiu a antiga sala de entrada, por isso hoje em dia se entra diretamente na sala nobre. As alcovas centrais ainda se mantêm e os quartos, na periferia do retângulo, dão a volta em torno das alcovas e, de porta em porta, vão ligando novamente os diferentes setores. A antiga cozinha foi demolida e restam hoje as bases de pedra. Quanto à implantação, em frente à casa fica um jardim geométrico, afrancesado; de um lado, os terreiros e do outro, um grande pedrado onde se vê o curral pegado à fachada. Ao fundo há um pomar que emenda numa pequena mata até a represa.

Figura 7.143 - Sala de entrada. Foto: CFC

Figura 7.144 - Sala da família. Foto: CFC

Figura 7.145 - Detalhe de pia no quarto. Foto: CFC

Fazenda da Anta – Município de Varginha

Data provável: século XVIII

Pé direito: 4,00m

Janelas: 1,03 x 2,18 h=0,85m

Portas: 1,03 x 3,03m

Peças dos umbrais: 17x22cm

Acreditamos que a fazenda da Anta seja das mais antigas do município. Em 1997, fizemos o levantamento; em 1999, retornamos e seu estado havia piorado, logo após a casa ruiu. Sua construção ficava praticamente isolada na fazenda, não havia nenhum tipo de estrutura em volta. A vegetação, mais densa ao lado da cozinha, anunciava a presença de um pomar e um pequeno rego d'água passava em frente à casa. Sua planta formava um L de cumeeiras paralelas. Havia duas entradas pelo mesmo lado e mais uma, na junção do L, feita por uma escada de pedras bem talhadas. Uma das entradas dava diretamente na sala de receber; a ela ligavam-se dois quartos e uma capela. Supomos que este cômodo fosse uma capela porque apresentava janela interna. A outra porta levava a um pequeno cômodo e daí para a sala íntima, que, por sua vez, ligava-se a uma outra sala com acesso para o setor de serviços na perna do L. Já naquele momento, estava totalmente em ruínas e não foi possível desenhá-la.

Destacam-se nessa fazenda as bases de pedra da casa que são muito bem trabalhadas. O porão alto era usado como abrigo do gado. O estado de ruína dessa casa permitiu-nos observar as sambladuras da estrutura de madeira.

Figura 7.146 - Vista geral. Foto: CFC

Figura 7.147 - Fachada lateral. Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal

2. Lavador

3. Curso D'água

4. Pomar

PLANTA

ESC. 1:500

Externos

Família

Serviços

Figura 7.148 - Cunha de pedras. Foto: CFC

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

Figura 7.149 - Fachada frontal. Foto: CFC

Figura 7.150 - Fachada lateral / frontal. Foto: CFC

Figura 7.151 - Mesma vista anos mais tarde. Foto: CFC

Figura 7.152 - Porão. Foto: CFC

Figura 7.153 - Antiga enrmida. Foto: CFC

Figura 7.154 - Sala de entrada. Foto: CFC

Fazenda Mascatinho – Município de Varginha

Data provável: meados do século XIX

Infelizmente, a casa sede desta fazenda foi extremamente descaracterizada devido a reformas e ampliações. Neste levantamento mostramos seu estado atual e uma segunda planta, que reconstitui a original, segundo relatos e levantamentos. Em primeiro lugar, a volumetria foi significativamente alterada quando o telhado original foi substituído por telhado de duas águas sobre os corpos principais e a casa ganhou uma imensa varanda. Como foi constatado neste trabalho, não há telhado com duas águas nessas fazendas; isso acarreta o aparecimento de oitões nas fachadas, o que não é uma característica dessa arquitetura. Além disso, a varanda corrida, tomando toda a extensão de duas fachadas também não ocorre, é uma invenção posterior. Internamente, a planta original parecia ser bastante simples, de pequenas dimensões, sem a ocorrência de alcovas centrais. A casa foi significativamente ampliada para o lado leste. A original, pelo que podemos constatar e comparar com outras fazendas levantadas, era bastante simples, modesta, o que não condiz com a situação atual da fazenda que impressiona pela grandiosidade de sua estrutura, com muitos terreiros de café, maquinários, colônia, currais, estábulo e diversas construções complementares. Provavelmente, quando foi construída, a casa condizia com as dimensões da fazenda. Ocorre aqui o inverso do que ocorreu na região das antigas freguesias de Lavras, Baependi, Juruoca e São João del-Rei, onde antigas casas

RECONSTITUIÇÃO DA PLANTA DA CASA ANTIGA
ESC. 1:500

PLANTA DA CASA ATUAL
ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

Figura 7.155 - Imagem de satélite. Fonte: *Google Earth*

Figura 7.156 - Vista dos fundos. Foto: CFC

Figura 7.157 - Vista da frente. Foto: CFC

Página ao lado - Figura 7.158 - Antigo secador de café.
Foto: CFC

grandiosas estão em fazendas atualmente com pouca estrutura. Essa inversão corrobora a tese do deslocamento do eixo econômico de leste para oeste.

No conjunto da fazenda cabe destacar o antigo secador de café, feito de madeira, totalmente ventilado. Sabemos por outros levantamentos e relatos que esse tipo de secador foi muito utilizado no fim do XIX e início do XX, porém foi o único exemplar que encontramos em nossa pesquisa.

Fazenda da Serra – Município de Carmo da Cachoeira

Data provável: década de 1850 / 1860

Pé direito: 4,40m

Janelas: 1,20 x 2,22m

Portas: 1,15 x 3,22m (internas) e 1,35 x 3,22m (externas)

Peças dos umbrais: 17 x 22cm

Figura 7.159- Fachada frontal. Foto: CFC

Figura 7.160 - Detalhe da fachada. Foto: CFC

Figura 7.161 - Fachada lateral e paiol. Foto: CFC

A Fazenda da Serra foi construída em meados do século XIX por um mestre português chamado Branquinho, segundo nos informou Marcio Paiva Reis Teixeira, um profundo conhecedor das fazendas da região de Varginha. Branquinho teria construído também as fazendas Pouso Alegre e Saquarema. Essas fazendas guardam certas similaridades entre elas, especialmente no que diz respeito à implantação, mas é com a Fazenda do Mato, em Três Pontas, cujo construtor desconhecemos, que a Fazenda da Serra mais se parece. Suas plantas são quase idênticas, é um caso de fazendas gêmeas. Elas teriam pertencido a dois irmãos,

Figura 7.162- Imagem de satélite. Fonte: Google Earth

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

- 1. Casa Principal
- 2. Paio
- 3. Terreiros
- 4. Construções Complementares
- 5. Curso d'água

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

Figura 7.163 - Fachada lateral. Foto: CFC

Figura 7.164 - Ermida. Foto: CFC

Figura 7.165- Casa de colono, varanda entalada.
Foto: CFC

por isso tamanha semelhança. A fazenda é hoje uma grande produtora de café, mas é possível notar pela disposição dos terreiros que estes não são contemporâneos à casa, pois estão afastados dela, em posição pouco estratégica. Como vimos no capítulo três, todo o funcionamento da fazenda deveria ficar ao alcance da vista, o que não acontece com esses terreiros. Um terreiro de café tem que necessariamente ser ensolarado, em um pátio de agenciamento dos edifícios onde geralmente se prendia o gado, típico da antiga fazenda mineira, herança da eira portuguesa, a necessidade de boa insolação não é primordial. Portanto, quando essas fazendas passaram a ser adaptadas para a produção de café, os terreiros poderiam ou não calhar com a posição da antiga eira.

A planta dessa casa é o que chamamos de o “L clássico do XIX”, cumeeiras perpendiculares, corpo principal retangular de proporções próximas a 3 x 4, entrada pelo lado maior do retângulo, sala de entrada fazendo a ligação com sala nobre, com a capela e com o setor íntimo. A sala da família é a maior peça da casa, localizada no encontro dos dois corpos, juntamente com a saída para o exterior e para os cômodos orbitais ao seu redor, pela periferia do retângulo. A saída para o setor de serviços também era feita por esta sala. A circulação interna periférica ocorre por dentro dos quartos. O setor de serviços apresenta vários cômodos e cozinha na ponta. Acontece que esta casa teve sua planta ligeiramente modificada, mas se a compararmos com a planta da Fazenda do Mato, veremos que aquela, por ter se mantido original, revela-nos as modificações feitas nesta.

Sua implantação foi feita em declive, deixando o porão alto em toda sua extensão, suas paredes externas são arrimos feitos de pedra e as internas são de pau-a-pique; há alguns “pilares” de madeira para fazer um grande salão e grande parte do porão possui piso de tábuas corridas. O corpo da cozinha sofreu um corte abrupto, notado pelo arremate do telhado em duas águas. Suas fachadas se mostram bastante sofisticadas, com cimbalhas sob os beirais do corpo principal e caixilhos com pinásios enviesados na fachada principal, apenas descaracterizada pelo terraço suspenso, construído posteriormente. No conjunto da fazenda cabe destacar uma casa de colono com uma típica varanda entalada.

Fazenda Saquarema – Município de Carmo da Cachoeira

Data provável: meados do século XIX

Pé direito: 4,00m

Janelas: 1,00 x 2,00 h=1,00m

Portas: 1,05 x 3,00m

Peças dos umbrais: 17x22cm

Todas essas fazendas que acabamos de descrever situam-se em uma mesma região, um triângulo formado entre Varginha, Carmo da Cachoeira e Três Corações. A primeira casa da fazenda Saquarema foi construída em 1827. Não sabemos a data exata da casa atual, mas não dista muito de 1850. Foi construída pelo mestre português Branquinho. Sua planta é o L clássico, possui seis alcovas centrais, sala de entrada e sala nobre, um quarto ligado à sala de entrada e dois ligados à sala nobre, ligação com a sala da família por um corredor (não por sifão visual), sala da família sendo a maior peça da casa e quartos a sua órbita. Possui setor de serviços bastante enxuto, unido à sala da família e sem ligação com o exterior. Um pequeno telhado cobre a entrada da frente e outro, a dos fundos. Sua implantação também é bastante clássica, jardim à frente, pomar ao lado dos quartos e cozinha e terreiros à volta. Possui tulha velha de pau-a-pique e tulha nova para café do início do século XX. Sua fachada da frente foi substituída por tijolos a ganhou pestanas, cunhais e barrado de argamassa.

Figura 7.166- Vista do conjunto. Foto: CFC

Figura 7.167- Vista dos fundos. Foto: CFC

Figura 7.168- Imagem de satélite. Fonte: *Google Earth*

Figura 7.169 - Fachada lateral, parede já substituída por tijolos. Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Antiga Tulha
3. Garagem
4. Jardim Fronteiro
5. Pomar
6. Retiro
7. Construções Complementares

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

Figura 7.170 - Sala de

entrada. Foto: CFC

Figura 7.171 - Antiga tulha

e secador. Foto: CFC

Figura 7.172 - Vista frontal

da casa. Foto: CFC

Figura 7.173 - Sala da

família. Foto: CFC

Figura 7.174 - Antiga tulha

vista dos fundos. Foto: CFC

Figura 7.175 - Fachada frontal e lateral. Foto: CFC

Figura 7.176 - Vista do conjunto a partir do terreiro.

Foto: CFC

Fazenda Pouso Alegre – Município de Varginha

Data provável: década de 1850

Pé direito: 4, 20m

Janelas: 1,03 x 2,00 h=1,00m

Portas: 1,10 x 3,00m

Peças dos umbrais: 17x22cm

Baldrames e madres: 45 x 40cm

Esta casa pode ser enquadrada no tipo de casa em L com cumeeiras paralelas, embora isso possa ser difícil de notar, devido a reformas. Na junção dos corpos, as paredes vão até o telhado inclinado como se a casa tivesse sido cortada. Quando fizemos o levantamento nos anos 90, o telhado ainda era assim, estranho, como se pode observar na planta de cobertura, mas a imagem de satélite revela que a casa passou por outra reforma que a deixou com telhados corretos. O corpo principal, retângulo maior, possui entrada pelo topo, ou seja, pelo lado menor do retângulo, o que dificulta a ligação com o setor de serviços; o mesmo ocorre na Fazenda Serra das Bicas. Desse modo, o setor social tem a entrada por uma sala relativamente grande. Não é apenas um hall de distribuição; desta sala tem-se acesso a um pequeno quarto na esquina da casa, à capela e à sala nobre que, por sua vez, tem mais dois quartos. A ligação com o setor íntimo se dá por dentro de alcovas ou cômodos de ligação. A

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

- 1. Casa Principal
- 2. Jardim Lateral
- 3. Pomar
- 4. Curso d'água
- 5. Terreiros
- 6. Pelourinho
- 7. Construções Complementares

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

Figura 7.177 - Imagem de satélite. Fonte: *Google Earth*

Figura 7.178 - Sala nobre a sala de entrada ao fundo.

Mais ao fundo: porta da ermida. Foto: CFC

Figura 7.179 - Sala nobre. Foto: CFC

grande sala da família, além de dar acesso aos quartos, à sua órbita, e ao setor de serviços, também tem franco acesso ao exterior. As janelas desse aposento que dão para a fachada lateral tiveram suas vergas retas substituídas por vergas de arco pleno e a parede de pau-a-pique foi substituída por tijolos. Essa lateral abre-se para um jardim geométrico afrancesado, provavelmente feito na mesma época das outras alterações. O setor de serviços é bastante reduzido, o que reforça a idéia de que parte da casa tenha sido desmanchada. O porão é usado como depósito e quartinho de arreios. A implantação se dá em declive, muito parecida com as fazendas da Serra e do Mato, inclusive pela orientação e disposição dos elementos a sua volta. O conjunto possui terreiros, baia, paiol, currais, colônia, inclusive outros núcleos separados para beneficiamento de café e que não aparecem no desenho de implantação. Quando visitamos a fazenda, havia atrás da casa um pau cravado no chão que, segundo contam, foi o tronco de escravos. Pela imagem de satélite, nesse local hoje existe uma piscina.

Fazenda Figueira – Município de Varginha

Data provável: início do século XIX

Pé direito: 3,65m

Janelas: 1,00 x 1,75 h=0,95m

Portas: 1,00x 2,75m (internas) e 1,37 x 2,75m (externas)

Espessura das paredes: 19cm

Sua planta seria um L clássico não fosse a posição do corpo de serviços, colocado paralelamente ao corpo principal. O agenciamento dos cômodos, contudo, segue a mesma ordem clássica. A ligação entre a sala da família com o corpo de serviços, no entanto, torna-se um pouco mais difícil justamente por causa dessa posição. Hoje em dia a casa é um retângulo puro; o corpo de serviços foi retirado como é possível notar tanto pelo telhado que recebeu um corte, ficando arrematado em duas águas, quanto pela base de pedras da casa, que nos mostra até aonde ia este setor de serviços. Uma pintura antiga na parede, de 1918, mostra que havia esse corpo de serviços com mais três janelas para além das que hoje existem. Com sua retirada, fica difícil dizer qual foi a solução de ligação dada originalmente. Atualmente esse cômodo de ligação é a cozinha. A planta do corpo principal é bastante clássica: adentra-se pelo lado maior do retângulo, pela sala de entrada; à esquerda tem-se a sala nobre e a capela, esta ainda conta com porta direta para o exterior e janela interna para outro cômodo. À direita têm-se dois quartos interligados e à frente duas alcovas, sendo

Figura 7.180 - Fachada frontal. Foto: CFC

Figura 7.181 - Fachada dos fundos. Foto: CFC

Figura 7.182 - Antiga pintura a partir dos fundos mostrando antiga máquina de café. Fonte: acervo da fazenda.

Figura 7.183 - Fachada lateral. Foto: CFC

Figura 7.184 - Imagem de satélite. Fonte: Google Earth

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Paiol
3. Antigo Paiol
4. Ruínas da antiga casa de máquinas
5. Ruínas da antia senzala
6. Construções Complementares
7. Piscina
8. Terreiros

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

que uma é a passagem para a sala íntima. Desta, tem-se acesso à cozinha e aos demais cômodos que se interligam, chegando novamente ao setor social. Desta sala tem-se também acesso a uma imponente escada externa, originalmente perpendicular à fachada (pelo desenho de 1918) e atualmente paralela, dividida em dois lados, conferindo à fachada posterior da casa uma importância de fachada principal. Nela, as janelas possuem pestanas de madeira e caixilhos com pinásios trabalhados, a porta de entrada é de folhas de calha e a porta da capela possui folhas almofadadas. Nas demais fachadas, os caixilhos das janelas são mais simples; não há pestanas de madeira, elas são feitas na parede, provavelmente de alvenaria, assim como os sóculos dos cunhais. Quanto ao conjunto, hoje temos o terreiro e demais equipamentos para café acima da sede, mas há ruínas de pedra da antiga casa de máquinas, movida a água. Isso também se comprova pelo desenho de 1918 e pela foto aérea na parede da casa. As senzalas, segundo relatos orais, ficariam ao lado dessa casa de máquinas e, pelo desenho de 1918, é possível ver um grande telhado nesse local, porém sua arquitetura mais se assemelha à arquitetura de um engenho. No porão foram encontrados instrumentos para aprisionamento de escravos. Tais objetos foram doados pelos proprietários ao Museu Municipal de Lavras. Ao lado direito da casa, estão o curral e demais equipamentos para o gado e, do lado esquerdo, mais próximo à cozinha, está o pomar onde ficava o antigo paiol de madeira. Desse lado, há hoje piscina e área de lazer.

Figura 7.185 - Sala da família. Foto: CFC

Figura 7.186 - Ermida. Foto: CFC

Figura 7.187 - Porta de entrada. Foto: CFC

Fazenda das Posses – Município de Varginha

Casa Nova

Data provável: fim do século XIX

Pé direito: 3,95m

Janelas: 1,00 x 2,00 h=1,00m

Portas: 1,10 x 3,00m

Espessura das paredes: 15cm internas e 40cm externas

Essa fazenda é sempre citada por nós como exemplo da nova arquitetura rural que se implantou a partir do fim do século XIX e suplantou a anterior. Sua principal característica é a estrutura portante de tijolos, mas há uma série de traços que acompanham essa mudança. A implantação se mantém seguindo os mesmos critérios, mas a planta sofre claras modificações. Duas salas nos setor social e a sala íntima são mantidas, mas perdem a característica fundamental de distribuição para os quartos; o corredor passa a ser o grande responsável por essa distribuição. A cozinha diminui e começam

Figura 7.188 - Fachada frontal. Foto: CFC

Figura 7.189 - Fachada lateral. Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Casa Velha
3. Terreiros
4. Tulha/Casa de Máquinas
5. Curso d'água
6. Pomar
7. Construções Complementares

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

Figura 7.190 - Imagem de satélite. Fonte: *Google Earth*

Figura 7.191- Casa velha a partir do terreiro. Foto: CFC

Figura 7.192 - Fachada lateral. Foto: CFC

Figura 7.193 - Sala nobre com ermida ao fundo. Foto: CFC

Figura 7.194 - Altar da ermida. Foto: CFC

Figura 7.195 - Crianças da fazenda. Foto: CFC

a surgir os sanitários junto a ela. Quanto aos materiais também há mudanças; as tábuas do assoalho são mais finas e os barrotes que as sustentam também. São peças que sugerem o uso mais racional da madeira porque a maior dimensão do barrote é, agora, a altura e não mais a largura. Os forros também passam a usar tábuas mais finas com juntas em macho e fêmea ou meia madeira e não mais de saia e blusa ou mata-junta. As portas e janelas são recuadas em relação ao plano das fachadas, isso devido à espessura da parede, e a marcação é feita por ressalto na argamassa, diferenciado pela pintura e não mais pelos esteios. Os caixilhos se mantêm por fora e os escuros por dentro, mas, muitas vezes, ganham venezianas para ventilação. As portas internas têm bandeiras e a madeira já pode ficar aparente e não mais necessariamente pintada. Nas varandas, surgem as delgadas colunas de ferro e os lambrequins. Os rodapés mantêm a forma do período anterior, quando havia sentido construtivo, mas agora são feitos no ressalto da argamassa como uma permanência estética.

Quanto ao conjunto arquitetônico, cabe destacar o edifício de beneficiamento de café e tulha. Essa construção é feita de estrutura autônoma de madeira, assim com a casa velha, mas é aí que se nota muito bem a diferença entre o edifício de morada (nobre) e o de serviço (utilitário). Todo aquele cuidado para entalhar a peça do pé-direito para que ela fosse vista apenas quando umbral da janela, aqui não há; o pé-direito é totalmente aparente na fachada. Isso é um dado de total importância para demonstrar o esmero na tradição construtiva de madeira, pois revela que, quando não há necessidade, esse trabalho é dispensado. Não é muito comum esse tipo de construção, ligada ao café, ser feito de estrutura autônoma de madeira; nessa época já é mais comum o tijolo portante. Este edifício ainda abriga uma antiga máquina de beneficiamento de café tocada por roda d'água. Os terreiros se situam ao lado das casas, tanto da velha quanto da nova, e são de tijolos.

Casa Velha

Data provável: década de 1840 ou 1850

Pé direito: 3,50m

Janelas: 1,03 x 1,82 h=0,96m

Portas: 1,03 x 2,80m

Peças dos umbrais: 17x 21cm

Figura 7.196 - Antiga casa de máquinas. Foto: CFC

Figura 7.197 - Marca da máquina de beneficiar café.

Foto: CFC

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

Figura 7.198 - Antiga máquina de beneficiar café. Foto: CFC

Dando continuidade à Fazenda das Posses, a casa velha de pau-a-pique ainda permanece e, atualmente, é habitada por empregados da fazenda. Sua estrutura é convencional de madeira, não possui caixilhos nas janelas e partes de seus vãos estão preenchidos por tijolos. Sua planta mais lembra as plantas de retângulos longitudinais de proporções superiores a 2:1, sem alcovas centrais, porém com o corpo menor reservado para morada e não para serviços. Existe um pouco de dificuldade para interpretação dessa planta, pois houve significativas reformas. O setor social possui hoje duas entradas, uma, diretamente na sala nobre e outra, por uma sala de distribuição ligada diretamente a uma outra sala que poderia pertencer a ambos os setores. Da sala nobre tem-se acesso diretamente a um quarto e, por um corredor, chega-se a uma saleta de distribuição para mais dois quartos. Nesse setor, há ainda, junto à sala de entrada, uma ermida que possui ligação direta com o exterior. O setor íntimo possui duas salas e o de serviços restringe-se apenas a uma pequena copa e cozinha.

Fazenda dos Tachos – Município de Varginha

Casa Nova

Data provável: meados do século XIX, década de 1850

Pé direito: 3,70m

Janelas: 0,94 x 1,80 h=1,00m

Portas: 1,00 x 2,60m

Os Tachos, como é mais conhecida, é uma fazenda importante na região. Seu conjunto possui muitos edifícios, alguns deles bastante antigos como a tulha e a casa de colonos, formando quase um pequeno núcleo urbano. A planta da casa é em forma de U, foge ao padrão comum do L e, ao que tudo indica, não é um U derivado do L, como uma simples ampliação, à maneira do que ocorre na Fazenda Cachoeira em Carmo de Minas. A planta parece ter adotado de saída essa forma. A partir da sala de entrada tem-se acesso à sala nobre, que possui pintura ilusionista na parede, à ermida, a duas alcovas e à sala íntima. O setor íntimo é dividido em duas partes: uma, ligada à sala nobre por uma saleta e outra, ligada à sala íntima como de costume. Desta sala, também como de costume, tem-se acesso ao setor de serviços. A fachada principal teve sua parede de pau-a-pique substituída por tijolos e com isso ganhou pestanas, cunhais e molduras das janelas de argamassa. Uma pequena cobertura protege a porta de entrada. Logo na sala de entrada as vergas em canga de boi, diferentes de todas as outras da casa, causam-nos certa estranheza. Seriam todas as vergas da casa originalmente em canga de boi ou apenas essas, na parte nobre,

Figura 7.199 - Vista do conjunto. Foto: CFC

Figura 7.200 - Fachada frontal e lateral. Foto: CFC

Figura 7.201 - Imagem de satélite. Fonte: Google Earth

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Paio
3. Antiga Tulha
4. Construções Complementares
5. Casa Empregados
6. Terreiros
7. Capela
8. Pomar

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

teriam tido esse cuidado? Na saída da cozinha, uma escada em semicírculo faz o acesso ao quintal; esse tipo de escada é próprio da técnica do tijolo, não é tão comum ao tempo das escadas de pedra. Nos fundos, o quintal e o pomar são definidos por muros bem delineados. A fazenda, no passado, era local de passagem e, por isso, tem características um tanto urbanas. Ao lado da casa principal há uma capela isolada, mais nova do que a interna. Os terreiros ficam logo acima da casa e, segundo os proprietários, a fazenda chegou a produzir oito mil sacas de café ao ano, ainda no século XIX.

Casa Velha

Data provável: início do século XIX

Infelizmente, não conseguimos ter acesso à casa velha. Sabemos que é feita de pau-a-pique e que uma parte dela já caiu. No livro da família Reis vem descrito: Maria Benedita de Rezende, filha de Domingos, nascido em 1766, casada com Antonio José Teixeira, fundadora da Fazenda dos Tachos (página 206). Por isso acreditamos que a fazenda seja do início do século XIX.

Figura 7.202 - Sala nobre, reparar pintura ilusionista na parede. Foto: CFC

Figura 7.203 - Sala da família. Foto: CFC

Figura 7.204 - Sala de entrada, reparar relógio entre os umbrais das portas e as vergas canga-de-boi. Foto: CFC

Fazenda Pedra Negra – Município de Varginha / Carmo da Cachoeira

Data provável: 2ª metade do século XIX

Pé direito: 4, 55m

Janelas: 1,20 x 2,44 h=1,10m

Portas: 1,10 x 3,30m internas 1,25 x 3,30m externas

Peças dos umbrais: 17x22cm

A Pedra Negra é um pouco mais nova que a Fazenda Pouso Alegre, provavelmente da década de 1860 ou 1870. Seu conjunto arquitetônico mais parece uma pequena cidade como se pode notar pela imagem de satélite e pela foto aérea, pois o desenho de implantação tem escala limitada e mostra apenas as construções nas proximidades imediatas da casa. Esta é construída sobre porão alto em toda sua extensão. Sua planta seria um L clássico, não fosse a reforma que suprimiu as alcovas centrais, deixando apenas dois esteios soltos na sala; afora isto, o agenciamento é do L clássico já descrito. A escada principal é perpendicular à fachada dando acesso a um alpendre corrido, claramente posterior. Apenas as janelas da fachada principal possuem caixilhos com pinásios diagonais formando losangos;

Figura 7.205 - Foto aérea. Fonte: acervo da fazenda.

Figura 7.206 - Vista geral do conjunto. Foto: CFC

Figura 7.207 - Imagem de satélite. Fonte: Google Earth

Figura 7.208 - Vista posterior. Foto: CFC

Figura 7.219 - Moinho de milho. Foto: CFC

Figura 7.210 - Fachada lateral. Foto: CFC

Figura 7.211 - Fachada lateral. Foto: CFC

ELEVAÇÃO LATERAL
esc. 1:500

ELEVAÇÃO FRONTAL
esc. 1:500

Figura 7.212 - Fachada frontal a partir do terreno.

Foto: CFC

o mesmo ocorre nas fazendas da Serra e Figueira. O corpo de serviços é bastante pronunciado gerando um largo corredor de distribuição aos cômodos laterais e à cozinha ao fundo. Esse corredor é usado como copa. No encontro do corpo de serviços com o principal há duas portas juntas; uma, dando para a sala íntima e outra, para a copa. Essa junção de portas ou janelas em esquina é bastante interessante, pois ambas compartilham o mesmo umbral que fica “solto” quando as portas estão abertas. O porão foi reformado e adaptado para área de lazer, com bar e mesa de sinuca. A implantação sugere que os terreiros de café sejam originais, pois são contíguos à casa e feitos de tijolos quadrados, mais ladrilhos do que tijolos propriamente ditos. No imenso conjunto de construções, cabe destacar o moinho de milho, feito de estrutura de madeira sobre bases de pedras e fechado com vedos de pau-a-pique.

Fazenda Cobiça – Município de Carmo da Cachoeira

Data provável: década de 1880

Embora construída em uma data um tanto tardia, sua arquitetura não se diferencia em nada do tipo comum do século XIX. Sua planta é um L clássico com duas peculiaridades: o corpo de serviços tem largura bastante reduzida e o corpo principal sofreu uma ampliação no sentido longitudinal ainda no século XIX, usando as mesmas técnicas. O corpo de serviços,

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Paiol
3. Antiga Tulha de café
4. Retiro
5. Terreiros
6. Pomar
7. Bica d'água

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

Figura 7.213 - Imagem de satélite. Fonte: *Google Earth*

Figura 7.214 - Fachada frontal. Foto: CFC

Figura 7.215 - Antiga tulha de 1298. Foto: CFC

Figura 7.216 - Vista geral do conjunto. Foto: CFC

Figura 7.217 - Bica d'água ao lado da cozinha. Foto: CFC

além de ser bastante estreito, foi parcialmente desmanchado no sentido longitudinal, notadamente pela porta e janela novas em sua fachada posterior. Internamente, a planta também sofreu alterações. Transpondo a escada frontal, na sala de entrada tem-se em frente a capela e, ao lado, a sala nobre. Por um cômodo de ligação chega-se à grande sala da família e dela, aos demais cômodos da casa. A parte ampliada na antiga reforma tem ligação exclusiva com o setor íntimo. Essa ampliação pode ser notada desde a fachada principal, onde o antigo cunhal fica aparente, diferentemente das outras peças verticais. O quintal é servido por uma bica d'água junto à porta da cozinha. Logo acima da casa ficam os terreiros de café e, mais à frente, a antiga tulha de alvenaria de tijolos, construída em 1928. Nos fundos da casa existe uma pequena mata e pomar.

Fazenda do Mato – Município de Três Pontas

Data provável: meados do século XIX

Pé direito: 4,65m

Janelas: 1,30 x 2,40 h=0,97m

Portas: 1,30x 3,35m (internas) e 1,50 x 3,35m (externas)

Peças dos umbrais: 16 x 22cm

Figura 7.218 - Fachada frontal. Foto: CFC

Esta é uma fazenda em perfeito estado de preservação, de onde foi possível extrair grande quantidade de informações. É a “gêmea” da Fazenda da Serra; sua planta é o L clássico

Figura 7.219 - Imagem de satélite. Fonte: Google Earth

Figura 7.220 - Fachada lateral. Foto: CFC

Figura 7.221 - Quarto principal. Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal	6. Pomar
2. Paiol	7. Moinho
3. Chiqueiro	8. Curso d'água
4. Antiga Tulha	9. Terreiros
5. Garagem	10. Const. complementares

PLANTA

ESC. 1:500

■	Externos
■	Família
■	Serviços

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

conforme descrito anteriormente. Sofreu apenas duas pequenas modificações: foram retiradas duas paredes; uma, entre a sala de entrada e a sala nobre e outra, interna de um quarto (ver tracejado em planta). Essas alterações podem ser percebidas observando-se a diferença no forro e nos frechais, pois o piso é um só, independentemente de onde caíam as paredes. Nessa planta o sifão visual se mostra bem claramente. A capela possui porta de folha dupla, almofadada, e uma janela dando para o interior de um grande quarto. O quarto principal, situado na esquina sobre o terreiro, possui outro quarto para dentro dele. Isso também pode ser observado em outras fazendas, como na Água Limpa. Dizem que era para abrigar as crianças pequenas junto ao quarto dos pais. Assim como a da Serra, possui porão alto com piso de tábuas e pilares de madeira, além de algumas paredes divisórias de pau-a-pique. Tudo nela impressiona pelo estado das coisas, pela originalidade: as tábuas do assoalho são enceradas até hoje, nunca viraram sinteco, as paredes são caiadas com pigmento azul ultramar, há armários embutidos originais nas paredes sendo usados como antigamente, guardando o licor de jabuticaba produzido ali. Na cozinha de fora são feitos os serviços mais pesados: abrir o porco sobre mesa própria, propositalmente inclinada para escorrer o sangue,

Figura 7.222 - Sala de entrada com ermida ao fundo.

Foto: CFC

Figura 7.223 - Sala da família. Foto: CFC

Figura 7.224 - Cozinha de fora. Foto: CFC

Figura 7.225 - Detalhe de trens de cozinha. Foto: CFC

Figura 7.226 - Porão com madre de 18m apoiada sobre colunas de madeira. Foto: CFC

Figura 7.227 - Porão sob o corpo de serviços. Foto: CFC

fazer doces nos grandes tachos e fogões que permitem a fumaça escapar sem chaminé, deixando-a sair pela telha vã. As janelas dessa cozinha não possuem caixilhos nem vidros, apenas paus de fechamento a 45°. O telhado de telhas capa e canal ainda é mantido assim como as cimbalhas de madeira, os forros de saia e blusa, as portas e janelas de calha. No setor de serviços, sobre o piso de tábuas corridas, foi assentado um piso de azulejo hidráulico, porém por baixo; no porão é possível ver o piso original. O porão dessa casa é alto, aproveitável em toda sua extensão e possui piso de tábuas em grande parte. Seu fechamento, pelo menos na face posterior, é feito com paredes de pau-a-pique. As vigas madres são de grandes dimensões, aproximadamente 45 x 45 cm e comprimento de 18 metros. Estas vigas são apoiadas em esteios de madeira onde foram encontrados orifícios que, segundo disseram os proprietários, serviam para "amarrar os escravos".

Ao contrário da Fazenda da Serra, os terreiros se localizam na parte inferior em relação à casa, ficando totalmente visíveis e controláveis a partir dela, o que abre a possibilidade de já existirem desde a fundação da fazenda. Acreditamos, no entanto, que seja mera coincidência. A tulha de café também é um edifício bastante antigo, provavelmente da virada do XIX para o XX, servido por água para tocar o maquinário. Esse maquinário de beneficiamento de café, feito de madeira, é coisa rara de se achar hoje em dia e foi encontrado também na Fazenda das Posses. Isso porque essas fazendas, atualmente, produzem café muito mais do que naquela época; os equipamentos se tornaram obsoletos e foram substituídos por máquinas mais modernas.

Fazenda Santa Maria – Município de Três Pontas

Data provável: 1ª metade do século XIX

Pé direito: 4,00m

Janelas: 1,10 x 1,87 h=1,00m

Portas: 1,10 x 2,87m

Peças dos umbrais : 17 x 20cm

Essa fazenda possui, segundo os proprietários, de 160 a 200 anos e foi amplamente reformada em 1885. Sua planta é em L com cumeeiras perpendiculares; seu corpo principal foi ampliado longitudinalmente durante a reforma, passando a ter proporções bastante alongadas. Sua planta segue a cartilha clássica: sala de entrada dando acesso à grande sala nobre com seus quartos e alcovas; desse aposento de entrada também se tem acesso direto a mais dois quartos e uma alcova. Na sala de entrada realizavam-se as missas e ali fica localizado em um canto, qual caritó, um altar de rara beleza. Fechado, ele é apenas um armário, mas, quando aberto, revela as pinturas sacras na face interna das portas. Foi, segundo os proprietários, pintado

Figura 7.228 - Vista frontal. Foto: CFC

Figura 7.229 - Vista posterior. Foto: CFC

Figura 7.230 - Vista do conjunto. Foto: CFC

Figura 7.231 - Foto aérea do conjunto.

Fonte: acervo da fazenda.

Figura 7.232 - Fachada lateral. Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Engenho
3. Retiro, etc.
4. Construções Complementares
5. Tulha/Casa de Máquinas
6. Pomar
7. Terreiros
8. "Casinha" ou Comua

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

por um mestre português vindo das minas após a decadência da mineração. A porta de ligação entre a sala nobre e a de entrada é mais larga que as demais, possui verga trabalhada em arco e bandeira. Seguindo pelo corredor de ligação, chega-se à grande sala da família com seus quartos e alcovas. Por dentro de uma dessas alcovas, tem-se acesso novamente à sala nobre, retomando a idéia de circulação por dentro dos quartos tão comum nessas fazendas. Não sabemos ao certo qual porção da casa é original e qual faz parte da ampliação de 1885; supomos que seja a última fieira de quartos. Da sala da família, temos acesso ao corpo de serviços com corredor, que hoje apresenta copa, dois quartos, um deles transformado em banheiro e, ao fundo, a cozinha. Em seu conjunto arquitetônico destacamos o velho engenho com seu telhado de prolongo. No pomar existe um canal que levava água até o antigo lavador de café. Logo abaixo desse canal, há os vestígios de uma antiga “casinha”, o que significa banheiro ou comua. Todos sabemos que não havia banheiros dentro de casa, mas a existência dessa peça nos ajuda a comprovar isso. Seu porão possui uma parte alta, aproveitável, e outra baixa, apenas para soltar a casa do chão. Os terreiros de café, acima da casa, são de tijolos e ainda existe a colônia, uma longa fila de casinhas que leva até a entrada da fazenda. Devido aos altos custos de manutenção, os proprietários abandonaram a casa antiga e construíram uma nova casa de morada junto ao terreiro.

Figura 7.233 - Sala de entrada com altar e sala nobre ao fundo. Foto: CFC

Figura 7.234 - Porta do oratório. Foto: CFC

Figura 7.235 - Sala nobre, reparar na disposição do mobiliário. Foto: CFC

Figura 7.236 - Vista interna a partir da cozinha, reparar no piso de madeira e de terra batida. Foto: CFC

Figura 7.237 - Imagem antiga. Fonte: folheto da Prefeitura Municipal de Três Pontas.

Figura 7.238 - Fachada principal e lateral. Foto: CFC

Fazenda Estância do Mota – Município de Três Pontas

Data provável: 2ª metade do século XVIII

Pé direito: 3,84m

Janelas: 1,03 x 2,00 h=0,94m

Portas: 1,03 x 2,94m

Peças dos umbrais : 18 x 22cm

Madres: 35 x 45cm

Segundo dados obtidos em um antigo folheto da Prefeitura Municipal de Três Pontas, fornecido pelo Sr. Geraldo Reis, nosso principal informante na região, a fazenda teria sido construída na segunda metade do século XVIII por Bento Ferreira de Brito na confluência dos córregos Pinheiros e Araras. Foi reformada em 1947 e posteriormente abandonada. Atualmente continua nessa condição e, talvez por estar abandonada há tanto tempo, não tenhamos encontrado construções complementares.

Entretanto, sabemos pelas fotos do folheto que havia um antigo moinho de milho e que, na parede da antiga sala da família, chamada de vestíbulo pela legenda, havia mais uma janela. Destacamos o nome dado na legenda do folheto por ser um dado interessante para a interpretação de sua planta, que não é nada convencional, nada parecida com as plantas das outras fazendas da região. A técnica construtiva também apresenta peculiaridades de fazendas mais antigas como a Bananal e, por isso, acreditamos que ela seja mesmo do século XVIII. Suas vergas são em canga de boi, seus barrotes são apoiados sobre os baldrames duplos deixando os topos aparecendo na

Externos
Família
Serviços

Figura 7.239 - Imagem de satélite. Fonte: Google Earth

Figura 7.240 - Vista dos fundos

Figura 7.241 - Imagem antiga: vista dos fundos.

Fonte: folheto da Prefeitura Municipal de Três Pontas.

Figura 7.242 - Imagem antiga: sala da família. Fonte:

folheto da Prefeitura Municipal de Três Pontas.

Figura 7.243 - Imagem antiga: sala da família. Foto: CFC

Figura 7.244 - Fachada frontal. Foto: CFC

fachada. Essas são características de fazendas mais antigas como a Bananal. Sua planta é em forma de L com cumeeiras perpendiculares, porém o retângulo principal possui um estranho agenciamento de cômodos. Entra-se por uma pequena sala que dá acesso a dois quartos e a uma alcova central; passando por um corredor “sifonado”, chega-se a uma espécie de sala de distribuição. Dela se acessa outra sala íntima e seus quartos e chega-se ao que seria a sala da família. Há, porém, duas janelas que se abrem para essa “sala da família”; uma, na alcova e outra, na sala de distribuição. Além disso, essa sala é estreita e comprida, chegando até a outra extremidade da casa, o que nos leva a pensar que ali seria uma espécie de varanda. Na arquitetura mineira mais antiga as varandas posteriores são comuns como constatou Menezes:

As varandas posteriores aparecem, em algumas delas, igualmente embutidas, parciais ou em toda a fachada¹¹

Outro dado que nos intriga e nos leva a crer que seria uma varanda é o fato de haver cabides de madeira na parede; isso normalmente ocorre em cômodos próximos à entrada e não nos fundos da casa. Sendo ali uma varanda, faz mais sentido haver uma ligação mais franca com o exterior. Desta sala ou varanda têm-se acesso ao setor de serviços formado por um pequeno corredor, um quartinho e uma cozinha. O piso da cozinha tem uma parte de tábuas corridas, apoiadas sobre barrotes, e outra parte diretamente na terra, em aterro contido pelos muros de pedra da base.

¹¹ Menezes, Ivo Porto, *Arquitetura Rural em Minas Gerais – Século XVIII e Inícios do XIX*, Revista Barroco, nº12 Belo Horizonte 1982 e 1983, p.218

Fazenda Pedra Negra – Município de Três Pontas

Essa fazenda é mais um exemplo da nova arquitetura rural que se implantou a partir do fim do século XIX e suplantou a anterior. Suas principais características foram descritas por nós anteriormente na Fazenda das Posses. Na fazenda havia uma casa anterior, já demolida, provavelmente de estrutura autônoma de madeira, construída no início do século XX. No entanto existem, no conjunto arquitetônico da fazenda, alguns edifícios que utilizam a técnica construtiva anterior e são testemunho desse passado.

A grande tulha e o conjunto da senzala foram construídos de pau-a-pique, sendo que a tulha, assim como na Fazenda das Posses, apresenta a estrutura de madeira aparente; a antiga senzala foi transformada em casa de hóspedes e está descaracterizada. A planta da casa segue a tendência aprestada na Fazenda das Posses, mantendo ainda os setores divididos, porém já aparece o grande corredor de distribuição para os quartos. Na fachada aparecem, além dos tradicionais relevos feitos na massa, os apliques de elementos pré-fabricados acima e abaixo das janelas. No conjunto da fazenda, o grande destaque fica por conta dos imensos terreiros

Figura 7.245 - Fachada frontal Foto: CFC

Figura 7.246 - Vista do conjunto. Foto: CFC

Figura 7.247 - Imagem de satélite. Fonte: Google Earth

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Paiol
3. Senzala
4. Tulha/Casa de Máquinas
5. Construções Complementares
6. Terreiros

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

de café, feitos de tijolo, e seus muros de contenção caiados. Na arquitetura dos terreiros de café necessariamente aparecem os muros de arrimo, isso porque esses locais têm que ter uma inclinação determinada, o suficiente para escorrer a água e não escorrerem os frutos do café. A acomodação desse grande plano inclinado no terreno acaba gerando esses muros de arrimo tão característicos. Esses terreiros são da época da casa ou um pouco anteriores, tempo em que muitas fazendas da região também ganharam terreiros de tijolos, mas não há na região um conjunto tão imponente quanto este. As modernas fazendas de café também usam terreiros, mas a necessidade de área, ou melhor, a relação produção / área é bem menor por causa da ajuda dos secadores e não há nos modernos, de concreto ou asfalto, o mesmo cuidado construtivo e estético que havia. As fazendas de hoje são estritamente voltadas para a produção; muitas vezes nem têm casa de morada.

Figura 7.248 - Muro de arrimo do terreiro. Foto: CFC

Figura 7.249 - Antiga tulha. Foto: CFC

Figura 7.250 - Conjunto. Foto: CFC

Fazenda Serrote – Município de Carmo da Cachoeira

Data provável: década de 1880

Pé direito: 3,20

Janelas: 0,85 x 1,50 h=0,80

Portas: 0,87 x 2,60

Peças dos umbrais : 20x20

Esta fazenda pertence ao nosso informante maior da região, Márcio Paiva.

Suas dimensões são diminutas, tanto em planta quanto em relação ao pé-direito, portas e janelas. Sua forma é em L com cumeeiras perpendiculares, porém não possui alcovas centrais. Essas características também se observam na fazenda Coqueiro, em Carmo de Minas, e na planta reconstituída da fazenda Mascatinho, ambas do fim do século. Acreditamos que, com a chegada do fim do século, o programa de necessidades vai diminuindo devido à maior urbanização que começa a ocorrer. Ao mesmo tempo, começam a ser construídas fazendas mais sofisticadas, de tijolo, com dimensões maiores. No entanto, essas fazendas possuem outro programa de necessidades e a alcova definitivamente desaparece. Não sabemos se essa simplicidade maior das casas de pau-a-pique do fim do século é o prenúncio de uma mudança de hábitos ou se, simplesmente esses poucos casos que observamos, são fazendas que não possuíam tantos recursos. De qualquer maneira, temos os três setores bem marcados: entra-se por um pequeno cômodo por onde se acessa a sala de visitas com seus dois quartos e de onde podemos acessar também a sala da família. Esta faz a ligação com seus quartos orbitais e com o corpo de serviços na junção dos retângulos. Uma escada de pedras externa, nessa junção, faz a ligação com os fundos do terreno. A casa sofreu algumas modificações: a varanda de acesso não é original e um cômodo à sua esquerda foi transformado em garagem. No conjunto, cabe destacar o edifício do moinho pegado à cozinha.

Figura 7.251 - Fachada frontal. Foto: CFC

Figura 7.252 - Quarto com os fundos do armário da sala da família. Foto: CFC

Figura 7.253 - Vista dos fundos. Foto: CFC

PLANTA
ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO FRONTAL
esc. 1:500

Fazenda Grotão – Município de Três Corações

Data provável: 1ª metade do século XIX, provavelmente década de 30

Pé direito: 4,00

Janelas: 1,00 x 2,00

Portas: 1,00 x 3,00

Situada às margens da rodovia Fernão Dias, no município de Três Corações, a Fazenda Grotão já estava abandonada quando fizemos a pesquisa de campo. Apesar de seu estado de quase ruína, foi possível fazer um levantamento sumário. Sua planta constitui-se de um único retângulo, sendo a cozinha um puxado com telhado mais baixo. Apesar de suas dimensões em planta serem diminutas, o tamanho de portas e janelas, peças e pé-direito são normais. Nesse pequeno retângulo entra-se por uma sala que dá acesso a um quarto à direita e à sala da família em frente; não há sifão visual. A sala da família é a maior peça da casa e possui um armário embutido entre duas portas, formando um belo conjunto de madeiras pintadas de verde. Desta sala, faz-se o acesso aos quartos e à cozinha. Como a casa não contava mais com seu forro, foi possível observar a estrutura do telhado bem como os dentes nos frechais para encaixe da antiga estrutura do forro.

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

Figura 7.254 - Antigo relógio embutido. Foto: CFC

Figura 7.255 - Armário embutido. Foto: CFC

Figura 7.256 - Estrutura do telhado. Foto: CFC

Figura 7.257 - Microregião de São Lourenço.

Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/>>

microrregioesdeminas>. Acesso em 20 março 2008.

Grupo de Carmo de Minas, correspondente a parte da antiga Freguesia de Itajubá à antiga Freguesia de Pouso Alto.

Se as fazendas do grupo de Cruzília e Carrancas foram privilegiadas por estarem entre a Garganta do Embaú e as vilas de São João e São José no século XVIII, as fazendas do grupo de Carmo de Minas serão privilegiadas pela proximidade com a Garganta, durante o século XIX. Essa área fica a leste do Caminho Velho, em um caminho de ligação entre este e a vila de Itajubá, ao pé da Serra da Mantiqueira, em cotas próximas a mil metros. Suas fazendas não estão tão encravadas na Serra como algumas fazendas do grupo de Itajubá, por isso desenvolveram melhor a agropecuária no XIX. No fim do século a região ganhou um ramal da estrada de ferro, o que promoveu seu desenvolvimento. O atual município de Carmo de Minas, que concentra a maior parte das fazendas desse grupo, teve sua freguesia desmembrada da Freguesia de Pouso Alto em 1831. Em 1841 foi elevada a distrito e passou a se chamar Carmo do Rio Verde. Foi emancipada em 1901, quando passou a se chamar Silvestre Ferraz e, em 1953, tornou-se Carmo de Minas.

Além das fazendas apresentadas a seguir, foi visitada a fazenda Bom Sucesso, em Itanhandu, porém não entrou no levantamento por não pertencer à técnica e ao período pesquisados.

Fazenda Boa Vista – Município Carmo de Minas

Data provável: 1ª metade do século XIX

Pé direito: 4,00

Janelas: 1,10 x 2,00

Portas: 1,10 x 3,00

Figura 7.258 - Vista parcial. Foto: CFC

Essa fazenda teria sido construída pelo mesmo mestre açoriano que construiu a fazenda Palmital e também a casa da mesma família na cidade, chamada “casa da Boa Vista”. Era comum chamar as casas da cidade pelo nome da fazenda da família. Fica situada ao pé dos contrafortes da Serra de Cristina; sua implantação é em terreno suave e por isso possui porões baixos, ao contrário do que acontece na maioria das fazendas. O terreno onde se implantou a casa foi levemente ajustado por pequenos muros de arrimo. Sua planta é um L clássico, formado por um corpo principal de proporções 3:4 e um corpo de serviços estreito, perpendicular ao principal. Um pequeno alpendre, provavelmente do fim do século XIX, por suas finas colunas de ferro e seu lambrequim, faz a entrada da casa. Entra-se diretamente na sala nobre, sem passar por cômodo

Figura 7.259 - Fachada lateral e terreiro. Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Antigo Paio
3. Terreiros
4. Construções Complementares
5. Jaboticabal

CORTE LONGITUDINAL NO TERRENO

esc. 1:1000

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

de distribuição; dela acessam-se as duas alcovas centrais e dois quartos, sendo que um deles possui outro quarto para dentro e o outro possui uma ligação interna com o setor íntimo. Por um corredor sifonado, chega-se à grande sala que acessa os outros quartos e o setor de serviços. Entre esta sala e o quarto aos fundos, a divisão é feita por um grande armário que substitui a parede. O corpo de serviços possui duas pequenas copas, três cômodos menores e a cozinha ao final. Há três pias para lavar as mãos espalhadas pela casa: uma no alpendre, outra na sala íntima e outra junto à porta, na junção dos dois corpos. Outro edifício de destaque na fazenda é a grande tulha de madeira, contemporânea à casa, que fica ao lado do jabuticabal, por onde passa um riacho. Um antigo monjolo de jacarandá foi desmanchado ainda na 1ª metade do século XIX e, dele, foram feitas 11 cadeirinhas de bordar. Essas cadeiras foram distribuídas entre as mulheres da família e, por tradição, passavam de avó para neta, sempre pulando uma geração.

Figura 7.260 - Vista do conjunto. Foto: CFC

Figura 7.261 - Vista do conjunto a partir do terreiro.

Paiol à direita. Foto: CFC

Figura 7.262 - Data gravada no paiol, 1857. Foto: CFC

Figura 7.263 - Porta e escada de entrada. Foto: CFC

Figura 7.264 - Vista a partir do largo da igreja. Foto: CFC

Casa da Boa Vista – Município Carmo de Minas

Data provável: década de 1820

Pé direito: 4,35

Janelas: 1,10 x 2,00

Portas: 1,10 x 3,00

A casa da Boa Vista da cidade, como é chamada, é a única casa urbana deste levantamento. Essa escolha se justifica pela comparação com a casa da fazenda homônima, construída pelo mesmo mestre e pertencente à mesma família. A casa da cidade difere da rural apenas pela sua implantação, pela escada interna e por uma pequena variação no fluxograma. Sua forma de L se ajusta ao desenho das ruas, seu corpo principal tem a frente para a igreja e seu corpo de serviços segue alinhado com a rua lateral. Ao contrário das casas rurais, onde as escadas de acesso ao pavimento nobre são sempre externas, aqui esse desnível é vencido por uma escada interna logo na porta de entrada. O fluxograma também é um pouco diferente; da sala de entrada podem-se acessar ambas as salas, a sala nobre e a da família. Ligado a essa sala de entrada existe um quarto que era destinado aos hóspedes e, por isso, tem acabamentos mais elaborados. As demais peças da planta são iguais às de uma fazenda.

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

- 1. Casa Principal
- 2. Quintal
- 3. Rua de Acesso
- 4. Largo da Igreja

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

Figura 7.265 - Sala nobre. Foto: CFC

Figura 7.266 - Quarto de hóspedes. Foto: CFC

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

Figura 7.267 - Fachada frontal a partir de curral. Foto: CFC

Figura 7.268 - Fachada frontal a partir do portão de entrada. Foto: CFC

Fazenda Pouso Alegre – Município Carmo de Minas

Data: 1847

Pé direito: 4,00

Janelas: 1,00 x 1,80

Portas: 1,00 x 2,80

Como é comum em muitas propriedades, a casa atual, embora muito antiga, não é a primeira casa da fazenda. No caso da Pouso Alegre sabemos que havia uma outra, mais antiga, onde hoje há um pomar, à esquerda da casa atual, acima do muro de pedras.

Quem construiu (digo o dono e não o mestre) a casa atual do Pouso Alegre foi Joaquim José Ribeiro de Carvalho em 1847. Seu pai era o capitão Manuel José Ribeiro de Carvalho, que nasceu em 1790 e morreu precocemente em 1834, filho de Custódio Ribeiro Pereira Guimarães ou Custódio Ribeiro de Carvalho, o “Velho da Chapada”. Manuel José herdou a Fazenda Palmital e parte da Fazenda Três Barras, área correspondente ao Pouso Alegre.

Talvez pela proximidade da estrada que ligava Carmo de Minas à Cristina, ergueu à sua margem novas instalações, às quais deu o nome de Pouso Alegre. Tendo ficado órfão de pai ainda criança, Joaquim José Ribeiro de Carvalho, por ocasião de seu casamento, resolveu construir ao lado da casa paterna, onde ainda habitava sua mãe Maria Tridentina, uma pequena casa na qual constituiria família. (...) A antiga casa, cujos alicerces de pedra formam hoje um muro que separa o curral do pomar de jabuticabeiras, tinha, de frente, sessenta e nove metros, e de lado, dezoito metros. Era, na verdade, uma imponente construção de pau-a-pique, porém de solidez e acabamento invejáveis. ¹²

Essa pequena casa, ao lado da casa dos pais, é a casa da Fazenda Pouso Alegre. Sua planta é um L clássico e seu fluxograma obedece rigidamente ao padrão de seu tempo. Vimos nesse levantamento que o “padrão” ou o “clássico” ocorrem em menos do que metade dos casos, mas ainda assim é o que mais aparece, por isso o chamamos de clássico. Não há alpendres ou varandas; entra-se por uma sala de distribuição

¹² Junqueira, Walter Ribeiro, Fazendas e Famílias Sul Mineiras p.18 e 31

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

- 1. Casa Principal
- 2. Antigo Paiol
- 3. Antigo Retiro
- 4. Construções Complementares
- 5. Antigo Terreiro
- 6. Pomar
- 7. Água

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

Figura 7.269 - Foto aérea. Fonte: acervo da fazenda.

Figura 7.270 - Sala nobre. Foto: CFC

Figura 7.271 - Alcova. Foto: CFC

Figura 7.272 - Quarto. Foto: CFC

que dá acesso a um pequeno quarto, à sala nobre e suas alcovas e a um quarto. Um corredor reto faz a passagem para a sala da família e seus quartos. Há uma peculiaridade nesta planta: um segundo corredor ligando diretamente a sala da família à sala nobre. Esta segunda ligação é muito comum, mas geralmente é feita por dentro dos quartos através de sucessivas passagens. O corpo de serviços está com suas repartições bastante alteradas, feitas com paredes de tijolos, e sua cobertura é mais baixa do que a do corpo principal. Ao que parece, esse corpo foi refeito na mesma posição do original. Os dois telhados de quatro águas sobre o corpo principal podem até parecer, ao olhar de um pesquisador mais atento, como os “telhados múltiplos de Tavira” estudado por Orlando Ribeiro no sul de Portugal. Mas esses telhados são simples substituição ao original de quatro águas, que cobria o corpo principal, como podemos ver na foto antiga. Em seu conjunto destacam-se os antigos terreiros de tijolos, cercados por muros de pedra e adobe, a tulha de madeira, o curral de pau-a-pique com dois volumes nas pontas e varanda central, os dois pomares e construções diversas ao lado do corpo de serviços. Há ainda hoje, dentro da fazenda, uma pequena estação de trem, hoje desativada, e uma capela. Em um livro-caixa encontrado na fazenda, há registros de que, em 1864, já

havia produção e comercialização de café. Portanto, isso abre precedente para a afirmação de que também houvesse produção desse grão, na época, em outras fazendas onde também encontramos terreiros. Em estudo sobre a produção econômica em Minas Gerais, em meados do século XIX, suas autoras comentam que a produção de café voltada à exportação estava concentrada em alguns municípios no sul da Zona da Mata.¹³

Fazenda Palmital – Município Carmo de Minas

Data provável: início do século XIX

Pé direito: 4,35

Janelas: 1,08 x 2,15, h=1,05

Portas: 1,08 x 3,15

Acreditamos que a casa do Palmital, construída pelo mesmo mestre açoriano das casas da Boa Vista, tenha sido erguida antes que estas. Isso porque, em entrevista com os proprietários da vizinha Fazenda Coqueiro, construída em 1890, a informação era de que a casa do Palmital é “cem anos mais velha”. Segundo Walter Junqueira:

*Sesmaria do Palmital: do Alferes Antônio José Rodrigues, que a vendeu para Antônio José Pereira que, não muito tempo depois, a revendeu para Custódio Ribeiro Pereira Guimarães, o “Velho da Chapada”. Até hoje sua maior parte se encontra nas mãos de seus descendentes.*¹⁴

¹³ Martins, Maria do Carmo Salazar e Silva, Helenice Carvalho Cruz– Produção Econômica em Minas Gerais em Meados do Século XIX, Seminário sobre a Economia Mineira, Cedeplar, 2002.

Figura 7.273 - Vista geral da casa. Foto: CFC

Figura 7.274 - Vista geral do conjunto com bezerreiro em primeiro plano. Foto: CFC

¹⁴ Junqueira, Walter Ribeiro, Fazendas e Famílias Sul Mineiras p.34.

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Paiol
3. Terreiro
4. Construções Complementares
5. Currais
6. Pomar

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO FUNDOS

esc. 1:500

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

Figura 7.275 -Fachada dos fundos. Foto: CFC

De qualquer maneira, sua arquitetura é bastante parecida com a das outras duas casas. Seu corpo principal, de proporções 3 x 4, é perpendicular ao corpo de serviços. O fluxograma também é bastante parecido: entra-se por uma sala menor, de distribuição; dela tem-se acesso a um quarto, à sala nobre e, por um corredor direto, à sala da família. Na sala íntima há um grande armário embutido, repartido em quatro partes com portas almofadadas; uma delas é um pequeno altar. Nele havia um antigo oratório do tipo lapinha que convivia harmoniosamente com um liquidificador de plástico. Desta sala tem-se acesso aos quartos que, do lado norte, reconduzem ao setor social por meio de portas internas. O setor de serviços parece ter sido refeito em cima do existente anteriormente, pois suas paredes são de tijolos e seu telhado é mais baixo. Em sua implantação há uma peculiaridade: devido ao caimento acentuado do terreno, o acesso ao interior da casa é feito pela lateral do retângulo principal e não por sua frente, o que não é bom para o agenciamento da planta. Essa diferença, todavia, é corrigida pela sala de distribuição que reconduz o fluxo entre os setores pelo menor caminho, mantendo as duas peças principais nas faces maiores do retângulo. Quando as peças principais ficam em lados opostos no sentido maior do retângulo, a ligação entre elas fica mais complicada, gerando salas intermediárias ou alcovas de passagem, como é o caso das fazendas Serra das Bicas, Campo Lindo, Pouso Alegre (Varginha), entre outras. Contam os moradores que, no porão desta casa, foi encontrada a presa de uma cascavel e, dessas presas, os escravos retiravam o veneno para ser usado em um possível atentado contra os patrões.

No conjunto da fazenda não há muitas construções importantes, apenas um paiol de madeira, curral e bezerreiro. Este último tem o assoalho de tábuas com espaçamento suficiente para não haver acúmulo de excrementos e assim mantê-lo limpo e seco para os bezerros pequenos. A casa já estava em avançado estado de deterioração quando a visitamos em 1997, acabou ruindo há pouco tempo e, por isso, podemos ver uma peça de junção entre os baldrame que não havíamos visto em nenhuma outra fazenda. Sua sala nobre possuía sofisticadas pinturas murais.

Figura 7.276 - Armário embutido com oratório. Foto: CFC

Figura 7.277 - Detalhe janela. Foto: CFC

Figura 7.278 - Pinturas murais no alpendre. Foto: CFC

Fazenda Coqueiro – Município Carmo de Minas

Data provável: 1890

Pé direito: 3,40

Janelas: 1,00 × 2,00

Portas: 1,00 × 2,80

Essa fazenda é citada por nós como exemplo do ocaso da estrutura autônoma de madeira. A casa de pau-a-pique, com estrutura simples de madeira feita por esteios fincados diretamente no chão, entretanto, vai permanecer por mais um século.

Por essa época, já começam a aparecer as primeiras casas de fazenda construídas com alvenaria portante de tijolos, contudo o construtor da Coqueiro optou por usar a técnica tradicional. Assim como na Fazenda Serrote, há algumas diferenças fundamentais em relação às demais. Sua planta é em forma de L com cumeeiras perpendiculares: suas dimensões são menores, tanto em relação à planta quanto em relação às peças de madeira e as alcovas centrais desaparecem. A ligação entre o setor social e íntimo passa a ser feita simplesmente por uma porta. O setor social restringe-se a apenas uma sala, já não há mais quartos de hóspedes, sala de entrada, sala nobre e capela. A distribuição da sala íntima para os quartos e setor de serviços ainda é muito parecida; há um quarto para dentro do outro. No setor de serviços a distribuição é idêntica às mais antigas: dois cômodos auxiliares e cozinha ao fundo e, neste caso, há um alpendre em toda essa extensão. As telhas originais de calha foram substituídas por telhas francesas em 1964. Em seu conjunto, encontramos diversos edifícios: casa de colonos, tulha, retiro, depósito, quarto de arreios, serraria, curral e moinho de milho ainda em funcionamento. Havia um imenso jabuticabal

Figura 7.279 - Fachada frontal. Foto: Carla Pacheco

Figura 7.280 - Fachada lateral. Foto: Carla Pacheco

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

- 1. Casa Principal
- 2. Paio
- 3. Serraria
- 4. Construções Complementares
- 5. Moinho
- 6. Retiro
- 7. Jaboticabal
- 8. Chiqueiro

CORTE LONGITUDINAL DO TERRENO

esc. 1:1000

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

Figura 7.281 - Alpendre dos fundos. Foto: CFC

ao lado da casa, transformado em terreiro de café.

Fazenda do Engenho – Município Carmo de Minas

A Fazenda do Engenho foi construída em 1893 e corresponde a uma nova geração de construções que usam essa técnica construtiva da estrutura portante de tijolos. Seu piso é de tábuas finas, seu forro de estuque e seu telhado de telhas francesas. Foi reformada em 1944 e em 2000. Sua planta não foi levantada, pois foge demais ao foco de nossa pesquisa. Em sua varanda há floreiras de cimento que imitam as formas de troncos de árvores, iguais às que foram feitas na praça da cidade de Carmo de Minas e em outras casas da mesma cidade pelo mestre português Francisco da Silva Reis, o Chico Cascateiro. Esse tipo de técnica mimética, também chamada estilo “romântico” ou “pitoresco”, foi muito usada pelo paisagista francês Glaziou no Rio do Janeiro, na segunda metade do século XIX, e foi também

Figura 7.282 - Vista frontal. Foto: Carla Pacheco

Figura 7.283 - Vista geral a partir do terreiro. Foto: CFC

Figura 7.284 - Muro de adobe sobre base de pedras.

Foto: CFC

usada no Jardim da Luz em São Paulo.

Fazenda do Sertão – Município Carmo de Minas

A casa da Fazenda do Sertão, embora não fosse de grandes dimensões, possuía estrutura autônoma de madeira. Foi totalmente descaracterizada por reforma, mantendo apenas sua “casca” com as janelas originais. O corpo da cozinha foi desmanchado.

Figura 7.285 - Vista fundos. Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

- 1. Casa Principal
- 2. Maquinário de Café
- 3. Terreiro
- 4. Antiga Cozinha

Fazenda Três Barras – Município Carmo de Minas

A fazenda teve origem na Sesmaria Três Barras, de Manoel Ramos da Silva e foi comprada por Custódio Ribeiro Pereira Guimarães ou Custódio Ribeiro de Carvalho, o “Velho da Chapada” em 1811. A casa atual da Fazenda Três Barras é modernista, mas apresentamos neste levantamento a casa construída em 1864 e demolida em 1968, cujo levantamento foi baseado em fotos e plantas antigas, fornecida pelo dono da fazenda, Walter Ribeiro Junqueira, e por levantamento de suas ruínas por nós realizado. Apesar de a casa não existir mais, esta foi uma fazenda-tronco, e por isso a inserimos neste levantamento. Essa casa que apresentamos não foi a primeira da fazenda, antes dela houve duas outras.

Figura 7.286 - Fachada dos fundos e terreiro. Fonte:

Acervo pessoal de Walter Ribeiro Junqueira.

Figura 7.287 - Fachada lateral. Fonte: Acervo pessoal de

Walter Ribeiro Junqueira.

Figura 7.288 - Vista do conjunto com casa nova ao fundo.

Fonte: Acervo pessoal de Walter Ribeiro Junqueira.

Figura 7.289 - Ruínas da antiga escada de acesso à

cozinha. Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Paio
3. Retiro
4. Construções Complementares
5. Antiga Tulha
6. Terreiro

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO FUNDOS

esc. 1:500

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

Figura 7.289 - Fachada frontal e lateral. Fonte: Acervo pessoal de Walter Ribeiro Junqueira.

Figura 7.290 - Antiga tulha. Foto: CFC

Figura 7.291 - Tulha da F. Boa União no Rio de Janeiro, notar semelhança entre os edifícios. Foto: Smith *in* Goodwin (1943).

Em 1864 Gabriel Ribeiro Junqueira tomou emprestado de seu avô, o “Velho do Campo Alegre”, Gabriel Francisco Junqueira (primeiro Barão de Alfenas), um escravo mestre em carpintaria. A obra durou treze meses. Querendo devolver o escravo o mais rápido possível, ergueu um casarão que classificou de simples e sem luxo. ¹⁵

¹⁵ Ibidem

A quem se interessar pela descrição completa da casa, recomendamos a leitura do livro *Fazendas e Famílias do Sul de Minas*. O que mais nos interessa nessa citação é que a casa foi feita por um mestre escravo vindo do Campo Alegre. Isso mostra que, assim como acontecia nas artes, na construção civil os mestres portugueses acabaram passando seus conhecimentos para ajudantes escravos, que depois se tornaram também mestres. Mostra também que a Campo Alegre foi uma importante fazenda-tronco que, além dos desmembramentos de suas próprias terras, exportou não só sua influência, mas também mão de obra qualificada para erguer fazendas em outra região. A planta das Três Barras era um L clássico, diferente da maioria das fazendas do grupo de Cruzília. Seu corpo principal possuía as mesmas proporções clássicas, 3 x 4 mas as dimensões eram maiores; conforme foi comprovado pelas ruínas de pedra, media 14 x 20 metros. O mais comum, nessa região e também em Santa Rita do Sapucaí, era o corpo principal medir 13 x 17 metros. Entrava-se na casa por uma sala de distribuição.

Figura 7.292 - Fachada frontal. Foto: CFC

Figura 7.293 - Fachada lateral e conjunto. Foto: CFC

Fazenda Cachoeira - Município Carmo de Minas

Data provável: década de 1870

Pé direito: 4,20

Janelas: 1,00 x 1,96, h=1,00

Portas: 1,00 x 2,96

Peças dos umbrais: 17 × 20, madre 40 × 40, baldrame 30 x 32

Sobre sua história encontramos uma pequena referência no livro de Walter Ribeiro Junqueira que nos permite estimar a data desta casa:

*Tenho em meus documentos antigos uma anotação de Antônio José, pai de Francisco Ribeiro Junqueira, onde diz que, após 1872, Francisco, seu Filho, tomou emprestados 11:57\$500 para pagar as terras que comprou nos Criminosos. Estas terras se transformaram na Fazenda da Cachoeira, com aproximadamente quatro mil hectares.*¹⁶

¹⁶ JUNQUEIRA, Walter Ribeiro. *Fazendas e Famílias Sul Mineiras*. São Lourenço: Novo Mundo, 2004, p.41.

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Paio
3. Retiro
4. Maquinário de Café

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

Figura 7.294 - Peça de antiga cimalha. Foto: CFC

Figura 7.295 - Degraus do convite de pedras. Foto: CFC

Figura 7.296 - Vista dos fundos. Foto: CFC

Hoje a fazenda não pertence à mesma família e passa por reformas que a descaracterizam.

Observando sua planta, nota-se que é parecida com as da fazenda Pouso Alegre e Palmital, pertencentes à mesma família. Pelo que constatamos, a entrada era feita por uma porta ao lado de onde hoje é a porta principal. Isso faz sentido por duas evidências: o convite de pedras talhadas estende-se até onde seria a porta original e também pela planta da casa. O cômodo da esquerda da fachada frontal provavelmente era a sala de entrada; a partir dela seria acessada a sala nobre com suas alcovas e um corredor ligando até a sala da família, exatamente como no Palmital que, aliás, possui implantação semelhante. Hoje a entrada é feita diretamente pela sala nobre e a ligação com a sala íntima, por uma antiga alcova. Provavelmente, da sala da família tinha-se acesso a todos os quartos; hoje a parte esquerda do corpo principal está alterada, transformada em suíte, mas nesta parte havia três quartos conforme tracejado em planta. Um novo quarto foi construído tornando a casa em forma de U, claramente posterior, pela junção na fachada que deixa o antigo cunhal à mostra. Dois banheiros foram criados onde antes havia um quarto. O corpo de serviços possui dois cômodos e cozinha ao fundo. No conjunto arquitetônico da fazenda mais nada dessa época restou. A fazenda tem hoje muitas instalações modernas. A casa tinha um trabalho de madeira sofisticado para a época, pois em sua sala nobre há um forro tipo mata-junta, de tábuas concêntricas, com um entalhe floral em cada canto e outro, ao centro. Os beirais eram guarnecidos por sofisticadas cimalthas de madeira com o mesmo desenho da antiga cimalha da Fazenda Narciso. Uma parte dessas cimalthas foi encontrada no porão.

Fazenda Santa Cruz – Município de Carmo de Minas

A velha casa da Santa Cruz foi derrubada e, em cima de suas bases de pedra, foi erguida uma nova casa de tijolos, menor que a original. Seu dono atual nos cedeu uma foto da antiga casa. Era uma construção de cumeeiras paralelas, portas e janelas de vergas retas com pestanas. Sua base de pedras não era revestida.

Figura 7.297 - Fachada frontal da casa atual. Foto: CFC

Figura 7.298 - Antiga casa de pau-a-pique. Fonte: acervo Antônio Santoliquido.

Fazenda Chapada – Município de Itanhandu

A antiga fazenda Chapada não existe mais, porém a citamos aqui por ter sido uma das fazendas-tronco da região. Com explicamos anteriormente, fazenda-tronco é aquela que dá origem a outras, seja por desdobramento, seja por fundação de novas fazendas em outras terras por descendentes da família fundadora. Geralmente essas fazendas são originadas de uma

doação de sesmaria. Em meados do século XVIII, um jovem português, por questões políticas, fugindo do Marquês de Pombal, migra para o Brasil dando origem a uma tradicional família da região. Passa primeiro por Ouro Preto, em casa de parentes já estabelecidos, depois por São Paulo e, seguindo conselho de seu tio, fixa-se na Serra da Mantiqueira:

*Depois de ter recebido a letra de um conto de reis e de ter ganhado deste tio grande quantia em dinheiro, partiu Custódio para a Vila de Cruzeiro, fixando-se na Serra da Mantiqueira onde, às margens da trilha que conduzia a (no original há crase?tem) Minas (já no interior dessa Província), ergueu uma pousada. Marcou, então, suas terras, requerendo Sesmaria. Deu ao lugar o nome de Fazenda do Pico. Posteriormente a fazenda passou a se chamar, Fazenda da Chapada.(...) Da Chapada, não restam mais vestígios, apenas seu glorioso nome...*¹⁷

¹⁷ JUNQUEIRA, Walter Ribeiro. *Fazendas e Famílias Sul Mineiras*. São Lourenço: Novo Mundo, 2004, p.11 e 12.

Dos desdobramentos da Chapada foram feitas as fazendas Jardim, em Itanhandu, e Paracatu, em Virgínia. Buscamos encontrá-las, mas foi em vão; suas antigas casas não existem mais. Contudo, duas fazendas compradas pelo “Velho da Chapada”, em Carmo de Minas, foram levantadas: as fazendas Palmital e Três Barras, que, hoje em dia, também não existem mais.

Grupo de Itajubá, correspondente à antiga Freguesia de Itajubá

Ao grupo de Itajubá pertencem as fazendas do município de Cristina que têm características e até laços de parentesco com as de Carmo de Minas. A mesma explicação sobre a Serra da Mantiqueira, dada na introdução ao grupo anterior, também vale aqui, diferenciando-se este grupo por estar mais ligado à antiga Freguesia de Itajubá, criada em 1762. As minas de Itajubá eram conhecidas dos paulistas desde o início do século XVIII:

Vem de longe o conhecimento das minas de Itajubá (anos 1703 ou 1705), no dizer de Geraldo Campista. Descoberta pelos faiscadores que subiram a Serra do Embaú, ou mesmo por Pindamonhangaba e Lorena, tiveram pequena duração, porque eram pobres em seus veios auríferos. Muito natural que os mineradores se espriassem pela região e acertassem, com isso, nas nascentes do Sapucaí. Também não é fora de propósito deduzirmos que eles tivessem seguido o percurso do rio até bem longe.¹⁸

A cidade de Itajubá fica às margens do Rio Sapucaí e sua ligação com o Vale do Paraíba, por onde hoje passa a BR 159, já era conhecida desde tempos remotos: “faiscadores que subiam a Serra do Embaú ou mesmo Pindamonhangaba e Lorena”. Consta em mapa de 1790 (figura 1.17), que esta região já era ocupada principalmente por fazendas. Bem, de um lado, atravessando o Embaú, faz-se o acesso ao sul de Minas pela bacia do Rio Verde e, por outro lado, por esse “descaminho” apontado acima, faz-se o acesso pela bacia do Rio Sapucaí. E ainda teremos os acessos pelo vale do Rio Sapucaí Mirim, na altura de São Bento do Sapucaí e pelo vale do rio Itaim, vindo do vale do Jaguari, antigo registro homônimo e rota do velho Caminho de Fernão Dias. Como já foi dito, a Mantiqueira apresenta zonas mais baixas junto a esses rios e zonas mais altas nos interflúvios. Nessa microrregião ou antiga Freguesia, vamos encontrar as fazendas mais encravadas na Serra, situadas, geralmente, em várzeas junto aos rios e córregos.

Figura 7.297 - Microrregião de Itajubá. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/microrregioesdeminas>>. Acesso em 20 março 2008.

¹⁸ Lefort, Monsenhor. Cidade de Campanha, Monografia Histórica, Belo Horizonte, 1972, p.23 e 24.

Fazenda 7 de Abril – Município de Cristina

Segundo o historiador Luiz Barcellos em suas anotações intituladas Sertão da Pedra Branca, compiladas pela prefeitura do município, esta fazenda descende de antiga Sesmaria do Despropósito.

*Nesta sesmaria o Sargento-mor Manoel Dias Ferraz, natural do Desterro, município de Barbacena, formou em 1830 uma fazenda que denominou 7 de Abril, em regozijo pela abdicação de D. Pedro I, porque era um liberal extremado.*¹⁶

¹⁶ Barcellos, Luiz – Sertão da Pedra Branca in <<http://www.cristina.mg.gov.br>> acessado dia 12 de maio de 2008

Sua sede atual não é mais a antiga casa de pau-a-pique, por isso não foi efetuado o levantamento, mas a história de seu nome mostra a condição do sul de Minas como região abastecedora do centro-sul do país no século XIX. Contava meu avô, Pedro Carlos Junqueira Ferraz, outra versão para o nome da fazenda. Seu nome não foi dado por Manoel Dias Ferraz, mas sim por sua mulher que era quem mandava na fazenda. Era ela uma mulher muito brava, “de cabelo nas ventas”. Certa ocasião, mandou entregar um carregamento na capital e confiou essa tarefa a seu escravo de confiança. Por acaso a tropa, já próxima ao seu destino, cruzou com a comitiva de D. Pedro I, que ordenou a parada da caravana para sua comitiva passar. O escravo, porém, desconhecendo autoridade, disse que só obedecia à ordens de sua dona e seguiu, desrespeitando uma ordem do Imperador. Tempos depois, D. Pedro mandou buscar o escravo na fazenda e sua dona protegeu-o, dizendo que havia fugido; escondia-o, porém, em lugar não muito distante. Quando D. Pedro abdica ao trono, no dia 7 de abril 1831, a fazenda passa a ter esse nome em comemoração a essa data e o tal escravo, enfim, volta à fazenda.

Fazenda Boa Vista – Município de Cristina

Situada nas cabeceiras do rio Lambari, ao pé da Serra da Boa Vista em sua face noruega, pertencia ao Coronel Silvestre Dias Ferraz, casado com Ana Leonízia de Castro (mesmo nome de sua mãe), filha de Manoel Dias Ferraz, da Fazenda Sete de Abril. Ana e Silvestre tiveram onze filhos, todos homens, por isso essa propriedade é considerada o berço da família Ferraz. Nos manuscritos de Luiz Barcellos há uma referência à Fazenda Boa Vista:

“Estava edificada ao sul da Fazenda 7 de Abril...Teve muita riqueza e animação enquanto nela residia o Dr. Silvestre, homem muito honrado, virtuoso e trabalhador. Mas depois que ele se mudou para sua nova Fazenda da Boa Vista dos Pereiras, a da Sesmaria principiou a decair. Tinha boa casa de morada e outros edificios próprios das fazendas, tais como paiol para guardar milho, moinho para fubá, casas para factura de fumo e armazéns de cereais, senzalas para os escravos”.¹⁷

Nota-se aí também uma importante informação: essa região foi, segundo Maria do Carmo Salazar Martins e Helenice Carvalho Cruz da Silva (2002), uma importante produtora de fumo.

Sua sede atual é de tijolos, provavelmente construída em cima da antiga casa; foi tão alterada a ponto de não valer a pena fazer seu levantamento. Em seu conjunto, no entanto, encontramos marcas da antiga ocupação: muros e pisos de pedra, uma antiga tulha e casa de máquinas, construção de paredes e piso de madeira sobre barrotes e base de pedra.

¹⁷ Barcellos, Luiz – Sertão da Pedra Branca <<http://www.cristina.mg.gov.br>> acessado dia 12 de maio de 2008

Figura 7.298 - Implantação. Desenho: Eneida C. F. Cruz

Figura 7.299 - Vista geral. Foto: Carla Pacheco

Fazenda Água Limpa – Município de Cristina

Data provável: fim do século XVIII

Pé direito: 4,00

Janelas:

Portas: 3,00

Peças dos umbrais:

Figura 7.300 - Implantação. Desenho: Eneida C. F. Cruz

Figura 7.301 - Vista geral. Foto: Carla Pacheco

Figura 7.302 - Capela. Foto: Carla Pacheco

Na Fazenda Água Limpa nasceu Joaquim Carneiro Santiago em 1810. Foi casado com Anna Cândida Ribeiro de Carvalho, filha do Capitão Manoel José Ribeiro de Carvalho, fundador da Fazenda Pouso Alegre. Joaquim Carneiro e Anna Cândida Ribeiro, ou ainda “Anna do Pitangal”, eram também donos da Fazenda do Pitangal, em Cristina, cuja casa atual é nova. Esses dados nos foram fornecidos por Walter Ribeiro Junqueira. O documento elaborado pela prefeitura de Cristina, mencionado em seu site, diz que “o documento mais antigo constado em cartório registra o falecimento do Comendador Francisco Carneiro Santiago em 30 de maio de 1876, na Fazenda Água Limpa, da qual era proprietário”.¹⁹

Ora, se Joaquim nasceu na fazenda em 1810, essa casa é, pelo menos dessa data, mas, analisando sua arquitetura, acreditamos que seja realmente anterior a 1810, talvez do fim do século XVIII. Denunciam a idade da fazenda sua volumetria espalhada, a proporção de seu retângulo principal em 1:2, os cunhais que não terminam nos baldrames e as vergas canga de boi. Essa propriedade parece filiar-se mais ao grupo de Cruzília do que aos grupos de Itajubá ou Carmo de Minas. Como não foi possível entrar na fazenda, reproduzimos a seguir a descrição feita em levantamento realizado pelo IPHAN.

Está implantada logo após uma vargem e no início e ao sul de um pequeno morro. Guarda boa distância da estrada, o que lhe proporciona ampla visibilidade. Depois de passar pela capelinha da própria fazenda, chega-se à sede, atravessando o riacho por uma ponte de pranchas de madeira. Após a ponte a estrada é protegida por cerca de réguas até encontrar o grande muro de pedras que cerca a propriedade, às vezes servindo de arrimo, quando o terreno fica mais íngreme. Passando a porteira do muro, em grande área

¹⁹ http://www.cristina.mg.gov.br/monta_paginas.php?secao=32

gramada, situa-se à direita o curral com toda a sua estrutura de apoio: estábulo, retiro, silo, paiol, além do bezerreiro que se localiza fora da área do muro, aproveitando o declive do terreno para o escoamento do esterco produzido. Assim como as outras dessa infra-estrutura, o bezerreiro é uma construção de madeira coberta por telhas francesas. O importante para este tipo de função é ter o assoalho de tábuas com espaçamento suficiente para não haver acúmulo de excrementos e assim mantê-lo seco para os bezerros pequenos.

À esquerda do pátio gramado fica a casa-sede, com presença marcante na paisagem. Hoje a planta ocupa um retângulo, mas pode ter perdido a parte dos serviços em alguma reforma. Esse retângulo é comprido, na proporção de dois para um, como podem comprovar as 10 aberturas de uma fachada contra cinco da fachada perpendicular a esta, com o mesmo ritmo de cheios e vazios.

É uma casa semi-assobradada com porões que chegam a dois metros de altura. As aberturas do porão não acompanham as superiores. Em baixo, no porão, elas são feitas na pedra do alicerce, terminando superiormente nos baldrames, em linha reta. São bem menores que as janelas superiores, vedadas somente por folhas de madeira e com grande distância entre si.

A estrutura é autônoma de madeira, sobre alicerce de pedras, mas há uma diferença entre esta e outras fazendas da região: o pé direito não repousa no encontro dos baldrames, mas prossegue até descarregar em uma de suas pedras do cunhal.

Tanto as vedações externas como os paramentos internos são de pau-a-pique.

Os elementos verticais entre os baldrames e os frechais são bastante próximos entre si o que faz com que os vãos também assim sejam, produzindo nembros estreitos. Os frechais e os cachorros têm terminação em peito de pomba. O distanciamento entre os frechais é modulado de duas em duas janelas.

O telhado mantém tanto a estrutura original de madeira como a cobertura de telhas capa e canal, com a característica inclinação dupla propiciada pelo galbo do contrafeito. Sobre a cachorrada, o guarda-pó de tábuas protege o telhado. As janelas de vergas em forma de cangalha têm folhas de calha por dentro e vidraças de guilhotina, de 12 vidros em cada parte, na face externa.

Na porta da entrada principal, uma aldrava, elemento não muito comum na região.

Como acesso a esta porta há uma escadaria de pedra, com guarda-corpo também de pedras rebocadas, que encosta na estrutura de madeira e vedos de pau-a-pique da casa. A escada despeja na larga calçada também de pedras que ocupa a fachada nobre da casa. Uma balaustrada de cimento protege essa entrada mais um jardim de época mais recente que a casa, com um repuxo no centro. Sobre a porta há uma inscrição: "1910 – 1990". Só uma pesquisa poderá responder a que se referem essas datas.

Formando o "L" há ainda uma varanda de cobertura abaixo do frechal do corpo principal, fechada por guarda-corpo de tijolo furado, assentado no tipo galinheiro. Tudo sobre o baldrame original da casa. A hipótese é que tenha caído essa parte da casa e a estrutura foi aproveitada para colocação da varanda.

Poucas foram as modificações e substituições. Na fachada voltada para o morro, poucas aberturas, incluindo uma fechada por esquadria de ferro, basculante e de vidro fantasia, ao lado da velha janela vertical de verga curva que nesta face fica bem próxima ao chão.

Por tudo isso a fazenda parece bastante preservada em suas características originais.²⁰

²⁰ Cruz, Eneida Carvalho Ferraz- Inventário do Patrimônio Material Rural, Superintendência Regional de São João del-Rei, IPHAN, 2007

Fazenda Amarela – Município de Cristina

Data provável: 2ª metade do século XVIII

Pé direito: 4,00

Janelas: 1,00 x 200

Portas: 3,00

Figura 7.303 - Fachada frontal. Foto: CFC

Figura 7.304 - Vista geral do conjunto. Foto: CFC

No final do século XIX, a fazenda era conhecida como Fazenda do Caxambu, hoje é conhecida por Colônia Joaquim Delfino ou Amarela, por causa de sua cor predominante.

Os cálculos da data de construção desta casa foram feitos pelo proprietário que nos informou que ela seria da década de 60. Encontramos na prefeitura do município as seguintes informações:

Foi de propriedade do Conselheiro do Império, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, que vindo a falecer em 02 de fevereiro de 1903, deixou como herança parte da fazenda para sua esposa Maria Umbelina Santiago Cruz, parte para seu filho Joaquim Bento Ribeiro da Luz e sua

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

- 1. Casa Principal
- 2. Paio
- 3. Quicheiro
- 4. Construções Complementares
- 5. Ruínas da Antiga Senzala

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

Figura 7.305 - Fachada frontal. Foto: CFC

Figura 7.306 - Vista do conjunto. Foto: CFC

Figura 7.307 - Vista externa do paiol. Foto: CFC

Figura 7.308 - Vista interna do paiol. Foto: CFC

²¹ http://www.cristina.mg.gov.br/monta_paginas.php?secao=32

esposa Mariana Ferraz Ribeiro e também partes para outros filhos. Joaquim Bento Ribeiro da Luz comprou as partes da fazenda de sua mãe e de seus irmãos e cunhados em 12 de junho de 1904. Em 17 de maio de 1913, os proprietários venderam um pedaço da fazenda para o Estado de Minas Gerais, que foi dividido em lotes de 10 alqueires para alemães e portugueses. ²¹

As informações da prefeitura esclarecem que proprietário da fazenda foi conselheiro do Império, portanto a data casa é pelo menos anterior à Proclamação de República, em 1889. Sabemos também que havia senzala na fazenda, tanto pelos vestígios de suas bases de pedras no prolongamento do corpo da cozinha, quanto pelos relatos dos mais antigos. Sua arquitetura e suas dimensões condizem com o tipo da segunda metade do século XIX; é uma casa mais alteada, de planta regular e vergas retas. Suas fachadas são bastante simétricas e apresentam vãos regulares com a predominância dos vazios sobre os cheios. As portas do porão também são compostas em harmonia com as janelas, ficam exatamente no espaço correspondente ao intervalo entre elas. Sua planta é um L clássico, bastante regular; seu corpo principal tem medidas bem comuns à época, treze por dezoito metros. Entra-se na casa por uma sala de distribuição num canto do retângulo, como na Palmital e na Cachoeira. Dela se tem acesso à sala nobre, a uma alcova, que talvez fosse uma capela por apresentar janela interna, a um quarto e à passagem sifonada para a sala da família. Da sala íntima tem-se acesso a três quartos, a uma alcova e ao setor de serviços. Por dentro dos quartos chega-se novamente à sala nobre. O setor de serviços está reduzido apenas à cozinha. Certamente esse corpo se prolongava bem

mais, chegando até às bases de pedra em seu alinhamento onde ficava a senzala. Sabemos que uma das formas comuns de senzala era uma construção anexa, seguindo o alinhamento do corpo da cozinha, por isso essa versão é bastante verossímil. Além da senzala, foram desmanchados o moinho de milho e o depósito de sal. No conjunto da fazenda merece destaque o grande paiol: suas bases são de pedras e sua estrutura e fechamento, de madeira. O telhado, ainda de telhas capa e canal, possui estrutura original que não faz uso de tesouras; suas peças descarregam em colunas no meio do paiol. O telhado original da casa perdeu a dupla inclinação e teve suas telhas de capa e canal substituídas por telhas francesas na década de setenta. As varandas, tanto a dos fundos quanto a da frente, não são originais.

Fazenda da Pedra – Município de Cristina

Data provável: 2º quartel do século XIX

Pé direito: 4,00

Janelas: 1,00 x 200

Portas: 3,00

A fazenda tem este nome derivado da antiga sesmaria que deu nome também ao lugar, Sertão da Pedra Branca, devido à enorme pedra na serra. Situada na face soalheira do vale do Ribeirão da Pedra Branca ou da Vargem Alegre, a fazenda

Figura 7.309 - Fachada lateral. O corpo de serviços prolongava-se mais adiante abrigando também a senzala. Foto: CFC

Figura 7.310 - Portas de ligação entre vários quartos e sala nobre. Foto: CFC

tem vista privilegiada para a pedra. Sua implantação é em terreno pouco acidentado, gerando uma casa de porões baixos. Sua planta é um retângulo de proporções 2:1, com salas em extremidades opostas, não como as de retângulo comprido do grupo de Cruzília, mas como as fazendas do fim do século XIX, onde um longo corredor faz a ligação entre as salas. Na sala de entrada/nobre, pois é uma só, temos acesso a apenas dois quartos. Ao longo do corredor, há o acesso a mais dois e, na sala da família, a mais quatro, sendo que um deles teve sua porta fechada e se transformou em banheiro voltando-se ao setor de serviços. A sala da família guarda uma distribuição entre cômodos e o setor de serviços é bastante tradicional; já o corredor nos parece muito estranho à data de provável construção da casa. Suas fachadas são bastante regulares com vãos distribuídos igualmente, à exceção do intervalo maior que há entre a 6ª e a 7ª janelas da esquerda para a direita. Pelos fundos, nessa mesma posição, há um esteio aparente. Isso significa que, muito provavelmente, esta parte da casa foi ampliada, e isso explicaria também o longo corredor. A porta da sala nobre possui verga em arco pleno como nas fazendas Campo Lindo e Santa Clara, próprio da influência neoclássica sentida no fim do XIX, o que nos leva a crer que essa possível ampliação tenha sido feita nessa época. Segundo cálculos do proprietário, quando fizemos o levantamento, a casa seria de 1850, mas, segundo documento no site da prefeitura, a construção seria de 1837.

Figura 7.311 - Fachada frontal a partir do terreno.

Foto: CFC

Figura 7.312 - Vista do conjunto. Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Paio
3. Terreiro
4. Construções Complementares
5. Pomar

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

Figura 7.313 - Sala do setor social. Foto: CFC

Figura 7.314 - Paiol. Foto: CFC

Figura 7.315 - Escada de pedras. Foto: CFC

Figura 7.316 - Sala da família. Foto: CFC

Conforme anotações de Luiz Barcellos de Toledo em “O Sertão da Pedra Branca”, a Sesmaria que deu nome ao livro de anotações e à fazenda atual pertencia ao Capitão-Mor Joaquim Lucidoro de Mendonça, nascido em 1786, que já residia na Pedra Branca desde os primeiros dias de 1800. Em 1837 Lucidoro vendeu a Pedra à família Carneiro, indo ali residir D. Joaquina Carneiro - filha do comprador - e seu esposo Ignácio Joaquim Ribeiro...”

Ainda segundo Luís Barcelos de Toledo, “A primitiva fazenda era edificada um pouco abaixo da atual, onde ainda existem fracos vestígios do lugar em que foi edificado...”

“Ignácio Joaquim Ribeiro foi muito abastado e construiu uma nova grande fazenda, com todos os melhoramentos necessários...” Após sua morte seus filhos a venderam ao Cap. Custódio Ribeiro Junqueira e por morte deste comercializaram ao Cap. Francisco Ferraz, permanecendo, desde então, em mãos desta família.²²

Nesta fazenda nasceu o Presidente Delfim Moreira da Costa Ribeiro, que governou o Brasil de 1918 a 1922. Em frente à casa, há terreiros de tijolos que aparentam ser da mesma época por seus longos muros de arrimo feitos de pedra e não de tijolos. Mesmo que não houvesse tijolos na época, os terreiros poderiam ter sido de terra batida e posteriormente ganhado tijolos. Se fossem construídos na época dos tijolos, seus muros provavelmente seriam do mesmo material. Em um desses muros há uma escada de pedras sacadas do próprio muro, como já foi descrito anteriormente na Fazenda Sesmaria, onde há uma escada nos mesmos moldes. Além dos muros de pedra dos terreiros, há outros um pouco mais abaixo da casa atual que podem ter sido as bases da antiga casa. A fazenda guarda ainda dois antigos paióis de madeira e, nos fundos da casa, há um muro de adobe e um rego que corre em um canal de pedras.

²² http://www.cristina.mg.gov.br/monta_paginas.php?secao=32

Fazenda da Barra – Município de Delfim Moreira

Data provável: fim do século XVIII

Pé direito: 4,70

Janelas: 1,20 x 200

Portas: 3,00

Umbrais: 12 x 20

Essa fazenda fica encravada na Serra da Mantiqueira, junto ao Rio Lourenço Velho, em uma área montanhosa entre os vales do Rio Sapucaí e Verde. O Lourenço Velho é um importante formador do Rio Sapucaí e essa área está localizada em um vale profundo, antigo caminho de ligação entre essas bacias. Muito provavelmente esta fazenda é uma das remanescentes do mapa de 1790 (figura 1.17) onde se diz que aqueles sertões já eram ocupados no fim do XVIII, “principalmente por fazendas” (Moraes, 2005). Há um documento na própria casa que comprova que a fazenda é do fim do século XVIII. Por suas características físicas, por seu nome e sua localização, essa fazenda era ligada ao comércio. Está localizada às margens de um rio navegável e de um caminho e, em sua arquitetura, notamos um porão bastante alto, com muitas portas, dando para uma pequena plataforma de pedras com escadas, possivelmente uma plataforma para embarque e desembarque de mercadorias. Este porão era possivelmente um armazém de um entreposto comercial. Segundo Alcir Lenharo, muitas fazendas do sul de Minas passaram a exercer atividade comercial. As dimensões dessa fazenda são bem superiores à maioria, principalmente em relação às fazendas do

Figura 7.317 - Plataforma e escada de pedras. Foto: CFC

Figura 7.318 - Fachada principal. Foto: CFC

Figura 7.319 - Fachada da frente. Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Moinho
3. Pomar
4. Construções Complementares
5. Jardim Frontal

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

século XIX. Seu retângulo principal é, na verdade, um quadrado de 18 por 18, e mal podemos chamá-lo de principal, pois a tradicional “perna” do L, geralmente onde fica o corpo de serviços, é aqui parte integrante do setor íntimo. Seus quartos dão para a fachada lateral que tem 33 metros de comprimento. Em planta a fazenda esboça um agenciamento tradicional, com sala de entrada, sala nobre, quartos e alcovas do setor social à frente da casa e sala íntima e quartos nos fundos do retângulo principal. Aqui, porém, a sala da família é em L e a maioria de sua área está no retângulo menor. Isso acontece em menor escala nas fazendas Santana e Balaio. Há também uma possibilidade de a sala da família ter sido emendada, retirando-se uma parede e tornando-a em forma de L. No forro dessa sala há uma divisão onde o sentido das tábuas se inverte, o que nos abre essa possibilidade de interpretação. Nesse caso, a planta original seria parecida com a Pedra Negra, onde temos a sala da família e uma copa formada pela grande largura do corredor de distribuição aos cômodos de serviços. Sua implantação é muito imponente, pois sua maior face é voltada para o desnível do terreno caracterizando uma imensa fachada em dois pavimentos. O fechamento do porão utiliza técnicas leves e revestimento de argamassa. Nesta fachada há óculos ovalados fechados por muxarabis de madeira em cima das portas e janelas do porão, que são locadas simetricamente nos intervalos das janelas superiores. Há predominância dos cheios sobre os vazios, ao contrário do que acontece no XIX. O restante do porão é formado por um grande muro de arrimo que se prolonga para além da casa nos dois sentidos, sendo que o fechamento da face posterior do porão é de adobe. Poucas, ou nenhuma construção original compõe seu núcleo, que está inserido em uma pequena vila, o bairro da Barra, sendo seus muros de pedra o elemento mais importante do conjunto. Possui sofisticado acabamento traduzido em seus cunhais argamassados, suas pestanas e cimalthas. Sobre a cumeeira do telhado e sobre um dos cunhais da casa há pináculos de pedra.

Figura 7.320 - Sala de entrada. Foto: CFC

Figura 7.321 - Sala da família. Foto: CFC

Figura 7.322 - Pintura no forro. Foto: Carla Pacheco

Fazenda Monte Alegre (dos Coli) - Município de Delfim Moreira

Ao contrário das outras fazendas, onde fomos muito bem recebidos, esta foi a única casa de todo o trabalho em que não conseguimos entrar devido à proibição dos donos, apesar de muita insistência, contatos e laços de família na região.

Figura 7.323 - Vista geral. Foto: Carla Pacheco

Fazenda Santa Margarida – Município Don Viçoso

Essa fazenda era a mais antiga do município por sua volumetria, enormes muros de pedra e vergas em canga de boi. Mas como não tivemos pressa de fazer o levantamento, por achar que a qualquer hora poderíamos fazê-lo, acabamos perdendo a oportunidade e a casa foi totalmente refeita em cima das velhas bases de pedra.

Figura 7.324 - Vista geral. Fonte: arquivo Letícia Ribeiro.

Fazenda Primavera – Município de Delfim Moreira / Itajubá

Situada às margens do mesmo caminho onde fica a fazenda da Barra, esta propriedade também se dava ao comércio mais do que à agricultura. Seu antigo dono arrendava as terras a terceiros e revendia seus produtos na fazenda. Sua casa é menor e mais modesta do que a Barra; em sua planta havia uma parede de madeira dividindo a sala da parte comercial da casa, onde funcionava uma espécie de venda. Não fosse esse pormenor, sua planta em L seria bem convencional: sala de entrada, sala nobre, alcovas centrais, sala da família ao fundo ligando com o setor de serviços e quartos à volta. Apesar de pequena, é um exemplar perfeito da técnica de estrutura autônoma de madeira, com suas janelas de vergas retas com pestanas, cunhais trabalhados como pilastras e frechais e cachorros em peito de pombo. Em suas janelas, as folhas de guilhotina são divididas em apenas quatro partes e, em uma das aberturas, o fechamento ainda é feito por finas lâminas de malacacheta. Sabíamos que havia esse tipo de fechamento através de livros, mas é a primeira que vimos, de fato, um exemplar que ainda conserva essa preciosidade. Suas telhas originais foram substituídas por novas, mas o telhado manteve a dupla inclinação.

Figura 7.325 - Fachada frontal. Foto: CFC

Figura 7.326 - Fachada frontal, notar trabalho na base do cunhal de madeira. Foto: CFC

Figura 7.327 - Implantação e planta.

Desenho: Eneida C. F. Cruz

Fazenda Barreiro – Município de Delfim Moreira

Situada na mesma região das anteriores, mais próxima a Wenceslau Brás, fica bem próxima à nascente do Sapucaí. Essa fazenda não possui grandes dimensões, assim como a anterior, mas conserva perfeita saúde plástica com suas janelas de vergas retas sem guilhotinas e com suas bases de pedra ainda aparentes, revelando limpidamente toda a estrutura de madeira. Até mesmo os vãos do porão são dispostos simetricamente na fachada. Seu telhado foi substituído por telhas francesas perdendo a dupla inclinação. Sua planta simples é em forma de L, bastante regular, apresentando apenas uma sala de entrada e a sala da família aos fundos, ligadas por um largo corredor. As duas alcovas ao centro ficam de costas uma para a outra, já que o retângulo é mais comprido, e os quartos estão em toda a volta. Um deles refaz o acesso ao setor social por meio de uma porta. Na parte interna, a porta do corredor possui verga de arco pleno. No conjunto da fazenda há um belo pedrado no piso do curral pegado à casa e pequenas construções auxiliares, cujos usos mais se parecem com os das casas da roça da região.

Figura 7.328 - Vista geral. Foto: CFC

Figura 7.329 - Sala da família, notar verga de arco pleno.

Foto: Carla Pacheco

Figura 7.330 - Implantação e planta.

Desenho: Eneida C. F. Cruz

Fazenda Água Limpa – Município de Pedralva

Data provável: 1793

Pé direito: 4,00

Janelas: 1,13 x 1,95

Portas: 1,17 x 2,95

Umbrais: 17 x 22, cunhais 24 x 24, baldrames 35 x 28

Nessa fazenda foi encontrada, em um frechal interno da casa, na sala da família, a assinatura de seu construtor e a data de construção da casa: Manuel Lino Ribeiro, 1793. Essa assinatura foi encontrada em 1985 durante uma reforma. A propriedade está situada aos pés da Serra do Barreiro, no Alecrim, próximo à Pedralva. No mesmo vale estão as fazendas Santo Antônio, Cafarnaum e Catelhanos, sendo esta a mais antiga delas, pareando em idade apenas à Fazenda da Barra. Esta é possivelmente uma das remanescentes das fazendas do mapa de 1790 (figura 1.17).

Em planta, o retângulo principal é quase um quadrado, como na Barra e o setor íntimo invade o retângulo dos serviços,

Figura 7.331 - Vista frontal. Foto: CFC

Figura 7.332 - Conjunto da fazenda. Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Construções para gado leiteiro
3. Cilo
4. Pomar
5. Curso d'água
6. Curral
7. Garagem

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

também como na Barra. Porém, nesse caso, a sala da família é um retângulo perfeito e não um L como normalmente acontece quando o setor íntimo invade o retângulo menor (ver Barra, Balaio, Santana e Pedra Negra). A casa está implantada em terreno extremamente acidentado, seu porão é bastante alto e nem por isso suas paredes deixam de ser de pedras, motivo apontado para explicar fechamentos de pau-a-pique em porões de outras casas em igual situação (ver Mato, Chapada, Conceição). Essas paredes de pedra estão sem revestimento na face posterior da casa, permitindo observar o trabalho de travamento das pedras nos cunhais. Entra-se na casa por uma sala lateral, acessada por escada de pedras com guarda corpo de ferro. Dela acessa-se um pequeno quarto, a sala nobre com sua alcova e dois quartos, e uma passagem sifonada que liga à sala íntima. Esta última é um extenso retângulo que dá acesso a quatro quartos à esquerda e a mais dois à direita, sendo que um deles faz a ligação com a sala nobre e tem mais um quarto para dentro dele. No setor de serviços há dois cômodos; um deles foi transformado em banheiro e o outro é um depósito com chão de terra batida, assim como o chão da cozinha. Nesta última, há uma bica de água corrente que derrama suas águas num tanque escavado na madeira. Neste cômodo não há forro e por isso podemos observar a estrutura do telhado com seus cachorros traspassando o frechal. As telhas foram substituídas em uma reforma, mas a estrutura original se manteve. Na sala nobre há, na parede, um documento com a relação dos escravos pertencentes a Joaquim Carneiro Santiago, datado de 18 de novembro de 1886 em que são tabulados os seguintes dados: nome, cor, idade, estado civil, naturalidade, filiação, profissão e valor. Constavam nessa tabela 20 escravos.

Figura 7.333 - Fachada frontal. Foto: CFC

Figura 7.334 - Sala da família. Foto: CFC

Figura 7.335 - Fachada lateral. Foto: CFC

Figura 7.336 - Porão. Foto: CFC

Figura 7.337 - Bica d'água na cozinha. Foto: CFC

Em sua estrutura é possível observar claramente o detalhe do baldrame perfeitamente alinhado com as tábuas do assoalho, demonstrando a teoria da evolução técnica. As tábuas do assoalho são de pinho, como é comum nas fazendas na Serra de Mantiqueira. No conjunto da fazenda há uma série de edifícios ligados à criação e ao manejo do gado leiteiro, incluindo um curral pedrado. Há também um paiol antigo de madeira e pequeno terreiro de cimento.

Fazenda Santo Antônio – Município de Pedralva

Data provável: década de 1840

Pé direito: 4,10

Janelas: 1,00 x 2,03

Portas: 1,00 x 3,08

Umbrais: 17 x 21

Figura 7.338 - Fachada lateral. Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

- 1. Casa Principal
- 2. Paio
- 3. Moinho
- 4. Construções Complementares/Café
- 5. Construção Nova

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

Figura 7.339 - Sala nobre. Foto: CFC

Figura 7.340 - Vista dos fundos. Foto: CFC

Figura 7.341 - Fachada lateral. Foto: CFC

Figura 7.342- Moínho de milho. Foto: CFC

Vizinha à Água Limpa com a qual possui laços familiares, a fazenda Santo Antônio é um pouco mais nova, de meados do século XIX. Está implantada aos pés da Serra do Barreiro. Sua casa é menor, um L clássico, com o corpo principal medindo quinze por treze metros e corpo de serviços perpendicular. A planta é bastante regular, enxuta, com todas as paredes alinhadas e muitas de suas portas e janelas possuem folhas almofadadas, coisa raríssima, comum apenas às portas das capelas nas outras fazendas. Entra-se na casa por uma sala depois de passar por uma varanda nova; desta sala, tem-se acesso à sala nobre e a mais dois quartos. Por um corredor reto faz-se a ligação com a sala da família e desta, com o corpo de serviços. Por dentro de seus quartos há possibilidade de passagem para o setor social. Todas as portas internas possuem bandeiras e o forro da sala nobre possui tabeiras e roda-tetos muito trabalhados, além de rosácea central. A casa está implantada em meia encosta; de um lado é baixa, com o baldrame quase no chão e de outro, é alta, com alicerces de pedras que se prolonga para além do corpo da casa, fazendo um jardim frontal elevado. A casa está muito bem conservada, o piso de tábuas largas foi substituído há muito tempo por tábuas

mais finas de perobinha do campo; as telhas também são novas, mas o telhado conserva sua dupla inclinação. No conjunto da fazenda ainda existe o antigo moinho de milho, um antigo paiol de madeira e novas instalações para produção de leite e café, além de novas construções auxiliares para abrigar as funções de hotel-fazenda. No corpo da cozinha há um anexo novo que abriga sanitários e sauna; para os fundos há vários puxados de serviços.

Fazenda Cafarnaum – Município de Pedralva

Data provável: Desconhecida

Pé direito: 4,00

Janelas: 1,10 x 1,89

Portas: internas 1,17 x 2,94 porta de entrada 136 x 2,94

Umbrais: 13,5 x 21

Vizinha à Água Limpa e à Santo Antônio, a Fazenda Cafarnaum fica em local isolado e a data de sua construção não foi possível identificar. Sua planta é um L clássico com o corpo principal medindo doze por dezessete metros; o antigo corpo de serviços, que seria perpendicular ao principal pelos alicerces ainda existentes, foi desmanchado. Em seu lugar, há novas dependências de serviços: cozinha e banheiros. Entra-se na casa por uma escada de pedras com guarda-corpo de ferro, que dá acesso a uma pequena sala de distribuição. À direita temos a sala nobre com dois quartos; à esquerda, mais um quarto e, em

Figura 7.343 - Escada de acesso. Foto: CFC

Figura 7.344 - Fachada frontal. Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Ruínas de um Paiol
3. Retiro
4. Construções Complementares

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO FRONTAL
esc. 1:500

frente, o corredor reto de ligação com a sala da família. Desta, temos acesso à alcova e a mais três quartos, sendo que em deles tem mais um quarto para dentro. Na sala nobre há um forro de gamela, mas não é como o que encontramos nos solares nobres; sua inclinação é mais baixa e as tábuas são finas. A casa está mal conservada com partes de sua estrutura de madeira, como frechais e cachorros em peito de pombo, comprometidas. Os proprietários da fazenda encontraram no porão alguns instrumentos para aprisionamento de escravos e os doaram a um museu paulista cujo nome não souberam precisar. Em seu conjunto há poucas instalações: um curral novo e as ruínas de pedra de uma antiga construção, provavelmente um paiol.

Fazenda Castelhanos – Município de Pedralva

Vizinha às anteriores, essa fazenda está bastante arruinada e não foi possível levantar sua planta. Ao seu redor não há construções complementares. É uma casa de estrutura autônoma de madeira sobre bases de pedra e suas dimensões são menores que a média. Suas telhas foram substituídas por telhas francesas, mas o telhado conserva a dupla inclinação. Há uma grande escada de acesso construída de tijolos perpendicular à fachada. Algumas partes de seus alicerces e de suas paredes foram substituídas por tijolos.

Figura 7.345 - Fachada lateral. Foto: CFC

Figura 7.346 - Sala da família, armário embutido.

Foto: CFC

Figura 7.347 - Sala da família. Foto: CFC

Figura 7.348 - Fachada frontal. Foto: CFC

Fazenda Balaio – Município de Santa Rita do Sapucaí

Data provável: meados do XIX

Pé direito: 4,00

Janelas: 1,00 x 1,90

Portas: internas 1,00 x 3,00

Umbrais: 16 x 20,5

Figura 7.349 - Fachada frontal. Foto: CFC

Figura 7.350 - Fachada frontal e parte da lateral.

Foto: CFC

Saindo da região de Pedralva em direção oeste, vamos encontrar as fazendas do Balaio junto à serra homônima, entre a Serras da Manuela e a Serra da Pedra Branca. A primeira fica em terreno bastante plano, em altitude de 847 metros, na várzea de um pequeno afluente do Sapucaí. Os descendentes dessa fazenda mantêm laços familiares com os descendentes da Pouso Alegre, Boa Vista, Três Barras, Condado e Palmital, além da “Chapada”, Paracatu e Jardim. O terceiro filho de Custódio Ribeiro de Carvalho, o “Velho da Chapada”, Joaquim Ribeiro de Carvalho, nascido em 1789, *após ter vendido a seus irmãos as Três Barras, Joaquim Ribeiro de Carvalho partiu para Santa Rita do Sapucaí, onde comprou a grande fazenda do Sobradinho.(...)Dentro*

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

- 1. Casa Principal
- 2. Retiro
- 3. Terreiro
- 4. Construções Complementares
- 5. Água

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

Figura 7.351 - Imagem de satélite. Fonte: Google Earth

Figura 7.352 - Fachada lateral. Foto: CFC

Figura 7.353 - Sala da família ou "sala de dentro".

Foto: CFC

Figura 7.354 - Banco de madeira na sala de entrada.

Foto: CFC

de suas antigas fronteiras estão hoje as atuais Sobradinho (de José Procópio Carneiro Junqueira), Balaio, Balainho, Capituva e quantas outras mais .²³

O quarto filho do "Velho da Chapada", o Capitão Manoel José Ribeiro de Carvalho, nascido em 1790, ergueu a primeira casa da Fazenda do Pouso Alegre. Sua quinta filha foi Mariana Tridentina:

*Mariana Tridentina Ribeiro de Carvalho foi casada com o Capitão Ribeiro de Carvalho Guimarães, da Fazenda do Balaio em Santa Rita do Sapucaí. Eram primos. Ele era filho de João Ribeiro de Carvalho, o "Velho do Paracatu".*²⁴

Enfim, se começarmos a explicar os laços de parentesco, este texto vai ficar mais complicado que "Cem Anos de Solidão" de Gabriel Garcia Marques.

A casa da fazenda Balaio é um exemplar bastante enxuto da estrutura autônoma de madeira, um L clássico com corpo principal medindo quatorze por quinze metros. Por estar em terreno relativamente plano, seu porão é baixo, não aproveitável, sendo mais alto apenas na cozinha. A divisão interna permanece bastante original. As alcovas de ligação usam do recurso de armários embutidos para criar o sifão visual, assim como na Água Limpa de Pedralva. Na parte da frente, a casa possui uma sala de entrada dando para uma alcova e uma sala nobre. Por uma alcova de ligação, chega-se à sala da família e aos demais quartos. Esta sala estende-se até o corpo de serviços formando um L. Na junção dos dois corpos, há uma janela e uma porta separadas apenas por um umbral comum a ambas. O corpo da cozinha sofreu algumas alterações e ganhou uma varanda junto à porta. O telhado original foi substituído por telhas francesas, mantendo a cachorrada e os frechais. Do lado esquerdo da casa ficam os terreiros; à frente, os currais e aos fundos, as demais dependências, pomar e córrego. Foi encontrada nas tábuas do piso da segunda alcova de ligação uma marca de onde havia um antigo esteio. Este se apoiava diretamente na tábua e não nos barrotes que a sustentam, o que mais uma vez demonstra a técnica construtiva que descrevemos anteriormente.

²³ JUNQUEIRA, Walter Ribeiro. *Fazendas e Famílias Sul Mineiras*. São Lourenço: Novo Mundo, 2004, p.17.

²⁴Idem ibidem - p 33.

Fazenda Balainho – Município de Santa Rita do Sapucaí

Data provável: meados do século XIX

Pé direito: 4,20

Janelas: 1,08 x 1,90

Portas: internas 1,08 x 3,00

Umbrais: 16,5 x 20

Figura 7.355 - Fachada lateral. Foto: CFC

Figura 7.356 - Vista dos fundos com terreiro. Foto: CFC

Figura 7.357 - Imagem de satélite. Fonte: Google Earth

Figura 7.358 - Fachada da frente e lateral. Foto: CFC

A vizinha Balainho descende da mesma fazenda, o Sobradinho, como vimos anteriormente. Suas plantas são bastante parecidas, sendo esta um pouco menor. Nesse caso, não sabemos se havia sala nobre, pois, no uso de hoje, apenas o cômodo de entrada é usado como sala, ao seu lado há um quarto. O corredor de ligação é reto e, ao que tudo indica, essa fazenda é mais nova que a Balaio. Seu corpo de serviços foi bastante reduzido, perdeu a cozinha que hoje se encontra em um novo volume, com telhado mais baixo, pegado à casa. Em seu conjunto temos ainda o antigo paiol de madeira, ao lado da casa; aos fundos ficam os terreiros e, continuando o corpo da cozinha, uma série de construções auxiliares.

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Paiol
3. Retiro
4. Construções Complementares
5. Terreiro
6. Água
7. Moinho
8. Pomar

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

Em sua frente há um terraço aterrado, estranhamente construído com pedras, da mesma maneira que as bases da casa. Digo estranho porque não era comum esse tipo de solução, mas a técnica empregada foi a mesma da casa. Talvez tenha sido feito posteriormente, mas tomando-se um grande cuidado. Deste patamar há uma escada que se esparrama para frente e, para os lados, uma alameda de palmeiras imperiais. Ambas demonstram uma clara intenção de grandiloquência, o que se torna ridículo, visto que a grande virtude dessa casa é justamente a sua simplicidade e harmonia de proporções. Os terreiros, ao contrário, são singelos e bem postos. Há ainda na fazenda uma boa estrutura para o gado leiteiro.

Figura 7.359 - Sala “de dentro”. Foto: CFC

Fazenda Chapada – Município de Conceição dos Ouros

Data provável: meados do século XIX

Pé direito: 4,00

Janelas: 1,10 x 1,90, h=1,00

Portas: internas 1,10x 2,90

Umbrais: 17 x 20

Figura 7.360 - Fachada frontal. Foto: CFC

Figura 7.361 - Imagem de satélite. Fonte: Google Earth

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Paio
3. Pátio Cercado
4. Construções Complementares
5. Piscina
6. Ruínas de Pedra

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

A Fazenda Chapada juntamente com a Cachoeira são as fazendas com as características mencionadas que se localizam mais ao sul da comarca, com exceção da Fazenda Barreiro, na Serra da Mantiqueira. Ambas pertenceram, em alguma altura de suas histórias, ao Barão de Mota Paes. A Chapada é hoje uma imensa fazenda, provavelmente a única desse levantamento que é uma empresa, uma “pessoa jurídica”. Está localizada em uma vasta área plana, junto ao Ribeirão Chapada, um afluente do Rio Sapucaí Mirim. Possui duas casas, uma mais nova, do começo do século XX, onde fica a parte administrativa e modernas instalações ligadas à produção de café, e outra, mais antiga, em área isolada que funciona como morada esporádica. Nosso objeto de estudo concentra-se nessa casa mais antiga, provavelmente de meados do século XIX. À primeira vista, é uma imensa construção, com infindável seqüência de janelas, porém analisando sua planta, vemos que a parte residencial da casa original restringia-se a apenas uma parte dela, em um L clássico. Este é facilmente identificado quando se tem um panorama vasto da arquitetura em questão. Seu uso atual envolve todo o conjunto em uma única residência, transformando, inclusive, o que seria a antiga cozinha no quarto principal e dificultando a leitura em um olhar menos atento. Não havia residências tão grandes nesse local e nessa época. A casa original, um L clássico

Figura 7.360 - Fachada lateral, porão alto com fechamento de pau-apique. Foto: CFC

Figura 7.363 - Aspecto geral do conjunto com antigo corpo de serviços em primeiro plano. Foto: CFC

Figura 7.364 - Vista traseira do conjunto. Foto: CFC

Figura 7.365 - Vista frontal. Foto: CFC

Figura 7.366 - Fachada dos fundos. Foto: CFC

se juntou com um outro corpo de construções da fazenda, provavelmente um setor de serviços, ou pelo menos parte dele. Nota-se claramente a distinção entre o que era a casa original e o corpo de serviços. Vimos através dos outros levantamentos que as janelas do corpo de serviços eram guarnecidas apenas por paus de fechamento a 45° e, quando muito, por folhas de calha na parte interna. Sabemos também, pelos levantamentos, que os edifícios industriais não apresentavam o mesmo requinte que os de moradia e, apesar de usarem a mesma técnica, deixavam seus esteios à mostra nas fachadas. Pois bem, estas duas características são notadas no L alongado que se conecta ao volume original. A bem da verdade, as três primeiras janelas após o corpo principal também são de folhas de guilhotina com vidros. Isso pode não ser apenas uma reforma atual e sim uma antiga ampliação ou extensão da parte residencial, como ocorreu na vizinha Cachoeira. O corpo principal é formado por um retângulo de dimensões bastante comuns, treze e meio por dezoito metros, sendo o corpo de serviços perpendicular a ele. Entra-se na casa por uma varanda paralela à fachada, com escada também paralela vazando o seu piso, como nas antigas fazendas mineiras da região mineradora no século XVIII. Antes que se pense que essa é uma característica repetida também no sul de Minas, devo esclarecer que o telhado de prolongo denuncia o falso histórico que essa varanda possa eventualmente causar. Nas fazendas do XVIII, onde isso é comum como notou o professor Menezes:

A varanda é quase indispensável nas construções rurais do século XVII e início do XIX, localiza-se fronteira à construção, fazendo parte do corpo da casa, coberta pelo mesmo telhado do conjunto ou como

prolongamento deste telhado. Como no exemplo paulista, poderá a varanda ficar embutida entre o quarto de hóspedes e a capela, ou abranger toda a fachada, ocupando parte desta ou ser ladeada pela capela ou outro cômodo. Estende-se muitas vezes à fachada lateral, onde, ocasionalmente, termina com a capela. (...) Elemento necessário para o acesso ao andar nobre da sede, a escada apresenta-se, ora seqüencial à varanda fronteira, ora nela embutida, ora interna à construção, ora ainda externa, lateral à varanda, quer em degraus tornejados, quer perpendiculares a ela. ²⁵

As varandas descritas acima nada têm a ver com esta que existe na Fazenda Chapada; o telhado de prolongo deve avançar sobre o corpo da casa ou sobre toda a extensão da fachada. Neste caso, a varanda é possivelmente uma aquisição posterior que se baseia em varandas “coloniais” mais antigas. Ao passar por essa varanda chegaremos à sala de distribuição que dá acesso à sala nobre e a um corredor reto de ligação com a sala da família. Suspeitamos, por causa desse corredor reto, que a casa não seja anterior à metade do XIX. Da sala nobre temos outra ligação com a sala da família, como na Pouso Alegre. Há três alcovas centrais e quartos distribuídos pelas laterais. Da sala da família temos a ligação como o corpo de serviços, hoje *suíte máster*. Toda a base da casa é de pedras onde se assentam os baldrames, com exceção do lado oeste, onde o porão é mais alto e suas paredes são de pau-a-pique. O mesmo acontece em outras fazendas como Conceição e do Mato. Ao redor da casa, envolvendo-a em pátios cercados, há muros de pedra. Nos fundos ainda há um paiol de madeira e, na ponta do pátio, as ruínas de uma antiga construção.

²⁵ Menezes, Ivo Porto – Arquitetura Rural em Minas Gerais
Século XVIII e inícios do XIX, Revista Barroco, nº12, anos
1982/3 p. 218 e 219

Figura 7.367 - Sequência de portas a partir do setor de serviços para o setor social. Foto: CFC

Figura 7.368 - Casa nova. Foto: Eneida F. C. Cruz

Fazenda Cachoeira – Município de Conceição dos Ouros

Data provável: meados do século XIX

Pé direito: 4,00

Janelas: 1,22 x 2,00

Portas: internas 1,10x 2,90

Umbrais: 17 x 21, cunhal 21 x 21

Com o histórico parecido com a fazenda anterior, a Cachoeira possui também uma planta bastante parecida em dimensões e agenciamento com a planta da Fazenda Chapada. Localiza-se às margens do Rio Sapucaí Mirim. Sua planta seria um L clássico, não fosse o anexo em direção oposta ao corpo da cozinha, construído ainda no tempo do pau-a-pique. Sua planta está muito mudada, mas sobrepondo-a à planta da Chapada, que está bem conservada, podemos supor que as divisões internas era muito parecidas. Os dois quartos à esquerda da sala de entrada deveriam ser a sala nobre; a sala da família talvez não fosse até a fachada sul e a ligação entre ela e a sala nobre se repetisse por outro corredor, ao redor das alcovas. As dimensões dessa casa são ligeiramente superiores às da Chapada, tanto no comprimento do corpo principal quanto em relação ao corpo de serviços. As janelas também possuem larguras superiores à média, encontradas somente nas grandes casas. Foram acrescentadas modernas varandas; uma, ao longo da fachada da frente, e outra, aos fundos. Em seu complexo conjunto há

Figura 7.369 - Fachada frontal. Foto: CFC

Figura 7.370 - Vista lateralFoto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Terreiro
3. Antiga Tulha
4. Construções Complementares
5. Caseiro
6. Maquinário de Café
7. Pomar

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

muitas construções modernas e antigas. O mais importante é o conjunto cafeeiro do fim do século XIX; são terreiros, muros de arrimo de pedras e uma tulha/casa de máquinas, construída de alvenaria portante de tijolos, perfeitamente de acordo com as melhores técnicas da época, com cimalkhas de argamassa frisada, arcos plenos nas portas e janelas e telhado de duas águas.

Fazenda Monjolinho – Município de Conceição dos Ouros

Pertencente à Fazenda Cachoeira, encontramos a Monjolinho. Sua casa não pertence ao grupo estudado, é construída de alvenaria portante de tijolos e está abandonada, mas ainda assim foi possível fazer um levantamento sumário. Sua planta retangular compõe-se de um longo corredor de distribuição com duas peças maiores nas pontas, a sala de entrada e a cozinha. Ao longo do corredor, os quartos e, entre eles, alternadas ora à direita, ora à esquerda, duas salas.

Figura 7.371 - Vista dos fundos. Foto: CFC

Figura 7.372 - Grande terreiro com casa aos fundos. Foto: CFC

Foto: CFC

Figura 7.373 - Tulha de tijolos. Foto: CFC

Figura 7.374 - Implantação e planta.

Desenho: Eneida C. F. Cruz

Figura 7.375 - Fachada principal. Foto: CFC

Grupo de São Gonçalo do Sapucaí

Este pequeno grupo fica exatamente na região central do Sul de Minas, bem próximo à Campanha, cidade que é considerada o “berço do Sul de Minas” e, apesar dessa maior tradição em relação a outras regiões, não foram encontradas nessa região um grande número de fazendas. Além da Fazenda Santa Clara e da Fazenda Monte Alegre, foram visitadas as fazendas “Xicão”, Nossa Senhora das Valias, Cachoeira e Cafelândia em São Gonçalo do Sapucaí, e a Fazenda Cafelândia em Cordislândia, porém não entraram no levantamento pelos motivos apresentados na introdução deste capítulo.

Figura 7.376 - Microregião de Santa Rita do Sapucaí. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/microrregioesdeminas>>. Acesso em 20 março 2008.

Fazenda Santa Clara – Município de Careagu

Data provável: 1ª metade do século XIX

Pé direito: 4,00

Janelas: 1,20 x 2,00

Portas: 1,20 x 3,00

Esta foi a remanescente mais antiga encontrada em local próximo à antiga vila de Campanha da Princesa da Beira. Campanha, por toda sua importância histórica, certamente deveria guardar vários exemplares da arquitetura rural sul-mineira do século XIX. Por ser a primeira vila da região (1789), seu termo era enorme e fica difícil saber quais das diversas fazendas, registradas em documentos antigos como pertencendo à Campanha, ficam realmente no atual município de Campanha e seus vizinhos imediatos. A fazenda Santa Clara, apesar de ficar na região central do sul de Minas, possui características que a ligam mais ao grupo do leste sul-mineiro. É implantada em vasto território, local ermo, dominando grande paisagem. Sua planta é um longo retângulo e ao fundo há um pomar totalmente

Figura 7.377 - Vista geral em 1984. Foto: Arquivo pessoal de Helena Ferraz

Figura 7.378 - Fachada principal. Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO
ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Paiol
3. Senzala
4. Construções Complementares

PLANTA
ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO FRONTAL
esc. 1:500

ELEVAÇÃO LATERAL
esc. 1:500

murado. Essas características são semelhantes às da Bela Vista, Boa Vista e Narciso, todas em Cruzília. Sua longa planta, um retângulo de aproximadamente doze por quarenta e três metros, apresenta um agenciamento curioso, similar à Bela Vista, com setor social em uma ponta e serviços na outra, ficando o meio com a área da família. Chega-se por um alpendre lateral, talvez posterior, por sua porta de arco pleno, na mesma posição do alpendre da Bela Vista. Dali se acessa o vestíbulo de entrada e dele, a sala nobre com sua curiosa alcova e mais um quarto. Esta alcova, ao contrário do comum, não fica em posição central e sim pegada a uma fachada; nem por isso é um cômodo com janelas. Isso mostra que o fenômeno de permanência da alcova é de base cultural e não uma limitação técnica como dizem muitos historiadores, ao se referirem às alcovas urbanas. Conforme já comentamos no capítulo cinco, o vestíbulo, por sua vez, liga-se a um quarto e a mais um cômodo que deduzidos ser uma antiga

Figura 7.379 - Vista geral (mesmo ângulo da antiga).

Foto: CFC

Figura 7.380 - Fachada frontal com entrada por alpendre lateral com porta de verga com arco pleno. Foto: CFC

Figura 7.381 - Vista interna do alpendre. Foto: CFC

Figura 7.382 - Sala de entrada. Foto: CFC

capela, por possuir uma janela interna, abrindo-se para a sala próxima. Essa casa possui duas salas e fica difícil dizer até que ponto vai o setor íntimo e o social. Provavelmente sua planta tenha sofrido ampliações muito antigas no sentido longitudinal, empurrando o corpo de serviços e deslocando o uso do setor da família mais para “dentro”. Hoje temos uma sala grande ao lado do vestíbulo, que provavelmente foi uma sala do setor íntimo em razão da janela da capela. Temos ainda outra sala grande, no centro do retângulo, com porta para fora, certamente uma sala íntima, com ligação direta com o pomar e ligada a vários quartos. Dali para diante, temos o corpo de serviços bastante completo com diversos quartos e duas cozinhas. Esse setor possui ainda duas portas para fora, mas nenhuma dela ligadas ao pomar cercado. Este leva a crer que a fazenda possuía grande população residente, porém não encontramos vestígios de senzala. O pomar é um elemento imprescindível nessas fazendas. Em estudos históricos / econômicos sobre itens comercializados, encontramos sempre a menção a toucinho, queijos, gado, porcos, mula, galinha, algodão, fumo, sola, etc. Nunca, pelo contrário, encontramos menção a frutas, legumes, etc. Em Lenharo a falta desses produtos é sentida nos caminhos entre a produção e a praça do Rio de Janeiro.

Leite, frutas, verduras eram raros; contavam pouco na dieta dos proprietários e vendeiros da beira das estradas e, por isso mesmo, eram postos em oferta. ²⁶

Por isso os pomares eram tão valorizados nas fazendas; só comia frutas quem as plantasse.

No mais, quanto ao conjunto da fazenda pouco podemos dizer, pois não há vestígios de construções antigas. Acreditamos que a propriedade tenha sido ligada primordialmente à pecuária e à abertura de novas frentes de ocupação. Temos, neste levantamento, fotos da casa na década de 1980 tiradas a partir da estrada, fotos do levantamento realizado em duas etapas, 1997 e 2000, e, já nessas fases, as peças da casa estavam sendo retiradas para venda. Depois disso, a casa foi, aos poucos, sumindo da paisagem.

²⁶ LENHARO, Alcir. As Tropas da Moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Prefeitura, 1993. p.62.

Fazenda Monte Alegre – Município Cordislândia

Data provável: meados do século XIX

Pé direito: 4,00 e 3,90

Janelas: 1,15 x 1,85 h=0,95

Portas: internas 1,15 x 2,90

Umbrais: 17(profundidade, espessura da parede)x 20 (largura, frente)

Situada à margem direita do Rio Sapucaí, já em um trecho bastante caudaloso, a fazenda Monte Alegre é uma das poucas ao lado de grandes rios. A margem esquerda do Sapucaí permaneceu por muito tempo desocupada. Atualmente, a casa tem a forma de um U, mas nem sempre foi assim. Teria sido originalmente um L clássico, sofrendo posterior ampliação de seu retângulo principal no sentido longitudinal e, mais tarde, ganhou mais uma “perna”, transformando-se em um U. Não sabemos ao certo quais alterações levaram à configuração atual de sua planta. O acesso é feito por um pequeno alpendre na fachada frontal; dali se passa à sala de entrada que distribui para a sala nobre à esquerda, um quarto ao lado direito e

Figura 7.383 - Vista frontal do conjunto. Foto: CFC

Figura 7.384 - Vista frontal e lateral da casa. Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Paiol
3. Retiro
4. Construções Complementares
5. Pátio de Pedra
6. Rio Sapucaí

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

corredor reto à frente, ligando com a sala da família. Ainda é possível notar pelo forro contínuo entre o salão nobre e seus dois quartos orbitais que o salão era maior antes da ampliação da casa, indo até a marca no forro dentro dos quartos (ver tracejado). Do salão também é possível fazer o acesso à sala da família diretamente, sem o intermédio de um corredor. A sala da família é uma peça estreita e comprida; dela se acessam diretamente mais dois quartos e uma alcova. E dela se passa também a uma espécie de copa que faz a distribuição para outros quartos e uma sala lateral. Esta última ocorre também na Fazenda da Barra; é uma espécie de sala interna ao setor íntimo. Aos fundos, temos os cômodos da cozinha, despensa e sanitário novo. As paredes desse lado da casa são bastante desalinhadas o que nos mostra que deve ter havido reformas também na parte interna da casa. A volumetria da casa é bem composta, apresentando perfeita técnica construtiva da estrutura autônoma de madeira onde baldrames, frechais e cunhais se mostram claramente nas fachadas. Seu beiral deixa aparente a cachorrada e os frechais arrematados em peito de pombo sustentam as tábuas do guarda-pó. As janelas são de verga reta e as folhas de guilhotina dividem-se em vinte partes de vidro. Na fachada lateral, encontramos folhas com divisão em doze e em seis partes, atestando que houve reformas. O conjunto da fazenda é implantado em torno de um pátio / curral cercado por muros de adobe e por construções diversas. Na entrada, um longo muro de pedra atesta a idade da fazenda.

Figura 7.385 - Fachada lateral. Foto: CFC

Figura 7.386 - Perna do U. Foto: CFC

Figura 7.387 - Sala Íntima. Foto: CFC

Figura 7.388 - Microregião de Alfenas. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/microrregioesdeminas>. Acesso em 20 março 2008.

Grupo de Machado, antigas freguesias de Cabo Verde e Jacuí, microrregião de Alfenas

Este grupo fica à esquerda do Rio Sapucaí, já no caminho para o oeste, antiga ligação com Goiás. Infelizmente este grupo está mal representado pelo pequeno número de fazendas levantadas, acreditamos que haja mais fazendas antigas nesta região.

Atualmente esta região possui uma forte economia agrícola devido ao café, muitas das prováveis antigas fazendas foram reformadas e descaracterizadas. Além da Fazenda Tucum e da Fazenda Conceição por nós levantadas, visitamos também a Fazenda Espírito Santo e apresentamos ainda a Fazenda Monte Alegre, que não foi visitada por nós, mas sim encontrada no arquivo da CEMIG. Nesta região havia uma importante fazenda citada no trabalho de Alcir Lenharo, a “Fazenda do Centro”, esta fazenda de criação de gado fazia uma antiga conexão comercial entre o Sul de Minas, Goiás e o Rio de Janeiro.

Operava nestes moldes a fazenda do “Centro”, propriedade administrativa pelo pe. José Custódio Dias e seu irmão, também político mineiro, Custódio José Dias. Além da produção interna, esta propriedade, situada onde hoje fica o município de Alfenas, era conhecida como grande centro de internadas, permitindo e seus proprietários manipular expressivo comércio regional. Daí provém, inclusive, a origem de nome desta grande propriedade, hoje denominada Machado. Seus ponteiros tinham larga faixa de atuação, alcançando principalmente a produção do gado goiano.

Fazenda Tucum – Município Machado

Data provável: meados do século XIX

Pé direito: 4,00

Janelas: 1,20 x 2,00 h=1,00

Portas: internas 1,20 x 3,00

Umbrais: 16x 20

A casa da fazenda Tucum é um tanto pequena em relação à média das fazendas, porém é um exemplo perfeito da boa utilização da técnica da estrutura autônoma de madeira. Sua planta é um L clássico com o corpo principal medindo quinze por doze metros; enxuta e bem proporcionada, possui todos os elementos estruturais à mostra, são barrotes, frechais e cunhais. Em seu programa possui todas as peças tradicionais com exceção da capela ou ermida, como é chamada na região. O agenciamento dessas peças também é bastante exemplar: entra-se por uma sala que dá acesso à sala nobre e, por um corredor reto, à sala da família. Ligada à sala nobre temos duas alcovas centrais e um quarto. Uma das alcovas faz novamente a ligação interna com a sala da família. Esta, a maior peça da casa, liga-se aos demais quartos e ao corpo de serviços. Um dos quartos tem um outro quarto para dentro dele. O setor de serviços não possui saída, a cozinha é uma peça quadrada e fica na ponta desse volume que tem mais dois cômodos, usados como despensa. Uma escada, saindo da sala da família, faz a ligação com o exterior. Por todos esses motivos, ao fazer a maquete da estrutura autônoma de madeira, escolhemos a Fazenda Tucum. Em seu conjunto temos ainda senzala, paiol, moinho e monjolo.

Figura 7.389 - Oratório. Foto: CFC

Figura 7.390 - Fachada frontal e escada de acesso.
Foto: CFC

Figura 7.391 - Fachada lateral e dos fundos. Foto: CFC

Figura 7.392 - Vista dos fundos a partir do terreiro.
Foto: CFC

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

1. Casa Principal
2. Monjolo/Casa de Máquinas
3. Senzala?
4. Construções Complementares
5. Terreiro

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

FUNDOS

esc. 1:500

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

Fazenda Conceição - Município Machado

Data provável: meados do século XIX

Pé direito: 4,00

Janelas: 1,20 x 2,00 h=1,00

Portas: internas 1,20 x 3,00

Umbrais: 16x 20

Sua volumetria é de um L clássico, com o retângulo principal possuindo medidas bastante comuns, treze por dezessete metros. Isso mostra mais uma vez que a tipologia consolidada no sul de Minas também ocorre a oeste do Rio Sapucaí. Sabemos que São Carlos do Jacuí (1814) foi, das sete vilas erigidas no fim do período colonial, a única a oeste do Sapucaí e isso certamente ajudou a promover a ocupação da região ocidental do sul de Minas que já vinha ocorrendo de maneira incipiente. Em planta, essa casa apresenta uma configuração um pouco confusa, talvez devido a reformas ou talvez tenha sido assim desde o início. Temos aí um esboço do agenciamento do L clássico, mas com algumas diferenças. Há alcovas centrais, a sala da família está na posição tradicional, há sala de entrada

Figura 7.393 - Fachada frontal e alendro de acesso.

Foto: CFC

Figura 7.394 - Fachada dos fundos a partir do terreiro.

Foto: CFC

Figura 7.395 - Imagem de satélite. Fonte: Google Earth

IMPLANTAÇÃO

ESC. 1:1000

- 1. Casa Principal
- 2. Terreiro
- 3. Tulha
- 4. Construções Complementares

PLANTA

ESC. 1:500

- Externos
- Família
- Serviços

ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500

ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

e quartos na periferia do retângulo. Porém não há sala nobre, apenas a sala de entrada, e a sala da família não faz ligação direta com o corpo de serviços. Além disso, há dois quartos na casa que possuem dimensões superiores às da sala da família. O que normalmente ocorre é que esta última é a maior peça da casa. Junto à sala de entrada, os dois quartos que se ligam a ela, formam um volume que fica para fora do retângulo principal. Acreditamos que tenha sido uma ampliação antiga, ainda do século XIX, pois a técnica construtiva utilizada é a mesma. O antigo cunhal, entretanto, fica aparente na fachada, mostrando que foi uma alteração posterior à data da construção. Sua implantação é em declive e sua face noroeste fica bastante alta. Nessa porção da casa o fechamento do porão é de pau-a-pique e a estrutura é marcada por esteios aparentes sustentando o baldrame. Em seu conjunto existia ainda, quando foi feito o levantamento, um antigo edifício estreito e comprido que abrigava a antiga tulha / casa de máquinas e, muito provavelmente, abrigava também as senzalas. Este edifício ruiu, como podemos ver pela imagem do satélite.

Figura 7.396 - Vista geral do conjunto. Foto: CFC

Figura 7.397 - Antiga senzala. Foto: CFC

Fazenda Espírito Santo – Município Machado

Chegamos a visitar essa fazenda e verificamos que realmente pertence ao período estudado, tendo sido, inclusive, sede de sesmaria. Porém achamos que as alterações internas a descaracterizaram. Posteriormente verificamos que foi publicada em livro comemorativo da CEMIG, onde constam as seguintes informações:

Tem sua origem em uma sesmaria de 50.000 hectares doada por D. Pedro I ao Capitão Mor Marco Aurélio. Dedicar-se atualmente à produção de café e leite. A sede possui cerca de 180 anos e foi toda restaurada recentemente, preservando as características originais arquitetônicas e o mobiliário.

Talvez o autor tenha se enganado quanto ao conceito de preservação e conservação; a casa está bem conservada externamente, apesar da imensa varanda nova do mesmo “estilo” da casa, mas para efeito de estudo de plantas não é possível aproveitá-la.

Figura 7.398 - Fachada frontal. Fonte: Acervo CEMIG

Fazenda Monte Alegre – Areado

Figura 7.399 - Fachada frontal. Fonte: Acervo CEMIG

Figura 7.400 - Microregião de São Sebastião do Paraíso. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/microrregioesdeminas>>. Acesso em 20 março 2008.

Figura 7.401 - Fachada lateral. Foto: Moacir Cyrino

Grupo de Guaxupé, antiga freguesia de Jacuí, microregião de Guaxupé:

Este grupo carece da mesma falta de levantamento de campo do grupo de Machado e de Poços de Caldas. Duas fazendas desta região, selecionadas por nós, foram retiradas do levantamento do arquiteto Moacir Cyrino.

Fazenda Correnteza – Município de Guaxupé

Fazenda Dr. Izaac – Município de Guaxupé

Figura 7.402 - Fachada frontal. Foto: Moacir Cyrino

Micro região de Poços de Caldas:

Este grupo carece da mesma falta de levantamento de campo dos grupos anteriores. Sabe-se, entretanto da existência de antigas fazendas, cujas fotos foram gentilmente cedidas pelo arquiteto Lorette.

Fazenda Barreiro

Fazenda Chapadão

Figura 7.403 - Microregião de São Sebastião do Paraíso. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/microrregioesdeminas>>. Acesso em 20 março 2008.

Figura 7.404 - Fazenda Chapadão. Fonte: Acervo Lorette

Considerações Finais

Ao definir nosso objeto de pesquisa, priorizamos o entendimento da arquitetura corrente, praticada e disseminada em uma determinada região e em um determinado período histórico. Assim acreditamos que teremos uma visão muito mais perspicaz e afinada com o cotidiano daquelas pessoas, daquela sociedade.

Aqui o erudito é somente importante como modelo teórico, ideal. Procuramos identificar o tipo, a regra e não o edifício excepcional, o monumento. Por mais que dentro da regra haja exceções, como fica claro ao ver o levantamento, buscamos o fio que perpassa por todos os exemplares, seja ele formal, estilístico, programático ou técnico. Pode ser pela maneira como é solucionado determinado problema técnico ao não expor a madeira à umidade, por exemplo; pode ser na maneira de agenciar os cômodos, pode estar na forma simples dos volumes puros, sem recortes, ou através de um pequeno caritó, um oratório, um armário dividindo espaços. A identificação pode estar nas soluções de implantação, na compreensão do lugar, no senso de praticidade e economia. A despeito das questões de desenho ou estilo, o saber fazer é o que prevalece. Neste contexto, foi produzida no Sul de Minas, uma arquitetura una, simples e austera. Delicada por sua leveza e implantação criteriosa, pelo refinamento técnico e apuro construtivo. Sólida pelo exercício da repetição que conseguiu, por quase dois séculos, perpetuar-se sem grandes alterações.

No campo da história, acabamos nos distanciando da idéia das “minas do ouro”, das minas urbanas e vimos que outras atividades tiveram grande peso na formação econômica de Minas Gerais e que o predomínio do urbano sobre o rural e o mito da ruralização, em decorrência do declínio do ouro, não se comprova. Neste sentido, ouro foi apenas o catalisador que permitiu que se criasse no novo mundo uma sociedade complexa econômica e socialmente, onde a transposição de uma grande massa da população portuguesa e africana se reorganiza sob novas bases. Não foi somente a existência do ouro nas quantidades e condições descobertas que permitiram esse processo, foi antes o mito pré-existente e a expectativa de toda uma população ávida pela materialização desse mito. Essa lacuna histórica “pós-ouro” vem sendo preenchida nos últimos anos por recentes trabalhos de historiadores, contudo no campo da história da arquitetura só se houve falar em

Aleijadinho. No século XIX a sociedade e economia de Minas estiveram mais ativas do que nunca, entretanto a arquitetura produzida neste período passa ao largo de nossa bibliografia.

Desta maneira, desconfiando dos paradigmas consagrados da arquitetura mineira, seguimos, sem preconceitos, a revelar sua outra face e a descobrir uma arquitetura corrente, onde, a cada incursão, dezenas e dezenas de exemplares foram encontrados e muitos outros ainda poderão ser. Descobrimos nesta região de Minas um rico patrimônio histórico que passou despercebido por nossos melhores historiadores da arquitetura; essas fazendas são a marca da primeira ocupação definitiva desse território, incentivada a partir de 1808 com a chegada da Corte. Desde o princípio da pesquisa, desconfiávamos de uma possível interpretação simplista para a origem dessas fazendas. Ao longo da pesquisa, com a descoberta de um número cada vez maior de exemplares, essa desconfiança só aumentou e veio a ser confirmada quando da leitura de autores como Lenharo (1993) e Andrade (2008): eram fazendas produtoras de gêneros diversos destinados ao abastecimento do mercado interno, baseadas no trabalho escravo e na grande propriedade e alavancadas pela necessidade de ocupação territorial. Esperamos que nosso trabalho, como uma via de mão dupla, ajude também historiadores, sociólogos e economistas a confirmarem suas hipóteses. Esperamos também contribuir para o preenchimento dessa lacuna na história da arquitetura brasileira, contribuindo para o conhecimento e divulgação desse patrimônio. Essas fazendas formam, em seu conjunto, uma família tipológica com características próprias dentro do cenário nacional. Sabemos que não é um trabalho completo; do ponto de vista do levantamento de campo acreditamos que ainda é possível encontrar novos exemplares, principalmente em áreas pouco exploradas, a oeste da região; do ponto de vista da documentação específica, esta sim, deverá ser pesquisada com mais profundidade, em fontes primárias, devido à escassez de trabalhos publicados sobre o assunto. Futuras pesquisas, principalmente na área de história, poderão contribuir para a complementação dos dados documentais, tarefa que nós, como arquitetos, não tivemos a competência para fazer. Construímos, sim, uma nova base documental com o levantamento criterioso (gráfico e fotográfico) dos exemplares que poderá servir de fonte para futuras investigações.

Anexo - Fazendas de Outras Regiões de Minas

Campo das Vertentes

Fazenda Bom Jardim - Município de Bom Sucesso

Figura A.1 - Planta F. B. Jardim. Fonte: Martins (1998)

Figura A.2 - Foto F. B. Jardim. Fonte: Martins (1998)

Figura A.4 - Planta F. B. Retiro. Fonte: Martins (1998)

Fazenda Bom Retiro - Município de Oliveira

Figura A.5 - Foto F. B. Retiro. Fonte: Martins (1998)

Fazenda Cachoeira - Município de Bom Sucesso

Figura A.6 - Planta F. Cachoeira. Fonte: Martins (1998)

Figura A.7 - Foto F. Cachoeira. Fonte: Martins (1998)

Figura A.8 - Foto F. Cachoeira. Fonte: Martins (1998)

Fazenda Cachoeira - Município de Ritópolis

Figura A.9 - Planta F. Cachoeira. Fonte: Martins (1998)

Figura A.10 - Foto F. Cachoeira. Fonte: Martins (1998)

Fazenda Cachoeira - Município de Santo Antônio do Amparo

Figura A.11 - Planta F. Cachoeira. Fonte: Martins (1998)

Figura A.12 - Foto F. Cachoeira. Fonte: Martins (1998)

Fazenda Capão Seco - Município de Lagoa Dourada

Figura A.13 - Planta F. Capão Seco. Fonte: Martins (1998)

Figura A.14 - Foto F. Capão Seco. Fonte: Martins (1998)

Fazenda Capão Seco - Município de Lagoa Dourada

Figura A.15 - Foto F. Capão Seco. Fonte: Martins (1998)

Fazenda Contramestre - Município de Barbacena

Figura A.16 - Foto F. Contramestre.
Fonte: Menezes (1983)

Fazenda Córrego da Prata - Município de São Tiago

Figura A.17 - Planta F. Córrego da Prata.

Fonte: Martins (1998)

Figura A.18 - Foto F. Córrego da Prata.

Fonte: Martins (1998)

Figura A.19 - Foto F. Córrego da Prata.

Fonte: Martins (1998)

Fazenda da Lagoa - Município de Oliveira

Figura A.20 - Planta F. da Lagoa. Fonte: Martins (1998)

Figura A.21 - Foto F. da Lagoa. Fonte: Martins (1998)

Figura A.22 - Foto F. da Lagoa. Fonte: Martins (1998) :

Fazenda da Laje - Município de Resende Costa

Figura A.23 - Planta. Fonte: Martins (1998)

Fazenda das Éguas - Município de Resende Costa

Figura A.24 - Planta F. das Éguas. Fonte: Martins (1998)

Figura A.25 - Foto F. das Éguas. Fonte: Martins (1998)

Fazenda das Pedras - Município de Carmópolis

Figura A.26 - Planta F. das Pedras. Fonte: Martins (1998)

Figura A.27 - Foto F. das Pedras. Fonte: Martins (1998)

Fazenda do Andrade - Município de Resende da Costa

Figura A.28 - Planta F. do Andrade. Fonte: Martins (1998)

Figura A.29 - Foto F. do Andrade. Fonte: Martins (1998)

Fazenda do Pinhal - Município de Resende da Costa

Figura A.30 - Planta F. do Pinhal. Fonte: Martins (1998)

Figura A.31 - Foto F. do Pinhal. Fonte: Martins (1998)

Fazenda do Vau - Município de Oliveira

Figura A.32 - Planta F. do Vau. Fonte: Martins (1998)

Figura A.33 - Foto F. do Vau . Fonte: Martins (1998)

**Fazenda Engenho Grande dos Cataguás-
Município de Lagoa Dourada**

Figura A.34 - Planta F. Eng. Fonte: Martins (1998)

Figura A.35 - Foto F. Eng. Fonte: Martins (1998)

Figura A.36 - Foto F. Eng. Fonte: Martins (1998)

Fazenda Lambari- Município de São Francisco de Paula

Figura A.37 - Planta F. Lambari. Fonte: Martins (1998)

Figura A.38 - Foto F. Lambari. Fonte: Martins (1998)

Figura A.39 - Foto F. Lambari. Fonte: Martins (1998)

Fazenda Mato Dentro - Município de Ritópolis

Figura A.40 - Planta F. Mato Dentro.

Fonte: Martins (1998)

Figura A.41 - Foto F. Mato Dentro. Fonte: Martins (1998)

Figura A.42 - Foto F. Mato Dentro. Fonte: Martins (1998)

Fazenda Rio do Peixe - Município de São Tiago

Figura A.43 - Planta. Fonte: Martins (1998)

Fazenda São Miguel - Município de Ritópolis

Figura A.44 - Planta F. São Miguel. Fonte: Martins (1998)

Figura A.45 - Foto F. São Miguel. Fonte: Martins (1998)

Fazenda Sobrado - Município de Carmópolis

Figura A.46 - Planta F. Sobrado. Fonte: Martins (1998)

Figura A.47 - Foto F. Sobrado. Fonte: Martins (1998):

Fazenda Tabatinha - Município de Bom Sucesso

Figura A.48 - Planta F. Tabatinga. Fonte: Martins (1998)

Figura A.49 - Foto F. Tabatinga. Fonte: Martins (1998)

Fazenda Tartária - Município de Santo Antônio do Amparo

Figura A.50 - Planta F. Tartária. Fonte: Martins (1998)

Figura A.51 - Foto F. Tartária. Fonte: Martins (1998)

Fazenda Xavier - Município de São João del-Rey

Figura A.52 - Planta F.Xavier. Fonte: Martins (1998)

Figura A.53 - Foto F.Xavier. Fonte: Martins (1998)

Região Metropolitana

Fazenda Boa Esperança - Município de Belo Vale

Figura A.54 - Foto F. Boa Esperança. Fonte:

Figura A.55 - Foto F. Boa Esperança. Fonte:

Fazenda Caieiras - Município de Ouro Branco

Figura A.56 - Foto F. Boa Esperança. Fonte: Menezes (1984)

Figura A.57 - Foto F. Boa Esperança. Fonte: Menezes (1984)

Figura A.58 - Foto F. Boa Esperança. Fonte: Menezes (1984)

Fazenda Boa Vista/Martins - Município de Brumadinho

Figura A.59 - Foto F. Boa Vista/Martins.

Fonte: Menezes (1984)

Figura A.60 - Foto F. Boa Vista/Martins.

Fonte: Menezes (1984)

Figura A.61 - Foto F. Boa Vista/Martins.

Fonte: Menezes (1984)

Figura A.62 - Foto F. Boa Vista/Martins. Fonte: CEMIG

Figura A.63 - Foto F. Boa Vista/Martins. Fonte: CEMIG

Fazenda Fonte Limpa - Município de Santana dos Montes

Figura A.64 - Foto F. Fonte Limpa. Fonte: Menezes (1984)

Fazenda Gualacho - Município de Mariana

Figura A.65 - Foto F. Fonte Limpa. Fonte: Menezes (1984)

Fazenda Leitão - Município de Belo Horizonte

Figura A.66 - Foto F. Leitão. Fonte:

Fazenda Minhocas - Município de Lagoa Santa

Figura A.67 - Foto F. Lagoa Santa. Fonte: CEMIG

Figura A.68 - Foto F. Lagoa Santa. Fonte: CEMIG

Fazenda Rio de São João - Município de Bom Jesus do Amparo

Figura A.69 - Foto F. Rio de São João. Fonte: CEMIG

Figura A.70 - Foto F. Rio de São João. Fonte: CEMIG

Figura A.71 - Pintura F. Rio de São João. Fonte:

Fazenda Pé de Morro - Município de Ouro Branco

Figura A.72 - Foto F.Pé do Morro. Fonte:Menezes (1984)

Figura A.73 - Foto F.Pé do Morro. Fonte:Menezes (1984)

Figura A.74 - Foto F.Pé do Morro. Fonte:Menezes (1984)

Figura A.75 - Elevações F.Pé do Morro. Fonte: ;Eolo Maia.

Figura A.76 - Planta F.Pé do Morro. Fonte: ;Eolo Maia.

Fazenda São Nicolau - Município de Nova Era

Figura A.77 - Foto F. São Nicolau. Fonte: Menezes (1984)

Fazenda São Sebastião - Município de Sete Lagoas

Figura A.78 - Foto F. São Sebastião. Fonte: CEMIG

Zona da Mata

Fazenda Ana Florência - Município de Ponte Nova

Figura A.79 -Foto F. Ana Florencia. Fonte: CEMIG

Fazenda Bananeiras - Município de Presidente Bernardes

Figura A.80 - Foto F. Bananeiras. Fonte: Menezes (1984)

Fazenda Boa Vista - Município de Juiz de Fora

Figura A.81 - Foto F. Boa Vista. Fonte: CEMIG

Fazenda Bom Jardim - Município de Juiz de Fora

Figura A.82 - Foto F. Bom Jardim. Fonte: CEMIG

Fazenda Floresta - Município de Juiz de Fora

Figura A.83 - Foto F. Floresta. Fonte: CEMIG

Fazenda Santana - Município de Juiz de Fora

Figura A.84 - Foto F. Santana. Fonte: CEMIG

Fazenda São Mateus - Município de Juiz de Fora

Figura A.85 -Foto F. São Mateus. Fonte: CEMIG

Fazenda Conceição das Corvinhas - Município de Barra Longa

Figura A.86 - Foto F. Conceição das Corvinhas. Fonte: CEMIG

Fazenda Quebra Canoa - Município de Ponte Nova

Figura A.87 - Foto F. Quebra Canoa. Fonte: CEMIG

Figura A.88 - Foto F. Quebra Canoa. Fonte: CEMIG

Fazenda Santa Clara - Município de Santa Rita do Jacutinga

Figura A.89 - Foto F. Santa Clara. Fonte: CEMIG

Fazenda Arapoca - Município de Além Paraíba

Figura A.90 - Foto F. Arapoca. Foto: CFC

Fazenda Barra do Peixe - Município de Além Paraíba

Figura A.91 - Foto F. Barra do Peixe. Fonte: CEMIG

Fazenda Castelo - Município de Além Paraíba

Figura A.92 - Foto F. Castelo. Fonte: CEMIG

Fazenda Conceição - Município de Além Paraíba

Figura A.93 - Foto F. Conceição. Fonte: CEMIG

Fazenda Piedade - Município de Volta Grande

Figura A.94 - Foto F. Piedade. Fonte: CEMIG

Fazenda Fortaleza - Município de Além Paraíba

Figura A.95 - Foto F. Fortaleza. Fonte: CEMIG

Fazenda Monte Alegre - Município de Além Paraíba

Figura A.96 - Foto F. Monte Alegre. Fonte: CEMIG

Fazenda Ouro Fino - Município de Além Paraíba

Figura A.97 - Foto F. Ouro Fino. Fonte: CEMIG

Fazenda Abaíba- Município de Leopoldina

Figura A.98 - Foto F. Abaíba. Fonte: CEMIG

Triângulo Mineiro

Fazenda Melancias - Município de Uberaba

Figura A.99 - Aérea F. Melancias. Fonte: Bastos (1980)

Figura A.100 - F. Melancias. Fonte: Bastos (1980)

Figura A.101 - F. Melancias. Fonte: Bastos (1980)

Fazenda São Mateus - Município de Ibiá

Figura A.102 - F. São Mateus. Fonte: CEMIG

Oeste de Minas

Fazenda Bom Retiro - Município de Oliveira

Figura A.103 - F. Leitão. Fonte:

Região Central

Fazenda da Pedra - Município de Curvelo

Figura A.104 - F. da Pedra. Fonte: Menezes (1984)

Bibliografia

- ALVES, José Xaides de Sampaio. (1992). *O Sertão da Mantiqueira/Liberdade*. 193p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- AMARAL, Francisco Keil et al. (1961). *Arquitetura popular em Portugal*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitetos.
- ANDRADE, Antônio Luiz Dias. (1984). *Vale do Paraíba: sistemas construtivos*. 82p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- ANDRADE, Marcos Ferreira. (2004). Casas de vivenda e de morada: estilo de construção e interior da residências da elite escravista sul-mineira - século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.12.
- _____. (2008). *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- ANDRADE, Oswald de. (1978). *Poesias Reunidas*, 5ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ANTONIL, André João. (1982). *Cultura e opulência do Brasil*. 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP. (primeira edição Lisboa 1771)
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado & BRIOSCHI, Lucila Reis (1999.). *Na Estrada do Anhanguera*, São Paulo, EDUSP,
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. (1971). *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Saterb.
- BENINCASA, Vladimir. (2003). Velhas Fazendas. *Arquitetura e Cotidiano nos Campos de Araraquara, 1830 – 1930*. São Carlos / São Paulo: EdUSCAR, IMESP
- BOXER, Charles R. (1969). *A Idade do ouro do Brasil*. 2.ed. São

Paulo: Nacional. (Biblioteca Pedagógica Brasileira – Série 5: Brasiliana, 341).

BASTOS, Adélia Junqueira. (1980). *Lendas e Tradições da Família Junqueira (1816-1966)*. São Paulo: HUCITEC.

BRIOSCHI, Lucila Reis. (1999). *Na Estrada do Anhanguera*. Uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humânitas Publicações FFLCH / USP.

BRUNO, Ernani Silva. (1967). *História do Brasil* (geral e regional). 2.ed. São Paulo: Cultrix.

CÂNDIDO, Antonio. (1979). *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades.

CARRILHO, Marcos J. (1994). *As Fazendas de café do Caminho Novo da Piedade*. 166p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

CARVALHO, Sérgio Luís. *Cidades medievais portuguesas – uma Introdução ao seu Estudo*. Lisboa: Livros Horizonte.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. (1998). *Dicionário da arquitetura brasileira*. São Paulo: Companhia das Artes.

COSTA, Alexandre Vieira Pinto Alves. (1995). *Seis lições: introdução ao estudo da história da arquitectura portuguesa*. Porto: FAUP.

COSTA, José Pedro Oliveira. (1994). *Aiuruoca: Matutu e Pedra do Papagaio - um estudo de conservação do ambiente natural e cultural*. São Paulo: EDUSP.

COSTA, Lucio. (2007). *Sobre arquitetura*. Organizado por Alberto Xavier. Porto Alegre: UniRitter.

COSTA, Antônio Gilberto (Org.). (2004). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG: Lisboa; Kapa Editorial.

CUNHA, Mariano Carneiro. (1985). *Da Senzala ao sobrado*. São Paulo: Nobel; EDUSP.

CUNHA, Alexandre, *Espaço, paisagem e população: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais ao começo do século XIX*. in Revista Brasileira História, volume 27 nº53. disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100006&lng=e&nrm=iso&tlng=e>

FERNANDES, Francisco Barata. (1996). *Transformação e permanência na habitação portuense*. Porto: [s.n.].

FERNANDES, José Manuel. (1991). *A Arquitetura – sínteses da cultura portuguesa*. Portugal: Europália; Imprensa Nacional.

FLORES, Carlos. (1973). *Arquitectura popular española*. Madrid: Aguilar Sa.

FRANÇA, José Augusto. (1977). *Lisboa pombalina e o iluminismo*. Lisboa: Bertrand.

FREITAS, Daici Ceribeli Antunes. (1986). *Arquitetura rural do nordeste paulista – influências mineiras 1800-1874*. Tese (Mestrado) - Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1986.

FREYRE, Gilberto. (1990). *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record.

GOMES, Geraldo. (1998). *Engenho e arquitetura*. 2.ed. Recife: Fundação Gilberto Freyre.

GOODWIN, Philip L.. (1943). *Brazil Builds*. The Museum of Modern Art, New York.

HOLANDA, Sérgio Buarque. (1983). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio.

JUNQUEIRA, Walter Ribeiro (2004). *Fazendas e famílias sul mineiras*, São Lourenço: Novo Mundo.

KATINSKY, Júlio Roberto. (1980). *Um Guia para a história da técnica no Brasil Colônia*. 2.ed. São Paulo: FAU/USP.

LEFORT, José do Patrocínio. (1950). *Varginha*: monografia histórico-geográfica e estatístico-religiosa pelo centenário da paróquia a 1º de junho de 1950. São Paulo: São José.

LEMOS, Carlos A.C. (1979). *Arquitetura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos; EDUSP.

_____. (1999). *Casa paulista*. São Paulo: EDUSP.

LENHARO, Alcir. (1993). *As Tropas da Moderação*: o abastecimento da corte na formação política do Brasil: 1808-1842. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura; Prefeitura.

MARINS, Paulo César Garcez. (2003). *Através da rótula, sociedade e arquitetura urbana no Brasil sécs. XVII-XX*. São Paulo: Humânicas.

MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira. (1991). *Arquitetura popular do Ramo Grande*. [S.l.]: Câmara Municipal da Praia da Vitória.

_____. (1991). *Arquitetura popular açoriana / brasileira*. Câmara Municipal da Praia da Vitória.

MARTINS, Helena Teixeira. (1998). *Sedes de fazendas mineiras, Campos das Vertentes séc. XVIII e XIX*. Belo Horizonte: BDMG Cultural.

MARX, Murilo. (1980). *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, EDUSP.

MENEZES, Ivo Porto. (1969). *Documentário arquitetônico: fazendas mineiras*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura.

_____. (1983). *Arquitetura rural em Minas Gerais - século XVIII e inícios do XIX*. Revista Barroco, Belo Horizonte, n.12.

MORAES, Antonio Carlos Robert. (2000). *Bases da formação territorial do Brasil – o território colonial brasileiro no longo século XVI*. São Paulo: Hucitec.

MORAES, Fernanda Borges. (2005). *A Rede urbana da minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. 3v. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PARANHOS, Paulo. (2005). Primeiros núcleos habitacionais no sul das Minas Gerais. Revista Eletrônica do Arquivo do Estado, São Paulo, ano 1, n.7. Disponível em:<<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materiais/anteriores/edicao07/materia03>>. Acesso em: 29 fev. de 2008

PRADO JUNIOR, Caio. (1972). *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 8.ed. São Paulo: Brasiliense.

RAIVILLE, César. (1880). *O Vinhola Brasileiro – Novo manual pratico de Engenheiro, Arquiteto, Pedreiro, Carpinteiro, Marcineiro e Serralheiro*, Rio de Janeiro, Laermemt,

REIS FILHO, Nestor Goulart. (1969). *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.

_____. (1995). Nota sobre o urbanismo no Brasil – primeira parte: período colonial. Cadernos de Pesquisa do LAP, São Paulo, n.3.

RIBEIRO, Darcy. (1995). *O Povo brasileiro; evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras.

REIS, José Ovídio. *Família Reis. Domingos dos Reis Silva – o patriarca e seus descendentes*. Varginha: Gráfica Bom Pastor.

RIBEIRO, Orlando. (1992). *Geografia e civilização – temas portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte.

RODRIGUES, André Figueiredo. (2003). *Os Sertões proibidos da Mantiqueira*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.23, n.46, p.253-270.

RODRIGUES, Cecília. (2006).

ROCHA, José Joaquim da, (1995). *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica,*

histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória Histórica de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais.

SAINT-HILAIRE, Auguste. (1938). *Segunda viagem a Minas Gerais e São Paulo*. São Paulo: Nacional.

_____. (1974). *Viagem a Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia.

SOUZA, Laura de Melo. (2004). *Desclassificados do ouro, a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal.

VOM SPIX, Johan Baptist. (1981). *Spix e Martius, viagem pelo Brasil 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP.

VASCONCELOS, Sylvio. (1957). Arquitetura colonial mineira. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 1957, Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG.

_____. (1959). *Arquitetura no Brasil, sistemas construtivos*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG.

_____. (1977). *Vila Rica: formação e desenvolvimento; residências*. São Paulo: Perspectivas.

ZANINI, Walter. (1983). *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Moreira Sales; Fundação Djalma Guimarães.

Entrevistas:

D. Alaide Procopio Bueno, proprietária da Fazenda Barra do Palmela. Varginha, MG

Moacir Cyrino, arquiteto pesquisador de Guarupé, MG.

Antônio Carlos Lorette, professor da PUC - Possos de Caldas, MG.

Sr. José Ferraz, proprietário no município de Cristina, MG.

Notas:

Siglas

CFC: Cícero Ferraz Cruz

CEMIG: Centrais Elétricas de Minas Gerais

GTL: Gabinete Técnico Local